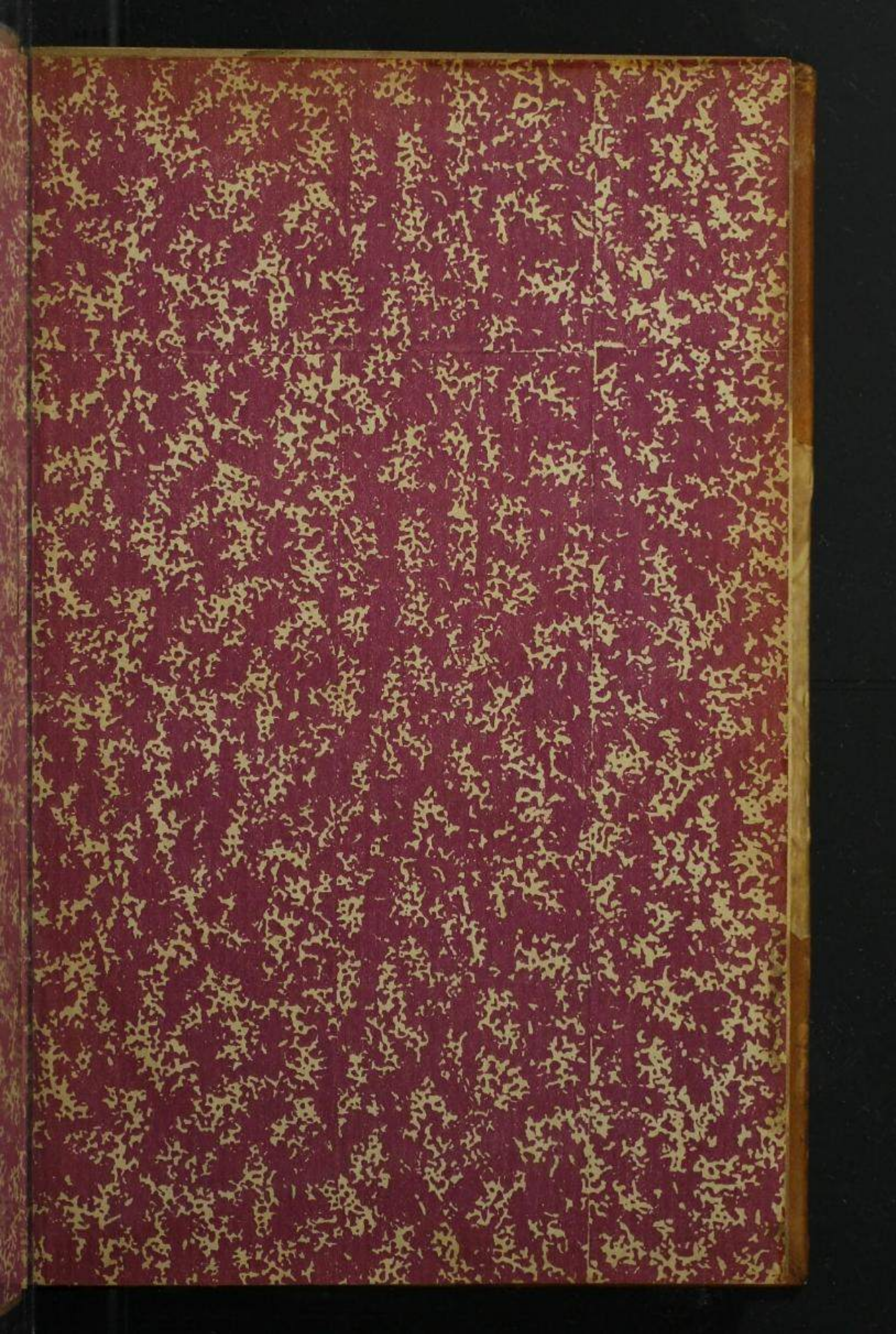


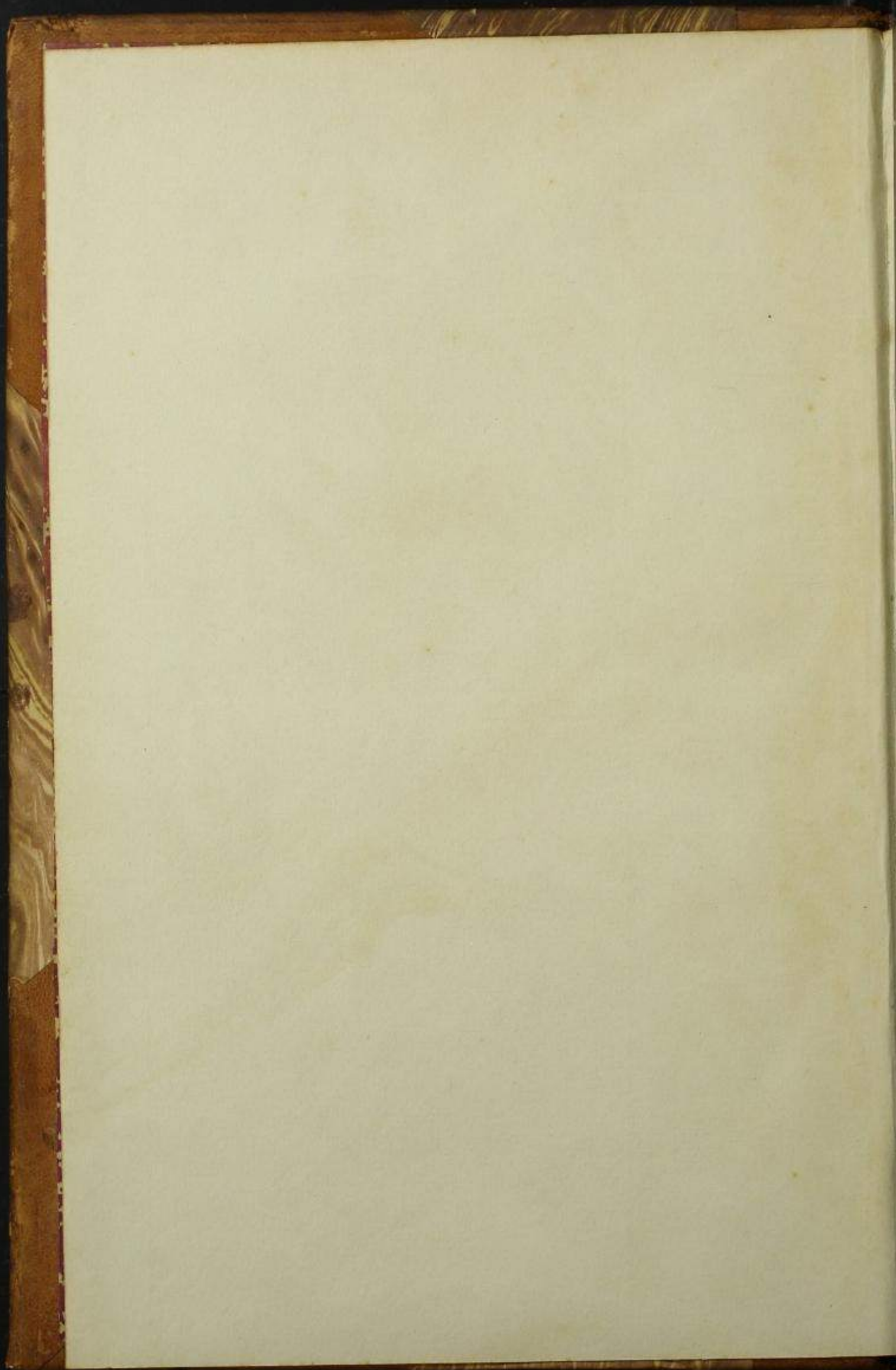


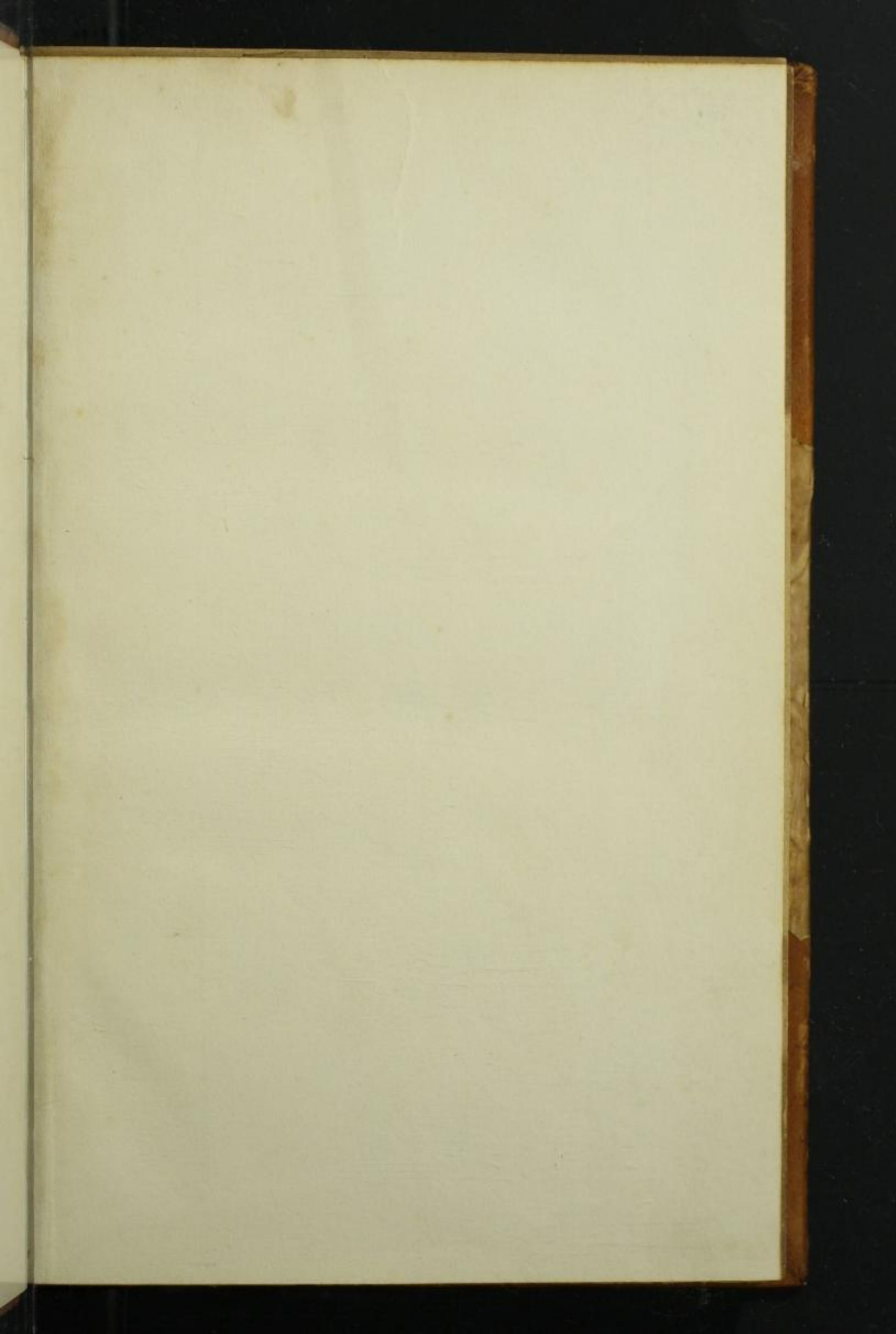
Je ne fay rien  
sans  
**Gayeté**

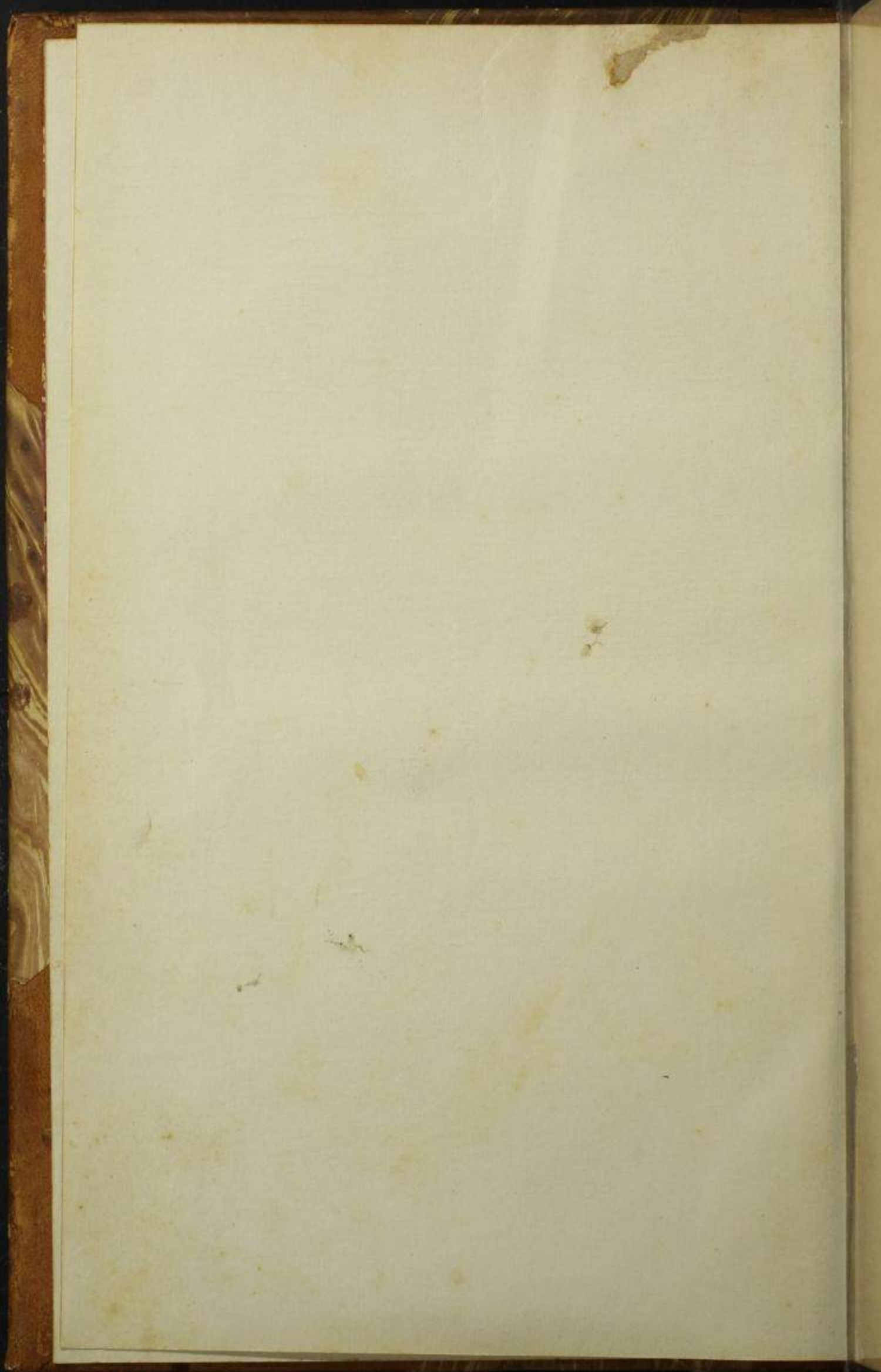
*(Montaigne, Des livres)*

Ex Libris  
José Mindlin

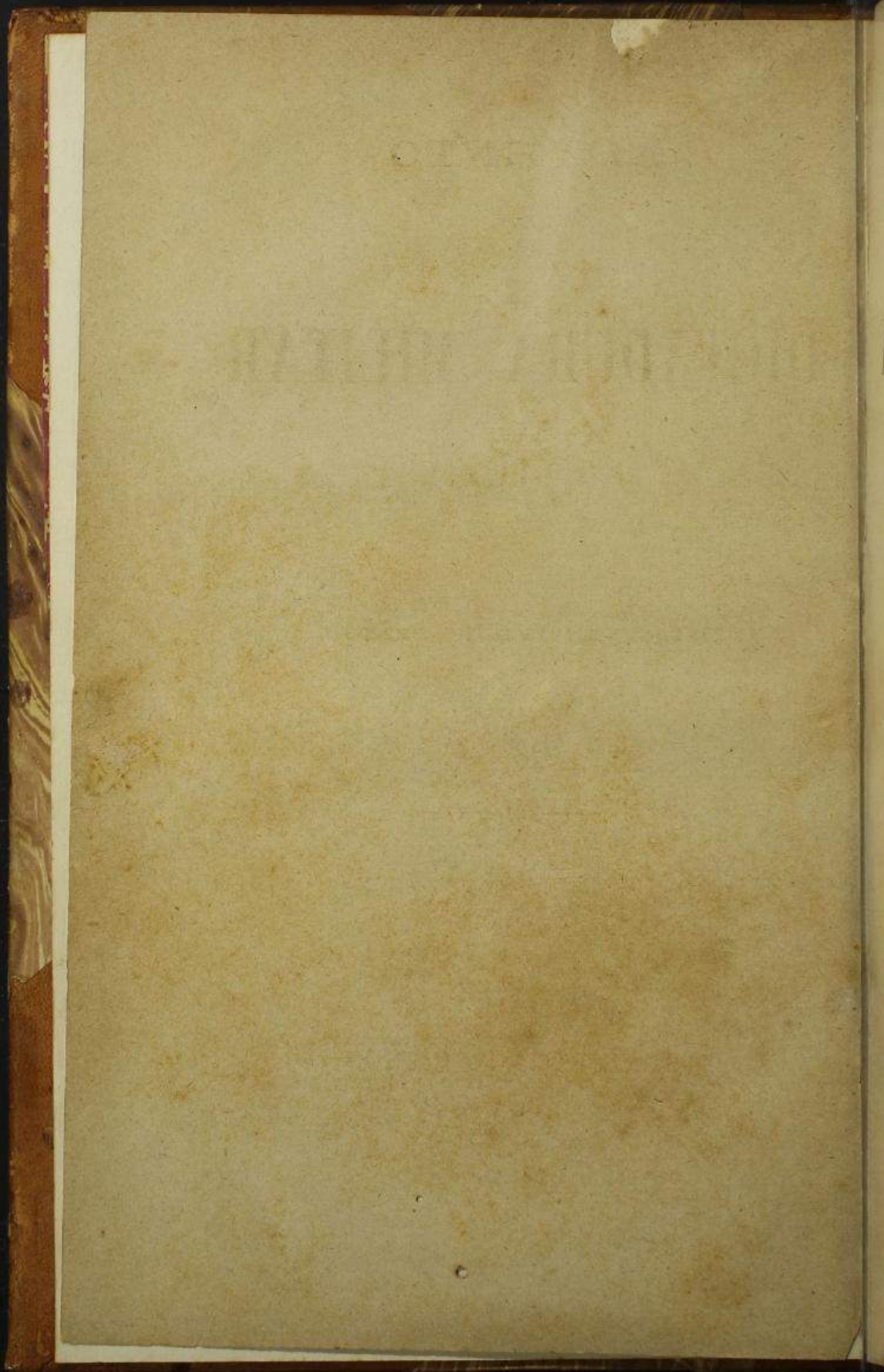








ADVENTO  
DA  
DICTADURA MILITAR  
NO BRAZIL





ADVENTO  
DA  
DICTADURA MILITAR  
NO BRAZIL

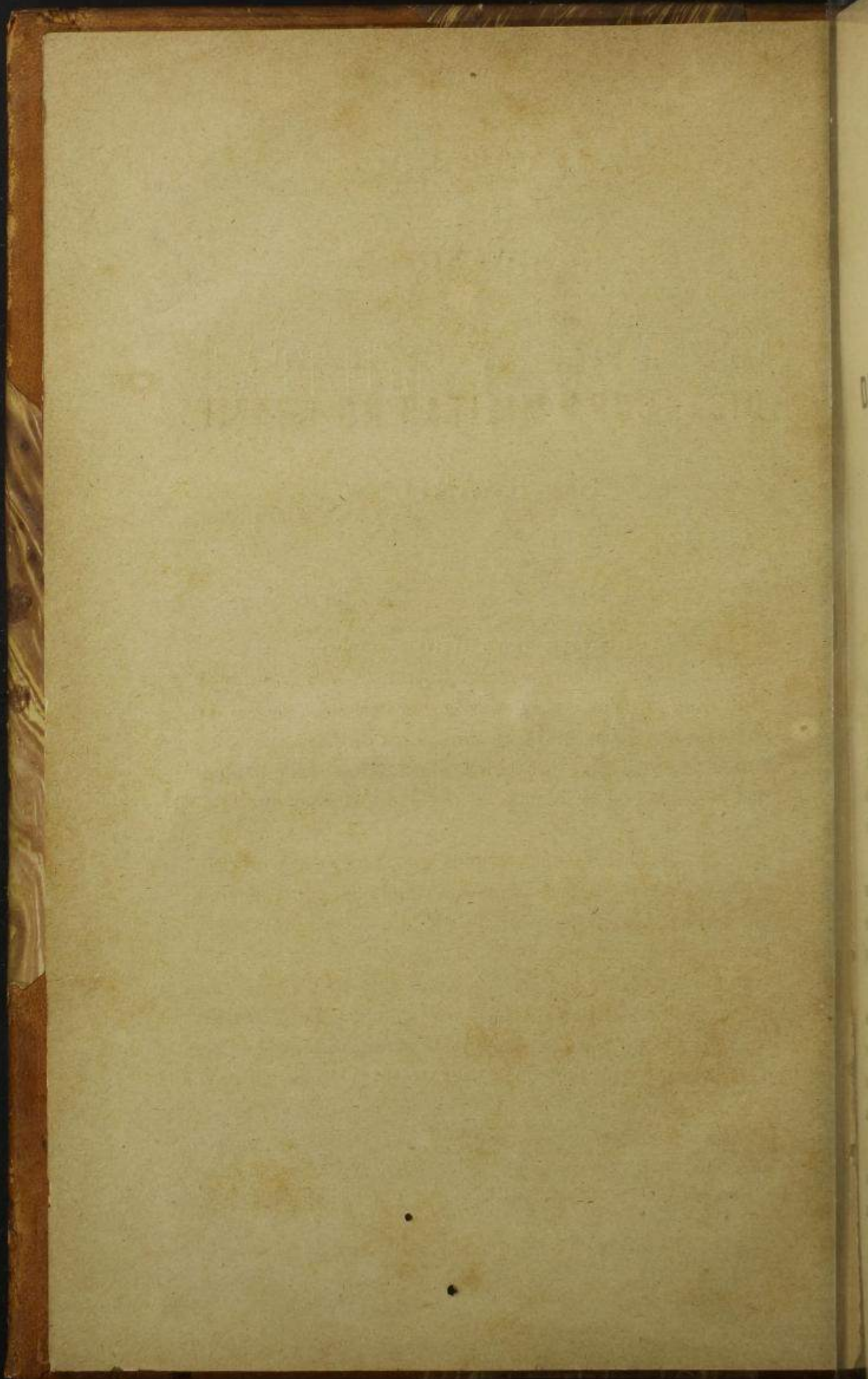
PELO  
VISCONDE DE OURO PRETO

(Affonso Celso de Assis  
Figueiredo)



PARIS  
IMPRIMERIE F. PICHON  
24, RUE SOUFFLOT, 24

—  
1891



# ADVENTO

DA

## Dictadura Militar no Brazil

---

### I

Viso duplo objectivo reproduzindo n'este volume o *Manifesto* publicado no COMMERCIO DE PORTUGAL, acerca da sublevação militar de 15 de novembro de 1889, que derubou a monarchia brazileira, e fazendo-o acompanhar das respostas offerecidas ás poucas contestações que suscitou :

1º Expurgal-o de incorrecções que escaparam na primeira impressão apressadamente concluida, juntando-lhe em confirmação notas extrahidas de documentos vindos posteriormente ao meu conhecimento ;

2º Facilitar a realisação do intuito principal a que elle se propunha, isto é, habilitar meus concidadãos a julgarem com perfeito conhecimento de causa o procedimento do governo, n'aquelle dia deposto pela força publica amotinada.

Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consommem-se ao cabo de algum tempo ; o mesmo não succede com um livro.

Ainda no legitimo interesse de que não chegue somente aos vindouros a versão de meus adversarios sobre tão importantes acontecimentos, occupar-me-hei em poucas linhas, á maneira de prefacio, de varios pontos que não foram tractados nos precedentes escriptos, e convem elucidar.

Tanto é necessario para que justiça inteira se faça a vencedores e vencidos.

## II

Embarquei no dia 19 de novembro por deliberação do governo provisório, no vapor allemão *Montevideo*, surto no porto do Rio de Janeiro, com destino a Hamburgo e ordem expressa de não tocar em porto algum do Brazil.

No dia quatro de Dezembro O Paiz, orgão do ministro das relações exteriores, deu na columna editorial a seguinte noticia :

## DEPORTAÇÃO.

« *Attendendo a razões de ordem publica do mais elevado*  
 « *caracter, deliberou o governo provisório que tivessem*  
 « *residencia obrigada na Europa, durante algum tempo,*  
 « *os dois eminentes chefes politicos Sñrs Gaspar Silveira*  
 « *Martins e Visconde de Ouro-Preto.*

« *Esta medida não tem caracter odioso porque não ex-*  
 « *prime espirito de vingança ou de perseguição, nem tam-*  
 « *pouco receio da supposta influencia dos dois referidos*  
 « *cidadãos.*

« *Ella significa apenas, que o governo provisório conti-*  
 « *nua a preoccupar-se seriamente com a manutenção do*  
 « *ordem publica, removendo prudentemente todos os ele-*  
 « *mentos que podem concorrer para perturbal-a, tornando*  
 « *necessario o emprego da força.*

« *A gloriosa revolução consumou-se de modo tão auspicioso e brilhante, que por lamentavel que seja o estrangimento imposto aos dois eminentes cidadãos, devemos reconhecer que acima de tudo devem ser collocadas a paz publica e a conservação da ordem.* »

Assim, eramos deportados o Sñr. Silveiras Martins e eu, não por vingança ou perseguição, nem porque temesse o governo provisório a influencia que pudessemos ter, mas unicamente para não se ver obrigado a empregar a força na manutenção da paz publica.

Ora, si a revolução se consummára auspiciosa e brilhante e não tínhamos influencia, como affirmava a declaração official, razão não havia para nos expellirem do paiz, tanto mais quanto nossos antecedentes não autorisavam suspeitas de que promoveríamos a desordem.

Maiores surpresas, porem, me estavam reservadas pela justiça summaria da dictadura, que se organisou para restaurar a liberdade da minha patria.

### III

Não me permittiram soffrimentos da familia fazer a travessia até Hamburgo. A conselho do medico de bordo fiquei em Santa Cruz de Tenerife, onde permaneci de trez a dez de dezembro, tomando então passagem para Lisboa, em cuja barra entrei na noite de 13. Desembarquei no dia immediato.

Aproveitando a demora no porto de escala escrevêra o MANIFESTO e apenas chegado áquella capital curei da impressão.

Havia ali certo grupo que almejava recommendar-se ás boas graças do governo provisório e suppunha conseguilo com maior facilidade simulando serviços importantes, quaes os de denunciar as tramas e machinações do deportado e communicar seus revezes.

D'ahi uma serie de telegrammas inveridicos e malevolos, expedidos para o Rio de Janeiro e tendo por objecto os meus actos, pensamentos e palavras.

Avulta entre elles o que assegurou ter sido por mim allerado o MANIFESTO, em vista da *resposta* antecipada recebida do ministro da fazenda, assim como que o submetterá á censura de S. M. o Imperador, o que é tudo absolutamente falso, como já o disse uma vez.

A resposta previa do ministro da fazenda consta do seguinte telegramma, que transcrevo do *Seculo* de 19 de dezembro, vespera, note-se, da publicação d'aquella minha narrativa no *COMMERIO DE PORTUGAL* :

« *Rio, 18 ás 12 e 45, t.* — Latino Coelho, redacção do *Seculo*,  
« Lisboa — Saudamos e agradecemos os seus grandes serviços á  
« causa dos Estados Unidos do Brazil.

« Temos aqui em telegrammas algumas noções do manifesto do  
« Visconde de Ouro Preto. É um *documento indigno* que caracte-  
« risa o seu auctor, que recompensa assim a *generosidade da*  
« *revolução, a qual salvou-lhe a vida*. Calumniando, elle diz ter  
« estado em risco de ser fuzilado na prisão. Quem o impediria se  
« o governo provisório quizesse fazel-o? Com insigne falsidade  
« accusa de traição o visconde de Maracajú, seu collega no gabi-  
« nete, calumnia tão palmar esta, que esse general foi reformado  
« por nós, logo em seguida á revolução *como traidor ao exercito*  
« *e á Patria*.

« Diz serem futeis os motivos da revolução. Entretanto esses  
« motivos produziram tamanho resultado e obtiveram assenso tam  
« universal no paiz, que os partidos liberal e conservador decla-  
« raram-se dissolvidos. Os jornaes d'esses partidos cessaram a  
« sua publicação; apenas resta um orgão de Ouro Preto, *inter-*  
« *prete* das paixões pessoaes desse estadista, que affirma que se  
« as suas reformas se tivessem realisado obstaríam á revolução.  
« Ora foi justamente da opposição ás suas reformas, feita no  
« *DIARIO DE NOTICIAS* e no *PAIZ*, apoiados pela imprensa federal  
« e republicana, que se produziu a revolução, gerada pelas  
« aspirações federaes, que o ministerio Ouro Preto planejava  
« esmagar.

« Esse papel foi escripto para illudir a Europa. Ouro Preto é

« abominado no Brazil onde acabava de eleger uma unanimidade, a poder de uma reacção e corrupção inauditas n'um electorado altamente censitario. A ideia de restauração é sebastianismo ou ignorancia de especuladores ou tolos.

« D. Pedro está sendo explorado pelos antigos diplomatas imperiaes. As pretensões á ingerencia das monarchias europeas no Brazil são simplesmente ridiculas. A republica brazileira terá por si a alliança offensiva e defensiva da America inteira. A prosperidade nacional cresce. A commissão nomeada pelo governo organisa o projecto de constituição. Outra commissão elabora o regulamento eleitoral. Esta semana será decretada a liberdade de cultos e o casamento civil. Paz absoluta. Candidaturas de Ouro Preto e seu filho recebidas com desprezo. Situação financeira segura. »

RUY BARBOZA, Ministro da fazenda.

Não farei commentarios sobre a singular comprehensão que manifesta o ministro da fazenda da dictadura acerca dos deveres que a esta incumbem para com as potencias amigas, quando, em vez de dirigir-se aos representantes do Brazil em Lisboa, corresponde-se officialmente com o chefe do partido republicano de Portugal que, demais, pertence ao exercito.

Dexarei de parte os inconvenientes, que de taes practicas podem advir para as relações internacionaes e ainda a posição esquerda e somenos em que ellas collocam os diplomatas brazileiros.

Quero, apenas, que os meus concidadãos apreciem os gratuitos insultos contra mim lançados pelo ministro da fazenda e que cotejem o telegramma destinado ao Seculo, com o que foi inserido no JORNAL DO COMMERCIO de 21 de dezembro e vae em nota (1).

(1) Telegrammas. O senhor ministro da fazenda dirigio ao senhor Latino Coelho este telegramma: « Latino Coelho — Redacção do Seculo. Lisboa Saudamos e agradecemos a V<sup>a</sup> Ex seus grandes serviços á causa dos Estados Unidos do Brazil. Temos aqui por telegrammas algumas noções acerca do manifesto do visconde de Ouro Preto. Esse documento caracteriza o seu

Perante o estrangeiro a quem eu viera pedir hospitalidade *elle carrega-me a mão*; na presença dos nossos compatriotas, que nos conhecem e dariam aos seus conceitos o devido valor, não se mostrou tão rigoroso. Apuro de gentileza e cavalheirismo!

Declara o ministro da fazenda que a minha candidatura foi recebida com desprezo. Não vale a pena discutir por que meios maravilhosos pode assim conhecer, instantaneamente, o Sñr. Barboza as manifestações do espirito publico, reveladas em lugar não sabido, e sobretudo a pro-

autor que retribue a magnanimidade da revolução, a qual lhe salvou a vida, calumniando-a.

• Diz elle ter estado em risco de ser fusilado na prisão Se o governo provisório quizesse fusilar o, quem o impediria? Insigne falsidade. Accusa de traição o visconde de Maracajú, seu collega no Gabinete. Aleive tão palmar que esse general foi reformado por nós logo apóz a revolução por ter *faltado ao exercito e a patria*. Affirma Ouro Preto serem futeis os motivos da revolução. Entretanto esses futeis motivos produziram este resultado estupendo e grangearam ao movimento de 15 de novembro o assenso universal do paiz. Os partidos liberal e conservador declaram se dissolvidos. Os jornaes, orgãos de ssas parcialidades, despiram esse character ou cessaram de publicar-se. Apenas, resta um orgão do visconde de Ouro Preto interprete das paixões pessoaes d'esse estadista. Affirma elle que se as suas reformas se realisassem teriam obstado á revolução. Ora, foi justamente a opposição a esses projectos de reformas, especialmente no DIARIO DE NOTICIAS e no PAIZ, apoiada na imprensa federal e republicana, que produziu a revolução, gerada nas aspirações federaes que o ministerio Ouro Preto planejava esmagar. Esse manifesto é escripto para illudir a Europa. O nome do visconde de Ouro Preto é hoje abominado no Brasil, onde acaba de eleger uma camara unanime, a poder de recção e corrupção inauditas exercidas sobre um eleitorado altamente censitario. A ideia de restauração monarchica, puro sebastianismo, ou ignorancia de especuladores ou tolos. D. Pedro esta sendo explorado. Os antigos diplomatas imperiaes andam no mundo da lua. Pretencões de ingerencia das monarchias europeas no Brasil, se as ha, são simplesmente ridiculas. A republica Brasileira tera por si a alliança offensiva e defensiva da America inteira. A prosperidade nacional cresce. Uma commissão nomeada pelo governo organisa o projecto de constituição. Outra elabora o regulamento eleitoral. Em breve será decretada a liberdade de cultos e o casamento civil. Paz absoluta. As candidaturas de Ouro Preto e seu filho foram recebidas com desprezo. Situação financeira segura.

*Ruy Barboza, ministro da fazenda.*



posito de facto que não occorreu, pois não me apresentei candidato por parte alguma.

Não foi o telegramma de 18 de Dezembro, em duas edições, a unica prova da correccão e gravidade do ministro da fazenda, recebida pelo fio electrico.

O SECULO de 26 do mesmo mez offerece mais esta :

« São falsas as affirmações de Celso dizendo que o *Diario de Noticias* e o *Paiz* aconselhavam o exercito á revolta; é falsissimo; pelo contrario sempre buscámos mostrar que o exercito era aferrado á disciplina que o governo quebrava com as violações grosseiras da lei contra a classe militar. A revolução foi a reivindicação da legalidade contra a prepotencia do governo. Obrigado a V. pelo telegramma. Desconfiem ahí dos novelleiros. » *Ruy Barbosa.*

Os leitores do DIARIO DE NOTICIAS e do PAIZ, a quem não escaparam as longas series de artigos excitando o exercito contra o governo e concitando-o a faltar ao dever militar, pasmarão ante o desembaraço com que o ministro da fazenda affirma, — que jamais as duas folhas recorreram a taes embustes e manobras.

#### IV

Não eram decorridos oito dias depois do meu desembarque em Lisboa, quando o cabo telegraphico annunciou o motim do quartel de S. Christovão, promovido por algumas praças de artilheria, e as medidas de rigor que então entendeu tomar o governo provisorio, entre as quaes, segunda deportação imposta ao Sñr conselheiro Gaspar da Silveira Martins, o meu banimento, bem como de meu irmão o conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo, e sua prisão na fortaleza de Santa Cruz.

Até hoje ignoramos o que realmente houve no quartel de S. Christovão, pois á imprensa já não é licito dar noticias completas sobre os acontecimentos que ao publico mais interessam. Ainda menos sabemos qual a responsabilidade que nos attribuiram em taes successos, que segundo parece determinaram o decreto de banimento.

Só em principio de janeiro pude conhecer-lhe o texto, que obrigou-me á seguinte reclamação publicada no COMMERIO DE PORTUGAL de 14 d'aquelle mez e transcripta na GAZETA DE NOTICIAS de 6 de fevereiro.

« Lisboa, 12 de Janeiro de 1890.

« Sñr Redactor,

« A V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, que tão gentilmente me tem dado hospitalidade nas  
« columnas de seu illustrado jornal, peço ainda a publicação das  
« seguintes linhas.

« Nas folhas do Rio de Janeiro, trazidas pelo paquete Orotava,  
« encontrei o texto do decreto, que baniu meu irmão Conselheiro  
« Carlos Affonso de Assis Figueiredo e a mim do territorio brazi-  
« leiro e do qual já havia noticia telegraphica. Nada articularei  
« com relação ao banimento. Vencido ou antes trahido, a 13 de  
« novembro p. p., declarei, confiando na justiça do futuro, que  
« submettia-me á força e aguardava resignado a sorte que me  
« destinassem.

« Corre-me, porem, stricto dever de reclamar contra alguns dos  
« fundamentos em que se baseia o acto do governo provisorio.  
« Diz-se no referido decreto :

« Considerando...

« Que por *actos positivos e manifestações publicas deprimentes*  
« *do character nacional* e infensos á ordem da politica estabele-  
« cida pelo pronunciamento da opinião nacional, alguns cidadãos  
« procuram fomentar, *dentro e fóra do Brazil, o discredito da*  
« *patria, por agitações que podem trazer a perturbação da paz*  
« *publica, lançando o paiz ás contingencias perigosas de uma*  
« *guerra civil;*

« Que por mais constrangedora que seja a necessidade de  
« recorrer a medidas rigorosas das quaes resultem limitações ao  
« principio da liberdade individual, não se pode comtudo *subor-*  
« *dinar o interesse superior da patria aos interesses individuaes*  
« *dos inimigos d'ella;*

« Ficam banidos do territorio nacional etc... »

« Perante os meus concidadãos e o mundo civilizado, protesto  
« contra os qualificativos que me são attribuidos e aos meus com-  
« panheiros de infortunio. Honramo-nos muito em ser brasileiros  
« e jamais, em caso algum, nos seria possivel deprimir o character  
« nacional, promover agitações nocivas á paz publica, ou ao cre-  
« dito de nossa patria, que presamos acima de tudo.

« Condemnem-nos embora, persigam-nos a aos nossos quanto  
« lhes aprouver; mas não nos calumniem.

« De passagem notarei quão curioso é tomarem se medidas de  
« tamanho rigor, contra um homem que em telegrapha official  
« se declarou *ser abominado no Brazil*, onde sua imaginaria can-  
« didatura fora recebida com desprezo.

« Visconde de Ouro Preto ».

Confirmo o solemne protesto que então lavrei, em meu nome e no de meu irmão, e estou certo de que os nossos concidadãos hão de acolher-o, e secundal-o, pois a todos os corações brasileiros revoltará a injustiça de qualificar-se como inimigos da patria aquelles que sempre se desvelaram, até o sacrificio, pelo seu engrandecimento e prosperidade.

A Dictadura pode muito, pode tudo mesmo, graças aos canhões e bayonetas em que se apoia, menos roubar-nos os fóros de bons brasileiros, conquistados pelo trabalho assiduo e honrado, pela dedicação sem limites ao serviço da terra em que nascemos.

Segundo communicação do ministro da fazenda ao SECCULO e d'essa vez tambem ao representante brasileiro em Lisboa, as occurrencias do dia 18 de Dezembro não tiveram importancia alguma. Eis o que a tal respeito telegraphou o Sñr Barboza e encontra-se nas gazetas de 27:

« Rio, 26, AS 12. T. — *Latino Coelho*. — Lisboa. — Por tele-  
« grammas vemos que infelizmente não ha especulação de novel-  
« leiros que não encontre credito na Europa, contra nós, por  
« mais que a previnamos contra esta especie de conspiração. E

« falsa a noticia de revolta dos corpos de artilharia. Apenas houve  
 « um motim de alguns soldados, que logo foi reprimido; esse  
 « facto augmentou aqui a confiança no governo, mostrando estar  
 « elle armado de recursos prromptos e decisivos para suffocar  
 « qualquer perturbação da ordem.

« E' falso haver aggravação da doença do general Deodoro;  
 « pelo contrario, as suas melhoras da molestia antiga crescem. O  
 « medico assistente acredita certa a sua cura. Em todo o caso  
 « a sorte da revolução hoje é acceita pelo paiz inteiro e não de-  
 « pende da contingencia da vida de um homem, por muito pre-  
 « ciosa que seja. No exercito mesmo a revolução conta outros  
 « chefes de altissimo prestigio e não menos dedicados a ella.  
 « Todás as opiniões politicas aqui abraçaram com enthusiasmo o  
 « praso da convocação da constituinte, considerando definitiva-  
 « mente firmada por esse acto a segurança da republica. Descon-  
 « fiem dos novelleiros. — *Ruy Barbosa.* »

Dando-se credito antes ao Sñr Christianno Ottoni (1) do que ao ministro, alguma coisa houve de muito serio e grave no dia 18 de dezembro, pois S. Ex.<sup>a</sup> assevera, que em consequencia d'esses acontecimentos foram condemnados cincoenta e tantos soldados e inferiores, dentre os quaes *dez á pena de morte*, comutada em galé *perpetua* ulteriormente.

Em todo o caso, que coparticipação tiveram n'esses successos os cidadãos fulminados pelo decreto de 21 de dezembro? Eu, semanas antes, pisára terra estrangeira; o Sñr Silveira Martins tambem esteve preso desde a revolução ou vigiado; pelo que toca ao Sñr Carlos Affonso é evidente que, si algum indicio ainda que ligeiro e remoto contra elle resultasse do inquerito rigoroso, a que se procedeu, não se contentariam de banil-o os que depois d'isso ainda o detiveram 21 dias numa fortaleza. Como quer que seja, neste facto se contem a demonstração eloquente das condições a que reduzio o Brazil a revolução de 15 de novembro,

(1) No seu recente folheto — O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRAZIL.

assim como na significativa circumstancia de que uma unica fólha ousou arrisear timidas observações acerca de tão descommunal violencia, contra um cidadão encanecido ao serviço do paiz. Outr' ora, nos nefastos tempos da monarchia, quando era apanhado em flagrante qualquer turbulento, gemiam os prelos, a autoridade via-se obrigada a dar explicações a todos os jornaes e não faltava quem requeresse e obtivesse immediatamente em favor do detento a salvadora providencia do *habeas corpus*.

## V

Depois de publicado o *Manifesto*, tive conhecimento de uma queixa mais do exercito. Ignoro si effectivamente constituiu ella uma das causas que determinaram a sublevação de 15 de novembro, ou se foi lembrada *post-factum* como justificativa.

Acontece isso frequentemente no mundo moral. Consummado um attentado, sua enormidade patenteia-se aos olhos de quem o praticou, já desanuviados das paixões, e então a consciencia afflicta busca explical-o por motivos diversos dos que realmente actuaram.

Para maior edificação dos leitores trasladarei literalmente a nova razão invocada em abono da revolta. Disse o tenente coronel Jacques Ourique no seu escripto, intitulado — A REVOLUÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO :

« Em vista da attitude assumida pelo exercito provocada pela  
 « ineptia administrativa do poder, o gabinete João Alfredo em  
 « vez de procurar corrigir franca e patrioticamente os erros de  
 « seus antecessores, *preferiu lançar mão da perfidia, fazendo*  
 « *sahir da córte, sob um pretexto que não podia ser recusado,* o  
 « general Deodoro da Fonseca com uma forte expedição para a  
 « longinqua provincia de Matto Grosso.

« Naquella provincia, o general sempre correcto, escravo do

« dever, dava completa e satisfactoria execução á missão que lhe  
 « fora incumbida, quando constituido o gabinete Ouro Preto,  
 « recebeu bruscamente, sem a menor attenção a seu alto cargo e  
 « aos muitos serviços que elle prestara ao paiz, ordem de regres-  
 « sar com as forças para a côrte.

« Esta inepta e descabida provocação foi aggravada com a no-  
 « meação para a presidencia d'aquella provincia d'um official  
 « de pessima reputação militar, instrumento malcavel dos inimi-  
 « gos do General, e que alem disso tinha propalado na côrte, e  
 « no Rio Grande do Sul, o boato de que o chefe das forças em  
 « observação em Matto Grosso tinha sido assassinado pelas pro-  
 « prias tropas que commandava, devido á falta de disciplina que  
 « não pudera manter. »

O aggravamento, portanto, a *provocação inepta e descabida* ao general basea-se em dous pontos: dissolução da columna expedicionaria de Matto Grosso e nomeação de presidente para essa mesma provincia.

Ora, si a missão dada ao general Deodoro, sob pretexto que não podia ser recusado, fôra um acto de perfidia do gabinete anterior ao ministerio de 7 de junho, este, mandando-o recolher ao Rio de Janeiro, deveria ser lhe agradavel e não odioso, por quanto fazia-o regressar ao ponto d'onde houvera sido arditosamente affastado. A volta para a côrte corregia o embuste em virtude do qual d'ella se ausentára. Isto é claro.

Eis como no affan de endeosar-o, os entusiastas do general por vezes o compromettem, attribuindo-lhe sentimentos e actos incompativeis com o simples bom senso! A dar-lhes credito o idolo seria a inconsequencia personificada. Assim n'este cazo: sob um falso pretexto fazem-no seguir para longinqua provincia. Elle, ainda que não se deixasse enganar, obedece, parte e não se queixa. Mas ao governo que de tal estratagemas usou succede outro, que o desmancha, recollocando o general no ponto d'onde o obrigaram a sahir.

S. Ex.<sup>a</sup> offende-se só então; toma o facto como uma

provocação e reage ! Preferiria continuar victima da perfidia, n'uma commissão illusoria ?! Bem se vê quão desarrazoada é semelhante queixa.

Fui informado de que os meus antecessores não tiveram em vista pôr entre si e o general Deodoro a grande distancia, que vae do Rio de Janeiro a Matto Grosso, mas tão somente confiar commissão que julgavam indispensavel e importante a um chefe brioso, que contava sympathias no exercito. O fim da expedição foi impedir que aquella provincia soffresse uma invasão e se convertesse em theatro de luta entre nações visinhas, dado o rompimento de hostilidades entre a Bolivia e o Paraguay, que se suppunha imminente.

As duas republicas, porem, accomodaram-se e resolveram liquidar pacificamente as suas questões, desaparecendo o receio d'aquella eventualidade, que realmente seria grave. Por outro lado, a permanencia das forças em paragens tão remotas occasionava grandes despesas e reclamações havia por falta de recursos no acampamento. O ministerio ordenou que regressassem, que viessem do sertão para a capital, isto é, a um tempo alliviou-as e ao thesouro publico de sacrificios ingentes. Eis a provocação !!

Mas diz o escriptor : a ordem foi *brusca e não se teve em conta o alto cargo do general*. Como deixaria de ser brusca e attenderia ao alto cargo? Em primeiro lugar, a consulta era desnecessaria visto já não existirem as razões que determinaram a expedição. O aviso previo, assim como a mesma consulta, consummoria muitos mezes, attenta a immensa distancia, conseguintemente prolongaria e aggravaria os inconvenientes que se procurava remover — despesa desnecessaria e soffrimento das tropas. Demais, que governo, digno d'essenome, julgou-se jamais obrigado a avisar previamente seus subordinados, o que equivale

pedir-lhes licença, das resoluções que entende tomar no interesse do serviço publico?!

Ao general não se marcou prazo para recolher, teve communicação de que a expedição estava terminada, cumprindo regressar quando se offerecesse opportunidade.

Embarcou quando quiz, e veio, note-se, conservando os vencimentos e honras de commandante em chefe. Não se podia fazer mais.

*Não se attendeu aos seus grandes serviços.* Quaes? Os da guerra do Paraguay foram em tempo e devidamente remunerados. Os da expedição? Estes só podiam ser aqui-latados, conhecido o que n'ella occorrêra. Para isso foi o general convidado a escrever um relatorio, que não chegou a apresentar.

Quanto á nomeação para presidente da provincia de Matto Grosso de um official seu inimigo, expôr a arguição, é quanto basta para patentear a subversão completa de todos os principios que lavrava, não direi no exercito, mas em grande parte d'elle. Pretender que o governo julgasse interdicto distincto brasileiro cujo prestimo queria aproveitar, só pela inimidade, aliás ignorada, de um general, por mais elevadas que fossem sua patente e importancia, é o cumulo das exigencias impertinentes e inadmissiveis.

Na hypothese de ser notoria essa inimidade, que aliás não o era, (pelo menos para o presidente do conselho) e si o posto a que foi chamado esse official entendesse com a missão do general, os attrictos que d'ahi poderiam resultar para o serviço aconselhariam talvez a escolha de outro. A missão do general, porem, estava finda, elle ia deixar a provincia. Que inconveniente havia em que o supposto adversario fosse presidil-a? Porque, pois, não aproveitall-o para um cargo, que estava perfeitamente habilitado a desempenhar?

E não reflectem nq triste futuro que para si mesmos



preparam os que elevam a desaffeição, justificada ou não, das grandes patentes á categoria de obstaculo á carreira militar de seus camaradas !

Si me fôra licito dar conselhos aos que se incumbem de explicar a attitude assumida pelo exercito no dia 15 de novembro, dir-lhes-hia, por amor da propria corporação, que attribuissem-lhe outros moveis e outros intuitos, que não os até agora manifestados. Esses não podem calar na consciencia nacional.

## VI

Não quiz o ministro da fazenda do governo provisório que chegasse a seu termo o anno de 1889, sem desfechar no regimen decahido golpe que suppoz ser o mais decisivo.

Publicaram os jornaes de 31 de dezembro extenso relatório seu, ao qual poz por epigraphé — *A fazenda nacional em 15 de Novembro* de 1889, destinado como declara a offerecer ao paiz o quadro dos erros e abusos do antigo systema, e ao mesmo tempo convenceo de que em materia de finanças a republica sô encontrára *difficuldades, compromissos e exigencias imperiosas*. Excusado é dizer que ao ministerio 7 de junho lançou a principal responsabilidade do tristissimo espolio. O quadro foi desenhado trabalhosamente ; no genero diatribe é um primor. Tudo quanto se fez sob a monarchia e especialmente sob o ultimo gabinete, foi desperdicio, fallacia, torpeza e corrupção ; tudo revela falta de tino, de profisciencia, escrupulos e patriotismo.

• A nação estava á borda d'um abysmo ;... porem felizmente possui recursos immensamente superiores ás suas necessidades, e a republica chegou a tempo de evitar a ca-

tastrophe. Mais um minuto e tudo se precipitaria no antro medonho e insondavel!

Não ha originalidade n'isto; mas traço caracteristico de uma seita partidaria, que contou e conta numerosos adeptos em todas as epocas e em todos os paizes.

Depois de analysar-lhe a indole e os habituaes processos que, não admittindo no antagonista sequer a possibilidade de erro de apreciação, a induzem a enxergar sempre na opinião infensa perversidade e crime, a não discutir, mas condemnar; a crear para seu uso exclusivo direito differente do que aos demais assiste; a supprimir o adversario si lhe oppõe difficuldades; a nunca julgar-se com liberdade bastante, descobrindo nos outros liberdade em excesso; e, finalmente, a bradar contra o despotismo quando não pode exercel-o, practicando-o em larga escala, quando lhe aproveita; fazendo assim profundo estudo psychologico politico dessa escola, termina illustre publicista com a seguinte observação :

« A constituição intellectual do jacobinismo não lhe deixa des-  
 « cortinar a verdade, porque elle colloca invariavelmente entre  
 « si e os homens ou factos que pretende julgar, uma ideia pre-  
 « concebida, ou um odio implacavel. Desde que sahindo das ma-  
 « chinações subterraneas exhibe-se á luz do sol, — como as aves  
 « da noite, nada vê. »

Occorreram-me esses conceitos ao ler o relatorio de 31 de Dezembro. O quadro é tragico e guardou todos os preceitos professionaes, mas ainda assim não poudo occultar a verdade, que d'elle mesmo transparece, e foi isso que ao autor não deixou perceber *sua constituição intellectual*. Quiz provar que a republica só encontrara difficuldades financeiras; conseguiu apenas demonstrar que o imperio legou-lhe, pelo contrario, situação prospera e segura.

Apezar de amordacada, a imprensa brazileira deu-lhe o justo valor pelo orgão de um de seus mais liabeis pole-

mistas. No estrangeiro e especialmente nos paizes que sendo credores do Brazil, ou mantendo com elle extensas relações commerciaes, estudam os seus negocios com cuidado e seriedade, o effeito produzido foi exactamente o inverso do que visava o ministro da fazenda.

VII

Mostrarei com os proprios dados do celebre relatorio, que a republica achou o thesouro nacional provido de meios abundantes para occorrer a todos os compromissos, e necessidades do estado.

Effectivamente, que despesas havia a saldar até á liquidação do exercicio ?

1º As ordinarias da manutenção dos diversos servicos, orçadas em. . . . .	40.000 contos
2º Parte exigivel da divida fluctuante calculada em. . . . .	7.840 »
3º Prestações a que o thesouro se obrigára para auxiliar a lavoura e que não poderiam, em caso algum, elevar-se a mais de. . . . .	59.850 »
4º Compra de prata para cunhagem de moeda . . . . .	2.995 »
5º As despesas extraordinarias para soccorro ás victimas da secca, que depois estimarei. . . . .	»
	<hr style="width: 100px; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>
	110.685 contos
	<hr style="width: 100px; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>

Excluindo, pois, a ultima parcella, em 111.000 contos cifra redonda, computava-se a despesa maxima até liquidar-se o exercicio (1).

(1) A *Gazeta de Noticias* n'um excellento artigo de 6 de janeiro adiciona

Mas, não só ha o acrescimo indicado, senão deducções a fazer-se n'essa quantia.

Nos 7.840 contos de divida fluctuante estão contemplados 4.500 contos, importancia do papel moeda resgatado pelo Banco Nacional, que seria paga, não em dinheiro, mas em apolices de um conto de reis, ao par, e juros de 4 0/0 ao anno. Consequentemente, apenas esse juro, correspondente a um semestre, ou 90 contos de reis, deveria ser contado, abatendo-se a differença — 4.410, o que reduz desde logo os 111.000 contos a 106.590; digamos 107.000.

Os 59.850 contos para auxilios á lavoura teriam de ser dispendidos em prestações, á proporção que os bancos, com os quaes o governo contractára taes auxilios, empregassem nos emprestimos 26.150 contos já recebidos com o mesmo fim, além de somma igual da suas carteiras, na forma estipulada.

Ora, taes operações de sua natureza são morozas, dependendo da apresentação de documentos, do exame das propriedades, sua avaliação, etc.; e ainda que se houvesse procurado simplificar e facilitar todas essas diligencias, fôra de duvida éra que, até liquidar-se o exercicio, como os factos vieram comprovar mais tarde, não teria o thesouro de desembolsar a quantia total. Leval-a-hei, entretanto, em calculo, para com todas as concessões argumentar na peor hypothese.

Temos, pois, a despesa de 107.000 contos e mais a dos soccorros ás provincias assoladas pela secca. Não avalia o relatorio a quanto subiria esta verba e por tanto é mister conjectural-o.

a esta despesa 21.362 contos, para os gastos do exterior, e dos quaes tracta confusamente e de caso pensado o relatorio. A meu ver, toda a despesa no interior e no exterior até liquidar-se o exercicio de 1889 estava incluida nos 40.000 contos da primeira parcella; ao contrario este algarismo não teria explicação. Os 21.362 contos teriam de ser dispendidos por conta do novo exercicio de 1890, que disporia de recursos proprios e sufficientes.

No mez de novembro, segundo as ultimas noticias, a intensidade do flagello ia diminuindo; já havia chovido em algumas localidades, e, executando as instantes recommendações do governo, os presidentes das provincias reduziam consideravelmente os soccorros e conseguintemente as despesas. Na Parahyba e no Rio Grande do Norte, por exemplo, cessariam completamente em pouco tempo.

Sem embargo, admittirei que essas despesas continuassem em proporção avultadissima. Do começo do anno a novembro abriram-se para ellas creditos extraordinarios no valor de 18.000 contos, que nem todos estavam gastos.

Tomarei somma egual para os soccorros prestados de 15 de novembro a 30 de junho, o que é manifestamente exagerado. Accrescendo tal somma aos 107.000 contos já apontados, vê-se que a despesa maxima não excederia de 125.000 CONTOS DE REIS.

Examinemos agora os recursos de que podia dispor o governo provisorio. O proprio ministro da fazenda assim os enumera :

Saldo em dinheiro existente no thesouro. . . . .	7.522 contos
Saldo em dinheiro no Banco Nacional do Brazil. . . . .	2.672 »
Saldo em dinheiro na agencia financeira de Londres. . . . .	21.362 »
Quantia enviada para compra de prata nos Estados Unidos. . . . .	2.995 »
Renda a arrecadar até ao fim do exercicio.	28.000 »
Producto do emprestimo de 1889 a realisar-se até abril de 1890 . . . . .	65.000 »
Total . . . . .	<u>127.551 contos</u>

Assim, para o dispendio maximo, grandemente improvavel, de 125.000 contos, havia recursos seguros e disponiveis no valor de 127.000.

Mas não era só isso. Outros e abundantes existiam, outros acautelara o ministerio, e foram ommittidos no relatório, afim de carregar o quadro *de ruinas amontoadas pela monarchia*.

Com effeito, em virtude de convenções antigas, que datavam de 1879, ao tempo em que geria a pasta da fazenda o presidente do conselho do mesmo gabinete de 7 de Junho, podia o governo retirar do Banco do Brazil a somma de 10.000 contos pelo credito ali aberto em conta corrente. Podia ainda mais, e por contracto firmado por esse ministro, depois de junho de 1889, levantar em condições identicas 5.000 contos no Banco Nacional; e, finalmente, podia saccar a descoberto sobre a Europa até *cinco milhôes de libras esterlinas*, importancia do credito que negociára e conseguira abrir, logo que assumio a administração do paiz, credito valido por dois annos.

Portanto, *as difficuldades, os compromissos, as exigencias imperiosas*, que o abominavel ultimo ministerio da não menos abominavel monarchia legou á republica, consistiam em recursos promptos, reaes, effectivos para toda a despeza possivel, calculada com grande exagero até junho de 1890 e UM SALDO SUPERIOR A 61.000 CONTOS DE REIS!!!

E cumpre accrescentar, que poucos dias antes da revolução, realisára o governo em condições vantajosissimas a conversão da maior parte da divida externa, conseguindo economia superior a 3.800 contos de reis na despeza annual.

Si tudo isto, si o credito publico fortalecido, si a cotação dos fundos do estado em alta, o amplo desenvolvimento do commercio e das industrias e a renda em escala ascendente não constituam situação financeira animadora e

prospera, — eu não sei que paiz do mundo possa ufanar-se de tel-a jamais alcançado.

Não sustentarei que as finanças do imperio foram sempre modelo de ordem prudencia e sabedoria. No largo periodo de quasi meio seculo, cometteram-se erros e desperdicios. Não podia deixar de ser assim. Muito antes de apparecer na scena politica o autor do relatorio, eu os assignalava na imprensa e na tribuna do parlamento, advertindo que éra preciso corrigil-os e indicando os meios que para esse fim pareciam mais acertados.

D'esses erros e desperdicios, inevitaveis sobretudo nos paizes novos, que tem de pagar o tributo da inexperiencia, para as exagerações odientas do relatorio, vae immensa distancia, que todos os espiritos reflectidos, podem medir com facilidade. A despeito de tudo, a verdade é que a administração financeira do Brazil entrava em parallelo com a dos paizes mais adiantados, distinguindo-se por uma feição caracterisca, que lhe fazia a maior honra, — escrupulosa fidelidade no desempenho dos compromissos nacionaes. Dever-se-hia ter feito melhor, mas o que se fez não merece os apodos violentos do relatorio. A prova d'esta asserção está na confiança que sempre inspirou o Brazil aos capitalistas estrangeiros, que não teem condescendências, julgam com severidade, mas sem preconceitos e sem paixões.

### VIII

Adicionando dividas de natureza diversa, de juro vario e em todas relativamente modico, umas exigiveis em prazos mais ou menos longos, outras sem vencimento obrigado, e, consequentemente, não podendo crear difficuldades e dando ao paiz folga para o resgate sem sacri-

ficios, pretendeu o ministro da fazenda gravar na mente popular phrases de effeito impressionista contra o regimen decahido, escrevendo : — *avantaja-se a um milhar de contos de reis o debito nacional, que nos deixou em herança a monarchia!*

O debito do Brazil é consideravel, porem enormemente maior é o patrimonio do estado, constante do vasto e uberrimo dominio nacional, de riquezas naturaes immensas, de magnificos estabelecimentos que possui, de estradas de ferro, de telegraphos que formam já extensa rêde, dos grandes capitaes assim empregados e progressivamente reproductivos.

Não seria, portanto, preciso, como affirma o relatorio, *superpor sete orçamentos, calculada a receita annual em 150.000 contos, para vencer a altura das responsabilidades do estado.* Fosse mister vencel-a de prompto e não carceriamos de tamanho prazo, pois que a propria receita unicamente está longe de ser estacionnaria e avoluma-se de anno para anno.

Segundo tão singular systema, para attingirem a altura do seu debito maiores superposições haveriam de emprender as nações mais adiantadas e prosperas. A França necessitaria de amontoar mais de oito orçamentos, a Republica Argentina quasi nove e a Grã Bretanha nada menos de 207 (1)! Calculos d'esta natureza são infantis.

O debito nacional é grande; mas a sua maior quota resulta de causas fataes, de força maior e ineluctaveis. Não se visse o imperio compellido, para defender a integridade e a honra do paiz, a gastar 600.000 contos com a guerra do Para-

(1) Segundo a publicação mais recente e séria na especialidade eis aqui a receita e o total da divida nacional de cada um d'estes estados :

FRANÇA. *Receita* 3.614 milhões de francos. *Divida* 29,557 milh. de fr.

REPUBLICA ARGENTINA. *Receita* 59 milh. de pezos. *Divida* 526 milh. de pezos.

INGLATEIRA. *Receita* 89 milh. de libras. *Divida* 18,407 milh. de libras.

(*Les finances du Chili* par Ovalle Corréa, 1889).



guay; não se visse forçado a despender 80.000 para atenuar os horrores da calamidade, que por duas vezes em dez annos assolou a zona do norte e esse milhar de contos que representam os seus compromissos, estaria reduzido a quantia insignificante, fóra de toda a proporção com as que oberam outros estados, commodamente resgatavel pela alienação de minima parte do seu patrimonió. Apesar d'esse debito, ainda é o brasileiro um dos povos menos sobrecarregados de impostos.

Proposições como as que acabo de pulverisar quadram indubitavelmente aos intuitos de pamphletistas intransigentes, que a todo o trance procuram agitar as multidões e arrastar as massas inintelligentes, mas destoam da gravidade e correccão que devem revestir os escriptos de um homem de estado, que falla em nome do seu paiz.

O imperio não foi a ruina, foi a conservação e o progresso. Durante meio seculo manteve integro, tranquillo e unido territorio colossal; converteu um paiz atrazado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade, primeira potencia sul americana, considerada e respeitada em todo o mundo civilizado, factor efficiente da civilisação moderna, uma de suas mais solidas garantias no futuro. Aos esforços do imperio, principalmente, deveram trez povos vizinhos, o desaparecimento do despotismo mais cruel e aviltante; o imperio foi generoso sempre com seus adversarios, prolegeu-os muitas vezes; ninguem procreveu, abolio de facto a pena de morte, extinguiu a escravidão, deu ao Brazil glorias immorredoras, paz interna, ordem, segurança, e, mais que tudo, liberdade individual, como não houve jamais em paiz algum. Si teve erros, resgatou-os nobremente, por serviços sem conta, por desinteressado e inexcedivel patriotismo.

Oxalá possam fazer tanto os que além de derrubal-o para sobre seus destroços erguer a dictadura militar, ten-

tam arrastal-o pelas gemonias da historia ! Mas tentam em vão. VERITAS SUPER OMNIA. Na consciencia universal ha de erguer-se um brado poderoso contra a justiça postergada.

## IX

Tanto a imprensa do governo provisório, como os que intentam captar-lhe as boas graças, não cessam de responsabilisar os exilados por tudo quanto de desagradavel se passa na Europa, relativamente á nova situação do Brazil.

São elles que transmittem noticias prejudiciaes á republica, são elles que escrevem artigos desfavoraveis e por seus manejos promovem a baixa dos fundos, a queda do cambio, e o retrahimento dos capitaes. Em uma palavra, os exilados agitam-se em indefessa conspiração, sendo o mais culpado o chefe do ministerio deposto a 15 de novembro.

Estas increpações obrigaram-me já a formular a seguinte reclamação que reproduzo :

« Sr. Redactor do *Jornal do Commercio* — Dos jornaes brasileiros aqui ultimamente recebidos, vejo que o *Diario do Commercio* dessa capital transcreve um artigo publicado na *Gazeta de Portugal* desta cidade, attribuindo-me sua autoria.

« Em algumas linhas que precedem a transcripção, á maneira de prologo, faz o *Diario do Commercio* a declaração de haver inserido outro artigo da mesma procedencia, firmado pelo mesmo nome, cuja paternidade igualmente emprestou-me e applaude-se pela propria perspicacia, pois enxerga a prova de que acertou — na virulencia, injustiça e ataques contra o *Brazil*, contidos na alludida segunda publicação.

« Nas circumstancias especiaes em que me achei no meu paiz, e sobretudo nas em que actualmente me encontro, não devo estranhar que procurem especular com o meu nome por todos os meios e modos, conforme a fertilidade do engenho de cada

« um. O governo provisório recompensa com generosidade e  
« abundância.

« Procure, porem, o *Diario do Commercio* fazer o seu negocio,  
« sem soccorrer-se á clamorosa hermeneutica, que o leva a con-  
« siderar como prova irrecusavel de minha autoria, ou co-parti-  
« cipação em qualquer escripto — *a violencia de linguagem, as*  
« *injustiças e ataques contra o Brazil*, do qual podem banir-me,  
« mas onde, mercê de Deus, ninguém possui o poder de apagar  
« os vestigios do meu berço.

« Fôra mister que eu tivesse herdado toda a virtude de Job  
« para refreiar o protesto de indignação que deixo exarado, contra  
« imputações tão gratuitas, quanto malevolas.

« Permitta-me, Sr. redactor, accrescentar o seguinte, uma vez  
« por todas: — nada escrevi, nada escreverei acerca da nossa  
« patria, sem a minha assignatura e plena responsabilidade; tão  
« pouco hei inspirado, directa ou indirectamente, apreciações do  
« que lá occorre.

« Desta norma de proceder não se afastará o

VISCONDE DE OURO PRETO (1).

« Lisboa, 26 de Fevereiro de 1890. »

Convem accrescentar, que a propria GAZETA DE PORTUGAL  
espontaneamente protestou contra a autoria, que se pre-  
tendia dar-me dos escriptos publicados em suas co-  
lumnas.

Nem esses, nem quaesquer outros — salvo os que hei  
firmado com a minha assignatura — partiram de mim  
ainda que indirectamente, torno a dizel-o.

Abstenho-me muito propositalmente de enunciar aqui  
juizos sobre os negocios do meu paiz. Nem é no estran-  
geiro que elles hão de decidir-se, sim lá, e por exclusiva  
deliberação dos brazileiros. Estes estão em seu direito  
deixando-se governar como quizerem, sem que a nenhuma  
nação ou influencia estranha seja licito immiscuir-se  
nas suas questões domesticas. No dia em que tão inad-  
missives e ultrajantes pretensões se manifestassem de

(1) NO JORNAL DO COMMERCIO de 16 de março de 1890.

qualquer modo, no mundo politico como no financeiro, eu seria o primeiro a tudo esquecer e preterir, para collocar-me ao lado dos que cumprissem o dever de repelil-as com a maxima energia e á custa de quaesquer sacrificios.

Não ha, pois, maior injustiça e nem magoa-me tanto nenhuma como a de que me estou occupando.

Da norma de conducta que me hei traçado fornece testemunho insuspeito o artigo do *TEMPO*, jornal de Lisboa, que incluo nos annexos. É d'uma pessoa com a qual jamais tive relações, e cuja benevolencia certamente não me podia grangear o facto que revela.

Cumpre notar que a entrevista ahi narrada passava-se 36 horas depois de desembarcar eu em Lisboa e quando bem vivas deviam estar ainda as tristes impressões dos successos de 15 de novembro e suas consequencias.

A arguição de que os exilados influem nos mercados estrangeiros, de modo a determinar a cotação dos fundos publicos e a prejudicar o credito do governo provisorio, é de tal natureza que nem precisa ser combatida. Hão de sorrir-se d'ella e dos que a adduzem quantos tenham a menor noção das grandes praças europeas e suas transacções.

O esforço e insistencia com que se nos procura calumniar e maldizer do nosso procedimento fóra do paiz, prova apenas que na patria não encontram motivos justificativos da animosidade que nos votam alguns corypheus da situação e quanto estimariam ver o mesmo sentimento compartilhado pela maioria de nossos concidadãos. Temos fé, porem, que elles nos fazem e farão sempre completa justiça.

## X

Algumas palavras mais de interesse puramente pessoal: escrevo o meu testamento politico.

A forçada ausencia do meu paiz e o anniquilamente da minha posição, não me preservam das aggressões de alguns adversarios, que não cessam de procurar ferir-me no meu caracter publico e privado. Ultimamente e em falta de novos assumptos occuparam-se dos meus haveres. Em artigo de jornal se disse que eu passára para a Europa, durante o ministerio e ainda depois de prezo, a somma de 4 a 5.000 contos de reis. Alguem n'uma publicação feita sob os auspicios officiaes e que traz por titulo — *Primeiras linhas da historia da Republica no Brazil*, affirma que em especulações de praça, e, mediante excepcional favor de poderosos amigos, ganhára eu maior quantia, da qual remetti para Londres 2.000 contos, reservando o resto, *o que sabe por informações de pessoa de conceito*. O escriptor acrescenta, que encontrando n'aquella praça, ao incumbir-me do governo, um saldo de 40.000 contos e no thesouro 2.000 em ouro, — gastei-os para vencer eleições.

De par com isto, n'outro jornal depara-se-me a noticia de que estou luctando com difficuldades para aqui subsistir, consummidos os recursos que trouxera.

Quanto aos 42.000 contos despendidos em eleições, logo que restabeleça-se no Brazil o imperio da lei e me seja permittido invocal-a, chamarei a juizo o escriptor para dar as provas de tal asserto.

Pelo que toca á minha fortuna particular..., posso fazer d'ella o uso que me approuvér, e, portanto, aqui solemne-mente prometto doal-a aos escriptores, se indicarem, como certo ser-lhes-ha facil, o estabelecimento ou casa por onde e para onde fiz os saques sobre a Europa, uma ou alguma das especulações de praça, em que adquiri tamanha opulencia, ou os bens, titulos e rendimentos de que ella se forma.

A pessoa de conceito que forneceu as informações poderá, seguramente, desvendar o segredo.

Fiquem certos de que a isso não se hão de oppor nem a esposa e meeira, nem os filhos e genros, porque não só estamos de pleno accordo, mas são também riquissimos. Só meu filho mais velho, segundo as mesmas versões, possui nada menos de 400 contos de reis, ganhos, já se sabe, á sombra do meu governo.

Não lhes sirva de embaraço, por generoso escrupulo, a noticia de que estou luctando com difficuldades para subsistir, pois cumpre-me informal-os, visto que o homem publico deve habitar em casa de vidro, que não é isso exacto.

Dois amigos espontaneamente entregaram-me cartas de credito sobre a Europa (outros m'as offereceram) e de uma d'ellas me aproveito. Não lhes declino os nomes, porque seria expol os á suspeita de conspiração contra a republica, no que ha perigo; mas algum dia o farei, e si antes d'isso morrer, meus successores fal-o-hão por mim. Servi-me de um d'esses creditos, por que, como é facil comprehender-se, pode-se possuir grande fortuna e não se ter momentaneamente dinheiro disponivel, maxime estando elle empregado.

Como, porem, accostumei-me a não viver á custa alheia, meu genro o D.<sup>o</sup> Feliciano Mendes de Mesquita Barros, para apurar com que saldassemos alguns debitos, pagar o que aqui retirei e continuar a manter-me, hypothecou, em dias do mez de Março findo, no Banco de Credito Real do Brazil uma pequena fazenda que possuimos em Ubá, provincia de Minas.

Para maiores explicações e minudencias quem quizer dirija-se á respeitavel casa dos sñrs Araujo Ferraz e Cia, rua Municipal nº 28, na cidade do Rio de Janeiro: eu autoriso-as e peço que as deem.

Não me affligem commentarios d'esta ordem; não me abatem o animo os trabalhos que tenho affrontado ou

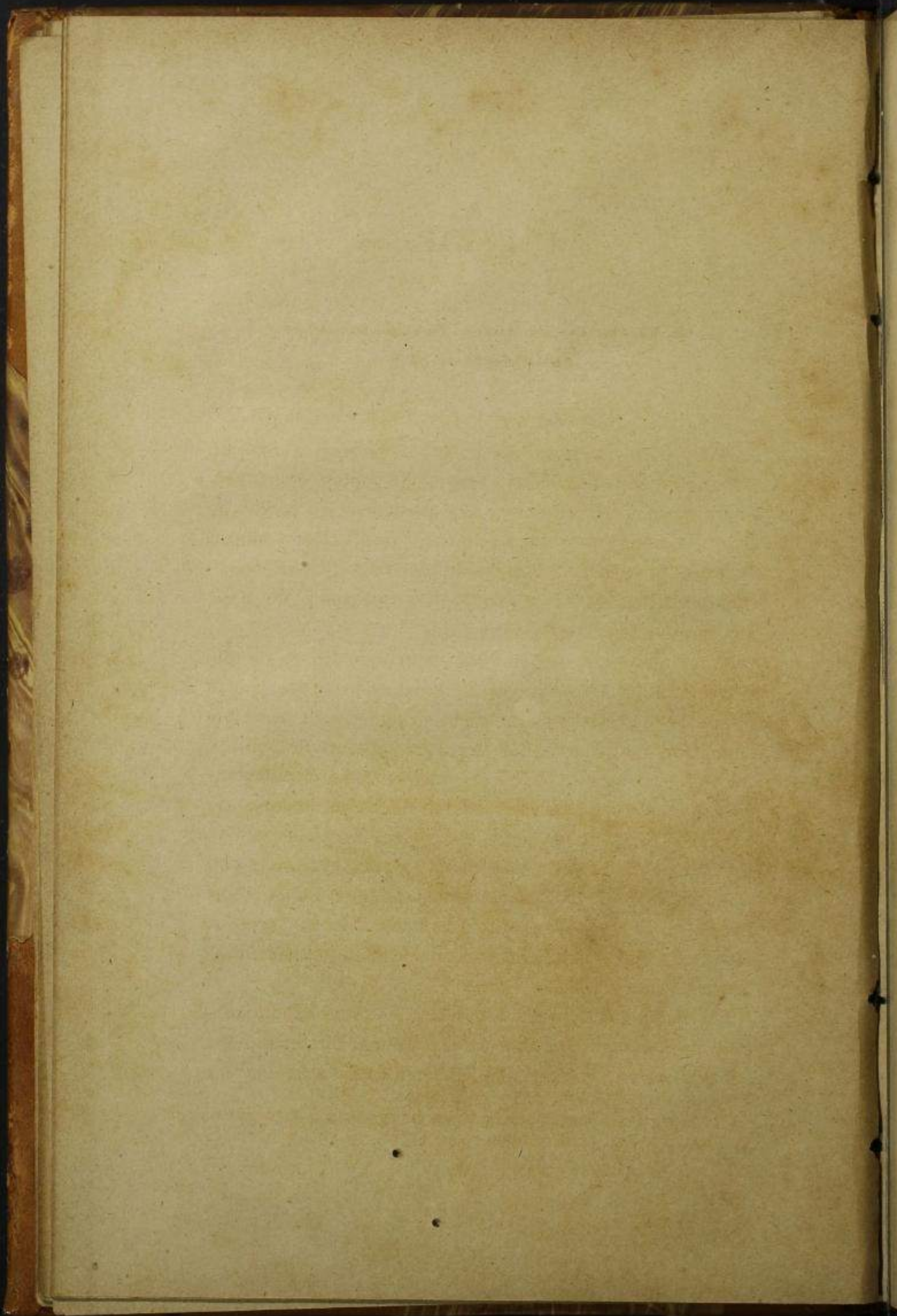
ainda me reserve o futuro. Ao contrario redobram-me as forças, enchendo-me de intima satisfação.

Ha alguma cousa de mais glorioso que o triumpho : — ser vencido na defeza do direito, — o sacrificio pelo cumprimento do dever.

Paris, 29 de maio de 1890.

Ouro Preto.

---





## 1<sup>a</sup> PARTE.

### **● Visconde de Ouro Preto nos seus concidadãos (1).**

Santa Cruz de Tenerife, 9 de dezembro de 1889.

D'este porto, onde fui obrigado a deter-me, e do qual posso communicar com os meus compatriotas, é meu primeiro cuidado referir-lhes o que presenciei e a parte que tive nos memoraveis acontecimentos de 15 de novembro, os quaes privaram o Brazil das livres e nobres instituições, que lhe deram tantos annos de paz e prosperidade e me arrojaram a paragens tão distantes.

E'esse um dever e ao mesmo tempo um direito de que não prescindo. Alvo principal de todos os ataques, centro e direcção da resistencia que aquelles successos poderiam encontrar, o alto cargo que occupava na situação politica, tão violentamente deposta, me poz a par de circumstancias, que poucos conhecem, e são da maior importancia para bem se aquilatar como, em poucas horas, se mudou a forma de governo do meu saudoso paiz, quando geralmente a suppunham fortemente consolidada. Incumbe-me fornecer á historia esses subsidios indispensaveis para que ella profira juizo imparcial e seguro. Commetterea eu uma falta se os occullasse.

Por outro lado, para que se aprecie com exactidão o meu procedimento, cumpre ter em vista as circumstancias em que me achei, o meio em que me coube agir. Perante

(1) Este manifesto foi publicado em Lisboa no supplemento do COMMERCIO DE PORTUGAL n.º 3122 de 20 de dezembro de 1889.

os meus próprios adversarios de boa fé nada mais quero, nem preciso, para que reconheçam haver sabido manter com dignidade o meu posto.

Na exposição que vou fazer, offerecer-se-me-ha ensejo de contrariar mais de uma inverdade, assoalhada pelos jornaes publicados no Rio de Janeiro, desde o dia 16 de novembro até á data da minha partida, 19, e que só a bordo do vapor que me conduziu pude ler.

---

Nos dois ultimos mezes do ministerio a que tive a honra de presidir, todo o esforço da opposição consistiu em convencer o exercito de que lhe era hostil o governo, alimentando o intuito de abatel-o.

Dois jornaes, principalmente, tomaram a si a tarefa ingrata de promover uma sedição militar, calamidade de que o Brazil fôra preservado durante mais de meio seculo. Eram o *Diario de Noticias* e o *Paiz*, dirigidos pelos actuaes ministros da fazenda e dos negocios estrangeiros do governo provisorio. Não cessavam as duas gazetas de, por odiosos pretextos, concitar os brios do exercito e da armada, exagerando e adulterando factos comesinhos da administração publica, como depois se verá, inventando outros sem a menor plausibilidade sequer, attribuindo imaginarias offensas ás duas classes, não só ás deliberações do governo, mais justas e acertadas, senão tambem aos seus planos de futuro.

No constante dizer das duas folhas, que assim se constituiram fomentadoras da anarchia, o ministerio pretendia nada menos que desprestigiar o elemento militar, e sobretudo o exercito, cuja dissolução tinha em mente, — o ministerio de 7 de junho de 1889, que aliás se organisára, entregando as duas pastas da marinha e da guerra a dois officiaes generaes das forças de mar e terra (pensamento

que, seja dito de passagem, servio de thema para as primeiras aggressões irrogadas ao presidente do conselho) (1), e que ás fileiras do exercito fôra buscar dois coroneis para presidirem as provincias de Matto-Grosso e Ceará, cujas circumstancias especiaes reclamavam administradores da mais absoluta confiança!

Jamais acreditei, confesso a minha ingenuidade, que taes manejos pudessem surtir effeito, calando no animo da maioria dos officiaes do exercito e menos da marinha, tão correcta e circumspecta até então no desempenho de seus arduos deveres.

Admittia apenas a possibilidade de arrastarem a alguma inconveniente manifestação um ou outro joven exaltado e inexperiente. Suppunha, porém, que os contivessem os conselhos e o exemplo dos superiores mais avisados e prudentes, persuadido de que em todo o caso, si qualquer abuso ou excesso fosse praticado, o cohibiriam os meios disciplinares ordinarios, em quanto não se preparasse acção mais vigorosa para o futuro.

Essa crença, além de se originar do inconcusso principio de justiça, que de ninguem permite suspeitar criminalidade na ausencia de factos averiguados, corroborava-se por motivos muito especiaes.

O sr. visconde de Maracajú, ministro da guerra, era uma alta patente do exercito, em cujo serviço ganhára todos os postos e distincções. Devia, pois, conhecer-lhe bem as necessidades, reclamações e descontentamentos; não podia tão pouco ser indifferente aos seus interesses, que lhe eram communs.

(1) É curioso recordar que os principaes impugnadores da chamada de dois generaes para o ministerio foram os redactores dos jornaes acima citados, que poucos mezes depois uniram-se ao exercito para conquistar o poder, sob o pretexto de desprestigio da classe militar. Veja-se entre os annexos o segundo discurso que proferi na camara dos deputados, respondendo as censuras feitas á nomeação de dois ministros militares.

Pois bem: s. ex.<sup>a</sup> nunca me preveniu de que assistiam á corporação razões de queixa contra o governo : jamais trouxe ao meu conhecimento qualquer representação, nem formulou proposta ou exigencia em favor da classe militar, que deixasse de ser attendida pelo governo, salvo a que depois mencionarei.

Logo em começo de nossa administração indicou que se mandasse regressar de Matto Grosso a divisão, que sob o commando do Marechal Deodoro, para alli destacara o gabinete anterior. Immediatamente annui a essa medida, que chamou para a capital do imperio o chefe e o nucleo dos futuros sublevados, recommendando a s. ex.<sup>a</sup> que tratasse de aproveitar o mesmo marechal em commissão correspondente ao seu elevado posto.

O sr. visconde de Maracajú fez sempre as promoções que lhe aprouve sem a mais ligeira opposição dos collegas, os quaes opinaram tão somente em contrario a s. ex.<sup>a</sup>. (que, entretanto, promptamente accedeu) pela demora no preenchimento de uma vaga de brigadeiro, não por julgarem menos digno o coronel que para ella apresentava, mas por ter parecido conveniente aguardar segunda vaga do mesmo posto, geralmente esperada em breve prazo, para que ao mesmo tempo alcançasse igual accesso outro official tão idoneo e com serviços tão valiosos como o primeiro. Não se verificando, porem, a vaga ficou resolvida a promoção do official preferido pelo sr. ministro da guerra.

S. ex.<sup>a</sup> quiz pensões para algumas familias de militares e obteve-as; entendeu galardoar a varios camaradas com titulos e condecorações e o conseguiu.

Ao que não annuiu o gabinete, e tal é a excepção que resalvei, foi em uma derrama de graças por toda a officialidade, baseada em certa tabella de equação entre os postos e a categoria dos titulos e condecorações, de modo que a cada marechal de campo se conferisse, *verbi gratia*, um

baronato, a cada brigadeiro uma dignitaria da Rosa, e assim por diante.

Ponderou se lhe que generalisar taes mercês seria tirar lhes o valor, não agradando nem mesmo aos contemplados. Não nos oppuzemos, todavia, á que opportunamente se distinguissem todos os que tivessem merito assignalado.

O sr. ministro da guerra estava, portanto, satisfeito com a marcha dos negocios e, seguramente, assim não poderia acontecer si o exercito a que pertencia soffresse injustiças ou aggravos.

Não é tudo : — como recebesse avisos anonymos de que alguma cousa se tramava nos corpos da segunda brigada, mais de uma vez chamei para o assumpto a attenção de s. ex.<sup>a</sup>, que sempre me procurou tranquilisar, assegurando nada occorrer de extraordinario e estar vigilante para impedir ou reprimir qualquer irregularidade.

No mesmo sentido ainda se pronunciou o sr. visconde de Maracajú a 14 de novembro em entrevista commigo, na vespera dos acontecimentos, como depois relatarei.

Verdade é que, por se achar enfermo, duas vezes obtive licença o sr. visconde de Maracajú, sendo substituido interinamente na pasta da guerra pelo sr. ministro da Justiça, senador Candido d'Oliveira. Era possivel que durante essas interrupções qualquer desgosto fosse infligido ao exercito. Mas, nos poucos dias em que serviu o ministro interino nenhuma resolução foi tomada, sem proposta ou accordo da segunda auctoridade militar, o ajudante general do exercito, marechal Floriano Peixoto, estimado e respeitado por seus camaradas e subordinados entre os quaes gozava da maior popularidade.

D'este official general, que incontestavelmente era o de maior prestigio em todo o exercito, com quem estava em contacto immediato, inqueri tambem, acerca das dispo-

sições em que elle se achava e de s. ex.<sup>a</sup> tive seguranças eguaes ás que me offerecia o sr. visconde de Maracajú.

Recebendo d'est'arte das duas fontes mais auctorizadas e competentes informações tão satisfactorias, não podia o governo receiar nenhum attentado, tanto mais quanto, como observei, jámais chegou ao seu conhecimento reclamação individual ou collectiva, que accusasse injustiças a reparar ou necessidades a attender, relativamente ás forças de linha.

---

E' certo que algumas faltas de disciplina foram commettidas na capital e nas provincias; mas, alem de que eram a reproducção de outras practicadas desde muitos annos e que não haviam aconselhado medidas de rigor, não poucos factos em sentido contrario me convenciam de que si o espirito de insubordinação affectava algumas praças e officiaes, não se generalisava o mal e podia ser extirpado sem o emprego de meios excepcionaes, pelo influxo de uma politica justa e moderada, posto que energica.

Assim é que, sendo preciso, em consequencia de conflictos travados na capital de Minas entre praças do 9.<sup>o</sup> regimento de cavallaria e as de policia da provincia, substituir aquelle corpo, seguiu para ali, dentro de 4 horas apoz a recepção das primeiras noticias, nova guarnição sem a menor reluctancia, retirando-se a antiga na melhor ordem e regularidade.

Assim é que, exigindo as conveniencias do serviço publico, que destacasse um dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro para a longinqua provincia do Amazonas, em poucos dias para ali embarcou o batalhão de infantaria n.<sup>o</sup> 22, sem embargo dos boatos espalhados de que desobedeceria á ordem de marcha e dos conselhos e provocações, que para isso recebeu da imprensa opposicionista.

Com referencia á partida d'essa força, foi-me entregue uma communicação do commandante da respectiva brigada, general barão do Rio Apa, irmão do ministro da guerra, a qual, por feliz acaso, se me deparou entre os poucos papeis que minha familia encontrou sobre a meza de trabalho e me pôde entregar á bordo. Aqui transcrevo-a, como specimen significativo das informações que os chefes do exercito traziam ao conhecimento do governo. Verão os meus compatriotas que poucos dias precedeu á sedição militar.

« *Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> sr. conselheiro visconde de Ouro Preto.*

« Como v. ex.<sup>a</sup> já deve saber effectuou-se hontem, á hora  
« determinada, o embarque do batalhão 22 de infantaria na  
« melhor ordem, não tendo havido a menor circumstancia  
« que denotasse pouca vontade no cumprimento da ordem do  
« governo.

« Disse a v. ex.<sup>a</sup> que nada me constava sobre a reluctancia do  
« 22.<sup>o</sup> embarcar e asseguro a v. ex.<sup>a</sup> *que os corpos da minha bri-*  
« *gada são todos muito disciplinados e que cumprirão sempre as*  
« *ordens do governo; e si não fosse assim teria pedido exone-*  
« *ração do commando.*

« Creia v. ex.<sup>a</sup> que todos os *corpos do exercito são disciplina-*  
« *dos e que com elles o governo pode sempre contar.*

« O Governo que lhes dê chefes que não queiram antepôr a  
« popularidade á disciplina (hoje um mal de que são atacadas to-  
« das as classes) e verá que o que eu *digo é* uma verdade.

« *A disciplina é uma religião para o soldado e elles amam*  
« *muito sua bandeira para darem-se em espectáculo triste, á vista*  
« *da população, desobedecendo ao seu governo.*

« Aceitei de bom grado a responsabilidade que v. ex.<sup>a</sup> e o sr.  
« conselheiro ministro interino da guerra me fizeram pelo em-  
« barque do 22; estou, portanto, desobrigado d'essa responsabi-  
« lidade que nunca evitarei em relação á qualquer força sob o  
« meu commando, porquanto saberei em todo tempo manter a  
« disciplina.

« V. ex.<sup>a</sup> prometteu-me que seria chamado á côrte o major do  
« 22, Souza Menezes, logo que com seu batalhão chegasse á pro-  
« vincia do Amazonas, peço pois licença para lembrar a v. ex.<sup>a</sup> o  
« meu pedido.

« Reiterando os protestos da minha mais alta estima e consideração, peço venia para subscrever me.

« DE V. Ex.ª

« amigo m.<sup>to</sup> grato e resp.<sup>to</sup>

« *Barão do Rio Apa* (1).

« Corte, 11 de novembro de 1889. »

(1) O signatario d'esta carta, renunciando o titulo de barão, publicou no dia 19, a seguinte ordem do dia:

« A data de 15 de Novembro é escripta com letras de ouro na historia patria, pois não é mais do que um complemento ás de 7 de Setembro e 13 de Maio. *Na la mais nos resta para nos dizermos um povo livre*; por isso convido a guarda nacional de meu commando a acatar com respeito e amor a nova instituição e a bradar bem alto: Viva a união e fraternidade, vivam os Estados-Unidos da Republica Brasileira, viva o exercito e a armada, viva a guarda nacional. — O brigadeiro, *Antonio Eneas Gustavo Galvão*.

Dias depois ao ser demittido, por decreto de 4 de dezembro, do commando superior da guarda nacional, o general, reassumindo o titulo, publicou nova ordem do dia, despedindo-se dos seus commandados, e na qual disse:

« Do intimo da alma agradeço a todos os sñrs commandantes de corpos, commandantes de companhias, officiaes, cirurgiões e guardas, e bem assim os meus camaradas do exercito o quão graciosamente se prestaram a servir de instructores dos mesmos corpos, as maneiras distinctas com que me tractaram e a punctualidade na execução das ordens do meu commando. E nem outra coisa podia esperar de chefes tam distinctos e briosos como sejam os sñrs... F... F... (menciona todos os commandantes),...

« Os quaes nunca deram credito á intriga pequena e vil que a todo transe buscava inimisar o exercito com a guarda nacional, espalhando que esta era reorganizada para bater aquelle.

« Como general do exercito, em suas fileiras educado, sem outras vistas que a de bem servir a minha patria, magoavam-me esses boatos de opposição, como communiquei ao ex-ministro da justiça no officio abaixo transcripto de 14 de Novembro ultimo; não obstante continuava no trabalho da reorganisação da guarda nacional, crente de que ella não seria mais do que uma reserva do nosso exercito, com o qual jamais se poderia medir por falta de elementos.

« Como general do exercito, envidei sempre todos os meus esforços para que entre a guarda que organisava e os meus camaradas reinasse a maior cordialidade.

« Julgava correcta a minha conducta, e por isso tinha a consciencia tranquilla, quando a exautoração dos cargos que exercia e a reforma que se me acaba de dar em razão de ordem publica, contra a qual protestarei em tempo, vieram-me convencer da falta de confiança em mim depositada pelo Governo da Republica.

« Não a mereci, porquanto, desde que foi acceita a nova fórma de governo



Quanto á marinha menos razão tinha ainda o governo para suspeitar, que conspirasse contra a auctoridade legitima e principalmente contra as instituições vigentes. Nada occorrera que justificasse semelhante conjectura, accrescendo que da parte de um dos seus membros, geralmente reputado altivo e violento, o chefe de divisão Wandenkolk, ministro da marinha da insurreição, recentemente recebera eu, como sempre, as mais affectuosas provas de apreço pessoal e reconhecimento, recordando-me elle, por essa occasião, haverem-lhe sido por mim conferidos alguns postos e condecorações, quando occupei a pasta hoje a seu cargo (1).

Citarei ainda dois factos concernentes a este official, bem significativos de que não nutria resentimentos para com o governo em cuja deposição collaborou. Diversos outros, referentes a distinctos officiaes da armada de todas as patentes, facil me fôra enumerar, em demonstração de que entre ella e o governo reinavam confiança reciproca e até cordialidade. Limitar-me-hei, porém, aos que dizem

« a ella adheri; e como general brioso, que me prezo de o ser, jamais seria capaz de uma traição.

« Não perdi ainda a esperanza de representar na minha patria o papel de mantenedor da ordem e de servir de sustentaculo contra qualquer tentativa ás instituições.

« Então aquelles que, por me verem decahido, jogam-me baldões terão consciencia de quanto foram injustos para com o general que se orgulhava de estar sempre ao lado de seus camaradas.

« Finalizo agradecendo e louvando, pelo muito que me coadjuvaram, ao estado-maior do commâdo composto do major secretario Josino do Nascimento Ferreira e Silva, capitão quartel-mestre Joaquim Ferreira Campos e capitão auxiliar João da Silva Torres. — *Barão do Rio Apa.*

(1) Estas manifestações de gratidão do Sñr Wandenkolk tiveram lugar, em presença de testemunhas, em uma das salas do Cassino fluminense, por occasião do baile ali offerecido ao Sñr Conde d'Eu, em Outubro, para solemnisar o anniversario do casamento de S. A. e o regresso da viagem ao norte.

Ainda posteriormente, em um jantar offerecido por Sua Alteza o principe D. Pedro á officialidade do *couraçado chileno Cochrane* no dia 5 de novembro, o Senhor Wandenkolk fez-me a fineza de repetir-as. Vendo-o sentado áquella meza, ninguém suspeitaria sem duvida que S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> era um dos conjurados da revolução que triumpharia seis dias depois!

respeito ao sr. Wandenkolk por sua proeminencia na actual situação.

Publicou certo jornal do Rio do Janeiro a noticia de que este official ia ser agraciado com um titulo nobiliario, que pertencera a pessoa de sua familia. O sr. chefe de divisão annunciou-o ás guarnições dos navios do seu commando, surtos na Ilha Grande. Commandantes e officiaes fizeram á s. ex.<sup>a</sup>, a proposito da annunciada mercê, brilhante manifestação de apreço, correspondida com tôda a gentileza, applaudindo assim uns e outros a presumida deliberação do governo imperial.

Tornar se hia o sr. chefe de divisão republicano por não se haver effectuado o agraciamento? Si desgosto houve, não foi profundo e outro facto o prova.

Tendo o ministerio a meu cargo dissolvido a camara dos deputados, em sua grande maioria composta de conservadores, procedeu-se á eleição da nova camara em 31 de agosto proximo passado. A lucta foi renhida em todo o imperio. O partido conservador, alliado ao republicano, disputou a victoria em todos os districtos, gozando ambos de maxima liberdade de acção e de todas as garantias. O sr. chefe de divisão Wandenkolk achava-se na Ilha Grande, a poucas horas de viagem do Rio de Janeiro. Como s. ex.<sup>a</sup>, muitos officiaes seus subordinados estavam qualificados eleitores na capital do imperio. Em tempo opportuno, o sr. ministro da marinha deu as ordens e facilitou os transportes precisos para que todos, que o quizessem, viessem exercer o direito de cidadão, votando nos candidatos de sua feição politica.

O sr. Wandenkolk não se moveu do porto, permanecendo á frente da divisão e com s. ex.<sup>a</sup> ficaram muitos outros officiaes, notoriamente pertencentes ás fileiras republicanas ou conservadoras.

Para homens de convicções sinceras e arraigadas, quaes

se deve crer sejam estes membros da corporação da marinha, como explicar semelhante abstenção no momento decisivo, mormente si a opiniões politicas contrarias ás do governo se juntasse a circumstancia de estarem sob a pressão de offensas e de aggravos por elle inflingidos?

E' sabido que todas as classes civis e militares da capital do Brazil esmeraram-se em obsequiar a officialidade do encouraçado chileno *Almirante Cockrane*, fundeado n'aquelle porto.

O Club Naval, presidido pelo sr. chefe de divisão Wandenkolk, foi, como era natural, dos que mais se esforçaram para festejar os nossos hospedes e leaes amigos. Não dispendo de grandes recursos pecuniarios, os membros da associação ver-se-hiam em difficuldades para os dispendios que taes demonstrações exigiam. Foi ao presidente do conselho e ministro da fazenda que elles se dirigiram para livrar se de embarços, por intermedio do chefe Wandenkolk, que sabe ter sido tão galhardamente attendido como permittiam os recursos á disposição do governo.

Importa accrescentar, pois o episodio é expressivo, que em galante emulação com a officialidade da marinha, a do exercito não quiz fazer menos do que ella, em honra dos chilenos. Todos os estabelecimentos ou corporações militares, que os convidaram para recepções de jubilo, excepto a Escola superior de guerra, solicitaram e obtiveram generoso auxilio do ministerio.

Passava-se tudo isto poucos dias antes da sublevação de 15 de novembro. Ora, podia-se por ventura suspeitar, que cavalheiros de sentimentos elevados conspirassem pela deposição do gabinete, no proprio momento em que assim pediam e recebiam favores de tal ordem? (1).

(1) Constou-me que um official superior do exercito contestara, em publicação pela imprensa, a affirmativa de que os chefes dos estabelecimentos e

Confesso, torno a dizel-o, a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conjuração militar. Atribui sempre os avisos anonymos que me eram dirigidos a algum individuo ou grupo de interessados, que com taes advertencias (aliás concebidas em termos vagos e sem articulação de factos ou nomes) esperavam, si adversarios eram do governo, arrastal-o a medidas de precaução que suscitassem resentimentos e o prejudicassem; si simplesmente

corporações militares se dirigiram ao governo pedindo auxilio pecuniario para as festividades promovidas em honra dos chilenos.

Não conheço a contestação, porque, casualidade ou proposito, a minha correspondencia é desencaminhada e difficilmente recebo jornaes ou cartas do Brazil.

Assegura-me, porem, pessoa de inteira fé, que ella appareceu em folha de Pernambuco.

Felizmente, entre os poucos papeis que minha familia poude trazer encontrei documento comprobatorio de que n'este ponto, como em todos os demais, a minha narrativa foi escrupulosamente exacta. Eil-o aqui: é uma carta do então commandante da fortaleza de S. João, na bahia do Rio de Janeiro :

Fortaleza de S. João 28 de Outubro 1889.

« *Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr Conselheiro Senador Visconde de Ouro Preto.*  
 « Tenho muita honra em saudar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. Devido aos affazeres do cargo  
 « official que aqui occupo e da honrosa missão de representar a classe mi-  
 « litar perante a distincta officialidade do *Almirante Cochrane*, não me tem  
 « sido possivel receber as ordens de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. É meu desejo tambem  
 « realizar n'esta Escola de Aprendizizes artilheiros, situada em bello lugar, uma  
 « festa inteiramente differente das que se tem feito, em homenagem a visita  
 « dos nossos hospedes, podendo até tornar-se uma das mais mencionadas.  
 « A Escola Militar, graças ao patriotismo de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> sahiu-se galharda-  
 « mente, e a de Aprendizizes Artilheiros deseja tambem distinguir-se como a  
 « sua co-irmã. Para este fim, levando em conta a distancia a que se acha  
 « afastada do centro dos recursos, peço a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para mandar-me a  
 « quantia de um conto de reis, ficando certo V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de que farei uma  
 « festa condigna, que será, como espero, com a presença de S. A. o Sñr.  
 « Conde d'Eu e mais membros da Augusta Familia imperial e de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e  
 « mais membros do Ministerio, uma das mais importantes. Aguardo com ur-  
 « gencia as respectivas ordens de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

De V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>

*Admirador, Attento Venerador e Creado*  
 Tenente-Coronel

João Vicente Leite de Castro.

Não preciso accrescentar que o Sñr Leite de Castro foi attendido promptamente.

ambiciosos, abrir espaço á satisfação de aspirações que só lograriam vingar, affastados das commissões e cargos que exerciam aquelles officiaes contra quem, por ventura, o governo houvesse de reagir.

---

Taes eram as disposições do meu espirito e conhecem-n'as quantos commigo privavam, quando no meio dos trabalhos e preocupações, que me acarretava a proxima reunião das camaras legislativas, varios successos, isoladamente sem importancia, mas assumindo-a, em seu conjuncto, vieram suggerir-me a primeira duvida ácerca da plena segurança, que me garantiam os srs. ministro da guerra, ajudante general do exercito e brigadeiro barão do Rio Apa, assim como os pormenores que deixo referidos.

Em um dos festejos, a que já alludi, o actual ministro da guerra, então lente da Escola Superior d'essa repartição e tenente coronel do exercito, sustentou, em presença da officialidade estrangeira e do ministro seu superior hierarchico, ser inconcusso direito da força armada depôr na praça publica os poderes legitimos, constituídos pela nação, quando entendesse que seus brios o exigiam, ou o julgasse acertado e conveniente para o bem da patria (1).

No dia seguinte, ou no immediato, esse lente era estrepitosamente applaudido na propria sala das preleções, por um grupo de officiaes subalternos de diferentes corpos, pela energia e hombridade com que no mencionado discurso defendera os direitos e o pundonor da classe militar (2).

(1) O Sr. Christiano B. Ottoni affirma no folheto: O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRAZIL que eu me achava presente na occasião. É inexacto.

(2) Esta manifestação teve lugar no dia 26 de Outubro e n'ella tomaram parte os officiaes do 2º regimento de artilharia e 1º e 9º de cavallaria.

Quasi simultaneamente chegou-me a noticia de que no *Club Militar*, gremio da officialidade do exercito, e sob a presidencia do mesmo lente, haviam-se alistado em uma só sessão numerosissimos socios, promovendo-se activamente a acquisição de outros em todos os batalhões. As-severava-se que isto occorrera na noite de 9 de novembro, em que o governo offereceu um baile á officialidade do *Almirante Cokrane* (1).

Com estas revelações coincidiu o apparecimento de artigos edictoriaes e ameaçadores no *Paiz*, um dos quaes,

(1) Eis como descreve o que passou-se no club militar, um official do exercito :

« Tendo-se resolvido convocar uma reunião de officiaes no Club Militar a 9 de Novembro, para tratar de assumptos da classe, concordou-se na vespera entre o Dr. Benjamin Constant, o autor deste artigo e alguns outros officiaes, que na sessão do dia 9 se aceitasse a proposta que então apresentei de entregar-se a solução da questão á uma commissão de tres membros com faculdade de obrar livremente, depois de mais uma ultima e energica tentativa junto ao governo, marcando-se-lhe o prazo de 24 horas, para levar a termo sua missão e dar conta do resultado ao Club.

« Na sessão do dia 9, a noite, presentes cento e cincoenta e tres officiaes, propoz o Dr. Benjamin Constant que, em vez de ser nomeada uma commissão de tres membros, lhe fossem entregues os poderes que a ella se pretendia conceder e lhe dessem o prazo de oito dias para apresentar o resultado dos trabalhos que ia emprehender.

« Com o fim de evitar discussões inopportunas em assembléa tão numerosa, tanto mais quando achavam-se os animos dos jovens officiaes que a constituição exacerbados em alto grau pelos ultimos actos do governo, e sabiamos estar debaixo de constante vigilancia dos agentes da policia, propuz immediatamente: — que, dando prova de completa confiança na palavra que o Dr. Benjamin Constant acabava de empenhar espontaneamente, e como justa manifestação a seu elevado character e a sua reconhecida dedicação á classe a que pertence, se lhe desse o mandato sem discussão.

« Acolhida com entusiasmo esta moção, cujo alcance principal era deixar aos chefes os meios de trabalhar com a reserva necessaria, o Dr. Benjamin Constant agradeceu a honra com que o distinguiam assim os companheiros e levantou-se logo a sessão.

« Desde essa mesma noite começou o digno official a desempenhar a deli cada missão que lhe fôra confiada.

« Com a convicção de que nada alcançaria por meios brandos e suasorios junto ao orgulho e pertinaz obstinação do chefe do gabinete, resolveu recorrer á reacção armada.

(Carta do Tenente Coronel Jacques Ourique publicada no *Jornal do Comercio* de 4 de Janeiro de 1889.)

commentando certa demonstração de apreço feita pela Associação Commercial do Rio de Janeiro ao chefe do gabinete, dizia symbolisar ella o Capitolio, d'onde em breve seria arremessado á rocha Tarpeia o governo a quem attribuia planos sinistros e tenebrosos, que felizmente não se realisariam (asseverava-o a folha) — *graças a infalível e proxima queda.*

Sobre taes prenuncios chamei a attenção do gabinete na penultima conferencia que tivemos, terça-feira, 12 de novembro, de 1 para 3 horas da tarde, recommendando tanto ao sr. ministro da guerra como ao da justiça, que pelos meios a seu alcance procurassem syndicar do que succedia e sem demora fossem tomando as providencias que os factos reclamassem, scientificando-me de tudo quanto soubessem.

Ainda n'essa occasião affirmou-me o sr. ministro da guerra que nada havia a temer, accrescentando (textualmente) *que n'essa manhã fallára ao ajudante-general e fôra informado de que tudo corria regularmente. S. ex.<sup>a</sup> disse mais : esteja tranquillo ; estamos vigilantes, eu e o marechal Floriano ; nada haverá (8).* »

Na quarta feira, 13, devia eu ir a Petropolis despachar com S. M. o Imperador, ao que obsteu enfermidade gravissima em pessoa de minha familia. Partio em meu logar o sr. ministro do imperio e conservei-me em minha residencia.

Na manhã de quinta feira, 14, recebi a seguinte carta do sr. ministro da justiça :

« Gabinete do ministro da justiça. Rio, 13 de novembro de 1889 :

Ex.<sup>mo</sup> chefe e amigo. Soube pelo sr. Basson que não foi

(8) Respondendo ao meu *manifesto* o senhor visconde de Maracajú, não contestou esse ponto. Veja-se no JORNAL DO COMMERCIO de 14 de janeiro de 1890, e entre os annexos o artigo que se inscreve : *O general Visconde de Maracajú ao Paiz.*

a Petropolis por incommodo de familia, o que muito sinto. Ahi vae essa carta do ajudante-general, em que elle declara que se *trama alguma cousa*. Estou vigilante e é bom recommendar cuidado ao Maracajú. Si souber de alguma cousa avisarei. Collega e amigo — *Candido de Oliveira*. — »

Eis a carta do ajudante general :

« Rio, 13 — 11 — 89. — Ex. <sup>mº</sup> amigo sr. conselheiro. A esta hora deve v. ex.<sup>a</sup> ter conhecimento de que *tramam algo por ahi alem* : — *não dê importancia, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta. Agradeço ainda uma vez os favores que se tem dignado dispensar-me*. O meu afilhado, isto é, afilhado dos liberaes do Rio Grande do Norte, Fonseca e Silva, esteve aqui em commissão percebendo vencimentos de commissão activa; não é de justica que vá para aquella provincia com prejuizo, razão porque peço despacho favoravel á nota junta, que v. ex.<sup>a</sup> devolverá e com a data de 11 (1). Sou de v.<sup>a</sup> menor creado, am.<sup>o</sup> e obgd.<sup>o</sup>. — *Floriano Peixoto*. »

Tendo de presidir o tribunal do thesouro mandei convidar os srs. ministros da guerra e da justica e o presidente da provincia do Rio de Janeiro para ali conferenciarmos.

Ao sr. ministro da guerra communiquei a carta do marechal Florianio Peixoto, pedindo me dissesse o que sabia a tal respeito. S. ex.<sup>a</sup> nada pode adiantar, continuando, porém, a mostrar-se perfeitamente seguro de que a ordem publica não seria alterada e de que, no caso contrario,

(1) O afilhado do marechal, a que S. Ex.<sup>a</sup> se refere na carta supra, era grande protegido seu, apresentando-o sempre como pessoa da maior confiança. Para elle pediu com instancia mais de uma commissão importante, e foi esse mesmo official que no dia 15 de novembro, por ordem do general Deodoro, apossou-se do commando do corpo policial do Rio de Janeiro, quando este marchava em auxilio do governo. É o tenente coronel Francisco Victor da Fonseca e Silva, que supponho ter sido já promovido.



sobrariam ao governo elementos de repressão, pois *pela primeira brigada, ao menos, respondo eu, em quaesquer emergencias.*

— Consta-lhe alguma cousa a respeito do marechal Deodóro? — inquiri, em consequencia de se me haver dito que tomaria parte em alguma manifestação.

— Nada me consta e supponho que não se envolverá em disturbios, até porque está enfermo.

— Bem, retorqui, — cumpre que v. ex.<sup>a</sup> esteja attento e não perca um instanté. Mande chamar o general Deodóro e abra-se com elle. Um official general não póde nem deve consentir que envolvam seu nome em manifestações contra a autoridade constituida. Conferencie com o ajudante general, indague de tudo quanto o levou a escrever ao nosso collega da justiça e tome logo as providencias que o caso requerer, mandando-me á noite informar do que souber e tiver feito.

— Mandarei o proprio marechal Floriano.

— Tanto melhor: — estimarei ouvil-o pessoalmente; queira communicar-lhe que o espero em minha casa, entre 7 e 8 horas da noite.

Ao retirar-se o sr. ministro, continuei :

— Si o marechal Deodóro não der explicações satisfactorias, será preciso tomar providencias contra elle, reformando-o até si necessario fôr. Concordavá v. ex.<sup>a</sup> com esta medida?

— Conforme, — replicou o sr. ministro da guerra-conforme o procedimento que haja tido ou venha a ter.

— Estamos de accordo, conclui, vá providenciar sem perda de tempo.

E com isto despediu se o meu collega, o sr. visconde de Maracajú (1).

(1) No seu citado artigo o Sñr Visconde de Maracajú diz ter havido equívoco de minha parte, quando affirmo que no principio d'esta conferencia

Com o sr. ministro da justiça combinei nas ordens necessarias para ficarem de promptidão o corpo policial e a guarda civica, mandando por intermedio do conselheiro chefe de policia continuar nas activas diligencias que já estava empregando aquelle distincto auxiliar, para descobrir a verdade do que por ventura se tramasse.

Ao sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro, que sem demóra acudiu ao meu chamado, encarreguei de reunir na capital e no mais breve prazo possivel a força de que pudesse dispôr, tendo-a preparada para embarcar com destino á côrte, devidamente municuada, ao primeiro aviso.

Essa autoridade, com a energia e zelo que caracterizam o sr. conselheiro Carlos Affonso, cumpriu exactamente as minhas instrucções.

Tomadas estas providencias, e outras não podiam ser por mim adoptadas na emergencia, aguardei os acontecimentos.

Não me appareceu, como esperava, o sr. marechal Floriano Peixoto á hora marcada, o que attribui a algum impedimento pessoal. Recebi, porém, o sr. chefe de policia, que mostrando-se apprehensivo de que alguma cousa se preparava em hostilidade ao governo, me deu parte das acertadas medidas que punha em practica para averiguar dos factos e proceder como elles determinassem.

A. s. ex.<sup>a</sup> communiquei uma carta n'essa tarde entregue, narrando preparativos que se faziam no quartel do 1º regimento de cavallaria e citando os nomes de alguns officiaes mais decididos e activos na propaganda contra o governo.

Essa carta estava assignada por um nome que nos pareceu ainda tranquillizou-me, assegurando-me ter o governo meios sufficientes para reprimir qualquer movimento. O equívoco, porem, é de S. Ex.<sup>a</sup>, como ficou patente da minha resposta e da replica do Sñr visconde. Julguei dever de lealdade para com o meu ex-collega transcrever no fim do volume o que o Sñr visconde publicou a tal respeito.

de disfarce, mas pelo seu contexto merecia a mais seria attenção.

Determinei ao chefe de policia, que fôsse apresental-a ao ajudante general do exercito directamente (por me constar que o sr. ministro da guerra se retirára para o alto de Santa Thereza, em logar de difficil accesso) -- que se informasse do que na mencionada carta havia de verdade e das providencias adoptadas, participando-me tudo immediatamente, assim como o motivo porque deixara o Sñr. Floriano Peixoto de procurar-me.

Cerea das 10 horas da noite, recebi a visita do sr. conselheiro Souza Ferreira, principal redactor do *Jornal do Commercio*. S. ex.<sup>a</sup> vinha saber si era exacto, como lhe haviam referido, ter sido expedida ordem de prisão contra o marechal Deodoro e para o embarque de varios batalhões da guarnição da capital.

Respondi não serem veridicas essas informações e que nem o governo cogitára siquer de taes actos, por não haver motivos que os aconselhassem.

O sr. Souza Ferreira mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no seu conceito, taes ordens trariam as mais graves consequencias.

— Que consequencias? perguntei.

— Não seriam cumpridas.

— O governo far-se-ia obedecer.

— Não teria meios.

— Meu caro sr. conselheiro, já lhe affirmei e repito que não se lembrou o ministerio de mandar prender o marechal Deodoro, nem de fazer sahir da côrte nenhum dos corpos da guarnição, mas si as conveniencias do serviço publico o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessarias, sejam quaes forem as consequencias. Si fôr desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservaram leaes, recorrerei á marinha, recorrerei á guarda nacional

e ao povo; em todo o caso cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade ou resignal-o-hei.

— Mas a dignidade não exclue a prudencia.

— Tenho-a toda, quanta é possível. De que actos de precipitação me arguem?

— A prisão do general Deodoro seria uma imprudencia, — insistio o sr. Souza Ferreira.

— Mas já lhe disse que não a ordenei!

— Porque não manda desmentir o boato pelo *Diario Official*?

— Não o farei, porque isso me obrigaria a desmentir todas a ballelas que a opposição se lembrasse de inventar. Desminta-o o *Jornal do Commercio*, já que chegou ao seu conhecimento, si o julga necessario. Para isso o auctoriso.

O sr. conselheiro Souza Ferreira proseguiu em observações consoantes ás primeiras, respondendo-lhe eu sempre no mesmo sentido e ao se despedir me declarou que havia cumprido um dever não só de amigo, senão de jornalista que se interessa pela manutenção da ordem publica.

— Agradeço lhe muito a intenção, redargui; mas si os grandes interesses sociaes perigarem e a ordem publica fôr perturbada, a responsabilidade não será minha, sim dos que promovem a propaganda subversiva e tambem dos órgãos de publicidade que devendo combatel-a, não o fazem, deixando-a sem contestação.

Hoje, quando reflecto sobre este incidente, pergunto a mim proprio si os boatos que chegaram ao conhecimento do redactor chefe do *Jornal do Commercio* e o obrigaram á percorrer longa distancia para ir á minha casa averiguar da authenticidade d'elles, não teriam relação com a conferencia, pela manhã, entre mim e o sr. ministro da guerra.

Só com s. ex.<sup>a</sup> me abrira ácerca da eventualidade de repressão contra o general Deodoro, verificado não ser re-

gular o seu procedimento; a ninguém mais absolutamente communicára o meu pensamento. D'onde partiria, pois, a noticia da prisão, da qual aliás nem falei, mas sim de reforma? Talvez o futuro esclareça este ponto (1).

---

As 11 3/4 da noite, despachava eu papeis da pasta da fazenda, quando recebi pelo telephone o seguinte recado do conselheiro Basson :

« Previno-o de que o primeiro regimento está em armas  
« no respectivo quartel; communicou ao ajudante general  
« que estava n'essa attitude. Os chefes do exercito estão  
« no quartel general reunidos. Mandaram intimar o regi-  
« mento para se desarmar. Não sei o que fará. Julgo ne-  
« cessaria a sua presença aqui por todos os motivos. Estou  
« na secretaria; envio o meu carro com o meu ajudante  
« que vae para acompanhal-o, e espero-o.

« O guarda-civico José Antonio Rodrigues que foi cha-  
mar o respectivo commandante, indagando onde morava  
este, foi ali preso e ficou ».

Respondi que ia partir, e, effectivamente, momentos depois sahi a pé, em direcção á cidade, acompanhado pelo meu amigo e hospede o sr. coronel Gentil José de Castro. Descemos a rua de S. Francisco Xavier dispostos a tomar o primeiro vehiculo que encontrassemos.

Nas proximidades da ponte do Maracanã cruzou conosco um carro; fizemol-o parar. Era o do chefe de policia e conduzia o capitão Lyrio, que me confirmou as noticias transmittidas pelo telephone.

Seguindo pela rua Hoddock Lobo, entrámos no quartel de cavallaria policial. Por ordem do sr. conselheiro chefe

(1) Effectivamente está hoje verificado que essa noticia foi... assoalhada pelo major Solon para irritar os animos da 2ª brigada e precipitar o pronunciamento. E isto qualificou-se de *patriotico stratagema de guerra!*

de policia estavam já reunidas e promptas 40 praças e 2 officiaes. Mandei que a ellas se encorporassem as ordenanças dos ministros, assim como os diversos destacamentos ou patrulhas, que podessem com presteza ser avisados, que fosse chamado sem demora o commandante major Cicero Galvão e que, convenientemente armados e municiaados, seguissem para o Quartel Central, á rua dos Barbonos.

D'ali dirigi-me á secretaria da policia, onde se achavam o conselheiro Basson, o delegado dr. Carijó e alguns agentes (1). Estavam reunidos tambem 3 ou 4 *reporters*, um dos quaes, o da *Gazeta de Noticias*, não mais afastou-se e foi testemunha de quanto occorreu d'ahi por diante, até o desenlace final.

Na secretaria soube que a razão, ou antes o pretexto, do levantamento do 1.º regimento de cavallaria, era — a inculcada prisão do marechal Deodoro, e a denuncia de que ia ser attacado pela chamada guarda negra (2).

Inteirando-me do occorrido e das providencias tomadas, soube que o conselheiro Basson tinha já mandado prevenir os demais ministros, assim como o presidente do Rio de Janeiro, para ter de promptidão a força policial da provincia, e o commandante do corpo de policia da cõrte para que immediatamente o pozesse em armas.

Ordenei que me viessem fallar sem demora o ajudante-general do exercito e o commandante do corpo de bombeiros, que compareceram pouco depois.

O sr. marechal Floriano Peixoto, confirmando e ampliando as noticias dadas pelo sr. conselheiro Basson,

(1) Tambem alli estive e no seu posto o delegado Dr. Berrardino Ferreira da Silva, que prestou bons serviços. Corrijo assim a omissão que escapou-me no texto.

(2) Novo invento provavelmente do mesmo official que espalhou a falsa noticia da prisão do marechal Deodoro. A chamada *Guarda Negra* nem sequer existia mais.

disse-me que fôra avisado pelo capitão Godolphim, de ordem do Tenente Coronel Silva Telles, que se declarava coacto, de que tanto o 1º regimento de cavallaria, como toda a 2ª brigada, se armaram e que s. ex.<sup>a</sup> tinha mandado recommendar ao mesmo Tenente Coronel, commandante interino da brigada, que aconselhando prudencia aos officiaes e procurando detel-os no aquartelamento, viesse fallar-lhe ao quartel general do exercito, onde o fôra esperar. Accrescentou que tomára, no entanto, as providencias precisas, sendo esse o motivo pelo qual deixou de me procurar n'aquella noite, conforme lhe ordenara o sr. ministro da guerra.

Perguntei se havia prendido o capitão Godolphim, que se lhe apresentára, em nome de uma força sublevada, porquanto o facto de armar se, sem ordem superior, constituia já de si grave crime militar.

Respondeu-me que o não prendera, para ganhar tempo e se poder acautellar, porque si aquelle official não regressasse ao quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o governo estava prevenido, pôr-se iam immediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contel-os.

Communicou-me ainda o sr. marechal Floriano Peixoto que mandára intimar á 1ª brigada que deixasse as armas e aguardasse ordens posteriores.

Ponderei nao ser bastante o desarmamento dos corpos, porque o simples facto de tomarem armas sem ordem superior importava, como já disse, crime grave, sendo mister prender officiaes e soldados, distribuindo-os pelas fortalezas e estabelecer logo rigorosa syndicancia para conhecimento de toda a verdade e punição dos culpados, em desaffronta da lei.

Ordenei-lhe que assim procedesse, convindo o sr. marechal em que era essa a marcha a seguir.

Inquirindo si já reunira tropa bastante para executal-o, respondeu-me que precisaria talvez de mais alguma, por lhe constar que parte da 1.<sup>a</sup> brigada (a do commando do sr. barão do Rio Apa) era sympathica aos amotinados, não tendo plena confiança senão no 10.<sup>o</sup> batalhão de infantaria. Pediu-me que mandasse vir o 21.<sup>o</sup> da mesma arma aquartellado na ilha do Bom Jesus e o 4.<sup>o</sup> de artilharia, destacado na fortaleza de Santa Cruz.

Fazia o sr. ajudante general grande empenho, sobretudo, na vinda d'este ultimo corpo, por não ter á sua disposição nenhuma força d'aquella arma.

Tranquillisei-o, assegurando que expediria immediatamente as ordens precisas, podendo s. ex.<sup>a</sup>, no entretanto, contar desde logo com o corpo de policia da corte, que já deveria estar reunido, e assim tambem com o de bombeiros. Alem d'essa força poder-se-bia lançar mão do corpo policial do Rio de Janeiro e dos corpos de marinha.

Observou-me o sr. marechal Floriano Peixoto, que a intervenção de qualquer contingente da marinha seria de grande effeito moral, pois os amotinados propalavam que ella os apoiaria, desilludindo sua presença muita gente.

Pedio mais que se preparassem logo os transportes para o 4.<sup>o</sup> batalhão de artilharia, e esperassem no arsenal de marinha o commandante tenente coronel Pego, que ali compareceria para ir buscal-o, e outrosim que se fizesse occupar por alguma força da provincia do Rio de Janeiro a ilha do Boqueirão, onde havia grande deposito de material de guerra.

Não me recordo bem si antes ou depois da chegada do sr. ajudante general apresentou-se o coronel Neiva, commandante do corpo de bombeiros, a quem determinei que immediatamente o formasse e convenientemente armado se pozesse á disposição de s. ex.<sup>a</sup>.

Lembro-me, porém, perfeitamente de que, declarando-



me o sr. coronel Neiva não ter aquelle corpo espingardas, disse o sr. Floriano Peixoto que as poderia receber no quartel general do exercito.

Ao retirar-se assegurou-me s. ex.<sup>a</sup> que eu podia contar comsigo (1).

Incumbindo o sr. coronel Gentil de ir a Nietheroy re-commendar ao presidente da provincia, que fizesse marchar o corpo policial e guarnecer por tropa municuada a Ilha do Boqueirão e o sr. conselheiro chefe de policia de marcar aos meus collegas do ministerio que compareces-

(1) Das diversas narrações dos successos de 15 de Novembro resulta a prova de que desde o dia 13 desse mez, o Sñr Marechal Floriano Peixoto estava prevenido pelo Marechal Deodoro da conspiração militar.

Eis como o refere o tenente coronel Jacques Ourique :

• Por sua parte o general Deodoro no dia 13, *mandou chamar o ajudante general do exercito*, marechal de campo Floriano Peixoto e confiou a sua lealdade a posição em que se achava o exercito. Tendo ponderado o marechal Floriano Peixoto que, *a seu ver, os actos do governo não autorizavam ainda semelhante extremo e talvez fosse preferivel fazer uma ultima tentativa junto ao gabinete*, o marechal Deodoro declarou categoricamente ao seu velho amigo que o movimento era irrevogavel e que elle já se achava a frente de seus companheiros. •

Este mesmo official affirma que os revolucionarios contavam com as seguintes forças : todos os corpos da 2.<sup>a</sup> brigada e 7.<sup>o</sup> batalhão d'infantaria, parte do 1.<sup>o</sup>; muitos officiaes do exercito e da armada, diversos navios e um contingente de fusileiros navaes e, acrescenta :

• Não dispunha (a revolução) do 10.<sup>o</sup> batalhão de infantaria, da policia da capital da provincia do Rio de Janeiro, do 1.<sup>o</sup> batalhão d'artilheria de posição, corpo de bombeiros e de imperiaes... Devo fazer notar que comquanto n'estes corpos houvesse *officiaes e soldados dedicados á causa*, que trabalhavam activamente em favor da revolução, nada se tinha alcançado até o dia 14, talvez pelo imprevisto do facto que devia dar-se no dia 16. Entretanto, *a unidade manifestada no momento decisivo*, quando uma simples oscillação podia occasionar graves tropeços, é a prova mais evidente do patriotismo do exercito e da armada. • (*A Revolução de 15 de Novembro, cartas publicadas no Jornal do Commercio de 4 e 5 de Dezembro de 1890*).

Ignoro a razão porque o senhor tenente coronel Ourique deixa de incluir nas forças com que contava a revolução as escolas militares, que marcharam para o campo.

• Não sei tambem se inclue n'essas forças o corpo policial da cõrte ao mando do coronel Andrade Pinto. Como depois ver-se-ha, parece que esse corpo, numerosissimo e da immediata confiança do governo, estava feito com os revolucionarios.

sem á aquella secretaria, para onde haviam sido convidados, como ponto de reunião o arsenal de marinha, para lá me dirigi.

- Abrir-se-me o portão, dar-me a conhecer, despertar o porteiro, ser chamado o inspector, chefe de divisão Foster Vidal e apresentar-se-me s. ex.<sup>a</sup> foi obra de 15 minutos, quanto muito.

Emquanto isto se passava, expedi a ordem e telegramma seguintes :

« Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — Sr. Director do Arsenal de Guerra.

« Mande V. S.<sup>a</sup> prevenir já o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Guerra de que me acho no Arsenal de Marinha, onde preciso fallar á S. Ex.<sup>a</sup> Outrosim, telegrapho para a fortaleza de Santa Cruz, de ordem do mesmo sr. Ministro da Guerra, a fim de que o corpo de artilharia que ali está aquartellado prepare-se para embarcar, devidamente municiado, logo que chegarem os transportes. Prepare os que ahí tiver, e, dadas estas ordens, venha entender-se comigo n'este Arsenal. — 15 de novembro de 1889. — A's 3 1/2 horas da manhã. »

« Urgente. — A S. M. o Imperador.

Senhor, esta noite o 1.<sup>o</sup> e 9.<sup>o</sup> regimentos de cavallaria e o 2.<sup>o</sup> batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela guarda negra e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desaggravar aquelle marechal. O Governo toma as providencias necessarias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal de Marinha com os meus collegas da justiça e da marinha. »

Estes senhores ministros ahí compareceram no momento em que redigia o telegramma (1).

(1) Affirma-se que este telegramma não chegou ao conhecimento do Imperador, mas tão somente o segundo em que o ministerio pedia demissão, expedido do Quartel general.

Não procurei averigual-o; o que é certo é ter sido expedido pela Estação Central, recebido na de Petropolis e enviado ao Paço.

Ao sr. Foster Vidal ordenei : que preparasse immediatamente todos os meios de transporte de que dispozesse o Arsenal, para com os que viessem do de guerra irem buscar á ilha do Bom Jesus o batalhão 24 e á fortaleza de Santa Cruz o 1º de artilharia, aquelle immediatamente e este logo que se apresentasse o commandante Pego; e que mandasse vir para o Arsenal o Batalhão Naval e o o Corpo de Imperiaes Marinheiros, fornecendo cada navio os destacamentos que podesse dispensar.

Estas ordens foram, sem detença, executadas.

Compareceram pouco depois o coronel Pego, que partiu para Santa Cruz e em seguida o coronel Fausto, inspector do Arsenal de guerra, que acudira ao meu chamado.

Ordenei-lhe que pozesse o Arsenal em estado de defeza e repellisse qualquer tentativa de assalto. Disse-me s. s.<sup>a</sup> que ia immediatamente providenciar, mas chamou a minha attenção para a necessidade indeclinavel de ser occupado o morro do Castello por tropa do Governo, porque, si os amotinados d'elle se apoderassem, seria impossivel sustentar-se o Arsenal.

Respondi-lhe que proveria a esse respeito. Perguntou-me o que deveria fazer acerca dos menores existentes no Arsenal, no caso de ataque. Auctorisei-o a mandar para suas casas os que tivessem familia, acautelando quanto á segurança dos outros do melhor modo possivel.

Todas estas ordens foram communicadas aos meus collegas da justiça e marinha. Mais tarde chegou o da guerra. O sr. ministro da marinha, barão do Ladario, com a prompta decisão que o distingue, tomou, sem demora, outras providencias para a defeza do Arsenal e activou a execução das já determinadas.

Scientificado do que estava feito, o sr. ministro da guerra, a quem lembrei a conveniencia de mandar guarnecer o morro do Castello, convidou-me para o acompa-

nhar ao Quartel General do exercito, que era o seu posto e para onde precisava voltar, tendo já alli estado, creio eu.

Disse-lhe que me parecia melhor ficar no Arsenal de Marinha, d'onde mais facilmente o poderia auxiliar, conforme as circumstancias exigissem.

— A presença de v. ex.<sup>a</sup>, observou-me o sr. ministro, é *necessaria para animar a resistencia* (1).

— Bem; irei, apenas veja assegurada a defeza dos arsenaes e parta d'aqui o primeiro contingente de marinha.

Emquanto se reuniam o corpo de Imperiaes Marinheiros, o Batalhão Naval e os diversos contingentes dos navios, incumbi o sr. ministro da marinha de ir verificar si no Arsenal de guerra estavam tomadas as precauções convenientes para a defeza.

Com a resposta affirmativa de s. ex.<sup>a</sup>, que foi e voltou por mar, e havendo presenciado a partida da primeira força de imperiaes marinheiros, organizada pelo meu infatigavel collega, segui para o Quartel General do exercito, conjunctamente com os srs. ministros da justiça e estrangeiros, que mais tarde nos tinham vindo encontrar. Alli foram ter os srs. ministros do imperio e da agricultura, que só ás 6 horas da manhã receberam aviso.

Deixei recommendado que o batalhão 24 de infantaria e o de policia da provincia do Rio de Janeiro se concentrassem no Arsenal de Marinha, aguardando ordens. Quanto ao 1.<sup>o</sup> de artilharia, o seu commandante as tinha directamente do sr. ajudante-general.

O sr. ministro da marinha ficou preparando novos contingentes que mandou armar com metralhadoras de bordo, e provendo sobre o municiamiento da força. Devia ir reunir-se aos collegas em pouco tempo.

(1) O Sñr Visconde de Maracaju contesta que me houvesse feito aquella declaração mas ha equivoco da parte de S. Ex.<sup>a</sup> como eu affirmo e prova-o a carta do ex-ministro da justiça, que adiante ver-se-ha.

Chegando ao Quartel General (seriam 7 horas da manhã) soube que os corpos sublevados tinham já partido do quartel de S. Christovão e vinham em marcha para a cidade, ao que parecia, em direcção áquelle estabelecimento.

Perguntando si já se havia expedido alguma força ao seu encontro, respondeu-me o sr. ministro da guerra negativamente.

Ainda que inteiramente alheio a cousas militares, occorreu-me que formando os referidos corpos longa columna (pois traziam, ao que se affirmava, 16 peças de artilharia) a desfilar por uma das extensas ruas do Aterrado, perpendiculares ao Campo da Acclamação, e cortadas de espaço a espaço por muitas outras, o simples bom senso estava indicando, que por estas e em diversos pontos deviam ser atacados os sublevados, porque assim facilmente poderiam ser divididos e dispersos.

Notei a falta de certas disposições para a defeza do Quartel General, como barricadas nas suas immediações e a occupação de casas ao menos nas esquinas das ruas por onde podessem penetrar no campo os amotinados, affin de pol-os entre dois fogos.

E' possível, julgo mesmo provavel, que estes aprestos ante a tactica fossem absurdos, mas a verdade é que nem esses, nem outros foram realisados por aquelles a quem cabia a responsabilidade e a competencia da resistencia material.

O facto é que se approximavam forças ameaçadoras e os batalhões que lhes deviam embargar o passo, formados no pateo interior do Quartel General, permaneciam com as armas em descanso. Nem se observava o movimento natural de quem se apparelha para combate, como, verbi gratia, a distribuição de cartuchame, a promptificação de ambulancias, etc. Quem contemplasse aquella força supporia que ali se achava para uma simples parada, ou acompanhamento de procissão. •

O sr. ministro da guerra, a quem communiquei as minhas reflexões, não as refutou, dizendo tão sómente que nenhuma força fôra ao encontro dos corpos em marcha, por não se confiar em toda a que se reunira no quartel. Quanto aos preparativos de defeza, respondeu-me que ella estava a cargo do marechal Floriano Peixoto, official distinctissimo, que a organisaria do melhor modo.

Continuei a attender ao que se passava. Impressionou-me funda tristeza que se estampava na physionomia dos officiaes, quer superiores, quer subalternos, com quem cruzava nos compartimentos do andar superior e na varanda, que se estende pelo lado interno. A expressão que n'elles divisava não era a da calma dos que teem a consciencia de cumprir o dever e a resolução de bem desempenhal-o, mas alguma cousa de incerteza e de angustia. O sr. Floriano Peixoto conservava a serenidade que lhe é habitual. Cingindo a espada, prompto para montar a cavallo, dava frequentes ordens em vóz baixa aos officiaes, que encontrava ou mandava chamar. Não lhe pude ouvir uma só.

Em um dos colloquios que tivemos, perguntei ao sr. ministro da guerra si os sublevados disporiam de muitas munições e s. ex.<sup>a</sup> respondeu que não as podiam ter em grande copia.

N'outro, como me observasse s. ex.<sup>a</sup> que seria de grande vantagem a organização de uma força que, no caso de ser o Quartel General atlaeado, por sua vez acomettesse os sublevados pela rectaguarda, retorqui que essa força se poderia constituir com os dois batalhões 24 de infantaria e de policia da provincia, que já deviam estar no arsenal da marinha, aggregando-se-lhes os novos contingentes de imperiaes marinheiros que estivessem reunidos.

— Designe v. ex.<sup>a</sup> o commandante, accrescentei, e eu me encarrego de ir dispôr a tropa.

Concordámos em que fosse designado o general Amaral (1).

De novo me dirigi então ao arsenal de marinha, mandando que ali fosse-ter o referido sr. general Amaral para tomar o commando da columna. Já não encontrei o meu collega sr. barão do Ladario, que ordenára que um vaso da esquadra viesse cruzar entre os dois arsenaes para coadjuvar a defeza. Não pude falar tambem ao sr. inspector Foster Vidal, mas a um dos seus ajudantes recomendei que, reunidos os dois citados batalhões e os contingentes de marinha, ficassem sob as ordens do sr. Amaral.

Tinha pressa em regressar ao quartel general ameaçado. Desde que o meu collega da guerra julgava necessaria a minha presença para animar a resistencia, era ali o meu posto. Lá notei ainda a mesma falta de preparativos, que denunciasssem resolução de combater. Quando me apeei penetravam no portão os primeiros pelotões do corpo policial da côrte, bastos e numerosos. Ao entrar na varanda, ouvi o sr. ministro da guerra que presenceava o desfilar d'aquella tropa, exclamar : — « agora sim; temos gente sufficiente e estamos bem! »

— E ahí vem mais, retorqui, alludindo ao corpo de bombeiros, que vira tambem encaminhar-se para o Quartel General. — E' tempo de ir ao encontro da 2ª brigada; dê v. ex.ª as ordens.

Vendo que sahia do quartel e marchava para o lado do Paço Municipal um corpo de linha e indagando qual era e para onde ia, respondeu me : — « é o 10.º de infantaria e vae postar-se no Largo da Lapa, para impedir que os alumnos da Escola Militar, tambem sublevados, façam

(1) O Sr. Visconde de Maracajú contesta este incidente; mas continuo a affirmar-o; não foi o unico, nos successos do dia 15 de Novembro, de que S. Exª se olvidou.

juncção com a columna que vem de S. Christovão. »

— Mas, contestei, estas ultimas forças estão mais proximas, avisinham-se, são as de que mais ha a temer e v. ex.<sup>a</sup> permite que exactamente o batalhão, que me disseram ser o de maior confiança, deixe o posto de perigo?! Pois ahi vem contra nós artilharia e cavallaria e manda-se essa tropa ao encontro dos meninos da Praia Vermelha?!...

Não tive explicação para o caso. Deu-se-me então parte de que se organisava uma columna, nomeando-se para commandal-a o sr. general Barreto, afim de attacar os sublevados de flanco, junto á Estação Central da estrada de ferro D. Pedro II. O sr. general Barreto não estava ainda á sua frente; passeiava e conversava na extensa varanda, enquanto as tropas que devia commandar sahiam pela porta do quartel general, que deita para as immedições da Estação.

Acercando-me de uma das janellas da frente para ver a posição que tomava essa força, avistei poucos momentos depois, a dobrar a esquina da rua do Senador Eusebio, creio eu (é a segunda perpendicular ao Campo, passada a Estação) (1), um piquete de cavallaria, armado de lanças e carabinas, tendo á frente um official.

Adiantou-se aquella escolta até a frente do quartel general; o official, que soube depois ser o capitão Godolphin, começou a percorrer o terreno, evidentemente explorando-o. Eram as avançadas dos sublevados.

Chamei sobre ellas a attenção dos srs. ministro da guerra e ajudante general, mandando que as fizessem cercar e capturar, por ser até vergonhoso que ousassem vir tão perto impunemente.

Instando por vezes para que fosse aprisionado aquelle troço, assegurou-me o sr. ministro da guerra que o

(1) Conforme narra o tenente coronel Ourique, os sublevados entraram no campo da Acclamação pela rua do Visconde de Itauna.



general Barreto ia montar a cavallo, e começaria por se apoderar dos exploradores.

A minha despedida ao sr. general foi por esta forma :

— Estou certo de que cumprirá o seu dever.

— Seguramente, respondeu com singular expressão — hei de cumprir o meu dever.

S. ex.<sup>a</sup> montou a cavallo e sahiu na rectaguarda das forças. Como procedeu, narra-o o *Jornal do Commercio* de 16, nos seguintes termos :

« No Campo da Acclamação a força policial apresentou-se ao sr. ex-ministro da guerra, que disse lhe recebesse as ordens do sr. general Barreto, o qual pouco depois pôl-a sob as ordens do sr. marechal Deodoro » (1).

(1) Este official general, cujas relações com o Marechal Deodoro estavam estremecidas, mandara offerecer-lhe os seus serviços para a sublevação.

Eis como elle proprio descreveu o seu procedimento no discurso que proferio em resposta a uma manifestação de varios officiaes, que o foram felicitar por aquelle motivo (*Jornal do Commercio* de 30 de Novembro) :

« Deante do insidioso procedimento do governo deposto, meus senhores, eu não podia conservar-me inerte, quando se tractava de erguer os brios e a dignidade do exercito : como declarei a diversos companheiros, entre os quaes apraz-me lembrar o major Innocencio Serzedello Correa e capitão de cavallaria José Pedro de Oliveira Galvão, resolvi offerecer o meu fraco apoio aos benemeritos camaradas Déodoro e Benjamim Constant e coadjuval-os no dia glorioso da reivindicação dos nossos direitos, no momento solemne em que tivessesmos de exigir do traidor a reparação dos nossos brios offendidos. Eis porque as onze horas da noite do dia 14 respondi ao major Serzedello que me fora procurar : *contem commigo ; tomarei a posição mesmo a mais perigosa.* Marchei a frente de 1096 praças, *promptas a combater* e de accordo com o meu *formal compromisso*, recebi os meus velhos companheiros *no campo em que se devia dar o ataque não como inimigos, cuja marcha eu devesse deter*, mas como amigos cujo coração pulsava ao calor de um sentimento generoso, em defeza de uma causa justa, e a cujo lado eu devia-me achar para exlgrir desagravo dos traidores da nação. Ao general Deodoro em lugar de uma espada fraticida estendi-lhe a minha mão de amigo e de velho companheiro. »

Assim, o general Barreto estava de accordo com os conjurados e promettera-lhes o seu apoio, occupando mesmo a posição de maior perigo, quando, na madrugada de 15 de novembro, apresentou-se no quartel general entre os defensores do governo, d'este recebeu o commando da melhor força de que dispunha, 1.096 homens *promptos a combater* e ao mesmo governo assegurou que *cumpriria o seu dever*. O general partio ao encontro do chefe re-

Os exploradores não foram cercados, nem atacados. Conservaram-se diante do quartel general, a poucos passos, retirando-se o official, que naturalmente se foi juntar ao grosso das forças, as quaes, momentos depois, appareciam no Campo, tendo á frente o marechal Deodoro, e vinham assestar sua artilharia contra o edificio do quartel general.

Por vezes ordenei positivamente que fosse acommettida aquella gente; o sr. ministro da guerra, — valha a verdade, — repetia essa ordem em voz alta, mas não lhe davam execução.

As tropas do governo permaneciam no pateo, com a arma em descanço; não se moviam. Começara a desconfiar d'aquella inacção.

Da columna sublevada destacou-se um official. Approximando-se, disse em voz alta que trazia uma mensagem do marechal Deodoro para o marechal Floriano Peixoto.

— Entre só, e a pé, foi a resposta do ajudante general.

Era o tenente-coronel Silva Telles, commandante do 1.º regimento de cavallaria e interinamente da 2.ª brigada.

Penetrando no quartel general, declarou da parte do marechal Deodoro que este desejava uma conferencia com o sr. Floriano Peixoto.

O sr. ajudante general, em presença do tenente coronel Silva Telles (o qual, no meio de sua officialidade, me recordou depois o episodio), transmittiu-me o recado, ao que respondi :

— Conferencia! Pois o marechal Deodoro não tendo recebido do governo nenhum commando militar, aqui se apresenta á frente de força armada, em attitude hostil, e

belde, estendeu-lhe a mão leal e não espada fraticida, pondo-se á sua disposição com toda a columna.

Este foi o procedimento do general Barreto e S. Ex.ª disso se glorifica em discursos solemnes!

pretende conferenciar com o ajudante general do exercito?!... Em taes circumstancias, não ha conferencia possivel. Mande v. ex.<sup>a</sup> intimar-o a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão unica do governo (1). »

Houve um momento em que julguei ia começar o desagravo da lei, ferindo-se o combate. Vi o sr. ajudante general montar a cavallo, seguido do seu estado maior e ouvi tiros na frente do quartel.

Esseş tiros, porém, haviam sido desfechados sobre o meu bravo e leal collega, o sr. barão de Ladario, que, acudindo tambem ao appello do sr. visconde de Maracajú, vinha juntar se aos seus companheiros. Ao apearse, intimado a render-se, resistiu, procedendo como era de esperar de um official general da marinha brasileira.

Diante de tanta inercia e lentidão, quando o inimigo se achava a poucos passós, — perguntei a mais de um militar si erã assim que as cousas se passavam nos campos de batalha.

Dando, pela quinta ou sexta vez, a ordem de ataque á columna sublevada, ordem, torno a dizel-o, — que o sr. ministro da guerra repetia em voz alta ao sr. Floriano Peixoto, um joven official, — creio que tenente, — que ali se achava, exclamou, dirigindo-se a mim : — « Sr. ministro, peze bem a responsabilidade que assume; é tremenda; vae haver uma carnificina horrivel e inutil! »

(1) O tenente coronel Jacques Ourique foi contestado no JORNAL DO COMMERÇIO em alguns pontos da sua narrativa por um escriptor, sob o pseudonimo d'Epaminondas, o qual affirma que mandei convidar o general Deodoro para uma conferencia pelo capitão Silva Torres, ao que o general recusou-se, intimando depois a demissão do ministerio. E' absolutamente falso; não convidei o general Deodoro para conferencia alguma e nem o faria. Appello para todos os que estiveram presentes, especialmente para o tenente coronel Silva Telles, que recordou-me, no quartel de S. Christovão, o incidente que no texto relato. Nem o facto é verosimil.

Sem redarguir-lhe, voltei-me para o sr. ministro da guerra e disse lhe :

— Este official faltou ao dever militar ; cumpra v. ex.<sup>a</sup> o seu.

Em voz baixa advertiu-me ao ouvido o meu collega, sr. marechal visconde de Maracujú :

— Não sabe v. ex.<sup>a</sup> quem é?... E' filho do visconde de Pelotas.

Esta revelação, confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me a situação. Então tudo comprehendí.

Não mais me surpreendeu, nem que, ordenando pela ultima vez fosse desalojada e expellida a forza que seguramente havia já uma hora affrontava o quartel general, me prevenisse o sr. ministro da guerra que não poderíamos esperar victoria, — nem tão pouco que offerecessem ao ministerio a retirada pelos fundos do edificio, o que terminantemente todos recusámos.

Não podíamos esperar victoria, assegurou-se-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruinas o quartel.

— Mas essa artilharia pôde ser tomada a bayoneta, objectei; na pequena distancia em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, ha tempo para cahir sobre a guarnição.

— E' impossivel! As peças estão assestadas de modo que qualquer sortida será varrida á metralha!

— Porque deixaram então que tomassem taes posições? Ignoravam isso?! Mas não creio na impossibilidade senão diante do facto. No Paraguay, os nossos soldados apoderam-se de artilharia em peiores condições.

— Sim, observou o sr. Flôriano Peixoto, — mas lá *tinhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros!*

Se eu pudesse ainda manter illusões, ellas se teriam dissipado ante essa phrase.

Resolvi reunir o ministerio para deliberar. N'essa ultima conferencia, depois de ter o sr. ministro da guerra novamente declarado não haver possibilidade de evitar a derrota, após grande derramamento de sangue, porque, além de tudo, se receiava defeccão de consideravel parte da tropa encurrelada no pateo do quartel, todos os meus collegas opinaram pela capitulação do gabinete.

Exigi fossem consultados os generaes Floriano Peixoto, barão do Rio Apa e Barreto, que se mandou chamar para a sala em que estavam os ministros.

Suspensa, entretanto, a conferencia, aguardava eu alli sua continuação, quando se apresentou o sr. chefe de divisão Barbedo.

Vinha dar-me parte de que, apesar de muito ferido, o sr. barão de Ladario, se recusava terminantemente a recolher-se á sua residencia, exigindo que o conduzissem para o meu lado. Fazendo me vêr a necessidãde que tinha s. ex.<sup>a</sup> de um tractamento immediato e mais completo do que pudera ser applicado no primeiro momento, pediu-me que lhe fizesse chegar uma palavra, porque só a mim attenderia.

— « Pois bem! queira v. ex.<sup>a</sup> dizer da minha parte ao sr. barão de Ladario que, agradecendo a sua dedicacão e lealdade tão comprovadas, lhe rogo se recolha ao seio da familia para tractar-se, — o que na occasião é o maior serviço que me pôde prestar. Queira dizer-lhe mais que esteja tranquillo, pois seus collegas não correm o menor perigo. »

---

Comparecendo o sr. marechal Floriano Peixoto e o sr. brigadeiro barão do Rio Apa, novamente se reuniram os ministros. Esperámos pelo sr. general Barreto, que não appareceu pela razão já conhecida dos leitores, graças

às revelações do *Jornal do Commercio* (1). Entendemos prescindir de seu voto, attenta a urgencia de uma solução. Ventilou-se de novo a possibilidade de resistencia; os tres generaes contestaram n'a insistindo nos motivos acima expendidos.

Por esta occasião o sr. general Peixoto declarou que o marechal Deodoro exigia a retirada do ministerio.

Ouvido o voto unanime dos profissionaes, não possuindo n'aquella emergencia outros elementos de accção, diante da opinão já manifestada pelos meus collegas, eu, fazendo sentir que repetidas vezes, instantemente e debalde, ordenára que os sublevados fossem batidos em caminho, e, ainda depois de se haverem postado deante do quartel general, que os desalojassem d'aquella posição á viva força, no que fôra desobedecido, declarei que me resignava ás circumstancias e passaria por telegamma a S. M. o Imperador pedido de exoneração do ministerio.

Acto continuo redigi o telegamma nos seguintes termos, incorrectamente publicados em varias folhas, e encarreguei o director geral da secretaria da guerra, barão de Itaipú, de o ir pessoalmente transmittir pela estação central dos telegraphos :

— « Senhor, o ministerio, sitiado no quartel general da  
« guerra, á excepção do sr. ministro da marinha, que consta  
« achar-se ferido em casa proxima, tendo por mais de uma  
« vez ordenado debalde, por órgão do presidente do con-  
« selho e do ministro da guerra, que se repellisse pela  
« força a intimação armada do marechal Deodoro, para pe-  
« dir sua exoneração, e deante das declarações feitas pelos  
« generaes visconde de Maracajú, Florianô Peixoto e barão  
« do Rio Apa de que, por não contarem com a tropa

(1) Até esse momento ignorava que o general Barreto houvesse entregue ao Marechal Deodoro a força que lhe fôra confiada para combatel-o, estendendo-lhe não espada fatricida, mas... etc.

« reunida, não ha possibilidade de resistir com efficacia,  
« depõe nas augustas mãos de Vossa Magestade o seu  
« pedido de demissão. A tropa acaba de fraternisar com o  
« marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel. »

Não era ainda conhecida a resolução do ministerio, quando soaram estrepitosas acclamações no interior do quartel general. Soube que aberto o portão, — ignorando-se por ordem de quem, — o marechal Deodoro n'elle entrara a cavallo e recebia aquellas ovações, ao percorrer as linhas dos diversos corpos. Aos vivas succederam se toques festivaes e uma salva de artilharia. Não havia que duvidar : — a força armada solemnisava o seu triumpho contra os poderes legalmente constituídos, que devia apoiar e defender.

Decorrido algum tempo, seguido de numerosissimo cortejo, apresentou-se o marechal Deodoro na sala em que estava reunido o ministerio. Encaminhou-se para mim, depois de haver dirigido ao sr. visconde de Maracajú esta saudação :

— « *Adeus, primo Rufino.* »

No meio do mais profundo silencio, scientificou me de que se puzera á frente do exercito para vingar as gravissimas injusticas e offensas por elle recebidas do governo, as quaes enumerou, como depois direi. Só o exercito, affirmou, sabia sacrificar-se pela patria e, no entanto, maltratavam n'ó os homens politicos, que até então haviam dirigido o paiz, cuidando exclusivamente dos seus interesses pessoaes. Apesar de enfermo, não se pudera escusar a dirigir os seus camaradas por não ser homem que recuasse deante de cousa alguma, temendo só a Deus. Alludiu aos seus serviços nos campos de batalha, commemorando que pela patria estivera durante tres dias e tres noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrificio que eu não podia avaliar. Declarou que o ministerio estava deposto e que

se organisaria outro de accordo com as indicações que iria levar ao Imperador. Disse que todos os ministros podiam retirar-se para suas casas, excepto eu — *homem teimosissimo, mas não tanto como elle,* — (assim se exprimiu) e o sr. ministro da justiça, que ficaríamos presos até sermos deportados para a Europa. Quanto ao Imperador, concluiu, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.

Tendo ouvido com toda a calma e sem um gesto siquer, respondi :

— « Não é só no campo de batalha que se serve a patria e por ella se fazem sacrificios. Estar aqui ouvindo o general, n'este momento, não é somenos a passar alguns dias e noites n'um pantanal. Fico sciente do que resolve a meu respeito. É o vencedor; pôde fazer o que lhe aprouver. Submetto-me á força. »

Salva uma ou outra expressão que não pude conservar de memoria, foi esta a minha resposta ao marechal Deodoro. Tal foi a minha attitude. Conservei sempre a maior serenidade e firmeza.

Appello para as numerosissimas testemunhas que assistiram á scena, militares e paizanos, quasi todos indifferentes ou adversarios. Entre muitos enumerarei o meu venerando amigo sr. marquez de Paranaguá, o sr. dr. Pizarro, o sr. barão de Itaipú, o sr. reporter da *Gazeta de Noticias*, os srs. generaes Amaral, barão de Miranda Reis, visconde de Souza Fontes e o sr. major Serzedello. Appello tambem para o sr. tenente coronel Benjamin Constant, cabeça do movimento e actual ministro da guerra do governo provisório, que se achava ao lado do marechal e acrescentando sempre que elle se referia ao exercito : — *e tambem a armada.*

Si o sr. Benjamin Constant, que não despregou os olhos de mim um só momento, si qualquer outro homem de



honra, d'esses que mencionei de momento, ou cujo nome não me occorreu, e presente se achasse, affirmar que foi diverso o meu procedimento, confessar-me-hei indigno da estima dos meus concidadãos.

Faço este appello por dois motivos: — li no *Paiz* que eu pedira garantias de vida ao general victorioso—e constou-me que s. ex.<sup>a</sup> dissera a alguém me haver eu portado *vilmente* em sua presença, — o que aliás me mandou affirmar, por parentes seus, ser inexacto, á hora do embarque no arsenal de guerra (1).

Tudo soffrerei, menos que me queiram fazer passar por homem sem dignidade e sem coragem no cumprimento do dever.

Contra a minha deportação e a do sãr senador Candido de Oliveira reclamaram o sr. Floriano Peixoto, outras pessoas entre cujas vozes me pareceu distinguir a do tenente general barão de Miranda Reis, bem como a do dr. Pizarro, este com o maior empenho e vivacidade. Muito lh'o agradeço (como a todos) e mais as manifestações de sympathia que n'aquelle momento me prodigalisou, tranquillizando-me sobre o estado do meu collega, o sr. barão de Ladario.

Retirando-se o marechal para percorrer as ruas em triumpho, quiz tambem sahir, a fim de aguardar as ordens de S. M. o Imperador, o qual constava ter vindo para a capital.

Oppuzeram se, porém, varios officiaes e amigos, que se haviam encaminhado para o quartel general, ponderando aquelles que no estado de agitação em que se achava a

(1) A GAZETA DE NOTICIAS em artigo editorial, que se me assegurou ter sido inspirado pelo proprio general Deodoro, desmentio o infame boato. Alias em varias narrativas de origem insuspeita, isto é, escriptas por officiaes do exercito ou baseadas em informações suas, encontra-se o spontaneo testemunho de que portei-me como devia e era digno de mim. Podiam e poderão vencer-me, porem jamais obrigar-me a uma fraqueza.

cidade, poderia eu soffrer qualquer desacato e não faltaria quem o attribuisse á classe militar, com o que absolutamente elles não se conformavam.

Conservei-me, pois, ali até cerca de 2 horas da tarde, tomando então o carro, no qual, em companhia de meu filho, o dr. Affonso Celso, fui, sem o menor incidente, para casa de meu cunhado o barão de Javary, á rua da Ajuda, visto que no centro da cidade poderia mais promptamente cumprir as determinações de S. Magestade.

Por volta de 4 horas procurou-me o ajudante de campo do Imperador, tenente general barão de Miranda Reis, trazendo me ordem de S. M. para ir immediatamente á sua presença.

Fui; o Imperador recebeu-me com a costumada delicadeza e serenidade de animo que jamais se perturbou. Inteirado do meu telegramma, mandou que lhe referisse os pormenores do acontecimento. Dei-lh'os e renovei o pedido de demissão do ministerio. S. M. recusou assentir, ordenando-me que continuasse. Escusei-me, dizendo:

— E' impossivel, Senhor. A' vista do occorrido, faltam-me os meios de bem servir ao meu paiz e á V. M.; — o gabinete está desprestigiado; sem o concurso da força armada, ou antes hostilizado por ella, não posso responder pela ordem publica. O unico serviço que n'este momento me é dado prestar a V. M. é aconselhar a organização de novo ministerio.

— Quem indica para organisador? perguntou S. M.

— O senador Silveira Martins; é o homem para a situação.

— Lembra bem; avise-o para vir falar-me.

— O sr. Silveira Martins está em viagem; deverá chegar amanhã ou depois.

— Logo que chegar, diga-lhe que venha entender-se commigo. Advirta, porém, que só lhe concedo a demissão,

porque o sr. entende não poder absolutamente continuar.

— Agradeço muito a V. M., mas o meu dever é retirar-me. Cumprirei as ordens de V. M.

Recolhi-me novamente á casa do sr. barão de Javary, para communicar aos meus collegas a resolução imperial e providenciar de modo a poder avistar-me com o sr. Silveira Martins, apenas entrasse a barra o paquete que o conduzia.

Fui arguido por um jornal — *Novidades*, — de não haver exposto ao Imperador toda a verdade, fallando-lhe em uma simples mudança ministerial, quando já se tratava de supprimir as instituições.

Não sei si á hora em que comparecia no paço, estava proclamada a republica na Camara Municipal; a verdade, porém, é que o ignorava assim como todas as pessoas que me rodeiavam.

O que sabia e acreditava era que o marechal Deodoro, segundo me declarára no quartel general, apresentar-se hia ao Imperador para lhe impôr o novo ministerio, incidente que, como era do meu dever, não occultei a S. M.

Fui informado da installação do governo provisorio, depois de preso, como passo a referir (1).

(1) Em uma das cartas que escrevia para o Correio Paulistano sob o pseudonymo *Horacio* e cuja autoria publicamente assumio (*Jornal do Commercio* de 27 de maio de 1890) o Sr. D. José Avelino affirma, que ao saber da proclamação da republica, no quartel, eu me impressionára e exaltara tanto que adoeecera, sendo chamado um medico e avisada a minha familia. O sr. D. José Avelino foi mal informado e affirmou uma inverdade. Da proclamação da republica soube, no quartel, na noite de 15 e não me produziu essa noticia maior impressão do que os factos extraordinarios, que presenciára e todavia não foram sufficientes para tirar-me o sangue-frio e a calma. Estes nunca me faltaram, em incidente algum, do que pode dar testemunho toda a officialidade presente no quartel, até o meu embarque.

Tive ali, é certo, ligeira indisposição, porem no dia 17, sem relação alguma com os acontecimentos (é sabido que não gozo saude vigorosa) e da qual

A minha prisão effectuou-se ás 6 horas da tarde pouco mais ou menos. Cercada a casa do sr. barão de Javary, foi-me intimada de ordem do marechal Deodoro, por um official do estado maior, o 1.º tenente Veiga, acompanhado de um paisano, cujo nome não me occorre.

Perguntei ao official si estava auctorisado, no caso de me não entregar, a empregar a violencia.

Respondeu-me que sim. Declarei-me então á sua disposição e segui-o.

A meu filho, que instantemente rogava o deixassem acompanhar-me, recommendei que ficasse ao lado da familia, que n'esse momento velava o cadaver de um dos nossos. Para que tivessem noticia do meu destino, bastava a presença do nosso distincto amigo dr. Honorio Augusto Ribeiro, que não se quiz separar de mim. D'aqui lhe envio os meus sinceros protestos de reconhecimento pelas grandes provas de interesse e dedicacão, não merecidas, com que me obsequiou, desde o momento da prisão até o embarque.

Tomámos logar no carro o dr. Honorio Ribeiro, o tenente Veiga e o preso de Estado. Foi nelle tambem o paisano a quem alludi. Seguimos caminho do quartel da 2.ª brigada em S. Christovão, precedidos de batedores, galopando um official ao lado e tendo por escolta numeroso piquete de cavallaria. Chegamos já noite. Fui entregue ao commante da brigada, tenente coronel Silva Telles (1).

Não relatarei tudo quanto alli se passou nas 86 horas

eu proprio mediquei-me, como podera attestar o meu comprovinciano Dr Stokler, republicano antigo, que into visitar-me e indagando se do meu estado de mim ouviu o que soffria e o que tomara. S. Sa teve a bondade de offerecer se para passar ali a noite, o que recusei agradecido. O Sr D.ª Avelino deu curso a um *cancan*.

(1) Em mais de uma publicacão li a narrativa de conversacões que se diz tivemos no carro. Ha inexactidões que não vale a pena rectificar; o que é verdade é haver o tenente Veiga peremptoriamente declarado que poria fóra do mesmo carro o loquaz paisano de quem tracto no texto, si continuasse a aturdir-nos e elle emudeceu.

em que estive detido. Si jamais poderei esquecel-o, muita cousa houve que só a mim interessa, porém nada á causa publica.

Episodios, todavia, se deram que não posso deixar em silencio, porque servem para se aquilatar das attentões e consideração com que o governo provisorio trata os seus adversarios, e, segundo officialmente affirma, mandou guardar para commigo.

Nas duas primeiras noites, arranjaram-me um leito n'uma sala de ordens, abertas a porta e duas janellas gradeadas, que deitam para o pateo interno do quartel, dois bicos de gaz accesos, duas sentinellas á mesma porta e uma força de promptidão á proxima distancia. Transferiram-me depois para um compartimento mais reservado, mas onde tambem não se perdia um só dos meus movimentos.

Na segunda noite tive de abandonar a cama por um pequeno sofá, porque a ensopára a chuva que do tecto cahia a cantaros. N'essa mesma noite, a de sabbado, 16, mal conciliára o somno, quando (seriam 12 horas) fui repentinamente despertado por extraordinario clangor de cornetas, estrepito de armas e a irrupção no compartimento de um official de espada desembainhada e um cadete empunhando enorme rewolver.

Obrigado a levantar-me vi-me durante cerca de tres horas, entre a ponta de uma d'aquellas armas e o cano da outra, sob as repetidas ameaças de que a minha vida *pagaria o que ia acontecer*.

Ao mesmo tempo que isto acontecia, no pateo retiniam espadas, soava o tropel de cavallaria, a sahir e a entrar, o passo apressado das praças que chegavam á fôrma, vozes de commando, recommendações imperiosas para que as armas estivessem carregadas, as patrónas cheias de cartuchos, os cunhetes de outros convenientemente distribuidos, em uma palavra, percebia distinctamente, que

se aprestavam ali os preparativos de um combate a todo o trance, apparato que não presenciára na madrugada de 15, quando, a chamado do sr. visconde de Maracajú, me fui metter no quartel general.

Por vezes ouvia, ao serenar a espaços o tumulto, a palavra irritada, naturalmente das praças de pret, — que se queixavam de não poderem dormir por causa de um homem e paisano, que tamanho incommodo causava a tanta gente, sendo tão facil socegar tudo com um tiro de fusil!

O mais interessante é que perguntando eu aos que me custodiavam *o que ia acontecer e eu pagaria com a vida*, não m'o souberam dizer ao certo! Ora affirmavam que o quartel general estava em chammas, ateadas pelos meus correigionarios, ora que a marinha se batia com o exercito; que a contrarevolução estava na rua, e, finalmente, que o quartel de S. Christovão ia ser attacado pelos meus amigos, que pretendiam libertar-me!

Observei-lhes que tudo aquillo era uma crueldade inutil. Não se interrompia o somno de um homem, que não podia fugir nem se defender, para o ameaçar de provavel fuzilamento de um momento para outro: — fuzilava-se *incontinenti*. Si toda aquella inferneira se destinava a ame-drontar-me, para o fim de me arrastar a alguma humilhação, illudiam-se, porquanto não era preciso ser soldado, e d'isso os convenceria, para affrontar a morte com dignidade.

Esta scena prolongou-se até quasi ao amanhecer, vindo pôr-lhe termo o proprio official, que me annunciára estar proximo o fim da existencia, o qual tendo sahido a colher informações, voltou para me dar licença de novamente deitar me e dormir socegado, porque houvera apenas falso alarma!

Momentos depois compareceu o commandante, que naturalmente inteirado (não por mim, que jamais formulei

a menor queixa) do que se passára me veio também tranquillisar, assegurando que assim acontecera por não se achar presente, porquanto fôra obrigado a ir percorrer os postos avançados da defeza do quartel.

Para que maior fosse a minha tranquillidade, o sr. tenente coronel determinou allí mesmo, ao mencionado official que, ao primeiro indicio de ataque ao quartel, *me mettesse no quadrado*, ordem que depois me explicou não ter outra significação nem outro intuito — senão melhor garantir a minha segurança pessoal.

Com referencia a este incidente, peço aos meus compatriotas que attendam ainda a esta local da *Gazeta de Noticias* de domingo, 17 de novembro, a qual pôz em sobresalto minha familia e prova as boas disposições que nutria para comigo o novo governo :

« A' meia noite, recebeu o sr. ministro da guerra comunicação telephonica de que um lanchão aproximava-se do quartel do 1.º regimento de cavallaria, trocando-se tiros de parte a parte. A' 1 hora o sr. ministro da guerra, enviou uma força com ordem ao 1.º tenente-coronel Silva Telles, commandante do mesmo regimento, afim de trazer o sr. visconde de Ouro Preto em um carro escoltado por todo o regimento, *declarando ao official que, si em caminho fosse atacada a escolta, dissesse que estava auctorisado a fazer fogo contra o prisioneiro.* »

---

Certo não podia eu conjecturar, que me estivesse reservada a desagradavel noite de 16 de novembro, á vista do que pela manhã occorrera, pois logo cedo recebi a visita do ministro das relações exteriores, o sr. Quintino Bocayuva.

Protestando seus sentimentos de estima individual, e lamentando que as necessidades da situação impozessem

a minha detenção, não só para prevenir o mal que eu lhe poderia causar por meu prestigio e outros requisitos, que graciosamente me emprestou o sr. ministro, senão ainda para segurança de minha pessoa, victimá possível, nas circumstancias de momento, de alguma imprudencia ou desforço de vindicta pessoal, me disse que attendendo ao meus desejos, resolvera com os seus collegas do governo provisorio, facilitar me o embarque para a Europa, no paquete *Galileu*, que n'essa tarde devia partir, ou em qualquer outro que sahisse posteriormente, comtanto que não tocasse em porto algum do Brazil. N'essas disposições, ia informar-se de mim se preferia embarcar promptamente, afim de serem em tempo expedidas as ordens necessarias, pois o paquete levantava ferro de 2 para 3 horas da tarde.

Agradecendo a gentileza do sr. Bocayuva, permiti-me rectificar o engano em que laborava. Eu nenhum desejo manifestára ao governo provisorio, nem fizera a menor reclamação, conformado como me achava com a sorte que me aguardasse, qualquer que ella fosse. Pouco antes, porém, de sua visita, fôra informado pelo sr. barão de Javary e seu filho dr. Henrique Dodsworth de que elles, alguns parentes mais e varios amigos, julgando conveniente a minha ausencia do paiz por certo tempo, empregavam diligencias n'esse sentido por intermedio do sr. dr Paulo de Frontin, diligencias que eu não solicitára, mas tambem não contrariaria, condescendendo com os que d'ess'arte por mim se interessavam, e que seguramente teriam para assim pensar e proceder motivos serios e graves.

O sr. Bocayuva redarguiu-me que taes *motivos existiam realmente e que, no seu conceito, para segurança de minha pessoa, era indispensavel que me afastasse do Brazil por algum tempo.*

Assignalando a declaração do sr. ministro das relações



exteriores e perguntando si d'ella me poderia servir, julgando-o necessario, ao que gentilmente assentio, disse-lhe que, em tal caso, preferia embarcar n'aquelle mesmo dia, desejando apenas, si não enxergasse n'isso inconveniente, me fosse facultado passar, mesmo sob escolta, por minha casa, a fim de me despedir da familia.

— A familia será prevenida para se achar no arsenal de guerra á hora do embarque, respondeu-me.

E depois de me convidar a preparar-me para partir dentro de poucas horas, retirou-se.

Ao transpôr, porém, o portão do quartel parece que mudou de resolução. O sr. commendador Paranhos, que acompanhou o sr. Bocayuva e a quem eu pedira para prevenir um amigo que me fosse fallar ao arsenal, á hora do embarque, veio communicar-me que este fôra adiado.

N'essa mesma manhã tivera eu ensejo de conhecer o sr. major Solon, commandante do 9.º regimento de cavalaria, que me dirijindo palavras cortezes e amaveis, me assegurou que, enquanto estivesse sob a guarda da 2.ª brigada, a que elle pertencia, nada receiasse.

Tanto este official, como o tenente coronel Silva Telles e o sr. Quintino Bocayuva me haviam asseverado, que ordens estavam dadas para que me podesse livremente communicar com as pessoas de minha familia, e, effectivamente, logo pelas 9 horas da manhã, coubera-me a satisfação de ver meu cunhado, barão de Javary, sua senhora e filhos.

Mas meu filho, o dr. Affonso Celso, que ali se apresentára tambem cedo não teve licença de entrar e só muito mais tarde o conseguiu, mediante auctorisação éscripta do governo provisório.

Numerosos amigos meus, como o venerando sr. visconde de Sinimbú e sua ex.<sup>ma</sup> filha, o sr. senador Dantas, seus filhos e genro, o juiz de direito dr. Henrique Dods-

worth, conselheiros Mafra, Costa Pereira, Bandeira de Mello, senadores Viriato de Medeiros e Leão Vellozo, commendador Manuel Joaquim Pereira da Silva e muitos outros, foram despedidos do portão, fazendo-se-lhes saber que só com um passe do quartel general lhes seria facultado visitar-me.

Mas áquelles mesmos que no generoso empenho de me levar algum conforto, — e consolador me é recordar que muitissimos foram, posto houvesse mandado pedir aos mais intimos que não apparecessem para evitar scenas desagradaveis, — áquelles mesmos, digo, que se muniam de salvo conducto não era licito fallarem-me a sós e sim em presença de um official.

Comprehende-se, pois, que as nossas conversações se limitavam a meros cumprimentos banaes, ficando eu completamente ignorante do que se ia passando por fóra.

Não se pôde dizer que essa situação fosse a de *incommunicabilidade*, mas estava longe de ser o tratamento benevolo, que se mandou apregoar por parte dos que diziam ter derrubado um governo incapaz e odiado, mudando as instituições, com applauso da nação inteira, que saudava anova era de liberdade e fraternidade. Sobretudo, não se explicavam tantas cautellas, relativamente a um homem só, sem sequito, sem influencia, prisioneiro, desarmado, e vergando ao peso da inculcada animadversão dos seus concidadãos.

---

Vem a pello, porque d'ahi resultam igualmente subsidios para a historia, mencionar o que colhi das conversações com alguns officiaes, durante os dias em que com elles convivi.

Revelo-o, sem escrúpulos, pois tive a franqueza de os prevenir de que desejava obter esclarecimentos exactos

para mais tarde, si conservasse a vida, transmittil-os ao publico.

— A sedição militar de 15 de novembro estava de muitos dias preparada e teria logar na noite de 9, a do baile da Ilha Fiscal, si já então contassem os conspiradores com o apoio de uma parte, ao menos, da marinha.

Conceberam tambem o plano de cercar a secretaria de estado em que conferenciavam os ministros, para os prender e conduzir a fortalezas e quartéis, e, por ultimo, ficou assentado que o pronunciamento se effectuasse por occasião da festa que Sua Alteza Imperial pretendia offerer, na noite de 17 de novembro, á officialidade do couraçado chileno, sendo dess'arte a um tempo sequestrados toda a Familia Imperial, o ministerio e quaesquer outras pessoas de que podessem receiar.

O abandono d'essa combinação, pela que se pôz em pratica na madrugada de 15, foi determinado pelas conferencias, que tive na manhã de 14, no Thezouro, com os sr. ministros da guerra e da justiça e com o presidente do Rio de Janeiro. Suspeitaram os conjurados que o governo recebera denuncia do levantamento e apressaram-se para que não houvesse tempo de completar as providencias porventura tomadas.

— Convidado para adherir ao pronunciamento, o general Barreto não deu a principio resposta decisiva e até pareceu infenso, o que se explicava pelo estremecimento das suas relações com o marechal Deodoro. Dois ou tres dias antes, porém, n'um café da rua do Ouvidor, resolveu-se a mandar-lhe declarar que estava á sua disposição. Reataram-se assim as relações. Portanto, quando, segundo o *Jornal do Commercio*, poz-se esse general no Campo da Acclamação ás ordens do chefe rebelde, não obedeceu a um arrastamento momentaneo, cumpriu uma promessa, que tinha presente, ao acceitar o com-

mando da columna para operar no flanco dos revoltosos e na occasião em que me assegurou — *saberia cumprir o seu dever.*

— Ouvi com pasmo, e nem posso mesmo agora acreditar-o, que prompta já a força que devia marchar sobre a cidade, se expedira de madrugada aviso ao marechal Deodóro de que estava á sua espera para se pôr a caminho. Tendo passado mal a noite, o marechal respondeu que não podia ir, e que chamassem o sr. *ajudante general Floriano Peixoto, para assumir o commando!* Como insistissem, o marechal apresentou se.

— A columna que partiu do quartel de S. Christovão, posto constasse de dois regimentos de cavallaria e um batalhão de artilharia, compunha se apenas de 450 praças e 50 officiaes da Escola superior de guerra, que faziam o serviço de artilheiros. Contavam, porém, com os alumnos da Escola militar que de facto se insurgiram e sahiram armados para fazer junecção com aquellas forças. Tinham todos os officiaes empenhado a sua palavra de honra, em documento escripto, de vencerem ou se deixarem matar até o ultimo (1).

— No quartel general e, aparentemente, á disposição do governo, formavam o 1.º, 7.º e 10.º batalhões de infantaria de linha, o corpo policial da Côte, o de bombeiros e os contingentes da marinha. Não se temiam da guarda nacional, ainda em via de reorganisação, nem o governo cogitou de lançar mão d'esse recurso, que julgou desnecessario.

— Logo que os sublevados tomaram posição no Campo

(1) A columna que marchou de S. Christovão compunha-se das seguintes forças :

1º Regimento de cavallaria;  
Contingente da Escola superior de guerra;  
2º Regimento de artilheria montado;  
3º Regimento de cavallaria (a pé por falta de cavallos).  
(Cartas citadas do Tenente coronel Jacques Ourique).

da Acclamação, foram informados não só da força que havia dentro do pateo do quartel general, como da respectiva formatura. Algum receio lhes inspirou o corpo de bombeiros, pelo que trataram de assestar a artilharia de modo a dizimal-o de preferencia.

Momentos depois, porém, mandou prevenil os o official que commandava uma força de marinha, com duas metralhadoras, — *que não se preoccupassem com ellas, porque ao começar o combate voltar-se iam contra os bombeiros.*

— Estes não tomaram parte nas ovações que recebeu o marechal Deodoro ao lhe ser franqueado o ingresso no quartel e nem acompanharam a marcha triumphal; conservaram-se na posição que em começo lhes foi designada, até receberem ordem de recolher.

— O commandante do corpo policial da côrte, coronel do exercito Andrade Pinto, não consentiu que elle levasse as armas carregadas, ao partir para o quartel general (1).

— Eis o que me foi referido sobre os successos do dia 15 de novembro pela officialidade do 1.º regimento de cavallaria e de outros corpos, que alli se reuniam, — á parte os motivos de descontentamento do exercito, proximos e remotos, que me expuzeram e dos quaes tratarei mais adiante.

Ahi fica para o futuro historiador fonte abundante de proveitosos esclarecimentos.

Ao escurecer o dia 18, parou á porta principal do quartel de S. Christovão um official de cavallaria, acompanhado de ordenanças, e se dirigiu ao tenente coronel Silva Telles,

(1) Um official d'este corpo, o sr. Valladão, reclamou contra esta affirmativa, que reproduzi como foi-me communicada no quartel de S. Christovão. Segundo S. S.<sup>a</sup> quem deu a ordem não foi o sr. Andrade Pinto, porem o reclamante que para si reivindica esse titulo de benemerencia. Ignoral o-hia, porem, o commandante do corpo? (*Jornal do Commercio* de 11 de janeiro de 1890).

que depois de o ouvir, me convidou a segui-o para a sala proxima.

Ahi em roda de officiaes me disse : — o sr. official vem trazer *uma mensagem do governo provisório*.

Entregou me um officio. Continha, sem uma palavra de explicação, tres passaportes, um para mim, minha senhora e dois filhos menores, dois outros destinados a meu filho dr. Affonso Celso e meu genro dr. Paula Lima e respectivas familias.

Indagando do commandante a que horas sahiria eu do quartel, disse-me que ás 7 da manhã seguinte. A' essa hora alli compareceu novamente o sr. ministro das relações exteriores, que tomando-me em seu carro, acompanhado de luzido esquadrão de cavallaria, conduziu-me ao arsenal de guerra, que encontrei preparado como para repellir um assalto.

Ahi, pouco depois, foram ter minha familia e alguns amigos que se poderam informar da hora do embarque; a bordo do paquete tive a satisfação de abraçar muitissimos outros.

O sr. Bocayuva acompanhou me até o caes : ao despedir-me, agradei lhe as gentilezas pessoases que commigo tivera, estimando que podesse prestar serviços á nossa patria.

Na lancha que me levou ao vapor allemão *Montevideo*, prohibido de tocar em qualquer porto do Brazil e com destino a Hamburgo, — embarcaram quatro officiaes, completamente armados. Conservaram-se a bordo até levantar-se a ancora e depois na mesma lancha pairaram nas immedições até que o paquete singrou barra fóra.

Antes de passar a outro ponto, devo, em abono da verdade, declarar que, salvos os incidentes já referidos e que attribui a ordens superiores, em geral fui bem tratado pela officialidade do exercito com a qual me achei em con-

tacto. Alguns de seus membros fizeram mesmo jus ao meu reconhecimento, repellindo e contendo com cavalheirismo e espontaneão impulso manifestações desagradaveis a que dois unicos alferes se entregaram. Não declino o nome dos primeiros para os não expôr á odiosidade dos dominadores; guardo-os todavia em eterna lembrança.

Pude verificar, porém, que no animo d'elles e especialmente dos mais jovens, aliás intelligentes e muito mais instruidos do que se suppõe, dominam infundadas prevenções contra as classes civis, que julgam lhes serem infensas, não levados por factos que exprimam taes sentimentos, mas pela astucia e pertinacia com que falsos amigos trataram durante muito tempo de incutir lhes tão injusta quão erronea crença. D'ella esperavam tirár partido grosso, sem absolutamente se preoccuparem com os verdadeiros interesses d'aquelles que assim arrastavam a infringir o principal dever e a mais nobre virtude do militar — a disciplina, — que, ao mesmo tempo, constitue sua força e suprema garantia.

Os aggravos do exercito contra o governo, quaes os ouvi articulados, são puramente imaginarios, como demonstrarei, e em caso algum poderiam autorisar a deposição do governo legal e muito menos a mudança das instituições pela força armada.

---

Quaes esses aggravos, declinou-os o chefe do governo provisorio.

Outros ouvi no quartel da minha prisão e enumerava-os a imprensa, que fomentou a desordem.

N'essas arguições algumas são peculiares ao ministerio a que tive a honra de presidir, outras comprehendem todos os governos anteriores, ou antes, os poderes constituídos.

Examinarei rapidamente todas ellas.

As arguições que não pôdem ser levadas á conta do ministerio decahido, mas á de todos os seus antecessores, ou melhor, dos poderes constituídos, são as seguintes :

1.<sup>a</sup>

**Nenhuma influencia do elemento militar no governo do paiz.**

Não é essa a sua missão, em paiz regularmente organizado. A força armada não deve governar pela obvia razão de que para lhe resistir aos desmandos fôra mister que as outras classes se armassem tambem, situação intoleravel e absurda.

Mas, a verdade é que, no Brazil, aos representantes do exercito e da armada não estavam tolhidos os meios pelos quaes podiam, como quaesquer outros cidadãos, aspirar ao voto popular, ter entrada no parlamento, e ascender aos altos cargos da governação do Estado.

Não raros foram deputados, senadores e ministros. Caxias, Rego Barros, Manuel Felizardo, Bellegarde, Jeronymo Coelho, Delamare, Ozorio, Pelotas e muitos outros eram militares e governaram.

Nenhum homem politico teve nunca maior prestigio do que o primeiro d'esses generaes.

Do ministerio ultimo faziam parte dois militares.

Ao envez de negar-se-lhes influencia nos negocios publicos, via-se no Brazil o que talvez em nenhum outro paiz aconteça : — pleiteiarem livremente eleições em hostilidade franca ao governo e escreverem contra elle na imprensa, militares do serviço activo, sem que d'ahi resultasse o menor tropeço para a sua carreira.

2.<sup>a</sup>

**Insufficiencia do soldo.**

E' a sorte commum de todos os funcionarios no Brazil.



Não ha cathegoria, não ha classe que tenha vencimentos avultados, relativamente á sua posição. O Imperador era o soberano que gosava de menor lista civil, quasi toda despendida em beneficio dos pobres, ou obras de utilidade publica. Vivia sem fausto e com maior simplicidade do que muitos dos seus subditos. Entretanto, o militar tinha sobre todos os outros servidores da nação uma grande vantagem — legar á familia metade do soldo.

### 3.<sup>a</sup>

#### **Injustiças nas promoções.**

E' natural que se déssem, como as ha em todos os paizes e em desvantagem de todas as classes de funcionarios. Mas relativamente aos militares, essas injustiças eram em muito menor escala pelas regras estatuidas para os acessos, a saber :

Que as promoções aos postos de tenentes e capitães se fizessem metade por estudos e outra metade por antiguidade. Que as de major, tenente coronel e coronel, metade por merecimento e outra por estudos. Que os postos de officiaes generaes se preenchessem por merecimento, apurado por uma commissão composta do ajudante general do exercito e dois outros generaes, nomeados pelo governo. Essa commissão apresentava trez nomes para cada vaga. Ahi estavam todas as garantias possiveis.

O governo não exercia arbitrio, tinha de cingir-se a uma lista organizada pela commissão, cujo pessoal era naturalmente interessado em que não fossem preteridos os direitos da corporação a que pretendia.

Sirvo o meu paiz, envolvo-me activamente nos negocios publicos ha mais de trinta annos. E não tenho noticia do fuzilamento de uma unica praça de pret siquer em todo esse largo periodo, salvas rarissimas excepções em acampamentos de guerra. Não me consta que nas fortalezas ou

quarteis haja ou tenha havido officiaes cumprindo sentença. Si algum, ainda mais raro, foi a isso condemnado, o tempo decorrido apagou-lhe a lembrança; não houve, em todo esse praso, uma só degradação de posto.

As patentes militares eram vitalicias; nenhum official podia ser privado do seu posto, honras ou privilegios, senão por sentença passada em julgado dos tribunaes compostos dos seus pares e por delictos previstos na legislação respectiva que, embora antiquada, lhes assegurava plena defeza.

As distincções honorificas da nação, os titulos nobiliares e condecorações lhes eram facilmente concedidos, sendo quasi exclusivamente militares os que os tinham mais elevados.

Os mais altos cargos administrativos, como as presencias de provincia e o conselho de estado, foram em todas as epochas conferidos aos generaes habilitados.

O exercito era pago em dia, alimentado abundantemente; seu fardamento regular, seu serviço levissimo, pois, ha muitos annos, se limitava ao de guarnição nas cidades. O Estado liberalisava-lhe escolas de todos os grãos de instrucção, mantendo-as até em numero e luxo talvez excedentes á forças do erario publico.

Que sorte adversa, portanto, que injustiças clamorosas soffria o exercito, para justificar-o de se levantar contra os poderes legalmente constituídos e mudar de surpresa as instituições do paiz (1)?

Aggravou a sua situação o ultimo ministerio que apenas durou 5 mezes? Praticou iniquidades, conculcando direitos e commettendo violencias? Vejamos:

Contra o gabinete de 7 de junho articulou-se a accusação de que pretendia abater o exercito e até dissolvê-lo.

Nas considerações que precedem demonstrei já a impro-

(1) Veja-se o que digo ainda a respeito das queixas do exercito na resposta ao Sr. C. Ottoni e no prefacio.

cedencia de similhante aleive, adrede urdido, e ao qual por todos os meios deram curso os jornaes da opposição principalmente o *Paiz* e o *Diario de Noticias*, cujos directores, como já disse, fazem parte do governo provisorio.

4.<sup>a</sup>

**Foi preso durante 8 dias no estado maior do seu batalhão, por ordem do presidente do conselho e ministro da fazenda, um official subalterno do exercito.**

Commandava o official a guarda do thesouro nacional; essa guarda foi encontrada em quasi completo abandono, porque o commandante dormia e a mór parte das praças estava a passeiar.

Importava o facto séria irregularidade no serviço, que não podia ficar impune. A competencia do ministro para conhecer da falta e impôr a pena disciplinar era in-controversa : 1.<sup>o</sup> por ser o chefe da estação publica onde essa irregularidade se commetteu, verificada em flagrante; 2.<sup>o</sup> por ser o immediato representante do poder executivo, a quem o exercito está subordinado. Demais, a prisão foi intimada á ordem do ministro da guerra.

A prisão devia ser apenas por horas, mas foi elevada a oito dias porque, sendo prohibido aos militares discutir pela imprensa assumptos de serviço, sem licença do quartel general, e em caso algum offender em taes discussões seus superiores, *no dia immediato publicou o delinquente um escripto relativo ao facto e desrespeitoso ao ministro que o prendera.*

Mas, — sustentaram os dois jornaes anarchistas, — além de prezo, o official foi exautorado á frente da guarda que commandava. A exautoração consistiu em que sabendo não haver elle obedecido á ordem de prisão, inquiriu o ministro porque assim procedia e mandou a outro official de patente superior — que o conduzisse ao estado

maior, dando de tudo parte ao ajudante general do exercito. Teve isso logar no proprio edificio do thesouro, sim, mas não á frente da guarda.

Requerendo conselho de guerra, accrescentou-se, para se justificar, não lhe foi isso concedido. E' o governo juiz da necessidade ou conveniencia dos conselhos de guerra requeridos pelos interessados. No caso vertente era uma inutilidade, porque fôra ouvido o conselho de disciplina, que entendeu não ter havido irregularidade no procedimento do official.

Releva notar, entretanto, que pouco depois d'aquelle facto, visilando o official superior do dia, na praça, a mesma guarda do thesouro, prendeu o commandante exactamente *porque o encontrára a dormir como o primeiro.*

#### 5.<sup>a</sup>

#### **Foi demittido o director de uma escola militar a bem do serviço publico.**

Os logares de directores dos estabelecimentos de instrucção militar são, como não podem deixar de ser, meras commissões, sem prazo determinado, e de pura confiança do governo.

Os que os exercem são demissiveis *ad nutum.*

O director da Escola Militar do Ceará foi exonerado, a bem do serviço publico, por dirigir officialmente um telegramma insultuoso ao sr. visconde de Maracajú, seu superior por duplo motivo, como ministro da guerra e marechal de campo, sciificando-o de que não se prestava a cumprir ordem legal d'elle recebida.

#### 6.<sup>a</sup>

#### **Teve ordem de embarcar para provincia longinqua um batalhão de infantaria que fazia parte da guarnição do Rio de Janeiro.**

Comprehendem todos que nenhum governo pôde ficar

privado da plena liberdade de distribuir, como julgar mais acertado, a força armada do paiz, dentro do proprio territorio.

Entretanto, razões especiaes determinaram aquella providencia. O exercito do Brazil é pequeno, mas é obvio que não se deve concentrar na capital, ficando as provincias, mormente as limitrophes com o estrangeiro, sem guar-nição. A provincia do Amazonas, para onde partiu o corpo em questão, é a fronteira norte do Imperio. Alli se faz o contrabando em larga escala, alli se accumularam milhares de indigentes accossados pela secca do Ceará, elemento naturalmente disposto a perturbar a ordem publica e a pôr em perigo a propriedade particular (1).

(1) O sñr D.<sup>o</sup> José Avelino, o mesmo a quem já em outra nota me referi, sentio feridos os seus brios de Cearense por este trecho e reclamou com a sua assignatura no JORNAL DO COMMERCIO de 11 de janeiro de 1890, contra o o que denominou a *aggravação do infortunio da fome pela injuria*, argumento fragil e o lioso, inventado no apuro de circumstancias que S. S.<sup>e</sup> respeita. O sñr Avelino accrescenta: « O emigrante cearense foge a extenuação da fome, mas para procurar trabalho honesto e licito, onde o encontra. O roubo não é o seu recurso. »

Nem eu disse que o roubo era o recurso do emigrante cearense, mas tão somente que onde se agglomeravam milhares de indigentes accossados pela fome, devia se precatar pela ordem publica e a propriedade alheia, o que é coisa diversa.

Seria infundado esse temor? É conhecida a solicitude com que o governo e seus agentes procuravam distribuir soccorros aos indigentes, onde quer que os horrores da secca se fizessem sentir e especialmente no Ceara. Pois bem; não foi isso bastante para impedir que depositos de viveres fossem assallados e saqueados mais de uma vez n'aquella provincia. Citando de memoria, lembrarei ao Sñr D.<sup>o</sup> Avelino que, entre outros, esses factos deram-se na propria *capital* duas vezes, na hospedaria de imigrantes e no lugar denominado *Garrote*, em Sousa, no Riacho da Sella e em Messejana.

O sñr D.<sup>o</sup> Joaquim Bento de Souza Andrade, que é cearense distincto, cioso dos brios de sua provincia e mais interessado por ella que o sñr Avelino, não entendeu, e com razão, que injuriava os seus patricios, profligando com energia esses factos, entre os quaes destaca-se o assalto de Messejana, no qual figurou o sñr Tristão, pessoa muito conhecida do reclamante.

Porque, po-s, descobrir uma injuria na simples referencia a esses factos? Diz S. S., que a supposta injuria, escripta no estrangeiro por um brasileiro deve ter produzido pessima impressão e ter enfraquecido muito o *valor moral do manifesto*.

Havia, pois, serios motivos para que permanecesse alli um batalhão de linha, accrescendo que o Amazonas atravessa uma crise commercial, que o tem empobrecido. Em toda a parte do mundo a existencia de um corpo militar em qualquer povoação aproveita ao commercio e ás industrias locais.

Demais, o exercito passára por uma reforma que augmentou o numero dos corpos, reduzindo-lhe os quadros, para o fim de se poder collocar em cada provincia, pelo menos, um batalhão : — a provincia do Amazonas não o tinha, contando apenas poucas dezenas de praças.

Os agitadores propalaram que a providencia era um acto de perseguição contra o official preso na guarda do Thesouro, porque foi designado para esse destacamento o batalhão a que pertencia, desde muito antes do incidente.

E' manifesto, entretanto, que se o movel fosse perseguir um simples tenente do exercito, mais facilmente satisfaria o governo seus intuitos, transferindo o tenente em vez do batalhão.

Accresce que a designação foi feita não pelo governo mas pelo ajudante general, Floriano Peixoto, que, como já recordei, era *persona grata* ao exercito.

A estas tres accusações, — unicas (1), note-se bem, — repetidas e commentadas pelas folhas anarchistas, e que, ainda a serem procedentes, não justificariam perante a consciencia dos homens mais exaltados um pronunciamento militar, juntaram os officiaes duas outras sem advertir que assim denunciavam disposições inadmissiveis e con-

É possível; e não cogitei de verificá-lo, porque não escrevi o manifesto para os estrangeiros, e sim, para os meus compatriotas.

Entre estes accredito que o que deve ter produzido pessima impressão, tirando-lhe todo o valor moral, é o arrepelado patriotismo e excusado protesto do sr Avelino, os termos e a occasião em que o fez.

Não é esta a unica arguição que dirigio me este patricio depois do meu banimento : de outra occupo me em lugar diverso.

(1) Veja-se o que digo no prefacio.

tra as quaes todo o governo prudente se deveria precaver, a saber;

7.<sup>a</sup>

**Foi augmentado o corpo militar de policia da cidade do Rio de Janeiro, dando-se-lhe melhor armamento.**

8.<sup>a</sup>

**Tractou o governo de organizar a guarda nacional na mesma cidade.**

N'estas duas medidas, transpareciam, affirmavam os promotores da desordem, séria ameaça ao exercito.

Era necessidade sentida de longos annos o augmento do corpo militar de policia da cidade e municipio do Rio de Janeiro. Por elle são fornecidos os destacamentos para todos os districtos e as guardas da Casa de Correccão, de Detenção, do Asylo de Mendigos, da secretaria de policia, dos theatros e jardins publicos; d'elle sahem as rondas diurnas e nocturnas em todas as ruas e praças, as ordenanças das auctoridades, etc. O governo elevou-o a 1.400 praças, que ninguem dirá sejam demais e nem mesmo sufficientes para policia extenso municipio e uma capital, que conta cêrca de 500 000 almas (1).

Quanto ao armamento, não me consta que o substituissem sob a minha administração, mas em todo o caso não se pôde ver, de boa fé, uma ameaça contra quem quer que seja no facto de, procurando-se melhorar um corpo militar de policia, distribuirem-se-lhe armas superiores ás de que tivesse usado até então. Consideral-o como tal é confessar pretencões que não se compadecem com uma policia regular. Si o exercito, compenetrado dos seus deveres, estava resolvido a não transgredil-os, a reorganisação d'aquelle corpo não lhe podia ser odiosa.

(1) Quando isto escrevia ignorava que um dos primeiros actos do governo provisório fôra elevar o corpo policial da capital a regimento constituido por 3 batalhões. Eis ahí bem patente a procedencia das arguições feitas ao ministerio 7 de junho.

A mesma observação applica-se á da guarda nacional. Nada mais fez o governo do que executar lei vigente em todo o imperio, excepto na capital, o centro de maior população e importancia do paiz.

Entretanto, não é este o momento de guardar reservas, e resolvendo dirigir a palavra aos meus compatriotas, foi para usar da maxima franqueza.

Conscio de que não attentava contra os direitos do exercito e da armada e antes sollicitamente attendia quanto possivel ás suas necessidades e conveniencias, o gabinete 7 de junho, como tenho revelado, não acreditava em um rompimento, visto não lhe deparar pretextos.

Todavia, a prudencia que assim se impoz não ia ao ponto de tolerar graves faltas de disciplina, que eram commettidas, ou deixar seus successores na triste situação em que acceitára o poder, sem recursos para fazer executar a lei em um conflicto com o exercito ameaçador e animado pela impunidade.

Reprimiu alguns actos de insubordinação commettidos na escola militar do Rio Grande do Sul e no laboratorio pyrotechnico do Campinho. Com referencia aos disturbios de Ouro Preto e ás manifestações da escola superior de guerra, de que já dei conta, proveu de modo a que fossem cumpridas as disposições regulamentares, incompletas e inefficazes, é certo, porem as unicas vigentes.

E, ao passo que assim providenciava sobre os successos occurrentes, não se descuidava do futuro.

Por esse motivo a reorganisação do corpo militar de policia e da guarda nacional do Rio de Janeiro, tendo por fim immediato satisfazer uma necessidade por todos comprehendida e executar a lei, visava tambem não deixar o governo á mercê da força de linha, absolutamente sem outra qualquer em que se apoiasse para, se mister fosse, prevenir ou conter-lhe os desmandos.



Não era isto uma ameaça, mas imprescindível cautella, natural e legitima, e que só podia ser mal recebida por aquelles que já alimentavam intuitos inconfessaveis e planos subversivos.

Nunca houve antagonismo entre o exercito brasileiro e os corpos policiaes, ou a guarda nacional de todo o imperio. Os conflictos travados ultimamente na capital de Minas entre algumas praças de linha e a respectiva policia foram incidente isolado e de occasião. E a prova é que cessaram immediatamente, logo que foram substituidas aquellas praças por outras tambem de linha.

Os corpos policiaes e a guarda nacional sempre viveram na melhor harmonia com o exercito em todas as epochas e especialmente na maior guerra que sustentou o Brazil — a do Paraguay, — na qual tomaram parte os corpos de policia da côrte e de mais de uma provincia, bem como a guarda nacional, sendo que, sobretudo a do Rio Grande do Sul, formou a maior parte das forças em operações.

De que, pois, se arreceiava o exercito? A escolha dos commandantes e officiaes dos batalhões creados no Rio de Janeiro prova que o governo os pretendia constituir de modo a inspirarem geral confiança. O corpo policial foi entregue a um official do exercito, insuspeito aos seus camaradas, a secção de cavallaria a outro official do exercito, aparentado com o proprio marechal Deodoro, e, pelo que toca á guarda nacional, os nomeados foram negociantes, capitalistas, proprietarios, industriaes, homens de letras e da imprensa, naturalmente interessados na conservação da ordem e da paz, na marcha regular dos negocios publicos e no progresso do paiz, onde tinham muito que perder, e, portanto, os menos proprios para servir de instrumentos a uma politica de violencias e despotismos.

Eram cidadãos independentes, chefes e representantes das familias mais distinctas, abastados, influentes, e si

n'elles esperava o governo encontrar efficaz cooperação para manutenção da lei, d'elles vir-lhe-hia a mais formidavel e invencivel resistencia si fosse seu designio transgredil-a.

Seria d'esses homens que desconfiava o exercito? N'esse caso, o exercito, se havia convertido em perigo publico e louvores mereceria o governo, que accumulasse elementos capazes de lhe fazer frente.

Assim, o descontentamento que causavam estas providencias, si descontentamento havia, outra cousa não demonstrava senão as disposições subversivas e anarchicas que minavam a força armada.

Demais, si contribuíram ellas para o levantamento do dia 13, porque não demittiu o governo provisorio o commandante do corpo policial (1) e a officialidade da guarda nacional, dissolvendo os respectivos batalhões, como dissolveu o conselho de estado, o senado e a camara dos deputados?(2) Porque consentiu que continuasse sob a guarda de um dos respectivos chefes o armamento da milicia civica?

Já se vê que nada teem de serio estas arguições.

Alimentasse o governo o pensamento de anniquilar o exercito e o primeiro passo a dar seria não preencher os claros abertos nos quadros das praças de pret por morte, baixa ou deserção. Ao contrario, esforçou se sempre por manter completos esses quadros, não poupando para isso sacrificios pecuniarios, nem o emprego dos meios coercitivos a seu alcance, com o que contrariava as tendencias naturaes da população, em geral avessa ao serviço das armas.

Propalou se, tambem, nas vesperras da sedição, como constára á redacção do *Jornal do Commercio*, estar resollida a retirada de diversos corpos do Rio de Janeiro para serem disseminados pelo interior das provincias mais dis-

(1) Conservou-o, até promovel-o a general.

(2) E mais tarde as assembléas provinciaes e municipalidades.

tantes. E' uma falsidade. Si as conveniencias do serviço publico o exigissem, não hesitaria o governo em determinar a marcha de qualquer batalhão, usando dos recursos ao seu dispôr para que a ordem se executasse. Mas não foi expedida nem cogitada, do que pôdem dar testemunho o sr. ajudante-general Floriano Peixoto, a quem haveria de ser transmittida e os archivos das estações publicas, hoje em poder dos vencedores.

Fez se ainda constar a ordem de prisão contra o marechal Deodoro, manejo que, á ultima hora, puzeram em pratica. Outra falsidade. Jamais passou pela mente do governo a prisão d'esse general. Resovel-a-hia, indubitavelmente, si ao seu conhecimento viessem factos que a auctorisassem. Declarei, porém, já e óra repito, que as intenções do governo lhe eram favoraveis e até quasi o ultimo momento nenhuma rasões tive para descrever da sua lealdade. Surgiu no meu espirito a primeira duvida ao ler a carta que recebi na manhã de 14, duvida que communiquei ao sr. ministro da guerra, na conferencia que deixei relatada. E ainda n'essa occasião, a medida que me occorreu, caso se verificasse a suspeita, foi a reforma e não a prisão, que só podia ser ordenada por factos positivos de desobediencia, indisciplina ou criminalidade commum. Não parecia natural que conspirasse um homem que guardava o leito e se dizia gravemente enfermo. Só acreditei que o marechal se pronunciava contra o governo quando tive parte de que marchava á frente da columna sublevada.

N'este ponto, invoco egualmente o testemunho do sr. ajudante general e do ex-ministro da guerra, visconde de Maracajú.

Portanto, os motivos adduzidos para justificar a sedição de 15 de novembro, referentes ao exercito, são cavillosos ou absolutamente destituídos de fundamento.

Tel-os hia acaso suscitado o governo, com os seus actos de ordem politica ou administrativa em outros ramos do servico publico?

O facto já alludido de ter a Associação Commercial do Rio de Janeiro, em assembleia solemne, representadas além de todas as opiniões politicas, todas as nacionalidades, e quanto o commercio, as industrias, o capital e o trabalho possuiam de mais distincto, unanimemente resolvido dar as mais significativas demonstraões de apreço e reconhecimento ao presidente do gabinete de 7 de junho, e erigir-lhe mesmo uma estatua, prova que si esse gabinete não foi um benemerito, em nada comprometteu, pelo menos, a causa publica.

Releve-se, porém, para que a resposta seja mais peremptoria, recordar em rapida resenha os actos d'esse ministério, que apenas durou 5 mezes e poucos dias.

Seguramente ainda estão vivas na lembrança do publico as circumstancias em que acceitei o poder no dia 7 de junho do corrente anno.

Explorando os interesses contrariados pela abolição da escravidão, chegára a propaganda republicana ao maior auge, conquistando dia a dia novos proselytos, especialmente nas classes da lavoura e do commercio, mais directamente prejudicadas por aquelle grande acto.

As demais classes importantes do paiz tambem se mostravam possuidas de profunda descrença ou completo desanimo; sentindo-se mal, todavia nada ousavam emprender para melhorar as proprias condições e promover o progresso geral. Descontentes da actualidade, nem siquer esperavam do futuro.

O partido conservador, de posse do governo desde 1885, fraccionára-se em dois grupos, que depois de se hostilisarem cruamente, confessaram-se impotentes para dirigir os negocios publicos, aggravados por com-

phicações e difficuldades, sob mais de um aspecto.

Tal era, em resumo, a situação, quando a confiança da corôa, confirmando a indicação do meu partido, commetteu-me a missão de organizar gabinete.

Apresentei-me ás camaras com um programma francamente democratico, compromettendo-me a realisar reformas liberaes, que inutilisassem virtualmente a propaganda republicana e, de par com ellas, medidas que melhorassem as condições economicas e financeiras do paiz.

A repulsa formal da camara dos deputados, em sua grande maioria composta de adversarios, posto nada mais lhe pedisse alem dos meios indispensaveis de governo, obrigou-me a dissolver-a, convocando os comicios eleitoraes para o dia 31 de agosto proximo passado.

Sem embargo do trabalho insano que importa sempre uma mudança de politica na alta administração do estado, mormente seguida em tão curto praso de eleições geraes, sabem os meus concidadãos quanto fez o gabinete de 7 de junho.

Pondo de parte a reorganisação de varios serviços importantes, como entre outros o de engenhos centraes, mencionarei a creação dos burgos agricolas, a decretação de grandiosas obras para hygiene e embellesamento da capital, a elaboração do Codigo Civil que se adiantou consideravelmente, conseguindo-se muito mais n'esses poucos mezes do que até então em longos annos, a reforma do Codigo Criminal, a do processo das fallencias e a da grande naturalisação, que ficaram concluidas para serem presentes ao poder legislativo (1), estu-

(1) Consta-me que por parte de um professor da faculdade de direito do Recife, foi contestado este ponto da minha exposição, affirmando S. S.<sup>a</sup> que a reforma do Codigo criminal não estava concluida. Não li a contestação, nem sei quem seja o contestante. Insisto, porem, no que affirmei.

A commissão incumbida de organizar o projecto de reforma do Codigo criminal, sob a presidencia do Sñr conselheiro João Baptista Pereira, ter-

dos e diligencias para a solução da questão de limites com a Guyana Franceza e o tractado para chegar a seu termo, por via de arbitramento, a que existia entre o Imperio e a Confederação Argentina.

Simultaneamente e fiel ao seu programma, adoptou o gabinete uma serie de medidas que de maneira efficassissima influiriam para a prosperidade e riqueza do paiz.

Foi assim que robusteceu e avigorou o credito publico, realisando as duas maiores operações financeiras que jamais se effectuaram, ambas nas condições mais favoraveis.

De uma resultou avultada redução da despeza publica pela conversão da maior parte da divida externa, da outra auferiu o governo os meios pecuniarios de que carecia não só para occorrer aos compromissos do Estado, extraordinariamente augmentados por motivos de força maior, como a secca nas provincias do norte, senão para levar a effeito importantes melhoramentos materiaes e emprehender as obras de saneamento e embellesamento da capital do imperio.

D'ahi lhe vieram tambem recursos para prestar avultadissimos auxilios á lavoura, desorganizada e abatida, proporcionando-lhe meios de reconstituir e desenvolver o trabalho, impedindo d'ess' arte que se estancasse, ou pelo menos diminuísse grandemente, a principal fonte da receita publica.

Poz o governo especial cuidado em facilitar as transacções, tanto commerciaes como industriaes, e fomentando o espirito de iniciativa e associação, conseguiu que, no estreitissimo periodo da sua gerencia, fossem creados no paiz bancos, emprezas e companhias em maior numero do que os existentes até sua ascensão ao poder.

minou o seu trabalho que foi a imprimir na Typographia Nacional, para ser presente ás camaras logo em novembro. E' questão de facto, facil de verificar.

Contractou vantajosamente e iniciou o resgate do papel moeda, tornando realidade um *desideratum* que baldára todos os esforços dos poderes publicos, desde o anno de 1830.

Promoveu a celebração de tratados commerciaes com varias potencias, a fim de abrir aos principaes productos brazileiros novos mercados, alliviando-os dos pesados impostos, a que em alguns paizes estão sujeitos, impossibilitando os de concorrer com os similares de procedencia diversa.

Deixou terminada e em via de promulgação com applauso de todas as classes interessadas, a reforma da tarifa das alfandegas, que conjuntamente com o desenvolvimento de varias industrias nacionaes determinaria o augmento da renda publica.

Finalmente, sem a menor violencia, sem se soccorrer aos meios de corrupção, sem o emprego de expediente algum illegal para a alliciação de votos, e, ao contrario, garantindo a todos os partidos a mais plena liberdade de accção, sem o mais leve estremecimento da ordem publica, o gabinete de 7 de junho triumphou nas eleições de 31 de agosto em todas as provincias, reunindo immensa e illustrada maioria na camara dos deputados, que viria coadjuval-o na prompta adopção das reformas politicas e administrativas do seu programma, já consignadas em projectos que, como era notorio, teriam de ser submittidos ao parlamento logo no primeiro dia util das sessões legislativas.

Taes projectos convertidos em lei imporiam silencio á propaganda republicana, demonstrando practicamente, que sob a monarchia constitucional representativa pode operar-se a maxima decentralisação administrativa, com a maior expansão de todas as liberdades e garantias, em quaesquer manifestações da actividade humana, individual ou collectivamente considerada, sem os perigos e graves

inconvenientes d'aquelle outro systema de governo, firmando em bases solidas a unidade e a integridade nacionaes, cimentando o progresso e a grandeza da patria, pela collaboraçaõ não só de todos os seus filhos, mas de todos os estrangeiros que a ella se acolhessem com animo de permanecer, constituindo familia ou patrimonio.

Batidos nas urnas, pois que, apezar da alliança com o partido conservador, não conseguiram senão eleger dois deputados, os republicanos appellaram, como recurso extremo, para uma sedição militar.

E ella fez-se, e triumphou em presença da nação, tomada de surpresa, e depois coacta pelas violencias practicadas, que bem claramente revelaram até onde chegariam, para conservar o poder, os que d'elle se haviam apossado.

Não foi um movimento subito, a obra de um dia; o golpe estava já preparado de muitos annos. Os primeiros prodromos da insubordinaçaõ do exercito datam da terminaçaõ da guerra do Paraguay.

Ao regressarem as tropas, nas ruas do Rio de Janeiro foram desacatados os ministros por aquelles que entendiam terem sido poucos todos os sacrificios feitos pela nação para recompensar a sua collaboraçaõ na victoria.

Desde essa epocha, symptomas graves de indisciplina foram-se reproduzindo e generalizando. Acalmaram sob o ministerio Sinimbú em 1878 e 1879, graças ao prestigio do legendario general Osorio, mas elle, o intemerato e avisado, bem os sentia latentes, advertindo ser arriscado desprezal-os.

Accentuaram-se sob o gabinete Paranaguá, mas dominou-os a energia do ministro da guerra Carlos Affonso, até que, sob a administração do seu successor, explodiram, tingindo as ruas da capital do sangue de um homem, assassinado pelas espadas e revolvers do exercito, posto estivesse sob a protecçaõ de um de seus officiaes.



Cerca de dois annos depois os militares comprehendiram que tudo podiam ousar, desde que, para evitar lucta fratricida, o ministerio Cotegepe transigiu com suas imposições, confessando nobremente não ter ficado illesa a dignidade do governo. Ao tempo do ministerio João Alfredo levantaram serios disturbios em S. Paulo, arrancando-lhe a exoneração do chefe de policia que cumprira o seu dever, e se não exigiram e não obliteraram mais, sob o mesmo gabinete, foi por virtude do derivativo da expedição de *Corumbá*, a qual proporcionou mando e commissões rendosas ao grupo mais irrequieto e turbulento.

Recordem-se estes factos, estude-se a sua concatenação e gradação, attenda-se a que não só tão graves quanto condemnaveis manifestações não encontraram correctivo, já pela benevolencia e tolerancia dos nossos costumes, e já pela fraqueza dos governos, continuando, ao envez d'isso, a serem promovidos e galardoados exactamente os que mais sobresahiam no desacato á lei e á auctoridade, attenda-se tambem a que uma certa parte da imprensa, esquecida dos principios que regem as sociedades cultas, sob pena de se alluirem as bazes em que ellas se firmam, aconselhava, animava e applaudia tantos desmandos, e ninguem se admirará dos successos de 15 de novembro.

Elles consummaram-se, cumpre reconhecê-lo, no momento psychologico. Um pouco mais tarde não se verificariam, ao menos com tão facil exito. O governo teria tido tempo de predispor os meios de repressão.

Mas, desprevenidos os poderes publicos, desobedecidos e abandonados, na hora critica, por aquelles em que mais confiava e devia confiar, a insurreição triumphou como não podia deixar de acontecer.

## Conclusão.

Ignoro até hoje o que se tem passado no Brazil depois da minha partida, a 19 do mez findo. Aqui, na tranquilla capital das Canarias, apenas repercutio o echo longinquo da queda da monarchia, ainda nem siquer officialmente communicada ao consul brasileiro.

Mas, se não tenho completamente obliterado o parco entendimento que Deus me concedeu, não é infundada a convicção de que não perdurará e menos fará a felicidade da patria a republica, que se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada.

Vem de uma origem criminosa, realisou se por meio de um attentado sem precedentes na historia e terá uma existencia ephemera, si não falham os supremos principios da moral e da justiça eternas.

Quaes as faltas, ou os crimes do sr. D. Pedro II, que em quasi cincoenta annos de reinado nunca perseguiu ninguem, nunca se lembrou de uma ingratição, nunca vingou uma injuria, prompto sempre a perdoar, esquecer e beneficiar, —que aboliu de facto a pena de morte, apoiou com dedicacão e promoveu por todos os meios a seu alcance o progresso, a felicidade e a grandeza da patria, sacrificando ao bem commum interesses, repouso e saude?

Quaes os males causados pelo principe, que despendia em obras beneficentes ou de utilidade publica a môr parte do que o Estado lhe offerecia, para o fausto de sua alta posição?

Quaes os grandes erros praticados que o tornaram merecedor da deposição e do exilio, quando, velho e enfermo, mais devia contar com o respeito e a veneração dos seus concidadãos?!...

Pois trata-se como a um despota, ou a um tyrano, o chefe de Estado, que soube impôr-se ao respeito e á admiração de todas as nações civilisadas, de modo que não se sabe dizer si mais sympathias e confiança inspira ás monarchias da Europa, si ás republicas da America, aos Estados-Unidos, onde deixou um nome popular, ao Chile que o escolheu para arbitro nas suas questões mais complicadas, á republica Argentina, á Oriental e á do Paraguay, para cuja liberdade directa e poderosamente contribuiu?!

A republica brazileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não pôde perdurar.

Nada significam as adhesões que apregoa surgirem de todos os pontos do imperio. Originam-se do terror ou partem da multidão interesseira dos descontentes da situação decahida e d'aquelles que, ainda em maior numero, esperam lucrar com a que se inaugurou, massa fluctuante que adhere a quem pôde, no momento, fazer o mal ou distribuir favores (1).

Hoje ella já não será tão compacta como nos primeiros dias, porque muitas esperanças cedo se frustraram, muitas illusões desapareceram. Querendo viver com todos, ninguém sustenta; insaciavel, nada a satisfaz.

Devorar-se-hão entre si os que se alliam para dominar o paiz, contra o voto por elle solemnemente expresso de manter as instituições que o regiam, aperfeiçoadas pelos reformas indispensaveis ao seu progresso moral e mate-

(1) No folheto — O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRAZIL, o sr. Ottoni afirma que a imprensa está amordaçada, e effectivamente o decreto n.º 85 de 23 de dezembro de 1889 considera crime militar, summariamente processado por uma commissão militar e sujeito á pena de morte, a opposição na imprensa ou mesmo de palavra aos actos do governo, ou a divulgação de noticias que lhe sejam desfavoraveis.

Varios jornaes foram supprimidos e jornalistas encarcerados por discutirem a marcha da administração. Tal é a liberdade que trouxe a republica para o Brazil!

rial, isto é, desenvolvido o pensamento democratico do Acto Addicional á Constituição do imperio, e avigorada a autonomia dos municipios e provincias, até onde o permittisse a conservação da grande unidade brazileira.

Ou prevelacerá a caudilhagem militar, sacrificadas as liberdades civicas, como em quasi todos os estados sul-americanos, ou o exercito será victima dos demagogos de que se fez instrumento, illudido por falsos motivos, ou alliciado por promessas irrealisaveis.

Uma nação de homens livres não supportará por muito tempo tão intoleravel regimen, dissipado o assombro de que foi tomada, reagirá, impondo sua vontade soberana.

Por outro lado, é uma utopia a federação das provincias que inculca querer fundar o governo provisorio. Como podem ser estados independentes, para não fallar em outras provincias, o Ceará com as seccas que periodicamente o assolam, obrigando o paiz a endividar-se para soccorrel-o, Sergipe, Alagoas, ou Piauhy que, nem siquer podem pagar seus funcionarios, oberados de compromissos pecuniarios, sem recursos proprios e sem credito? A federação nas circumstancias actuaes será o fraccionamento da grande e esperançosa nacionalidade, que tanto custou a constituir-se e era justo orgulho da America Meridional.

A missão dos antigos partidos constitucionaes, portanto, não está extincta : — tornou-se mais grave e mais melindroza, e não incumbe já a elles sós, mas a todos os homens de criterio, coração e consciencia, porque é exactamente agora que a manutenção da paz e da tranquillidade publicas, a segurança dos interesses sociaes, a fidelidade aos compromissos e o futuro da patria correm perigo no Brazil.

Assim pensando, e visto que, compellido a ausentar-me

do paiz, nada mais posso fazer para auxiliar os meus concidadãos, aconselho e d'aqui os exhorto a que, sem reccorrerem a desforço material, o que apenas daria azo a maiores violencias do que as já commettidas, não poupem esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra commum, que tanto estremeecemos.

O terreno da lucta deve ser o da tribuna, da imprensa e dos comicios eleitoraes, que os dominadores promettem franquear a todas as opiniões.

Si a consulta que protestam submetter á nação fosse sincera e respeitado o direito de cada cidadão de preferir a fôrma de governo que entender, tenho por certo que seria segura a victoria da bôa causa.

Não me illudo, porém, acreditando no cumprimento de semelhante promessa; as eleições serão feitas á feição dos que governam pela força e pelo terror e hão de entregar as provincias a proconsules armados, como elles, de todos os poderes e capazes de todos os excessos.

Mas os bons cidadãos desempenharão o seu dever e lavarão solemne protesto. Quando nada mais possam conseguir, evitarão a vergonha e a humilhação de passarem aos olhos do mundo como um bando sem crenças nem energia, incapaz de defender os proprios direitos, e, portanto, digno da prepotencia que o opprime.

Serão poucos? Não importa; formarão o nucleo das futuras legiões, que hão de levantar-se, porque essa causa é a da lei, a da justiça e a dos grandes interesses sociais.

O sr. D. Pedro II não abdicou; subsistem seus direitos, assim como os dos seus successores directos e legitimos, quaes os garantiu a lei fundamental do estado; cedeu á violencia; está privado de facto das suas prerogativas, mas não as perdeu, porque só a nação podia tirar-lh'as e

a nação não se pronunciou no dia 15 de novembro (1).

Entretanto, se ella livremente sancionar o attentado, confirmando o advento da republica, dever é de todo o brasileiro, que prézesse nome, respeitar o *verdictum* supremo e contribuir, na medida da sua capacidade, para que, observadas as normas do direito, da moralidade, e da moderação, possa o novo regimen augmentar a grandeza e a prosperidade da Patria (2).

*Santa-Cruz de Tenriffe*, em 9 de dezembro de 1889.

VISCONDE DE OURO PRETO.

(1) O ministro do interior escrevendo no mesmo dia da revolução dizia que o povo a ella assistira bestializado. Veja-se ultimo documento annexo.

No Rio de Janeiro assim aconteceu realmente, mas nas provincias a fibra nacional vibrou. No Maranhão, por exemplo e segundo o testemunho do primeiro governador nomeado pelo governo provisorio, o Sr Pedro Tavares, a proclamação da Republica não se fez sem o morticínio de muitos brasileiros.

(2) Os desinteressados amigos do governo provisorio, em Lisboa, telegrapharam para o Rio de Janeiro, annunciando que esta publicação fóra mal recebida pela imprensa d'aquella capital. É mais uma falsidade. A' excepção do *SECCLO* e de mais algum outro jornal republicano, que doestaram-me, esquecidos de que eu viera pedir hospitalidade ás plagas lusitanas, só devo amabilidades a imprensa portugueza. Receba aqui novamente meus agradecimentos o *COMMERIO DE PORTUGAL*, e protesto-os tambem á *TARDE*, ao *DIA*, ao *TEMPO*, ao *DIARIO POPULAR*, ao *DIARIO DE NOTICIAS*, ao *DIARIO ILLUSTRADO*, ao *CORREIO DA NOITE*, á *GAZETA DE PORTUGAL*, e ao *REPORTER*, os quaes, entre outros que me escapam, referiram-se, nos editoriaes de 20 e 21 de dezembro, em termos benevolos e honrosos ao meu Manifesto.

---

## SEGUNDA PARTE.

**Ainda os acontecimentos de 15 de Novembro de  
1889 (1).**

*(Aos meus concidadãos).*

O Sr. visconde de Maracajú, ex-ministro da guerra do gabinete a que presidi, leu de animo prevenido a exposição por mim dirigida aos nossos concidadãos, ácerca dos acontecimentos de 15 de Novembro do anno passado, que determináram a queda do governo e a mudança das instituições no Brazil.

Era natural, pois, lhe faltassem, com a memoria, a placidez e agudeza de espirito, que o caracterisam, quando escreveu a contestação que entendeu oppôr-me.

A prevenção do Sr. visconde originou-se, indubitavelmente, de um telegramma expedido desta cidade a certa folha do Rio de Janeiro antes da publicação daquelle documento, e no qual imputou-se-me, entre outras inexactidões, havel-o accusado de traição.

Dahi veio ter o Sr. ex-ministro da guerra enxergado no escripto o que absolutamente nelle se não contém, e a increpação de má fé, que me lança em rosto a tantas mil leguas de distancia.

Contra ella nenhum desfoço tomarei...

Não posso, porém, deixar sem contradicta a narrativa do Sr. visconde, começando por uma declaração, que julgo conveniente.

(1) Publicado no *Jornal do Commercio* de 16 de março de 1890.

Entre as falsas noticias a meu respeito enviadas desta capital para o Rio de Janeiro, por alguns individuos, que pensam assim recommendar-se ao governo provisório, figura a de que alterei a alludida exposição, á vista da resposta antecipada que por via telegraphica lhe deu o cidadão, que apoderou-se da pasta da fazenda (1).

E' isto uma inverdade. Publiquei o Manifesto como foi redigido em Tenerife, segundo minhas impressões e reminiscências, — o que podem attestar não só os meus illustres collegas conselheiros Candido de Oliveira e barão de Loreto, ex-ministros da justiça e do imperio, á quem o li logo depois do meu desembarque, pedindo-lhes a fineza de me advertirem de qualquer engano porventura commettido, senão tambem o digno par do reino Sr. visconde de Melicio, re-

(1) E' curioso enumerar e confrontar o que os noticiaristas a que acima referi-me tem se lembrado de inventar a meu respeito.

1.º — Foi a conselho meu que o Imperador recusou o donativo de 5,000:000,5, deliberação honestissima e correctá que eu aconselharia, se pudesse, mas de exclusiva iniciativa de Sua Magestade, logo que, no mar, tomou conhecimento do respectivo documento, e communicada ao mordomo muito antes de poder eu ter a honra de avistar-me com o Imperador;

2.º — Submetti a sua augusta censura e mereceu-lhe condemnação o meu manifesto, que só leu depois de publicado;

3.º — Não quiz receber-me no Porto, onde, como sempre, acolheu-me com a maior bondade, e fui designado para pegar em um dos cordões do feretro da virtuosa Imperatriz;

4.º — Apezar dessa repulsa, poucos dias depois dignou-se o mesmo Senhor conceder-me larga conferencia a que esteve tambem presente o Sr. conselheiro Candido de Oliveira, que, seguramente, ficou tão sorpreso com a noticia como eu;

5.º — A imprensa deste nobre paiz, á qual, excepto as folhas republicanas, só devo finezas, ou censura ou despreza o meu alludido manifesto;

6.º — Sou candidato a Constituinte, ainda que a nenhum dos meus futuros eleitores haja, directa ou indirectamente, communicado tal pensamento;

7.º — Estou aqui, onde systematicamente evito até conversar sobre negocios do Brazil, para não aggravar as minhas magoas, em plena actividade de reacção contra a republica, promovendo a queda do cambio, a baixa dos fundos e o descredito de meu paiz, e não sei quantas mais falsidades e calumnias!

Da-las-hei por bem compensadas si dellas derivar algum proveito, para os que julgam ser justo e nobre amargar a sorte de um proscripto. Ao menos, assim, servirei ainda para alguma cousa.



dactor e proprietario do *Commercio de Portugal*, cujas columnas cavalheirosamente franqueou-me.

O telegramma do Sr. Barbosa não podia influir para que lhe alterasse uma virgula sequer, até porque não foi resposta, mas serie de insultos gratuitos, que não me attingiam.

---

Isto posto, tomarei em consideração os pontos do artigo do Sr. visconde de Macarajú, que exigem commentarios.

E' o primeiro a asserção de que do meu manifesto *transpira o intuito de desculpar-me*, accusando S. Ex. de não ter agido no sentido de suffocar o movimento, sendo certo que deu muito a tempo as providencias, que estavam na esphera de suas attribuições, ainda que chame eu a mim a autoria dessas mesmas providencias.

Vamos por partes.

Não tive, nem podia ter o intuito de *desculpar-me*, pela obvia razão de não me accusar a consciencia nenhuma culpa.

Meu unico intuito foi habilitar os nossos concidadãos e a posteridade a julgarem do meu procedimento com perfeito conhecimento de causa, descrevendo com escrupulosa fidelidade, e sem o menor resquicio de paixão ou resentimento, a situação em que me vi e o que pratiquei para fazer-lhe face.

A arguição, além de infundada, é contraproducente.

Tivesse eu necessidade de desculpar-me, e muito maior seria a do Sr. visconde de Maracajú, meu companheiro no governo, solidario commigo, e, o que é mais, militar, ministro da guerra, primeiro responsavel, portanto, pelas medidas a adoptar, em um conflicto com a força armada.

Ora si, por um lado, o Sr. ex-ministro da guerra affirma e com toda a razão, que o gabinete a que pertencemos

jámais cogitou de medidas odiosas contra o exercito, e até revela a deliberação que tomáramos de melhorar-lhe a sorte (o que não referi para não parecer que pretendia captar as sympathias dos vencedores); si, por outro lado, declara que foram observadas em tempo todas as providencias precisas para suffocar o movimento, deveria facilmente comprehender que, tendo plena sciencia de tudo isso, eu não podia sentir a *necessidade de desculparme*.

Não accusei o Sr. visconde de Maracajú de não ter agido convenientemente para suffocar a sublevação do dia 15, nem imputei-lhe alguma outra falta. Expuz os factos como os presenciei, ou delles fui informado por seus protagonistas e testemunhas, deixando á perspicacia dos leitores tirar do conjuncto as illações que julgassem razoaveis.

Si essa exposição reclamava rectificações da parte de S. Ex., era seu direito e dever formula-las, sem todavia attribuir-me aquillo de que não curei. Quando houver readquirido a calma habitual, releia o Sr. visconde o manifesto, e reconhecerá que não foi justo para commigo nessa parte.

---

Tão pouco chamei a mim, como pretende, a autoria das providencias que S. Ex. assegura ter tomado durante o dia 14 e a madrugada de 15 de novembro, nem ainda agora contesto que o Sr. visconde as houvesse tomado.

Asseverei, sim, e repito, que — em actividade desde cerca de 11 horas da noite de 14, logo que recebi aviso do Sr. conselheiro chefe de policia acerca do que se passava no quartel da 2ª brigada, dei todas as ordens que mencionei, para a reunião e marcha das forças com que julgava poder contar, ordens que já estavam em execução, quando, ás

2 1/2 horas da madrugada de 15, soube S. Ex. da revolta, em casa de seu irmão o general Rio Apa, e dalli sahiu para a secretaria de policia, depois para o quartel-general e por ultimo para o arsenal de marinha, onde após instantes chamados, tivemos o prazer de vê-lo, eu e os nossos collegas da justiça e da marinha, ao bruxolear do dia.

O que se verifica de minha exposição é que, a esse tempo, já eu tinha estado no quartel de cavallaria de Estacio de Sá, na secretaria de policia, confirmando as ordens expedidas pelo digno Sr. conselheiro Basson, dictando outras e conferenciando com os Srs. ajudante-general do exercito e commandante do corpo de bombeiros; já me havia transferido para o arsenal de marinha e ali as déra tambem ao respectivo inspector, ao do arsenal de guerra, ao coronel Pego, commandante do corpo de artilharia destacado em Santa Cruz, ao presidente do Rio de Janeiro, á estação central dos telegraphos, etc., primeiro por minha unica iniciativa e depois de combinação com os Srs. ex-ministros mencionados, cumprindo assim, o melhor que podiamos, o nosso dever.

O Sr. visconde de Maracajú póde entender-se com todos os funcionarios que taes ordens receberam, antes que tivesse a bondade de apparecer-me, e reconhecerá que não chamei a mim a autoria do que a S. Ex. pertencia; narrei apenas o que pela minha parte havia feito.

Só aos dignos Srs ministro da justiça e presidente do Rio de Janeiro lhe é impossivel consultar, porque foram expellidos do paiz como eu; mas assevero-lhe que — aquelle confirma quanto estou expondo, e logo ve-lo-ha, e o segundo, antes de receber a recommendação escripta que levou lhe o ajudante de ordens de S. Ex., para fazer embarcar o corpo de policia da provincia, tivera de mim, e de viva voz, na véspera, a de concentrar na capital toda a forza disponivel, e na madrugada de 15, por intermedio de pes-

soa de confiança, a de ter prompta a seguir essa força, ao primeiro aviso, determinações que participou-me estarem cumpridas, antes da chegada do Sr. visconde de Maracajú ao arsenal de marinha.

---

Inrepa-me S. Ex. por attribuir-lhe, *ainda que dubiamente*, haver-se propalado a falsa noticia da prisão do marechal Deodoro, por lhe ter eu fallado em reforma d'aquelle general, uma vez averiguado que animava ou promovia manifestações de indisciplina.

E' outra injustiça. A' fé de cavalheiro, afianço á S. Ex. que jámais passou-me pela mente dar-lhe coparticipação em semelhante boato. Nunca o julguei capaz de um acto de perfidia.

Francamente, o que suspeitei foi que, confiando a alguem talvez quanto entre nós se passára acerca da possibilidade da reforma, do abuso dessa confidencia originárase o boato.

Só posteriormente á publicação do manifesto, lendo os traços biographicos de diversos personagens do dia 15, insertos em um jornal do Rio de Janeiro, soube fôra engendrada por um dos chefes, para o fim de precipitar os acontecimentos, aquella noticia que o biographo qualifica, conforme o senso moral da época, de *habil e patriótico estratagema de guerra*.

---

Declara o Sr. visconde de Maracajú que não fez chegar ao conhecimento do governo as queixas do exercito porque eram antigas e, como S. Ex., devia eu conhecê-las pelos jornaes, accrescendo que durante dois mezes esteve, por doente, afastado da pasta da guerra, tendo mes-

mo, por esse motivo, pedido exoneração, do *que* depois desistio.

Reclama este topico varias observações.

Em primeiro lugar, o Sr. visconde de Maracajú *nelle* confirma quanto disse eu a respeito dos desgostos do *exercito* para com o gabinete deposto: o ministerio de 7 de junho não procedeu de modo a irritar o exercito, contra o qual não alimentava má vontade. As queixas formuladas tinham por objecto factos anteriores á sua organisação e que, portanto, não podião ser levados á sua conta, tanto mais quanto não fôra solicitada reparação.

Ora, além de que eram infundadas estas queixas, como demonstro no Manifesto, a attitude do Sr. visconde de Maracajú bastava para convencer-me de que não fariam explosão sob *um* governo, que não as aggravara de modo algum, antes, pelos meios legais, dispunha-se a melhorar a sorte da classe militar.

Membro do ministerio, considerado por todos os collegas: tendo, nas deliberações dos negocios peculiares á sua pasta, a iniciativa e opinião decisiva que lhe competiam, tanto pelo cargo como pela competencia profissional, o Sr. visconde de Maracajú não  *julgou* necessario chamar a attenção do governo para essas queixas antigas, constantes apenas dos jornaes.

Consequentemente, em seu conceito não constituíam assumpto tão grave ou urgente que devesse preterir os demais de que se occupava. Porque de diverso modo considera-las-hiam os outros ministros, atarefados de multipas questões, difficilimas e melindrosas, resolvidas em uma administração de cinco mezes, que nem os mais encarnicados adversarios ousam accusar de esterilidade?!

A circumstancia de ter estado duas vezes afastado da pasta, por enfermo, allegada pelo Sr. visconde de Maracajú, nada prova, porque mesmo do leito, com uma pala-

uma escripta ou verbal, podia e devia S. Ex. despertar a attenção dos collegas para aquillo que julgasse urgente.

Os compañeros não o abandonaram na molestia, visitaram-o com a frequencia que os affazeres permittiam: uma reunião de S. Ex. seria sufficiente para exame immediata das reclamações do exercito e sua satisfação nos limites do possível.

Coube-me a honra de receber mais de uma carta do Sr. visconde, ainda enfermo, sobre negocios de somenos importancia, e de todos dei-lhe solução. Assim tambem podia escrever-me sobre as queixas do exercito, si julgasse justificadas e momentosas.

Não escreveu S. Ex. ao Sr. ex-ministro da justiça e interino da guerra, pedindo que suspendesse a partida do batalhão 22? Podia telo feito, acerca de qualquer outra questão. Seu silencio, portanto, era de natureza a tranquillizar-nos, embora estivesse doente e afastado da direcção da pasta.

A proposito, releve S. Ex. dizer-lhe que o acto unico do governo, praticado durante seu impedimento que pareceu desagradar-lhe — a partida do batalhão 22 — afigurou-se-lhe acertado depois, ao saber que fôra suggerido pelo ajudante-general o Sr. Floriano Peixoto, e tanto que nada innovou ao reassumir o exercicio do cargo.

Como quer que seja, não era convincente a razão aduzida por S. Ex. para pedir a suspensão da ordem de embarque, isto é, certificar-lhe o Sr. general Rio Apa, que o batalhão era bom e bem disciplinado.

Exactamente esses requisitos indicava n-n'ô para qualquer diligencia importante, e nem a provincia do Amazonas é presidio a que se destinem somente os incorrigiveis e relapsos.

Não contesta o Sr. visconde que *me houvesse convidado* a ir ter consigo no quartel-general: *nega, apenas, a razão* que deu ao convidar-me, isto é — *necessidade de minha presença para animar a resistencia.*

E' um lapso da memoria de S. Ex., *tanto mais* para estranhar-se quanto oppõe a minha *afirmação* *uma* razão inverosimil.

Diz o Sr. visconde, que tendo *accedido ao convite*, resolvi depois o contrario, a pedido dos Sns. *ex-ministros da justiça* e da marinha, unicos que se achavam presentes, *sendo* que mais tarde espontaneamente seguimos todos para o lugar aprazado.

Si a pedido de dois collegas —, que aliás não existio, novo engano de S. Ex., — houvesse eu declinado do convite, por que razão mais tarde iria metter-me com todos elles *entre* as frageis paredes do quartel-general?

A este respeito nada mais accrescentarei, remettendo o Sr. visconde de Maracajú para a seguinte carta do meu amigo o Sn. conselheiro Candido de Oliveira. Ella recordará tambem a S. Ex. outros incidentes, de que está esquecido, e que igualmente contesta no seu escripto.

Exm. . . collega e amigo Sr. conselheiro Candido de Oliveira. — Em artigo que publicou no *Jornal do Commercio* de 14 de Janeiro e contestando alguns pontos de minha *exposição*, acerca dos acontecimentos de 13 de Novembro, o Sn. visconde de Maracajú affirma — não ter insistido *comigo*, na madrugada daquelle dia, para que fosse reunir-me com elle no quartel-general, declarando que *a minha presença era necessaria para animar a resistencia.*

« Affirma tambem que o convite não foi dirigido a nenhum outro ministro, os quaes para alli se encaminharam espontaneamente.

« Assevera ainda não se recordar de que, no quartel-general, e depois de se nos declarar impossivel a re-

sistência, nos offerecessem sahida pelos fundos do mesmo quartel, ao que nos recusamos.

« Comquanto nenhuma duvida tenha acerca do testemunho de V. Ex., a quem li a exposição antes de publical-a, pedindo-lhe, assim como ao nosso collega barão de Loreto, o obsequio de corrigir qualquer engano que porventura houvesse commettido, todavia, como pretendo responder ao Sr. visconde, rogo-lhe o favor de dizer-me por escripto o que souber a respeito daquelles factos, ou quaesquer outros que sirvam para esclarecer a verdade.

« Dupla fineza será autorisar-me a fazer uso da sua resposta.

« Sou com estima e consideração. — De V. Ex. collega, amigo e patricio. — *Ouro-Preto*. — Lisboa, 10 de Fevereiro de 1890. »

Eis a resposta do Exm. Sr. conselheiro Candido de Oliveira :

« Exm. collega e amigo Sr. conselheiro Visconde de Ouro-Preto. — S. C. em Lisboa, 11 de Fevereiro de 1890.

« Passo a responder aos topicos de sua estimadissima carta que, datada de hontem, acaba de ser-me entregue

« 1.º Na manhã de 13 de Novembro ultimo achava-se V. Ex. no arsenal de marinha do Rio de Janeiro em minha companhia e na do Sr. barão do Ladario, providenciando no sentido de debellar a revolta militar, de que o governo tivera noticia na vespera, quando alli se apresentou o ministro da guerra, Sr. visconde de Maracajú, que, participando-nos as medidas que por si havia tomado, declarou-nos ser conveniente reunir-se o ministerio na secretaria da guerra, para melhor homogeneidade de acção.

« Observando-lhe V. Ex. que a permanencia no arsenal seria talvez mais proficua, o Sr. visconde de Maracajú replicou, dizendo que a presença do presidente do con-



selho era necessaria no quartel-general *para animar a resistencia*. Por minha parte ponderei que o arsenal estava mais bem preparado para a defesa, sendo segura a communicação pelo mar, ao que V. Ex. objectou que poder-se-hia suppôr que tinhamos medo; resolvendo então os ministros presentes (V. Ex. e os da marinha e justiça) seguirem para o campo da Acclamação logo que partissem os primeiros contingentes da marinha, que se estavam reunindo; o que se fez.

2.º Quando se convenceu o ministerio na secretaria da guerra de que lhe faltavam, inteiramente, os elementos para suffocar o movimento, e que se achava, por assim dizer, todo elle prisioneiro no quartel-general, foi suggerida, não me recordo por quem, a idéa da retirada pelos fundos do edificio, dizendo o Sr. marechal Floriano Peixoto que isso não seria difficil.

« A esse alvitre nenhum de nós annuo.

« 3.º Quando chegámos á secretaria da guerra participou-me o Sr. visconde de Maracajú que havia nomeado para commandar interinamente a 2ª brigada o brigadeiro Barreto.

« Não deixei de estranhar essa nomeação, que recahia, em um momento critico, em um official exonerado pouco antes pelo ministerio, e que podia guardar-nos algum rancor.

« Recordo-me de que V. Ex. dirigio-se ao novo commandante, dizendo-lhe que delle esperava o leal cumprimento do dever.

« Eis o que sei em relação aos quesitos formulados, e póde V. Ex. fazer da minha resposta o uso que julgar conveniente.

« Sou, com toda estima, collega, patricio e amigo. —  
*Candido de Oliveira.* »

Pretende o Sr. visconde de Maracajú, que não apreciei bem o que me disse acerca de um official subalterno, quando as bocas de fogo do marechal Deodoro já estavam assestadas a poucos passos de distancia contra nós, e eu repetia as ordens para serem atacadas.

E' possivel que me tenha enganado, mas consinta S. Ex. que reproduza as minhas palavras, para que os leitores, que certamente não as tem já presentes, possam verificar si houve ou não motivo para que a resposta de S. Ex. me abrisse de todo os olhos.

Eis o que escrevi :

« Dando, pela quinta ou sexta vez, ordem para ser atacada a columna sublevada, ordem, torno a dize-lo, — que o Sr. ministro da guerra repetia em voz alta ao Sr. Floriano Peixoto, um joven official, — creio que tenente, — que alli se achava, exclamou, dirigindo-se a mim : « Sr. ministro, peze bem a responsabilidade que assume, é tremenda ; vai haver uma carnificina horrivel e inutil ! »

« Sem redarguir-lhe, voltei-me para o Sr. ministro da guerra, e disse-lhe :

« — Este official faltou ao dever militar ; cumpra V. Ex. o seu.

« Em voz baixa advertio-me ao ouvido o meu collega Sr. marechal visconde de Maracajú :

« — Não sabe V. Ex. quem é?... E' filho do visconde de Pelotas.

« Esta revelação confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me a situação ; então tudo comprehendí. »

Ora, eu suppunha que, na conformidade das leis militares, não é licito fazer reflexões daquella natureza a uma ordem emanada de autoridade competente, e muito menos em momento de perigo inculcar desanimo, constituindo este ultimo facto crime gravissimo, punido com todo o rigor marcial.

Por esse motivo, ouvindo as palavras de S. Ex. quando chamava sua attenção para tão condemnavel manifestação, comprehendí que rotos estavam todos os laços e subvertidas todas as noções de disciplina e desprovido o governo de quaesquer meios de accção.

Si não comprehendí bem á S. Ex., peço-lhe que me esclareça, pois estou prompto a reconhecer e arrependerm-me do meu erro.

---

Confirma o Sr. ex-ministro da guerra uma parte importante da exposição, confessando que ainda no dia 12 de novembro, alludindo eu, em conferencia, a avisos anonymos de que manifestações hostis se preparavam da parte do exercito, tranquillizou-me S. Ex.<sup>a</sup>. a semelhante respeito.

Merece ser transcripto esse trecho. Diz o Sñr. visconde :  
« ... Em outro ponto de seu manifesto, diz o Sr. vis-  
« conde de Ouro-Preto que recebeu muitas cartas anony-  
« mas, prevenindo-o que o exercito queria revoltar-se, mas  
« que o tranquillisei. » *Dellas, porém, somente deu-me no-*  
« *ticia S. Ex. a 12 de novembro, dia em que reassumi o*  
« *exercício, do qual estava então afastado, não por dias,*  
« *como refere S. Ex., mas por um mez e si naquella occa-*  
« *sião pronunciei-me de modo a não julgar imminente um*  
« *movimento militar, baseei-me no que nesse mesmo dia me*  
« *dissera o Sr. ajudante-general, isto é, que o exercito es-*  
« *tava desgostoso com o gabinete, suppondo que elle lhe*  
« *era infenso, mas que nada havia a receiar, posto corres-*  
« *sem diversas noticias desagradaveis, sobre o que estava*  
« *attento. »*

Assim, tres dias antes de serem as instituições politicas do paiz mudadas por alguns corpos rebellados, o Sr. visconde de Maracajú assegurava-me não haver motivo para

receiar-se um movimento militar, jurando nas palavras do ajudante-general do exercito.

N'essa occasião não se referio S. Ex., como parece dar a entender, a desgostos do exercito contra o gabinete; alludio, sim, a desgosto de um ou outro official desattendido em suas pretensões, accrescentando — recordo-me bem — *como sempre os ha em todos os tempos.*

Si S. Ex. tivesse alludido *a desgostos do exercito contra o governo*, é bem de ver que mais detidamente occupar-nos-hiamos do assumpto, não nos limitando a uma *conversa ligeira*, como descreve o proprio Sr. visconde de Maracajú neste outro topico :

« ... No dia 12, como depois da conferencia ministerial,  
« *onde ligeiramente se tratou das noticias que circulavam,*  
« me tivesse dito o Sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque,  
« que, na occasião em que ião se retirando os ministros,  
« que lhe constavam cousas desagradaveis sobre um pro-  
« nunciamento militar, o que não estava de accôrdo com  
« as informações do Sr. ajudante-general, *de novo fui com*  
« *este entender-me, cõmmunicando-me elle que já tinha*  
« *providenciado e que esperava serenar os animos...* »

Entende S. Ex. haver equivoco de minha parte, quando affirmo que tambem na conferencia, do dia 14, vespera da sedição, tranquillizou-me sobre os resultados de um conflicto, caso surgisse. O equivoco é da memoria enfraquecida do Sr. visconde, como provarei com as suas proprias palavras.

A, S. Ex. impressionaram as revelações e recommendações que lhe fiz, conforme minuciosamente narrei, mas nem mostrou-se sabedor d'aquellas noticias, nem receioso das consequencias possiveis da sublevação, si ella estalasse; ao contrario, disse-me formalmente — *com a*

1ª brigada (commandada por seu irmão) *pelo menos conto eu.* »

A prova de que o Sr. visconde nessa entrevista, a que compareceu a chamado meu, por volta do meiodia, não conhecia a situação nem tomára resolução alguma, resulta do seguinte trecho do seu artigo :

« Disse-lhe (*a mim*) nessa entrevista que ia conferen-  
« ciar com o mesmo Sr. ajudante-general, com os comman-  
« dantes das duas brigadas, quartel-mestre-general, di-  
« rector do arsenal de guerra e com o intendente da guerra,  
« *afim de poder eu então tomar as necessarias providencias*  
« *e retirei-me.*

« Voltando á secretaria, informou-me o Sr. ajudante-  
« general que *estavamos sobre um volcão*, pelo que na ves-  
« pera, á noite, lhe constára e soubera do Sr. chefe de poli-  
« cia (o que surpredeu-me), mas que esperava evitar  
« qualquer pronunciamento com as *providencias que tinha*  
« *tomado, já alludidas, e outras.* Receiando eu, á vista  
« disso se dêsse algum acontecimento na noite de 15, quando  
« estivesse o ministerio em conferencia, ou a 16, por oc-  
« casião do despacho. entendi-me com os chefes militares,  
« já mencionados, e mandei vir cartuxame para os bata-  
« lhões e polvora para o arsenal de guerra, no qual de-  
« viam ser preparados cartuchos para onze bocas de fogo  
« de Krupp e seis de Withworth, que alli já se achavam,  
« e dei outras providencias. »

Portanto, até o dia 14 de novembro, cerca de meio-dia, quando conferenciou commigo no thesouro, nenhuma providencia occorrera ao Sr. visconde de Maracajú, para evitar ou reprimir qualquer movimento militar, tanto que *sorpredeu-se* ouvindo logo depois o Sr. marechal Floriano Peixoto dizer-lhe: — *estamos sobre um volcão.*

Só nesse momento, receiando algum acontecimento na noite de 15, ou no dia 16, entendeu-se com os chefes

e mandou vir cartuxame para os batalhões e pólvora para o arsenal.

Logo, é claro que *antes da desagradavel surpresa* por que passou, não podia S. Ex. confirmar os receios que houvesse eu manifestado, e menos assustar-me, descrevendo-me uma situação de que não tinha noticia, e que, mesmo depois da surpresa, não julgou tão grave como realmente era.

Com effeito, militar brioso — primeiro responsavel pela disciplina do exercito, leal servidor da monarchia, si o Sr. visconde de Maracajú não estivesse convencido, quando commigo conferenciou, de que dispunha o governo de meios sufficientes para conter qualquer movimento; si, depois de ouvir o Sr. ajudante-general, acreditasse realmente que *estavamos sobre um volcão*, não se limitaria ás poucas providencias que tomou.

Na imminencia de tão grave perigo, S. Ex. não se contentaria de mandar vir cartuxame para os batalhões e pólvora para o arsenal e recommendar vigilancia ao ajudante-general, retirando-se tranquillamente para a casa de seu irmão, sem verificar ao menos se aquellas ordens serão cumpridas, guardando para o dia seguinte a conferencia com o Sr. barão do Ladario, ex-ministro da marinha, de quem podia esperar efficaz concurso para a defesa, e deixando de fazer-me, a mim, presidente do conselho, qualquer communicação.

Portanto, das proprias palavras do Sñr visconde de Maracajú resulta, com a transparencia da luz meridiana, que ainda na manhã de 14, suspeito eu de que alguma coisa se tramava, e tratando de proceder como cumpria, não podia S. Ex. ter-me inculido duvidas sobre a effectividade e efficacia de recursos sufficientes para suffocar uma sublevação, a que S. Ex. dava tanto pezo, que recolheu-se ao lar fraterno, a dormir em socego.

Insisto nestes pontos em desempenho do meu dever. Não podia consentir que a fidelidade de minha exposição fosse posta em duvida por pessoa da autoridade do Sñr visconde de Maracajú.

Não tenho contra S. Ex. resentimento algum, como parece acreditar. Sinto apenas uma magua, que com franqueza externarei, mas pela qual não culpo ao Sñr visconde, attribuindo-a á fatalidade do destino.

Si no dia 14 de Novembro o Sr. visconde de Maracajú, depois de surprender-se diante do ajudante general, me houvesse participado *que elle nos julgava sobre um volcão*, si me tivesse podido avistar com S. Ex. antes da madrugada de 15, em que accudiu ao meu chamado, quando os corpos sublevados já se achavam de arma ao hombro, prestes a marchar: si algumas horas antes nos houvessemos reunido aos nossos collegas, acredito que talvez tivéssemos defendido melhor a causa da lei e das instituições, a cujo serviço nos consagravamos, convictos de que eram as mais convenientes á felicidade e grandeza da patria.

Fatalidade, sim, porque o povo assistio áquella scena *bestialisado*, na phrase do ex-ministro do interior, e o Brazil não tem hoje dias mais felizes do que sob o regimen decahido, vendo confiscadas todas as liberdades politicas e civis, debatendo-se sob a dictadura da espada, pagando sem poder protestar os impostos, que a ella apraz exigir para malbaratar seu producto e ameaçado, além de tudo isto, de perder, com parte preciosa do territorio, naturaes e insubstituiveis linhas de defesa, sem que á imprensa, atalaia outr'ora — e ainda bem! — tão vigilante, censor tão implacavel e tão altivo, juiz tão severo e intransigente, outra cousa seja permittido senão applaudir, louvar, louvar sempre... embora repassada de tristeza — *laudans sed mœrens!*

E' isto o que profundamente deploro; esta a minha grande magua, que certo compartilhará o Sr. visconde de Maracajú.

VISCONDE DE OURO PRETO.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1890.



## TERCEIRA PARTE

### Resposta ao sñr Conselheiro C. B. Ottoni.

O sñr Christiano B. Ottoni foi um dos adversarios com quem mais rijamente tive de bater-me na vida publica. São passados doze annos depois que pela ultima vez terçamos armas. N'esse periodo esqueci — sabem-n'o todos que nos conhecem — as desavenças que nos separaram e no meu animo apagaram-se quaesquer resentimentos. Por sua parte, ao menos ostensivamente, tambem S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> absteve-se de hostilidades.

Decahido agora da posição que occupava, esbulhado dos meus direitos, banido da patria, atira-me de longe o sñr Ottoni, gratuita aggressão. Levantal-a-hei para defender-me. Não esperava a investida, que todavia não me admirou. Assim devia acontecer, dadas as mudanças que se operaram no Brazil.

Alimentasse eu outros intuitos, alem da justificação de meus actos, como funcionario publico, e larga expansão proporcionarlhes-ia o libello que se intitula — O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRAZIL — firmado pelo meu comprovinciano e ex-collega.

Na ostentosa enumeração de titulos honorificos (1), nada consoante aos sentimentos democraticos tão inculcados, que precede a narrativa, no amontoado de inverdades

(1) O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRAZIL — pelo conselheiro C. B. Ottoni, Capitão tenente reformado da armada, Lente jubilado da escola de marinha, Professor honorario da Academia de Bellas Artes, Fundador (aqui é inexacto) e Primeiro Director da Estrada de Ferro Central, Dignitario da Ordem do Cruzeiro, Official da de Leopoldo da Belgica, Deputado em quatro legislaturas, e nos ultimos dez annos Senador do imperio.

de que ella se compõe, nas contradicções flagrantes de que está inçada, no esforço vão ahi manifesto para arrogar-se o autor fóros de antigo abolicionista, causa que aliás combateu no principio e só advogou quando vencedora, no afan com que procura chamar sobre si a attenção publica, evitando a obscuridade e o esquecimento que o aterram, em todo esse quadro triste, photographia moral do meu accusador, dignamente emoldurada pelo edificante contraste das lóas entoadas aos potentados do dia, com as censuras arguidas ao soberano deposto, outr'ora tão requestado, — libaria eu a largos haustos o doce prazer, tão grato aos deuses da fabula, como ao sñr Capitão tenente reformado, — si não me repugnassem as praticas do meu irrequieto e implacavel antagonista.

Mas os proprios antecedentes a que alludi impõem-me limites que não devo ultrapassar. Restringir-me-hei ao que me é pessoal, para mostrar-me isento das culpas imputadas.

---

Não prescinde o Sñr Ottoni dos sedicos recursos da velha tactica. Apparenta modestia e imparcialidade, protestando não escrever a historia dos acontecimentos de 15 de novembro, mas tão sómente offerecer aos futuros escriptores os desinteressados subsidios de seu testemunho spontaneo. Para prevenir consciante excepção de incompetencia por absolutamente suspeito para commigo, desde logo accusa com evangelica unccão a *possibilidade de erro nas apreciações*, promettendo resgatal-o pela correcta exposição dos factos e o *desejo sincero de fazer às partes justiça merecida*.

Tudo isto é decrepito e gasto. Descarnemos os argumentos e discutamos.

No conceito do sñr Christiano, a queda da monarchia no

Brazil provejo das seguintes quatro causas principaes :

- 1º Abolição da escravidão domestica ;
- 2º Evolução natural da ideia democratica ;
- 3º Queixas e descontentamentos da officialidade do exercito ;
- 4º Descredito que a politica imperial lançara sobre as instituições (1).

O procedimento do ministerio 7 de junho de 1889, a que tive a honra de presidir, aggravou — e tal é a primeira increpação que me faz — a terceira d'essas causas, determinando a explosão que S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> quizera antes dever ao elemento civil e não ao militarismo, e que não obstante applaude.

Para deducção da minha defeza importa apurar, no conjunto do requisitorio, alguns quilates da valia que aos olhos de consciencioso historiador possam ter os subsidios, tão patrioticamente collegidos pelo meu adversario.

Si a ideia da abolição (passo a copiar o folheto) ainda que de iniciativa do imperador (2) fomentou no espirito publico uma evolução que não mais recuou, (3) ganhando força e terreno com o apoio da mocidade educada nos novos principios, dos jornaes, das associações, das conferencias e da propaganda (4); si essa evolução precipitou-se graças principalmente ao grave senão da lei de 1871, o abandono da escravatura então existente á sua misera sorte (5) e ao emperramento dos poderes publicos, que recusaram tomal-a a serio (6); si o projecto Dantas, ao ser apresentado, já não acompanhava a opinião do paiz (7);

(1) Folheto pagina 3.

(2) " " 66.

(3) " " 23, 36, 37.

(4) " " 37.

(5) " " 36.

(6) " " 36.

(7) " " 66.

si a lei Saraiva foi atrazada, impopular e inexequível (1); si a barbaridade de um senhor de escravos foi a gotta d'agua na taca da indignação publica (2); si a abolição da pena de açoites proposta, rapida e quasi unanimemente approvada sob a influencia d'essa indignação, *extinguio virtualmente a nefanda instituição* (3), *condemnada pelo povo que de facto a aboliu, forçando os poderes publicos a homologal-o* (4); si tudo isto assim é, e nem o contesta ninguem, que historiador poderá aceitar como causa da alienação das sympathias populares pela monarchia aquella medida, que tamanho acolhimento encontrou da parte da nação, avivou-lhe as energias e despertou-lhe o entusiasmo, ideia que a mesma nação quiz e levou a effeito, obrigando os representantes da autoridade a seguil-a e obdecel-a?!

Por outro lado, o sñr Christiano Ottoni, que propoz-se fazer o balanço da monarchia, cotejando o activo que restringe com o passivo que deturpa ou exagera (5), aeaso a incrimina, ou tece-lhe invejavel elogio assim explicando a sua queda?

Que juizo predispõe para a patria, na consciencia dos vindouros, a testemunha, cujo depoimento a descreve condemnando a monarchia, porque inspirada de nobre e generosa intuição impellio o povo, que governava, para o caminho do bem e do justo, para a remoção de uma calamidade secular, satisfazendo a um tempo os reclamos da civilisação e da humanidade, cobrindo-o de gloria e consultando seus mais importantes interesses?!

O sñr Christiano Ottoni irroga a mais clamorosa injustiça aos brazileiros. A causa que enumera como a que

(1) Folheto pag. 66.

(2) " " 58.

(3) " " 58.

(4) " " 66.

(5) " " 111, 113.

principalmente influiu para a supressão da monarchia será eliminada pelo historiador. E sel-o-ha com toda a razão, porque a verdade, que a S. Ex. escapa, é que o descontentamento foi d'uma classe e não de toda a nação, assim como não o provocou o facto da abolição em si, tão conforme á indole benevola e nobilissima dos nossos compatriotas, mas a crença de que, na situação nova em que se encontraram os senhores de escravos, recusavam-lhes os poderes publicos a protecção e os auxilios a que se julgavam com direito e as proprias conveniencias do estado requeriam.

Ora, quando restabelecida a calma e arrefecidas as paixões, apreciar-se devidamente, que parte de responsabilidade cabe á monarchia n'essas queixas dos agricultores, ver-se-ha que nem é d'ella a culpa, nem essa culpa real. De feito, principalmente contribuíram para que a lavoura não fosse de prompto attendida aquelles mesmos que mais tarde exploraram o seu desgosto com fins politicos.

---

No conceito do sñr Christiano Ottoni, o ministerio de 7 de junho augmentou descontentamento da officialidade do exercito pelos seguintes motivos :

1º A ordem de prisão intimada pelo ministro da fazenda ao commandante da guarda do Thezouro, a severa reprehensão que dirigiu-lhe e a incumbencia dada a outro official para conduzil-o preso, ficando a guarda sem commandante :

2º O pensamento de dividir o exercito, distribuindo os batalhões pelas provincias ;

3º A reorganisação e armamento da guarda nacional (1).

Quanto ao primeiro facto S. Ex.<sup>a</sup> observa : « Procedi-

(1) Fôlheto paginas 91 e 105.

« mento altamente irregular! Mais, requerendo o moço  
 « conselho de guerra para justificar-se, pozeram pedra  
 « em cima do requerimento. E a officialidade, irritada  
 « pelo facto em si, e mais, estimulada pelos commentarios  
 « das folhas da opposição, fez sua a offensa feita ao ca-  
 « marada. A crise aggravou-se. »

E accrescenta : « estas linhas já estavam escriptas  
 « quando li transcripto pelos jornaes da capital, o Mani-  
 « festo que publicou em Lisboa o visconde de Ouro Preto.  
 « O periodo relativo ao incidente do Thesouro, *comquanto*  
 « *dé aos factos côr diversa, confirma nos pontos principaes*  
 « *a minha narrativa.* »

Que o sñr Capitão tenente reformado qualifique de alta-  
 mente irregular o acto de um ministro que, em repartição a  
 seu cargo, prende o commandante de um posto importante,  
 por encontral-o em falta, é para mim absolutamente indif-  
 ferente.

Entendo mesmo que sua apreciação não podia ser di-  
 versa. Assim deve raciocinar quem affirma (1) *não ter sof-*  
*rido ninguém pelo facto da sublevação de Dezembro do*  
*anno passado; pois não trouxe processo, prisão, nem cas-*  
*tigo, tendo antes escripto : « o commandante do regi-*  
*mento foi posto em liberdade, houve a lamentar-se alguns*  
*ferimentos e trez ou quatro mortes, e 50 e tantos soldados e*  
*inferiores foram condemnados pelo tribunal militar, com-*  
*mutada em galés perpetuas a pena de morte imposta a 10*  
*d'elles! »*

Não admira tambem que, pelos processos de semelhante  
 logica, considere S. Ex<sup>a</sup> cousa insignificante o decreto que  
 expelliu da patria trez concidadãos, dois dos quaes seus  
 collegas e comprovincianos, sendo estes ultimos banidos,  
 pena jamais applicada em 50 annos de monarchia.

Estes conceitos dispensam averiguar os fundamentos

(1) Folheto paginas 127, 128

das conclusões a que chega o sñr Ottoni. São-me pois ellas tambem indifferentes. Não o são, porem, a verdade dos factos e a insinuação contra mim formulada.

Não é exacto *que se puzesse pedra em cima* do requerimento do official preso, pedindo conselho de guerra. O ministro indeferiu a petição e estava no seu direito, pois era o juiz da necessidade ou conveniencia de ser qual-quer official sujeito ao referido conselho. Fôra ouvido o de disciplina, que decidiu não haver irregularidade no facto. O de guerra éra, pois, inutil.

Agora a insinuação. O sñr Ottoni dá a entender que depois da revolução narrei o caso de modo a attenual-o ou, na sua phrase : « dei-lhe còr diversa ». Inexacto ainda. Recorra ao *Diario Official* da epocha, que noticiou o incidente, tal como occorrera, logo que as folhas opposicionistas começaram a exploral-o, no intuito de irritar a officialidade do exercito. Essa noticia não differe da narrativa do MANIFESTO.

Como quer que seja, entretanto, o futuro historiador pasmará, sem duvida, ao verificar que por ter sido preso durante poucos dias um official, cujo procedimento a autoridade superior com razão ou sem ella julgou irregular, o exercito e a armada do Brazil insurgiram-se e vieram depor na praça publica o ministro que ordenára a prisão, o governo e as instituições, sendo logo depois banido o mesmo ministro.

O subsidio, que assim offerece o sñr Ottoni ás glorias da republica, é verdadeiro presente grego para ella e seus heróes, — supponho eu.

---

O sñr Christiano Ottoni, querendo transmittir á historia falsos boatos, já desmentidos pelos proprios que adréde os assoalharam, insiste em attribuir ao ministerio 7 de Junho

o pensamento de dividir o exercito, distribuindo os batalhões pelas provincias.

Disse no MANIFESTO e continuo e affirmar — que o governo não teve tal pensamento, havendo unicamente expedido ordem para o embarque do batalhão 22, com destino ao Amazonas, pelas razões que então expuz e em vista de proposta do ajudante general o sñr Floriano Peixoto.

Diante de tal asseveração nenhum homem prudente animar-se hia a contestal-a sem exhibir provas. O sñr Ottoni, porem, julga-se dispensado de apresental-as e declara cathegoricamente :

« A dispersão das forças começada a realisar-se foi o  
 « que precipitou a explosão logo transformada em revolu-  
 « ção politica (1); o projecto da dispersão das forças *foi*  
 « *tão notorio e teve tal começo de execução* que me es-  
 « panta vel-o negado no MANIFESTO de Lisboa. »

Começo de execução. Em que consistiu? Na partida de um corpo proposta pelo ajudante general, que nunca foi suspeito ao exercito e quando a provincia do Amazonas não tinha guarnição sufficiente para o serviço, havendo na cidade do Rio de Janeiro tropa de mais para ella!

Notoriedade do plano. O que é notorio, desde os primeiros dias da revolução, o que o sñr Ottoni e toda a gente sabem, pois publicaram-n'o jornaes geralmente lidos, é ter sido a noticia da ordem de embarque de outros batalhões propositalmente divulgada por um dos promotores da revolta, para o fim de irritar os animos e precipital-a, vangloriando-se elle mais tarde e sendo elogiado por esse ardil que chegou-se a qualificar de *habil e patriotico estratagem de guerra*, o que prova entre muitas cousas ter a republica brazileira mudado tambem a significação dos termos.

Os proprios autores do boato confessam ter sido falso;

(1) Folheto p. 106.



o Ajudante general do exercito dá testemunho de que jamais se cogitára de semelhante medida; nos archivos publicos d'ella se não encontra vestigio; mas o sñr Ottoni mezes depois, na calma do gabinete, mui calculadamente reproduz e registra a falsidade como subsidio á historia á qual pretende transmitil-o com a autoridade dos seus 80 annos, postos, titulos e commendas!

Pois bem! fosse elle veridico e ninguem d'aqui a alguns annos (como actualmente ninguem fóra do Brasil) ninguem d'entre os nossos compatriotas deixará de surpreender-se, vendo a ordem de marcha de alguns corpos, disponiveis na capital, para provincias que careciam de seus serviços, considerada entre os motivos do *pronunciamento* que derubou a monarchia constitucional representativa, para substituil-a pela dictadura militar! Mesmo hoje somente manifestarão sentimentos e ligugem diversos os que se proponham a especular, lisongeando o exercito victorioso e omnipotente.

---

Ainda que no MANIFESTO ja me occupasse de refutar as pretendidas queixas do exercito, a importancia do assumpto merece que acrescente alguma coisa ao que então disse e acabo de escrever. O sñr Ottoni destinou-lhe uma grande parte do folheto. Os desgostos da classe militar, aggravados pela attitude do gabinete 7 de junho, são uma das causas principaes a que a posteridade deverá attribuir a revolta de 15 de novembro. Tal é o clamor dos interessados, a affirmativa em que insistem os militares e todos quantos pretendem as suas boas graças.

A historia, porem, que se caracteriza pela justiça e a imparcialidade não pode acolher o brado suspeito da classe, nem os embustes adrede inventados com affronta revoltante da verdade.

Apreciemos novamente os desgostos da classe militar e depois a attitude do gabinete de 7 de junho.

A politica influa entre os militares; o interesse partidario prevalecia sobre os seus direitos e não raro reclamava-se o seu concurso como instrumento nas luctas eleitoraes. Si assim era, culpa não cabe ao governo nem aos chefes politicos, mas aos mesmos officiaes, que se alistavam nos partidos militantes. É claro que ninguem se lembraria de confiar empreitadas eleitoraes a quem previamente não as solicitasse, ou pelo menos se mostrasse apto para o seu desempenho. Não tinham, portanto, direito de estranhar a sorte commun a todos os cidadãos de partilharem a boa e má fortuna da causa a que se filiavam.

Havia injustiça nas promoções? É possível, já o disse no MANIFESTO. A quem, entretanto, aproveitavam essas injustiças? Si algum capitão, major ou coronel éra preterido, a outro capitão, major ou coronel tocava o accesso. A responsabilidade do facto cahia inteira sobre os chefes, que ageitavam informações, fés de officio, e documentos, ou sobre os proprios beneficiados, que haviam posto em jogo todos os meios ao alcance do seu interesse e ambição. Acaso algum bacharel em direito, engenheiro, medico ou lavrador, veiu jamais preencher postos no exercito, em prejuizo dos que n'elle militavam?

Para as suas fileiras todas as classes forneceram poderosos contingentes sempre que a patria o reclamou. Ellas, porem, vinham quinhoar tão somente os duros trabalhos de campanha, os perigos e a morte no campo de batalha. Terminada a guerra, despiam a farda e voltavam a ganhar laboriosamente a vida nas artes uteis. Nenhum paisano ficou pertencendo á classe privilegiada, usurpando ahi os postos e os proventos, nem mesmo os que voltaram mutilados, ou mostrando em honrozas cicatrizes a bravura com que arrostaram o ferro inimigo.

Os demolidores, que affagavam a ideia da violencia e da conflagração do seu paiz, durante annos exploraram as queixas do exercito com toda a especie de tramas e insidias. Mas o sr Ottoni, que viveu cincoenta annos no parlamento e na imprensa sem proferir palavra em apoio d'essas arguições, apesar de major reformado, não tem o direito de offerecel-as á historia sem indicar onde, quando, e como se deram os factos que as justificam. Da classe militar, assim como da magistratura, do professorado, das lettras e do commercio, sahiam os homens mais eminentes para os mais altos cargos do Estado. Nunca foram excluidos os militares, quer das nomeações do governo, quer do voto popular.

No senado, na camara dos deputados, no conselho de estado, na diplomacia, na administração, figuraram sempre diversas patentes do exercito e da armada. Graças á sabia constituição, que nos legaram nossos maiores, o merito era a chave unica que abria todas as portas para os militares como para os outros cidadãos, quaesquer que fossem a sua origem e proveniencia.

E, todavia, a classe militar era desconsiderada, a classe militar era opprimida e o gabinete 7 de junho augmentou a desconsideração, aggravou oppressão!

Mas, o gabinete de 7 de junho se organisou com um marechal na pasta da guerra, com um almirante na pasta da marinha, sendo esse durante os primeiros mezes-*o unico capitulo de accusação*, em que rufaram como tambores incansaveis os actuaes ministros do governo provisorio, constituido pelo exercito e pela armada! O gabinete 7 de junho concedeu titulos e condecorações aos militares; collocou-os á frente das provincias como presidentes; removeu de Matto Grosso o general Deodoro e seu exercito, que ali se julgavam em disfarçado exilio; distribuiu commissões e pensões que ainda hoje aproveitam aos que o rodeiaram

de canhões e bayonetas, ou o deixaram abandonado no momento supremo, a pretexto de que o sangue brasileiro devia ser poupado.

Sim, o sangue brasileiro devia e deve ser poupado! Mas não era brasileiro o sangue que vinham derramar os batalhões sublevados, si no campo da Acclamação encontrassem resistencia? Não eram brasileiros aquelles contra quem se conjuraram os corpos da 2ª brigada e no interior dos quartéis, no silencio da noite, afiavam-se espadas e aprestavam-se lanternetas? Não eram brasileiros os ministros, que defendendo as instituições, nada mais faziam do que cumprir o seu dever? Não éra brasileiro o velho Imperador, que singrou os mares enfermo e alquebrado, sob os canhões do encouraçado Riachuelo, até que nos confins do horizonte sumiu-se a ultima plaga da terra a que serviu durante meio seculo, dedicada e patrioticamente?!

Como devem ser reconhecidos os vindouros ao sñr Ottoni pelos subsidios que offerece á sua apreciação!

S. Ex.<sup>a</sup>, silencioso e mudo tão longos annos, falla agora em oppressão do exercito, quando o exercito demittia chefes de policia, presidentes, ministerios, e a imprensa demagogica, entre applausos entusiasticos, não cessava de celebrar os seus triumphos, sempre que entrava em luta com os poderes publicos. Ousa affirmar a oppressão do exercito, quando S. Ex.<sup>a</sup> mesmo relembra o fim tragico de Apulcho de Castro, e commemora a impunidade d'esse ostentoso assassinato, á luz do dia, n'uma das ruas mais publicas da capital do imperio, sob os olhos do proprio chefe de policia e a poucos passos da secretaria de estado, onde conferenciavam os membros do governo!

A oppressão vinha do exercito e ensaiou-se primeiro contra as leis e os depositarios da autoridade publica, para mais tarde estender-se sobre toda a nação.

Si alguma accusação procede contra o governo com relação ao exercito não é a de rigor e oppressão, mas a de nimia condescendencia, moderação extrema e fraqueza inqualificavel. A verdade é que nenhuma classe foi jamais tão honrada, distinguida, cumulada de favores e vantagens, já pelo governo já pela legislação do paiz. Nenhuma goza e gozou em tempo algum de iguaes prerogativas e privilegios. A' classe militar pertenciam os genros e neto do imperador. O príncipe consorte com assidua actividade tomava parte nos seus trabalhos, consagrando-lhe toda a dedicação e solicitude. Nunca se mostrou nos actos solemnes senão trajando a farda de marechal, que honrara com mais de uma victoria á frente do nosso exercito.

Creia o sñr Ottoni, qualquer que seja hoje o poder da classe militar, não é digno do octogenario servidor da monarchia, e menos digno ainda é da historia, a consciente repetição de balellas forjadas pela cavillação dos que pretendiam agachar-se um dia debaixo das patronas da soldadesca sublevada, para assaltar o poder supremo, iniciando no Brazil os pronunciamentos militares, que felizmente tendiam a desaparecer da America.

Não são sinceros amigos do exercito os que afadigam-se em proclamar que sobravam-lhe razões e direito para o procedimento que teve no dia 15 : querem tirar partido de seus resentimentos infundados a que a historia fará severa justiça.

Mal do exercito se deixar-se arrastar sempre por tão funestos conselhos! A sua verdadeira força, o seu prestigio, a sua garantia estam na disciplina, e o primeiro dever da disciplina é a obediencia, o respeito aos poderes legalmente constituídos. Só o povo, só a nação têm o direito de derrubar-os, de substituil-os, e a nação assistiu *bestializada* á revolta de 15 novembro, na phrase de um d'aquelles a quem o exercito elevou ao poder, na ponta das bayonetas.

Não ha, em todos os paizes d'esta velha Europa, classe mais considerada do que a militar, exactamente porque abstem-se de querer influir na direcção do Estado, timbrando na obdiencia e acatamento á lei. Na propria Hespanha, onde era outr'ora instrumento de reacções politicas, o exercito comprehende hoje por diverso modo a natureza de sua missão nobilissima.

São recentes dous factos significativos que vou assignalar. Em reunião intima, na qual se achavam varios officiaes, o general francez Castex, respondendo a um *toast* que lhe fora dirigido, alludiu ao facto de ter sido preterido n'uma promoção. Não attribuia a injustica ao ministro da guerra mas aos seus auxiliares. « O ministro é civil, disse o general, não conhece o exercito, e por isso, muitas vezes é mal inspirado pelos que o cercam. »

Um jornal da localidade deu noticia da occurrencia, que chegou ao conhecimento do governo. Immediatamente esse general foi submettido a conselho de disciplina, o qual *unanimemente* opinou fosse exonerado do seu commando e posto em disponibilidade. Assim se decidiu em 24 horas.

Na Hespanha, o general Daban dirigiu uma circular a varios officiaes, concitando-os a protestarem contra as arbitrariedades do governo que, no seu conceito, éra infenso á classe militar. Publicada essa circular, sem demora o ministro da guerra infligiu ao auctor a pena de dois mezes de prisão em uma fortaleza. O general Daban era senador. O gabinete communicou a resolução tomada ao senado, solicitando permissão para tornar effectiva a detenção do senador delinquente de crime militar.

Suscitou-se violento debate, sustentando alguns militares, tambem senadores, que o governo procedera irregularmente condemnando o general Daban, antes de ouvir o senado. Venceu o gabinete, votando a favor d'elle *varios*

*generaes.* Daban seguiu para o presidio designado, porem foi indultado logo depois. Durante a discussão o general Martinez Campos, um dos mais vehementes opposicionistas, declarou, que em hypothese alguma assumiria a responsabilidade de provocar uma sedição militar, por estar convencido de que a consciencia nacional e a maioria do proprio exercito a repeliriam sem remissão.

Confronte-se com isto o que aconteceu no Brazil. E ha quem sustente haver sido justa causa, para a substituição das instituições pela dictadura militar, a prisão por oito dias de um official encontrado em falta, e que no dia seguinte trouxe á imprensa publicação offensiva ao ministro que o prendera, a supposta ordem de marcha para a provincia de alguns corpos estacionados na capital e quejandas futilidades!!

Acautele-se o exercito contra amigos d'este quilate.

---

Assignala o libellista, entre as causas de irritação do exercito, a reorganisação da guarda nacional do municipio neutro, iniciada pelo ministerio de 7 de junho.

É facil, porem, responder que a este respeito o exercito obedecia a sentimento bem diverso da inculcada *irritação*.

Effectivamente, allegou-se que elle — não digo bem — que a officialidade de alguns corpos aquartellados no Rio de Janeiro descobrira affronta, ou desconsideração, no facto de pretender o ministerio collocar a capital nas condições em que se achava todo o paiz.

A guarda nacional tinha chefes e estava alistada por toda a parte, menos na séde do governo.

Jamais houve lucta entre a guarda nacional e o exercito, que viveram sempre na maior harmonia. A guarda nacional foi em todos os tempos e em todas as campanhas o mais prompto auxiliar da tropa de linha, seu principal contin-

gente e efficaz reforço. Foi com ella que o exercito preencheu os quadros e augmentou as fileiras, quando chamado a combater pela ordem interna, ou pela defeza e honra nacionaes.

A maior guerra que sustentou o Brazil foi a do Paraguay. Quem formou o grosso das forças que ali pelejaram durante cinco annos? A guarda nacional, sobretudo da provincia do Rio Grande do Sul e os corpos de voluntarios da patria, que em todas constituiram-se principalmente com os guardas nacionaes. A instituição não podia portanto ser odiosa á classe militar, antes grata e sympathica. Mas resolvida já a firmar seu dominio exclusivo, ella comprehendeu que si a milicia civica chegasse a receber a necessaria instrucção offerecer-lhe-hia séria resistencia no dia em que sahisse da legalidade. Cumpria impedil-o e d'ahi a explosão.

Por conseqüente, não foi a susceptibilidade do exercito que se melindrou, não foi o seu orgulho que se offendeu: quizaccautelar-se contra um perigo eventual, supprimir um obstaculo. Esta verdade o sñr Christiano Ottoni lobrigou-a quando escreveu: « *fôra ingenuidade crer que a tropa de linha ameaçadora como se ostentava, esperasse a organização (a da guarda nacional) contra ella projectada* » (1).

Assim, não eram o descontentamento ou a irritação que inuiflam no exercito, mas outras considerações que a historia apreciará com justiça, mórmente attendendo a que o governo provisorio, que destruiu tantas outras instituições do antigo regimen, deixou de pé a guarda nacional da córte, em cuja officialidade avultam hoje homens da sua maior confiança, que o apoiam com enthusiasmo e aos quaes ha prodigalizado favores sem conta.

Diga-se que o alludido acto do ministerio exprimia uma previsao, uma cautella, *logica e licita*, confessa o meu ac-

(1) Folheto, pagina 105.



cusador, e eu não o contestarei; que traduzisse ameaça, absolutamente o nego. Em tal caso, tão inepto não seria o governo que entregasse a direcção superior d'essa força e sua instrucção á officiaes do exercito e nas arrecadações d'este depositasse o armamento que a ella destinava.

Estranha o sñr Christiano Ottoni, que houvesse eu affirmado no MANIFESTO a *ingenuidade* de não acreditar até á ultima hora na possibilidade de uma sublevação militar e perturbação da ordem publica, á vista dos antecedentes conhecidos do exercito. Essa ingenuidade, segundo pensa, provaria da minha parte completa inepeia. Si apparentei tranquillidade de espirito, collocando-me na posição do capitão que diz *eu não cuidei*, — foi por faltar-me a *dignidade dos vencidos* para dizer : *victrix causa diis placuit, sed victa Catoni!*

« A verdade, continua S. Ex.<sup>a</sup>, é que occupando-me primeiramente das eleições, só quando as julguei seguras, « quiz acautelar-me contra o exercito, que bem sabia « estar prestes a levantar-se, mas era tarde. »

E a prova de que tinha plena consciencia do perigo, o sñr Ottoni a descobre na carta, que dirigiu-me o commandante da 2.<sup>a</sup> brigada, relativamente ao embarque do batalhão 22 publicada no MANIFESTO (1).

Irei por partes, recordando antes de tudo o que escrevi.

Não declarei que tivera a ingenuidade de convencer-me, até á ultima hora, da impossibilidade de actos de indisciplina e insubordinação da força armada; mas sim a de suppor que não estava, nem podia estar *imminente* tão grave successo, qual o de virem exercito e marinha depôr na praça publica o governo legal, e as instituições fundamentaes do paiz.

(1) Folheto pag. 69, 92, 93, 94, 98, 106.

E, accrescentei, — em todo o caso confiava — que entre as forças arregimentadas não me faltariam elementos para, em um conflicto, que de modo algum provocára, manter a autoridade e desaggravar a lei.

Pronunciando-me por esse modo, enumerei as razões em que me fundava para assim pensar, não só em referencia a uma parte do exercito, aos corpos policiaes da capital e de Nitheroy, sob a direcção de commandantes em cuja dedicação devia o governo descansar, como relativamente á marinha que jamais registrára em seus annos um acto de rebeldia, accrescendo a circumstancia de que motivos especiaes autorisavam-me a contar com o seu apoio. Sem immodestia posso dizel-o : nenhum homem publico fizera no Brazil mais pela corporação da armada, do que o chefe do gabinete de 7 de junho.

Taes são as affirmações do MANIFESTO. Não é logico, nem leal destacar de longo escripto palavras ou trechos isolados e d'ahi concluir para o pensamento n'elle expresso.

A minha ingenuidade, pois, consistiu na convicção de que uma revolução e revolução militar, especialmente, não explode sem motivos serios e graves; que não pode ser razoavelmente considerado inimigo de uma classe quem não a persegue, nem exautora, ao contrario, fizera já e fazia quanto estava a seu alcance em beneficio d'essa classe, e, por ultimo, que em paiz civilisado todo o governo legal, honesto e patriotico, encontrará quem o auxilie na defeza da ordem e das instituições. A minha ingenuidade, n'uma palavra, consistiu em acreditar que no momento de perigo, não seria o governo o unico a cumprir o seu dever.

É isto ineptia? Resigno-me ao qualificativo; não, porem, antes de pedir aos meus concidadãos, aos contemporaneos e á historia, que respondam ás seguintes interrogações :

Podia e devia o governo suspeitar que, por exemplo, sem embargo de ordem expressa e terminante, o corpo

policial, quasi tão numeroso elle somente como todos os outros corpos do exercito aquartelados na cidade, e sob o commando de official, que por suas relações de familia e antecedentes era contado, ufanando-se de sel-o, não só entre os mais dedicados adeptos da monarchia, para cujos representantes era *persona gratissima*, mas entre os mais sinceros e reconhecidos amigos do gabinete, podia suspeitar que o corpo policial marchasse para o campo em que devia combater sem espadas afiadas e com as espingardas descarregadas, bandeando-se ao simples aspecto do marechal sublevado?

Podia suspeitar que um general encanecido no serviço, já depois de haver garantido aos revoltosos o seu concurso, com elles feito ha dias, se apresentasse no quartel general entre os defensores do governo e d'este accitasse, na hora critica, o commando de uma columna, protestando que cumpriria o seu dever, para momentos depois collocar-a sob as ordens do chefe inimigo?

Devia admittir a possibilidade de que o ajudante general do exercito, o primeiro auxiliar do governo, no gozo da mais illimitada confiança e de toda a benevolencia, que podia dispensar-lhe o mesmo governo, o ajudante general (que seria o ministro da guerra si o sñr visconde de Maracajú insistisse no pedido de demissão) ainda no dia 13 escrevesse ao ministro da justiça : *não de importancia ao que por ahi se trama; confie na lealdade dos chefes; na tarde de 14 dissesse ao mencionado visconde de Maracajú : espero tranquillizar os animos com as providencias tomadas e outras; e na madrugada da revolta, a mim proprio, tranquillisasse sobre a efficacia da resistencia, quando desde aquelle dia 13 fora prevenido pelo marechal Deodoro da resolução que este tomara?*

Muitas outras interrogações suggerir-me-hiam innumerous factos revelados em publicações posteriores pelos

agentes da sublevação e devera sujeital-as aos que hou-  
verem de julgar o ministerio 7 de junho.

Contento-me, entretanto, com as que deixo exaradas. Si  
foi inepecia não alimentar duvidas semelhantes, e ainda  
mais não proceder sob a influencia d'ellas, eu fui grande-  
mente inepto.

O que foram os outros, não quero nem me importa  
sabel-o; o senhor Christiano Ottoni procederia por outra  
forma, creio. Questão de temperamento. Pela minha parte  
agradeço a Deus o que me deu.

E' possivel que o *pronunciamento* abortasse, si no dia  
14, ao conceber as primeiras suspeitas sobre a imminen-  
cia da crise, houvesse tomado medidas de rigor. Bastaria  
talvez mandar prender os que pudessem capitaneal-o e  
dissolver os corpos da 2ª brigada. *Só receiavamos*, disse-me  
na prisão um official de cavallaria, *só receiavamos um golpe  
de audacia*, na vespera. Mas além de que taes medidas  
excediam a minha competencia, e, ministro constitucional,  
não podia affastar-me da lei senão quando, em presença de  
sucessos gravissimos, me convencesse de que a salvação  
publica corria perigo, não sei se encontraria quem cumpris-  
se as minhas ordens. Na manhã do dia 15 fui desobedecido,  
embora me conservasse no terreno mais estrictamente  
legal. As revelações depois feitas de factos então desconhe-  
cidos, mostram a toda luz, que esse tentamen seria bal-  
dado, e magnifico pretexto teria eu então fornecido para a  
justificação dos excessos commettidos, que hoje procura-  
se explicar por meio de queixas imaginarias.

Não me peza a consciencia de não havel-o feito. Circum-  
stancias ha na vida em que mil vezes preferivel é ser ven-  
cido, ainda mesmo correndo o risco da qualificação de  
inepto.

Honram inepecias d'essa ordem. Emilio Castellar, chefe  
do poder executivo de uma republica, poderia tel-a salva-

do a 2 de janeiro de 1874, dando um golpe de estado, como aconselhava o commandante militar de Madrid, general Pavia, que punha á sua disposição os meios necessarios, respondendo pelo successo. Quiz antes ser vencido do que, como disse, *sacrificar um atomo da legalidade*.

É que o illustre democrata hespanhol não pensa como o democrata brasileiro Christiano que o triumpho converte o rebelde em benemerito da patria, e o attentado em acto de heroismo, ainda que a victoria seja ganha contra os eternos principios da justiça e da liberdade!

Escreve o sñr Ottoni : « A proposito do embarque do batalhão 22 para o Amazonas transcreve elle (o visconde de Ouro Preto) uma carta de 11 de Novembro do barão do Rio Apa, commandante da 2ª brigada, carta em que se notam os seguintes trechos :

« Aceitei de bom grado a responsabilidade que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e o sñr ministro da guerra interino me fizeram pelo embarque do 22 : estou portanto desobrigado d'essa responsabilidade. »

« Logo, temiam desobediencia do batalhão.

« Em seguida affirmando que todos os corpos são disciplinados, accrescenta : o governo que lhes dê chefes que não queiram antepor a popularidade á disciplina e verá que o que digo é verdade. »

« A insinuação aos commandantes, diz mais o sñr Ottoni, é transparente. »

As phrases do sñr Rio Apa com as quaes o sñr Ottoni, fiel ao seu systema, argumenta, são immediatamente precedidas por este periodo :

« Creia V. Ex.<sup>a</sup> que todos os corpos do exercito são disciplinados e que com elles o governo pode sempre contar. »

Esse, porem, não vio, ou finge não ver o meu contendor, assim como o seguinte :

« A disciplina é uma religião para os soldados e elles amam  
 « muito sua bandeira para darem-se em espectáculo triste á vista  
 « da população, desobedecendo ao seu governo. »

Lógo, o proprio documento invocado pelo libellista e o facto a que elle se refere deveriam convencer o governo de que não eram dignos de fé os boatos, que até mim chegaram, de indisciplina e sublevação e cuja repressão confiei, sob sua responsabilidade, ao sñr barão do Rio Apa.

Propalára-se a noticia de que um batalhão de linha cuja partida para a provincia do Amazonas fora ordenada, em virtude de proposta do ajudante general, não cumpria essa ordem. O governo incumbiu o Sñr barão do Rio Apa de fazel-a executar, ainda á viva força; o embarque, porem, teve logar sem necessidade de qualquer esforço ou providencia, e o general informou :

« Effectuou-se hontem á hora determinada o embarque do  
 « batalhão 22 de infantaria, *na melhor ordem, não tendo havido*  
 « *a menor circumstancia que denotasse pouca vontade no cum-*  
 « *primento da ordem do governo.* »

A noticia, portanto, era falsa; mero aleive o boato de indisciplina e querendo precaver o governo contra ballelas d'essa especie, assegurava-lhe o general: « *O governo pode contar com todos os corpos do exercito; elles são disciplinados; a disciplina é a religião dos soldados, que não darão o espectáculo triste de desobedecer ao seu governo.* »

Verdade é que em uma das phrases que o sñr Ottoni apanhou, para sobre ella edificar o seu castello, poder-se-hia descobrir *insinuação* contra algum ou alguns commandantes de corpos.

« O governo, disse o sñr Apa, *que lhes dá chefes que não queiram antepôr a popularidade á disciplina...* »

Portanto, podia-se suppor que houvesse chefes ca-

pazes de sacrificar a disciplina por amor da popularidade.

Mas, quando assim fôra, em primeiro lugar porque desconfiaria o governo que em prejuizo seu fosse adquirida a popularidade a que aspiravam taes chefes, á custa da disciplina? Em segundo lugar, a supposição não podia recahir sobre a 1ª brigada, porquanto, n'essa mesma carta truncada pelo sñr Ottoni, o barão declarava *que todos os corpos da sua brigada eram muito disciplinados e cumpririam as ordens do governo*. Em terceiro lugar, finalmente, uma simples insinuação, arriscada a 11 de novembro, não podia prevalecer no animo do gabinete, diante da formal segurança, dada pelo ajudante general dois dias depois, quando dizia: *confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta*.

Consequentemente, o documento com que o sñr Ottoni julga mostrar que o governo não podia ter a tranquillidade que apparentava, era de natureza a infundil-a, si não existisse, e a fortalecer essa tranquillidade, que aliás, repito, não consistia na crença da *impossibilidade* de uma sublevação militar, mas na convicção de que não podia ella estar imminente e na confiança de, si irrompesse, não lhe faltarem meios de combatel-a e suffocal-a.

Para terminar n'esta parte, direi que o sñr Ottoni, no habito inveterado de affirmar quanto lhe vem á mente, sem a indispensavel verificação dos factos, declara que, preocupado de preferencia com as eleições, só depois de contal-as ganhas lembrei-me de reorganisar a guarda nacional, recurso licito, observa, porem, moroso. Não é isto exacto: si em um governo apenas de cinco mezes occupei-me *principalmente de eleições*, diga-o paiz inteiro, em cuja memoria deve estar ainda recente quanto fiz n'esse curto periodo. Pelo que tóca ás tardias providencias, relativamente á guarda nacional, lembrarei que o gabinete organisou-se a 7 de junho e já a 13 de julho o illustrado mi-

nistro da justiça, conselheiro Candido de Oliveira, expedia o decreto nº 10,264, provendo sobre esse serviço.

—  
 Apreciando a marcha que me propuz seguir no governo escreve o sr. C. Ottoni : (1)

« Para conjurar a evolução democratica, o programma de reformas adiantadas em these era *logico*; mas nas circumstancias da occasião era inexequivel; custa crer que o não reconhecesse a lucida intelligencia do visconde de Ouro Preto. Toda a vez que avassala os animos uma ideia nova, capaz de transformar a sociedade, é essa ideia que deve separar os pleiteantes, é a favor d'ella ou contra ella que se disputa o poder. Monarchia ou republica devia ser o que se pleiteasse, *não a banalidade de partido da ordem e partido do progresso.* »

Attribuindo-me pensamento que não tive, increpa-me o senhor Ottoni por não haver tentado exactamente aquillo que procurei conseguir pelos unicos meios admissiveis!

Não formulei programma vasado nos antigos moldes do partido da ordem e partido do progresso; nem foi em nome d'essa banalidade que pleiteei as eleições; apresentei largo programma de reformas democraticas, qual fôra approvedo em congresso do meu partido e a cuja execução elle se compromettera.

Que objectivo visava eu propondo-me realisal-o? Disse-o francamente ao Imperador ao ser convidado para incumbir-me do governo, e não menos francamente revelei-o á nação, quando compareci perante as camaras :

« Agita-se, ponderei-eu, propaganda activa, cujos intuitos são a mudança da forma de governo. É precursora de grandes males, porque tenta expor o paiz aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam ás suas condições e não podem

(1) Folheto pag. 69, 103.



fazer a sua felicidade. É mister não desprezar essa torrente de ideias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilisá-la, não deixando que se avolume. Os meios de conseguil-o *não são os da violencia ou repressão* : — consistem simplesmente na demonstração practica de que o actual systema de governo tem elasticidade bastante para admittir a consagração dos principios mais adiantados, satisfazer todas as exigencias da razão publica esclarecida, consolidar a liberdade e realisar a prosperidade e grandeza da patria, sem perturbação da paz interna, em que temos vivido durante tantos annos. Chegaremos a este resultado, emprehendendo com ousadia e *firmeza largas reformas na ordem politica, social e economica, inspiradas na escola demoeratica* : reformas que não devem ser adiadas, para não se tornarem improficuas; *o que hoje bastará, amanhã talvez será pouco.* »

Que reformas, porem, eram essas? Apontei-as com igual clareza; a saber, na ordem politica :

« Plena autonomia das provincias e municipios;

Alargamento do direito de voto, admittido como prova de renda legal o facto de saber o cidadão ler e escrever;

Ampliação dos districtos eleitoraes;

Temporiedade do senado;

Liberdade de cultos e seus consecretarios;

Effectividade de garantias ao direito de reunião;

Em outra ordem de interesses :

Reorganisação do conselho de estado, constituindo-o corporação meramente administrativa;

Elaboração de um Codigo civil;

Lei de terras, facilitando a aquisição, sem offensa do direito dos possuidores;

Conversão da divida externa;

Amortização do papel moéda;

Equilibrio da receita publica, com a despeza pelo menos ordinaria;

Maxima reduccão possivel nos direitos de exportação;

Fundação de estabelecimentos de credito, principalmente de emissão e empréstimos hypothecarios. »

Taes eram os meios, taes as armas com que pretendia contraminar a propaganda republicana e inutilisal-a, tirando-lhe toda a razão de ser.

Esses meios eram logicos, — diz o Sr. Ottoni; e, portanto, acertados e efficazes, concludo eu. Ora, a sancção nacional para esses meios, expressa na maioria dos suffragios e a obtenção de collaboradores, que viéssem auxiliar-me a pôl-os em pratica, — foi a causa que disputei perante as urnas eleitoraes.

Como, pois, exproba-me o sñr. Ottoni haver pleiteado perante ellas — *a banalidade dos antigos partidos da ordem e do progresso?*!

---

Segundo erro meu foi, no pensar do Sr. Ottoni, não ter promovido a transformação dos partidos. Diz elle :

« Collocasse-se o ministerio á frente dessa transformação; não teria camara unanime, mas havia de obter maioria, com a qual poderia encetar a execução do programma. »

A transformação, como a organização dos partidos, não se operam a arbitrio, ou á vontade de nenhum governo, e sim em nome de ideias, para a realisação de principios e satisfação de grandes necessidades publicas. Não é por meio de conchavos, transacções, ou arranjos pessoaes, que os partidos se constituem ou se modificam. Por semelhantes meios podem associar-se grupos, tendo em vista um interesse commum, que aproveite a determinadas classes mais ou menos numerosas, porem nunca interesses

(1) Pg. 103.

nacionaes. Os partidos instituem-se e transformam-se pela conformidade de crenças e aspirações de ordem politica, social e economica.

Pois bem; as medidas que o ministerio 7 de junho pretendia consagrar na legislação, conferindo ao cidadão, ao municipio e á provincia a maior somma de iniciativa, liberdade e autonomia administrativa e politica, sem enfraquecimento do Estado, e, ao mesmo tempo, fomentando e desenvolvendo as fontes de riqueza do paiz, firmando e elevando o credito publico, não só eram as mais proprias para angariar a adhesão e o concurso de todos os que trabalhassem para dar maior expansão e força ao elemento democratico da Constituição do Imperio, mantida a monarchia, como garantia da integridade nacional, senão tambem satisfazião o partido liberal que approvára essas idéas em solemne congresso de suas summidades.

Por outro lado, os conservadores adiantados, os que já se haviam convencido da impossibilidade de manter o *statu-quo*, os que almejavam rasgar á politica *novos horizontes* e comprehendiam, que para manter é preciso aperfeicoar, coherentemente não podiam rejeital-as e bem o provam os *apoiados geraes* com que foi recebida a exposição do programma ministerial na camara dos deputados, em que aquelle partido contava immensa maioria (1).

Tal programma sómente poderia encontrar opposição da parte dos emperrados, que formavam a velha guarda conservadora e dos republicanos intransigentes e soffregos. D'aquelles, porque viriam essas reformas anniquillar a centralisação politica e administrativa e os meios de compressão e arroxo, que lhes deram tão longos annos de poder, e mediante os quaes defendel-o-iam quando de novo chamados á direcção do Estado; dos republicanos, exaltados e impacientes, porque mostrariam a desnecessi-

(1) Sessão de 11 de Junho de 1889.

dade de derrubar a monarchia para que a nação reconquistasse o governo pleno de si mesma, sem o abalo e os perigos de uma mudança radical do systema, sob o qual desenvolveu-se e prosperou, gozando de plena paz interna e de consideração sempre crescente das potencias estrangeiras, no decurso de quasi cincoenta annos.

Os proprios republicanos, que protestavam não pretender a mudança das instituições por meios violentos, e tão somente pela evolução natural dos acontecimentos, pela marcha progressiva do espirito publico, não teriam, em boa fé, motivo plausivel para combater o programma ministerial.

Sua realisacão importaria um triumpho para os principios democraticos, que assim mais facilmente seriam levados aos ultimos desenvolvimentos, si a maioria da nação realmente estava, como allegavam, divorciada da monarchia.

Portanto, o ministerio hasteára uma bandeira, a cuja sombra poder-se-iam acolher todos aquelles que não pertencessem ás fileiras republicanas, programma que entre esses mesmos devia encontrar sympathias de quantos não preferissem á essencia de um governo a sua forma, ingenuamente acreditando que a nação é livre só por denominar-se *republica* e ter um chefe periodicamente eleito, embora seja a eleição falseada e disponha o chefe de poderes discricionarios.

Si programma havia que naturalmente podesse influir para a transformacão dos partidos e principalmente dos partidos constitucionaes, esse programma era o do gabinete a que presidi. Si transformacão não houve, culpa não foi seguramente do governo. Com effeito, qual o procedimento dos conservadores, sem embargo dos applausos fervorosos ao presidente do conselho, na exposicão de sua doutrina?

A esses applausos seguio-se uma mocão de desconfiança,

que a maioria em pezo votou, fazendo sentir ao ministerio que entre elle e essa maioria nenhuma approximação era possivel: um repto de morte. Poucos dias depois surgiu na imprensa o orgão do partido *A Nação*, que desde logo rompeu na mais crua hostilidade contra o ministerio, declarando negar-lhe pão e agoa, ar e luz. Hostilidade que não irrompeu só contra o gabinete e seus delegados, manifestando-se talvez ainda com maior vehemencia contra as medidas, que elle procurava tomar no exclusivo interesse da ordem publica, e que tanto aproveitavam ao governo como aos seus adversarios constitucionaes.

Nenhuma folha atacou com mais vehemencia a reorganisação da guarda nacional, por exemplo, do que o orgão do partido conservador, — aliás inspirado e redigido pelos prohomens da situação decahida e por ex-ministros do gabinete demissionario, isto é, os mesmos estadistas que poucos dias antes haviam luctado com as maiores difficuldades e curtido as mais pungentes humilhações, por falta de uma força organizada que não pertencesse ao exercito. Esqueceram-se logo de que não foram victimas do exercito, graças unicamente, como o disse já, ao derivativo da expedição de Matto-Grosso, que com sacrificio consideravel do Thesouro proporcionou mando e commissões rendosas aos mais irrequietos e turbulentos!

Mas, ainda não ficou aqui.

Nas eleições em que jogava-se a sorte das instituições, os conservadores por toda parte auxiliaram os candidatos republicanos, em detrimento dos liberaes. O Sr. Christiano Ottoni nega-o; mas S. Ex. contraria assim o que está na consciencia publica, o que é notorio, o que o paiz presenciou. *Bater o governo a todo o custo*, ainda em beneficio dos candidatos republicanos, tal foi a senha de combate dada pelos chefes mais proeminentes, tal a manobra executada em todos os districtos.

Os amigos do governo, ao envez d'isto, não hesitaram em apoiar o candidato monarchista, onde quer que este em segundo escrutinio entrou em concurrencia com o republicano.

Esta é a verdade; e, todavia, o sñr Ottoni inculpa-me de não me haver collocado á frente da transformação dos partidos!

Mas que outros meios, alem de um programma que os conservadores podessem e devessem acceitar, que norma diversa de accção entende S. Ex. que cumpria ao governo adoptar, para congregar em torno de si os adeptos da monarchia, pertencentes aos dous partidos?

Indica-a o S. Ottoni n'estes termos:

« Colocasse-se o ministerio á frente d'essa transformação; não  
 « teria camara unanime: mas havia de obter maioria com a qual  
 « poderia encetar a execução do programma. E os republicanos  
 « occupando 1/4 ou 1/5 dos assentos da camara não pensariam em  
 « meios violentos. »

S. Ex. não completou o seu pensamento, mas é facil atinar com elle. O sñr. Ottoni queria que o governo tivesse maioria contra um quarto ou um quinto de deputados republicanos, isto é, 25 a 31, pois que a Camara compunha-se de 125. Que quinhão reservava S. Ex. aos conservadores? Outro quarto ou quinto, isto é, 25 a 31 deputados d'esse lado, porque não deviam merecer menos que os republicanos. Assim, em uma hypothese, a do quarto, colligados os dous adversarios, conservadores e republicanos, não teria o governo maioria, porque um dos seus amigos deveria necessariamente occupar a presidencia, que não vota, salvo o caso de empate. Opposicionistas e governistas arregimentariam forças iguaes.

Na do quinto, e dada a coalisção, o governo teria 25 votos a mais, o que realmente constitue maioria com que já

se pode atravessar uma sessão, mas em caso algum fazer adoptar reformas importantes, especialmente com a urgencia requerida pelas que o ministerio tentava realisar. Convir-lhe-ia uma unica hypothese, a de alliaem-se a si os conservadores : n'esse caso, os 25 ou 31 republicanos poderiam dar-lhe trabalho, mas não suscitar embaracos inamoviveis. Quem conhece a indole dos antigos partidos acreditará que podendo os conservadores, unidos aos republicanos, derrubar um ministerio liberal (e conseguil-o-iam protelando apenas as reformas), deixassem de fazel-o, resignando-se a perder o ensejo de readquirir talvez o poder, para nelle fortalecerem os adversarios? Ninguem o crê, salvo o sñr. Ottoni, que em politica nunca passou de simples amator.

Mas, querendo fazer a S. Ex. todas as concessões, aceito a hypothese. Os conservadores eleitos, sob os auspicios do governo, viriam auxiliá-lo. Ora, com esse apoio o que obteria o governo, segundo o plano do Sr. Ottoni? *Habilitar-se ia a encetar a execução do programma*, — vantagem que não satisfazia o ministerio, porque elle não tinha em vista e nem precisava *encetar sómente* a execução do programma, mas *executá-lo integralmente*, no menor prazo possivel, sem delongas, que as circumstancias não comportavam.

Demais, seria impracticavel, visto como por muito immediata e directamente que o governo quizesse e pudesse intervir no pleito eleitoral, não disporia a seu talante dos diversos districtos para distribuil-os pelos representantes dos partidos, á razão de um quarto ou quinto para os opposicionistas, reservando o resto para si, á guiza de divisão de lucros n'uma sociedade em conta de participação. Seria tambem incompativel com a dignidade do governo, e do eleitorado, com a hombridade dos partidos e dos proprios candidatos preferidos. O plano do sñr. Ottoni n'uma palavra, seria inepto.

Em verdade, porque motivo ou com que interesse, no caso de poder previamente designar os futuros deputados, deveria preferir ao correligionario, que prestar-lhe-ia serviços dedicados, o adversario, monarchista ou não, do qual, na melhor hypothese, não poderia esperar senão tolerancia, que lhe permittise encetar a *execução do seu programma?*

Tão extravagante ideia nem merecia discussão.

O ministerio 7 de junho collocou-se na attitude imperiosamente imposta a qualquer governo, que tem consciencia dos seus deveres, pela propria responsabilidade que assume. Respeitou as deliberações do partido liberal, que em todas as provincias pleiteou as eleições, dirigido pelos chefes antigos e naturaes; não cogitou de saber como, por sua parte, fariam a campanha os conservadores ou os republicanos, não os embarçou no emprego dos recursos de que dispunham. Não foi, porem, e nem podia ser indifferente á lucta; não a vio travar-se como simples espectador; procedeu como era do seu direito e dever. Esforçou-se por angariar as sympathias e a confiança publica; inspirou e aconselhou os seus amigos, onde e sempre que o entendeu necessario á causa commum, dando-lhes todo o apoio moral que lhe era licito dispensar-lhes.

O governo queria viver para levar a effeito uma obra patriótica e não suicidar-se. Não recorreu á força, nem á violencia, nem á fraude, e nem seus correligionarios o fizeram. As eleições correram em plena paz, sem protestos, sem prisões, sem o menor disturbio, sem movimento de tropa. Tiveram os adversarios a mais ampla liberdade de acção, todas as garantias que as leis asseguravam. Nunca houve eleição mais pacifica, mais calma, menos complicada de duplicatas, e que menor numero de reclamações suscitasse. O triumpho foi completo e esplendido. Eis como apreciou esse resultado observador insuspeito :



« Qualquer que fôsse o grão de discordancias, que viéssem a surgir nas fileiras liberaes em razão do programma da autonomia das provincias, — o qual teria de achar tenaz resistencia nas tendencias federalistas, — o triumpho ministerial estava perfeitamente assegurado. O governo era invencivel no parlamento (1). »

Em vez d'isto, queria o sñr. Ottoni que o ministerio se esforçasse por organizar uma Camara, cuja maioria o habilitasse apenas a *encetar a execução do programma!* Ainda aqui revelam-se os sentimentos com que ha tantos annos me distingue o sñr Christiano.

Mas, continua S. Ex. : « O meio empregado para obter esse triumpho foi simplesmente a corrupção em larga escala. Corrupção na enorme derrama de titulos, condecorações e patentes da guarda nacional. Corrupção espalhando dinheiros a mãos cheias, sob pretexto de auxilios á lavoura. Corrupção no emprego de fundos secretos (2). »

Analysarei cada um dos meios de corrupção enumerados pelo Sr. Ottoni, ainda que o 1.º e o 3.º sejam verdadeiras banalidades, que bem poderia deixar sem resposta.

Corrupção eleitoral, graças aos fundos *secretos* da policia, por meio de mercês honorificas, imputação é que no Brazil soffreram todos os governos. Quando não a articulavam contra os ministros, não ficavam illezos os presidentes de provincia. Logar commum a que se soccorrem todos os descontentes. Todavia ainda n'este ponto acompanharei o libellista.

Effectivamente, o ministerio 7 de junho, antes e depois das eleições de 31 de agosto do anno passado, conferio alguns titulos e condecorações e preencheu postos da guarda nacional, estes principalmente no Municipio Neu-

(1) *Jornal do Commercio* de 2 de janeiro de 1890. Retrospecto de 1889, Brazil.

(2) *Folheto*, pag. 104.

tro, onde essa milicia deixara de ser reorganizada de accordo com a ultima lei.

Taes despachos, entretanto, a quem aproveitavam? Os de postos da guarda nacional a amigos do governo, muitos dos quaes, os das provincias, — foram apenas reintegrados, porque eram antigos officiaes illegalmente destituídos pelos conservadores.

Quanto aos titulos e condecorações foram dados na maior parte a homens distinctos do partido liberal, sendo tambem contemplados officiaes do exercito e da armada, assim como alguns conservadores.

A razão da preferencia vinha da desigualdade que sempre houve na distribuição de graças entre os dois partidos. Em regra, o titular ou o cidadão condecorado no Brazil pertencia ás fileiras conservadoras (o sñr. C. Ottoni era uma das raras excepções), o que servia de argumento para attribuir-se á coróa mais sympathias por um partido do que por outro. Entendi destruir tal prevençáo.

Ora, todos comprehendem que partidarios firmes e dedicados, promptos sempre para todos os sacrificios, batalhadores incançaveis nas luctas eleitoraes, não careciam do estimulo de um titulo ou condecoração, para apoiarem o governo na que se ferio a 31 agosto de 1889. Nem se deixariam corromper por esse ou quaesquer outros meios cogitados e não cogitados.

Pois o Sr. Ottoni julga que os nossos collegas e meus particulares amigos Ignacio Martins e Lima Duarte, por exemplo, concorreram para o triumpho do partido porque obtiveram o titulo de visconde? Pois na provincia do Espirito Santo, Alpheu Monjardim (a quem S. Ex. principalmente deveu a cadeira que occupou no Senado), no Rio de Janeiro, Valdetaro, Souza Ferreira, Rufino Furtado; em Minas, os Sant'Anna, Teixeira de Carvalho, Justo Maciel, Fidelis, Diniz, Moreira da Costa, Americo Luz, Monte Ma-

rio, Itatyaia, Saramenha, só *corrompidos* por mim teriam sido fieis ao partido a que pertenciam e procederiam como em todos os tempos e sob todos os governos procederam?! Tambem deixar-se-ia corromper seu sobrinho, o respeitavel magistrado Carlos Ottoni? Suppor que cavalheiros tão dignos, — e muitos outros de igual merecimento podéra eu citar, — renderam-se às captacões do governo, é irrogar-lhes uma calunnia, repellida por longo e honroso passado e pagar com a mais negra ingratição favores recebidos.

Deixar-se-iam do mesmo modo corromper e votariam por esse motivo nos candidatos do partito liberal os officiaes do exercito e da armada, que poucos dias depois depozeram o ministerio e a monarchia, ou conservadores da ordem de um Taunay, Guahy, Oliveira Fausto, Mendonça, do Rio Grande, e outros agraciados pelo ministerio 7 de Junho?

O Sr. Ottoni foi já obrigado a confessar que escreveu às pressas o seu folheto, naturalmente porqueurgia significar ao governo provisorio que achava-se á sua disposiçãõ. E' de presumir, pois, que se chegar a publicar segunda ediçãõ eliminará d'ella tamanha descahida, senão por amor á verdade, ao menos para melhor defender a opiniãõ que sustenta.

No intuito de prejudicar o ministerio 7 de Junho, S. Ex. não advertio n'esta grande incoherencia: — si alguns titulos e condecorações produziram o extraordinario effeito da victoria do governo em todas as provincias, a nação brasileira não é tão republicana como o sñr Ottoni pretendeu inculcar e demonstrar nesse mesmo folheto.

---

*Corrupção pelos dinheiros espalhados a mãos cheias, sob pretexto de auxilios á lavoura. Os auxilios á lavoura aproveitaram, accrescenta o sñr Ottoni, principalmente aos commissarios alguns dos quaes arrecadaram dividas, já re-*

*putadas incobreveis: esses, em geral, deixaram de dizer-se republicanos.*

Não sei si commissarios houve, que deixaram de dizer-se republicanos pelo facto de se terem aproveitado dos empréstimos autorisados pelo governo; mas si assim aconteceu, o Sr. C. Ottoni denunciando-o, fornece mais provas contra os seus proprios assertos, porquanto d'ahi se vê que a republica não tinha por si as convicções desinteressadas, sinceras e profundas que S. Ex. procurou assignalar para regosijo do governo provisório.

Não sei tão pouco si os auxilios á lavoura *aproveitaram principalmente aos commissarios*; o que sei é que, ainda verificado o caso, com elles lucrou a lavoura, exonerada por esse modo dos juros elevados percebidos pelos commissarios, os quaes, tendo á sua disposição as quantias que cobravam, habilitavam se a realisar novos empréstimos auxiliando outros agricultores.

Não sei, por ultimo, si cometeram-se abusos na execução das medidas adoptadas pelo governo, não em auxilio da lavoura simplesmente, mas do Estado tambem, pois da lavoura aufere a maior parte da sua renda e tinha maximo interesse em que ella não diminuisse; o que sei e ninguém ousará contestal-o é que o governo adoptou todas as medidas possiveis para evitar que se abusasse.

Devo dizel-o, visto offerecer-se-me ensejo: — o meio de que servio-se o ministerio 7 de Junho para pôr um paradeiro ao descalabro em que ia a lavoura, não constituia o plano que julgava preferivel e mais tarde executaria, para fomentar e desenvolver o credito territorial e agricola.

Foi simplesmente um recurso de occasião, o unico de que no momento podia lançar mão. O ministerio não podia improvisar estabelecimentos de credito territorial, maxime em falta de lei que lhe facultasse as medidas necessarias. Estas dependiam do voto legislativo e eram de sua natu-

reza morosas. Cumpria agir de prompto, com os instrumentos que encontrára, ou podia com brevidade apparellhar. O plano do governo, por meio do qual esperava abrir á lavoura e industrias auxiliares nova era, consta de projectos que deixou quasi concluidos. O sñr. Ottoni, poderá ter noticias d'elles solicitando-as dos Sr. barão de Paranapiacaba e D.<sup>r</sup> Honorio Ribeiro. Esses projectos deviam ser apresentados ás Camaras, logo no começo das sessões.

Serviu-se, pois, o governo dos meios que tinha á sua disposição; delles utilisou-se tomando todas as precauções para prevenir abusos.

Não falando na honorabilidade das directorias com quem contractou, já por si garantia de fiel execução do seu pensamento, foram nomeados para fiscalisarem as operações com a lavoura cavalheiros acima de qualquer excepção, habilitados por seus conhecimentos theoreticos e practicos a bem encaminhal-as; expediram-se instrucções regulando a celebração dos contractos; para estes estatuiram-se normas e modelos; mandou-se que fossem preteridas formalidades inuteis, dispensaram-se diligencias dispendiosas e demoradas e a tudo deu-se a mais ampla publicidade, de modo que chegasse ao conhecimento de todos os interessados (1).

(1) Vejam-se as *Instrucções* para os fiscaes datadas de 5 de junho, os *Avisos* de 11, 12, e 19 desse mez, a circular de 3 de agosto, acompanhada dos modelos para a proposta e processo dos emprestimos sob hypotheca e penhor agricola, muito mais simples do que os usados nos estabelecimentos bancarios, e todavia, contendo todas as condições de segurança; os avisos d'essa mesma data, assim como os de 10, 22, 24 et 28 do referido mez de agosto, e 20 de setembro, contendo novas instrucções, modelos e normas, os de 4 e 31 de outubro, 8 de novembro, solvendo duvidas, estabelecendo doutrina. Fiz ainda preparar e imprimir um indice ou repertorio alphabetico de todas as providencias tomadas, assim como de tudo quanto aos interessados convinha saber.

Pois bem! todo este trabalho, anterior e posterior ás eleições, não foi mais aos olhos do sñr Ottoni do que um stratagem para vencel-as, comprando a lavoura e os commissarios! Que lhe agradeçam o bom conceito!

Em resumo, praticou o governo tudo quanto estava a seu alcance para que os auxilios aproveitassem *principal, directa e immediatamente* á lavoura. Dado que de taes elementos não soube ou não quiz ella tirar toda a vantagem possivel, culpa não foi do ministerio.

Todo esse esforço, tamanho trabalho visavam acaso a *corrupção* para vencer eleições, como escreveu o sñr. Ottoni? Tal é o ponto essencial da arguição, que convem elucidar. Posso felizmente oppôr-lhe resposta peremptoria e cabal. Quando um anno antes o meu antecessor na presidencia do conselho e na pasta da fazenda, consultou-me e aos srs. Cons.<sup>os</sup> d'Estado Lafayette e Visconde do Cruzeiro sobre o que de prompto poderia fazer, em beneficio da lavoura, cujas difficuldades aggravavam-se de dia em dia, ameaçando de grande desfalque a renda do Estado, o parecer que lhe demos foi exactamente o que executei no governo.

Pela minha parte disse lhe : — « Não se limite a destinar para tal emprego pequenas sommas; applique o mais que poder; alargue os auxilios, contraia para isso empréstimos, sendo preciso; irei defendel-o na tribuna do senado, assumindo a responsabilidade do que n'esse sentido fizer. »

Pois bem; será ao menos sensato suppôr e afirmar que em 1838, achando-se os meus adversarios politicos em toda a pujança do seu poder, assegurando-lhes tudo longo dominio, — cogitasse eu de meios corruptores para vencer eleições, n'uma situação por mim presidida e cujo advento a ninguem então affigurava-se proximo?!

Com que direito, com que fundamento, pois, attribue-se a intuitos inconfessaveis o ter eu praticado no governo aquillo que no interesse do paiz já aconselhava na opposição?

Apreciem os homens honestos e justos a imparcialidade e a indefectível rectidão do sñr. Ottoni.

---

*Corrupção pelo emprego dos fundos secretos.* Pensa o sñr. Ottoni que não se pode vencer eleições, sem o emprego dos fundos secretos da policia, porquanto em seu folheto capitula essa accusação contra todos os governos.

Não perderei tempo em pedir as provas de semelhante asserto, relativamente ao ministerio de 7 de Junho, porque S. Ex. previamente dispensou-se de apresental-as com a seguinte evasiva, que tambem submetto á apreciação dos homens sérios :

« Os fundos secretos... são secretos, mas os que a este respeito por ventura me contestarem, hão de vir-se uns para os outros como os augures romanos (1). »

Bem se vê que subsidios de tal natureza fornecidos á historia convertel-a-iam em repositório de diffamação e de calumnias despresiveis !

Não me contentarei de contrapôr á asseveração do libellista a mais franca e cathégorica negativa, dizendo-lhe : é uma falsidade. Tornarei patente a inanidade e a inepecia da arguição.

Sabem todos que o orçamento do imperio destinava ás despesas secretas da policia a quantia relativamente insignificante de 100.000 \$ 000, parte da qual era distribuida ás provincias; sabem que pela verba secreta corriam, alem dos gastos que indispensavelmente exigem as medidas de segurança publica, gratificações a agentes e autoridades subalternas, transportes, etc.; sabem ainda que o ministerio de 7 de Junho subio ao poder quando o exercicio financeiro ia quasi em meio, e, por conse-

(1) Pag. 104.

guinte, quando já estava consumida grande parte d'aquella somma.

Eis ahi os recursos com que o sñr. C. Ottoni affirma ter o governo corrompido o eleitorado de todo o paiz! Isto é simplesmente irrizorio.

No conceito do sñr. Ottoni, o ministerio 7 de Junho desmoralisou-se por tres causas que assim enumera :

- 1.<sup>a</sup> Imposição a que submetti-me, ao constituil-o;
- 2.<sup>a</sup> Divergencia logo ao nascer com correigionarios importantes;
- 3.<sup>a</sup> Natureza dos meios com que venceu as eleições.

D'ahi a fraqueza que, na hora critica, impossibilitou-lhe a resistencia (1). Do terceiro destes postulados acabo de tractar; occupar-me hei dos precedentes.

Acerca do primeiro, S. Ex. assim se exprime :

« Levou (o Presidente do Conselho) a Petropolis a sua lista de seis amigos politicos com elle solidarios: e lá, na ultima hora, alta noite, exigio a Córte a eliminacão de dois e a admissão para a pasta da guerra do marechal barão de Maracajú e para a de marinha do vice-almirante barão do Ladario (2).

« Em seguida accrescenta :

« As circumstancias eram muito graves e a Córte andava já muito assustada para poder pensar em influencias palacianas. Pelo contrario: — o Imperador o entregou-se em tudo ao visconde de Ouro Preto, que *governou sem peia alguma* (3). »

Portanto, quem exigiu a eliminacão de dois nomes por mim apresentados não foi o Imperador, *que a mim entregou-se em tudo*, diz o sñr. Ottoni, *não me oppondo peia alguma*. S. M. não está comprehendido na Córte d'onde

(1) Pag. 106.

(2) Pag. 100.

(3) Pag. 100, *in fine*.



partiu a exigencia; menos ainda a virtuosa Imperatriz, que nunca se envolveu em negocios publicos.

Quem formava essa Corte, pois? A quem allude o sñr. Ottoni? Aos semanarios que estavam de serviço, certamente não. Eram estes os Srs. Conde de Carapebus, camarista, barão de Muritiba, veador e Conde de Motta Maia medico, cavalheiros que nem se occuparam jamais de politica, nem tinham commigo relações que explicassem ou autorisassem aberturas, confidencias ou combinações acerca da organisação do gabinete. É bem provavel que somente a conhecessem, depois de publicada pelos jornaes.

Evidente mente o sñr. Ottoni, empregando a palavra *Corte*, quiz alludir á Serenissima Princeza Imperial e a S. A. R. o Sr. Conde d'Eu, porque dos jovens principes um estava em viagem, outro absorvido pela sua mineralogia e os seus quadros, e os demais pelos primeiros estudos e os brinquedos. E, de facto, na occasião se disse, que de tal origem proviêra a indicação dos dous ministros militares. E isto pura falsidade.

Os Srs. Condes d'Eu nenhuma intervenção absolutamente tiveram na organisação do ministerio 7 de Junho. D'ella foram informados por mim, depois de feita, cerca de 10 para 11 horas da noite. De mim ouviram S. S. A. A. o nome dos novos ministros. Expuz com toda a fidelidade os incidentes da organisação, quando apresentei o ministerio ás Camaras, nos seguintes termos que reproduzirei:

« Cabe-me declarar tambem á camara que, tendo aceitado a missão de que assim éra incumbido (a organisação do ministerio) S. Magestade perguntou-me si já havia pensado nos nomes dos companheiros que escolheria. Respondi que não cogitára ainda d'isso, mas podia de momento indicar os amigos, cujo concurso acreditava não me seria negado. Declinei 10 ou 12, e tenho a satisfacção de affirmar que nenhum d'elles foi objecto de impugnação. Organisei o ministerio com alguns d'esses amigos por ins-

piração propria, depois de ter ouvido varios correligionarios. Portanto, a organisação é minha, exclusivamente minha. Guardei plena liberdade de acção até o ultimo momento. »

Sou bem conhecido no meu paiz. Si, porventura, S. S. A. A. os Srs. Condes d'Eu faltassem á completa abstenção, que deviam ter em semelhante assumpto, e d'isso eram incapazes, para sujeitar-me a uma imposição, ou mesmo aceitar qualquer indicação da sua parte, como insinua o sñr. Ottoni, fôra necessario — ou privança com os principes, que nunca tive, ou sentimentos que jamais me attribuiram os mais encarnicados adversarios, — *subserviência e aulicismo*.

O presidente do conselho de 7 de Junho nunca foi aulico do imperialismo; hoje honra-se de sel-o da desgraça. Fui ao paço pela primeira vez em 1864, no character de representante de Minas, acompanhando, como toda a deputação, o illustre Theophilo Ottoni, que ali apresentára-se para agradecer a sua escolha de senador. Lá voltei com a mesma Camara, quando, sob proposta do deputado Nebias, incorporada felicitou o Sr. D. Pedro 2.<sup>o</sup> por occasião de uma das grandes victorias contra o Paraguay, e, mais tarde, em 1866, 67 e 68, como ministro de Estado.

De 1868 a 1878 ali appareci duas vezes: uma para dar pezames á familia imperial pelo passamento da Augusta Princeza D. Leopoldina; a segunda para solicitar de S. M. o Imperador providencias que contivessem a compressão eleitoral, que se estava exercendo na minha provincia.

As razões porque appellei para o Chefe de Estado directamente e não para o governo, assim como o que passou-se n'essa audiéncia, constam de publicação que immediatamente fiz no jornal, que então redigia — *a Reforma*.

Em 1879, escolhido senador e nomeado ministro da fazenda, em 1882 conselheiro de Estado, concorri ao paço sempre que o meu dever de funcionario o exigia e

fôra disso *unicamente* por motivo de molestia de S. S. M. M., ou de despedida, quando se ausentavam do paiz.

Nunca vaguei pelas immediacões dos paços da cidade, nunca me fiz, como o Sr. Ottoni, encontradico na estação de Petropolis, para exhibir-me em palestra augusta.

Tão pouco frequentei jamais o palacio Isabel. Para os bailes e partidas, que ali se davam, e nos quaes eram assíduos tantos que hoje apedrejam a grandeza decahida, só tive a honra de dois convites: — um em 1879, porque era ministro, outro depois de conselheiro d'Estado. Respeitoso sempre para com S. S. A. A., não tinha razões para acreditar na suas *sympathias* e menos para aspirar á sua *privança* ou familiaridade.

Quem obedecesse a sentimentos menos allivos e nobres, como seriam precisos para submetter-me a uma imposição, da natureza da que inculca o Sr. Ottoni, não teria no parlamento, e quando, encetado apenas o meu governo, mais desejaria o apoio do Imperador e da Princeza Herdeira, a linguagem de que me servi perante as Camaras, no topico de meu discurso, que recordarei porque n'elle explico tambem o motivo pelo qual acceitei duas distincções honorificas.

Perguntava eu, respondendo á árguição de que no ministerio havia aulicos :

« Acaso o aulico será o presidente do conselho? Senhores, eu  
« não careço defender-me a este respeito. O paiz conhece-me. Si  
« resolvi-me a aceitar honras d'esta natureza (titular e veador da  
« imperatriz) foi somente quando acceital-as era motivo para in-  
« correr em censura e odiosidade de certos individuos. Titulos  
« de nobreza já eu os possuia, e os meus foraes estavam regis-  
« trados em archivos superiores aos de todas as mordomias regias.  
« Esses archivos são os annaes parlamentares de uma e outra casa  
« electivas, os volumes da legislação do imperio, que encerram  
« fructos do meu trabalho, são os jornaes que tenho redigido os  
« volumes que tenho publicado. E não são esses ainda os melho-  
« res de que eu posso ufanar-me. Porem, sim, a moralidade do

« meu lar e a educação que dou a meus filhos, que hão-de ele-  
 « var o humilde nome que herdei de meus honrados pais.

« — *O Sr. Coelho Rodrigues* : Mas mudou de nome.

« — *O Sr. Visconde de Ouro Preto* (presidente do conselho).

« Mudei, é certo, mas primeiro porque seria um acto de fraqueza  
 « rejeitar o titulo, quando me foi novamente offerecido, e tambem  
 « porque, graças a Deus, transmittia esse nome a um filho, que  
 « pode levantá-lo. »

Visto como o boato que o Sr. Ottoni pretende transmittir á historia, apezar de formalmente desmentido, servio de thema a accusações não só contra mim, senão contra os sñrs. Condes d'Eu, devo a este respeito entrar em mais circumstanciadas explicações.

Teve elle origem, supponho, em uma visita que fiz a S. S. A. A. em Petropolis, nas condições que passo a mencionar.

Recommendo-me S. M. o Imperador, ao terminar a nossa primeira conferencia, na noite de 6 de Junho, que formasse o ministerio sem demora, pois que a crise já se prolongava, de volta ao hotel tomei algumas disposições, entre as quaes a de dirigir-me ao Sr. barão de Muritiba, veador em serviço, nos seguintes termos :

« Não conheço os estylos da Côte, mas tendo-me incumbido de  
 « constituir ministerio, e regressando amanhã para submeter  
 « a S. M. a nova organização, supponho dever, depois d'isso, apre-  
 « sentar meus respeitos a S. S. A. A.

« *Sendo assim* (e peço conselho a V. Ex.) rogo-lhe o obsequio  
 « de solicitar da minha parte designação de hora, em que possa  
 « ser recebido, ponderando que precisarei voltar ao Rio de Ja-  
 « neiro, na madrugada de 8. »

O Sr. barão de Muritiba teve a bondade de responder-me assim : « S. S. A. A. receberão a V. Ex. em qualquer hora, logo que se desembarace no Paço Imperial. »

Pór cerca de 9 horas da noite, apresentei a minha combinação ao Imperador, que dignou-se de approval-a, sem a menor observação, e, *in continenti*, tive a honra de repro-

duzir as declarações feitas na vespera sobre a marcha que seguiria no governo, communicando a S. M. os termos de varios projectos de reforma, que anteriormente organisára para serem tomados em consideração no *Congresso do Partido Liberal* e que alterára de accordo com o que no mesmo Congresso fôra resolvido.

Sendo já tarde, quando terminei a entrevista, deixei no Paço o meu official de gabinete, o Sr. Comm.<sup>dar</sup> José Ferreira Sampaio, lavrando os competentes decretos e dirigi-me á casa de S. S. A. A., a quem, offerecendo as minhas homenagens, communiquei quem eram os novos ministros.

Entre ida e volta decorreriam 15 minutos. Promptos os decretos, apresentei-os ao Imperador. Um foi reformado, é certo, por ordem minha, — o do Sñr. barão do Ladarío, ministro da marinha, porque o Sr Sampaio omittira no primeiro o seu posto de Chefe de esquadra.

Eis a verdade com todos os pormenores. Como se alludisse no *Diario de Noticias* á supposta imposição, entendi preparar-me para responder nas Camaras a quem insistisse em semelhante ballela, referindo todas as minuciosidades. Para isso pedi ao Sr. barão de Muritiba copia da minha carta, que enviou-me. Esta e a resposta acham-se no Rio de Janeiro entre os meus papeis, que lá ficaram no aco-damento do embarque.

Reproduzi-lhes fielmente o pensamento e até creio as proprias palavras, sem omissão nem accrescimo. Appello para aquelle cavalheiro.

---

Entregar as pastas militares a profissionaes foi resolução minha; a escolha desses profissionaes tambem minha, feita á ultima hora em Petropolis.

Corroborando as declarações que n'esse sentido fiz pe-

rante a Camara dos Deputados, posso ainda invocar o testemunho do s̃r. Cons.<sup>o</sup> Saraiva, com quem conferenciei em Santa Thereza, poucas horas depois de voltar a primeira vez de Petropolis, antes da reuniãõ que convoquei para o escriptorio da *Tribuna Liberal*. Ahi S. Ex. deu-me esse conselho e declarei-lhe que era exactamente o meu pensamento.

N'aquella reuniãõ não communiquei a ninguem a minha combinaçãõ definitiva, pela obvia razãõ de que taes resoluções dependem de circumstancias imprevistas e do ultimo momento.

N'um dos discursos da Camara alludi ao testemunho de outro amigo particular (e isso foi, ainda não atinei com que fundamento, motivo para reparo), a quem revelei, ao sahir para o Paço pela segunda vez, quaes seriam os novos ministros.

Agora accrescentarei, já que o s̃r. Ottoni foi buscar ao entulho dos mexericos esquecidos tão pequena intriga, que esse amigo, o Sr. b̃rãõ do Alto Mearim, autorizado por mim, transmittiu a outro de S. Paulo em telegramma cifrado a nova organisaçãõ, dando-a por mim assentada, antes da assignatura dos decretos.

Ainda mais : o s̃r. Cons.<sup>o</sup> Luiz Philippe de Souza Leão fõra um dos correligionarios a quem confidencialmente disse, no correr do dia 7, quaes seriam os companheiros de quem até aquelle momento cogitava. Mudando, porem, de resoluçãõ mais tarde e depois da reuniãõ no escriptorio da *Tribuna Liberal*, pedi ao nosso commum amigo, conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, que fõsse convidal-o a entender-se commigo, sendo possivel, á hora do embarque para Petropolis. S. Ex. fez-me essa fineza ; a ultima hora conversei com o Sr. Luiz Filippe na estaçãõ. S. Ex.<sup>a</sup> dirá a quem quizer consultal-o, que não levei para Petropolis uma combinaçãõ e voltei com outra.

Posso, finalmente, invocar outro testemunho : o sñr. Vice Almirante Eliziario José Barboza affirmará ao sñr. Cons.<sup>o</sup> Christiano Benedicto Ottoni, que ao partir para aquella cidade o presidente do conselho estava resolvido a confiar a officiaes do exercito e da armada as pastas militares.

Desço a todas estas minudencias, porque escrevo o meo testamento politico e quero tambem fornecer á historia alguns subsidios bem diversos, felizmente, dos do sñr. Ottoni.

---

O ministerio 7 de Junho desmoralisou-se logo ao nascer, segundo o sñr. Ottoni, por um motivo mais : — a divergencia com correligionarios importantes, como os sñrs. Cons.<sup>os</sup>. Saraiva e Ruy Barbosa.

Que o Sr. Barbosa declarou-se em divergencia com o ministerio logo que elle organisou-se, é facto incontestavel. O Sr. Ottoni poderia até accrescentar que a divergencia manifestou-se mesmo antes da organização, porquanto, ainda ia eu caminho de Petropolis para apresentar a combinação, quando o Sr. Barboza fez affixar grandes cartazes, annunciando que rejeitára a pasta para que o convidara, por conselho e a instancias do meu amigo o sñr. Cons.<sup>o</sup> Dantas.

Facto virgem em nossos annos politicos, que nunca registraram exemplo de tamanha vaidade e abuso de confiança! Dezenas de homens eminentes de ambos os partidos, convidados para ministros, exeusaram-se, porem por um dever de cortezia e lealdade nunca o revelaram. O sñr. Barboza foi o primeiro, que a esse respeito fez soar os seus tymbales. O sñr. Christiano Ottoni tambem tem feito d'isto alarde, mas, em abono da verdade devo dissel-o, somente depois de mortos os organisadores. O finado e saudoso Octaviano, entre os liberaes, o sñr. Cons.<sup>o</sup> Fernandes da Cunha, entre os conservadores, recusaram pastas mais

de uma vez. Jamais d'isso se gabaram e até o contestavam.

A divergencia do Sr. Barboza, pois, está fora de duvida; que fôsse importante e podesse crear-me embaraços, é o que ainda hoje contesto, apesar do immenso poderio de que se acha investido aquelle cidadão. Tinha a divergencia por fundamento não me haver eu prestado a realisar uma reforma, que oblitera no congresso do partido apenas o voto do Sr. Barboza e o de 15 ou 16 correligionarios mais, preferindo pôr em practica a que, sobre bases por mim proprio apresentadas, fôra ali approvada por uma grande maioria no mesmo congresso e constituia compromisso solemne.

A importancia d'essa divergencia, entretanto, aquilata-se perfeitamente pelo resultado das eleições. Na sua provincia, a Bahia, os chefes do partido liberal a que o Sr. Barboza protestava pertencer até á ultima hora, nem siquer o apresentaram candidato; nenhum districto o proclamou como tal. No Rio de Janeiro por onde pleiteou a eleição, com o maior esforço, conseguiu apenas poucas duzias de suffragios. O ministerio viveu completamente desaffrontado e viveria, si a 15 de novembro o Sr. Barboza não fôsse elevado ao poder pelo marechal Deodoro, não só apesar, como em virtude da hostilidade que o cidadão lhe movia.

O sñr. Cons.<sup>o</sup> José Antonio Saraiva, sim, seria um embaraço, mas o sñr. Ottoni avança proposição pelo menos temeraria, affirmando que S. Ex. iria fazer-me opposição. Nada occorreu que me induzisse a recear semelhante eventualidade; muito ao contrario, contava com o apoio do illustre senador.

E' certo que na conferencia que teve com o Imperador, o sñr. Saraiva declarou preferir o projecto do Sr. Barboza, e cuja principal differença para com o que eu adoptára, consistia em que este fazia depender a nomeação dos presidentes de provincia da escolha do poder central, em lista



organizada por eleição nas mesmas províncias, occupando aquelles sobre quem não recahisse a escolha os logares de vice-presidentes, emquanto o primeiro prescindia da designação imperial, tudo confiando exclusivamente á eleição.

Nem o sñr. Saraiva disse que o Imperador annuira a tal reforma, e tão somente *que conjecturava annuisse*, pois que ainda insistiu para ser o organisador, ouvidas as suas opiniões, nem tão pouco que oppor-se-ia ou difficultaria a realisação do meu programma, que era o do partido. Longe d'isso e depois das formaes declarações, que fiz perante o parlamento, conhecendo já a marcha que eu pretendia seguir no governo (1), e não podendo, portanto, ter a menor duvida sobre as medidas que realisaria, de S. Ex. recebi as mais significativas provas de interesse pela sorte do gabinete, assim como do seu apoio, que d'aqui agradeço.

Ainda depois do seu regresso da Europa, nas proximidades da revolução, consultado por deputado eleito, em Pernambuco, sobre o procedimento que este deveria ter na Camara respondeu-lhe : — sustentar o ministerio. Assim, illude-se o sñr. C. Ottoni : o gabinete contava com o apoio do sñr. Cons.<sup>o</sup> Saraiva; S. Ex. não lhe promoveria a queda.

Saiba, porem, o sñr. Ottoni : — tenho na mais alta conta a opinião do sñr. Saraiva, mas ainda que S. Ex. fizesse questão do projecto Barboza, — nem só isso, — ainda quando a maioria do meu partido, reconsiderando o voto que emitira, pretendesse encarnal-o na legislação do paiz, eu manter-me-ia no terreno em que me colloquei — por estar convencido de que aquelle projecto afrouxaria os laços da solidariedade nacional e poria em perigo a integridade do Brazil, que cumpre conservar unido, á custa de todos os sacrificios.

---

(1) Declarações no Senado.

Pensa o s̃r. Ottoni que si o meu *Manifesto* não houvesse sido escripto antes da chegada a Lisbõa, outra seria a minha linguagem, porque é innegavel que a mudana da forma de governo estã sanccionada pela naao : todos os partidos, todos os homens politicos adheriram ao movimento (1).

Outro engano de S. Ex. A naao brasileira ainda não se pronunciou sobre os acontecimentos de 15 de novembro e nem posso attribuir às alludidas adhesões mais valor do que lhes dá o proprio governo provisorio, que mostra-se desconfiado de tanta dedicaao.

Mantenho as minhas crenas. Quando a naao pronunciar-se, respeitarei a sua vontade soberana, inspirando-me no amor do meu paiz e nos meus deveres de brasileiro. Atã lá, porem, confirmo as declaraoes do *Manifesto*. Por muito ligeira que seja a minha liao da historia, conheo-a quanto basta para apreciar o valor dos hosannas entoados em torno do governo provisorio, tanto mais quanto, como diz o s̃r. Ottoni, a imprensa estã amordaada (2) e elle, dominando os telegraphos, consegue occultar todas as noticias, que mal lhe soam (3).

A historia, e, como a historia, a chronica encerram exemplos fecundos e curiosissimos. A comear pelas pequenas cousas, eu vejo da chronica, *verbi gratia*, que o s̃r. Cons.<sup>o</sup> Christiano Benedicto Ottoni, depois de ter assignado o manifesto republicano de 1870, julgou inopportuna sua execuao e acceitou a escolha da corõa para um cargo vitalicio; vejo que S. Ex. tendo-se opposto à lei emancipadora de 1871, unicamente, como diz (4), porque *deixara abandonada a escravatura existente à sua desgraada sorte*, nada

(1) Pag. 108 a 109.

(2) Pag. 132.

(3) Pag. 108.

(4) Pag. 26.

tentou, durante largos annos, para minorar-lhe o infortunio, esquecendo-se dos infelizes captivos até que a ideia da abolição triumphou na consciencia publica; vejo, finalmente, que, tendo quebrado lanças pela temporariedade do senado, respeitou todavia a vitaliciedade da corporação desde que para ella entrou, simplesmente porque, como ainda agora affirma, as attribuições da Camara a que pertenceu por espaço de 10 annos não lhe facultavam iniciar reformas constitucionaes, como se lhe estivessem vedados outros meios de promover a medida que julgava indispensavel e menos podesse, em prol d'ella, depois de senador, do que quando era simples cidadão, ou capitão tenente reformado!

Subindo mais alto, occorrem-me, entre outros factos historicos, que dos sobreviventes da celebre Convenção Nacional Napoleão 1º tirou nada menos de 23 prefeitos, 85 funcionarios civis e 30 membros dos grandes corpos politicos que creiou, não obstante haverem sido republicanos ferrenhos, pois, á excepção de uma dezena talvez, todos votaram pela morte do rei; e assim mais que no Senado francez do segundo imperio, sentaram-se lado a lado, commoda e convencidamente, o ultimo dos emigrados de Coblentz e o derradeiro dos regicidas de Luiz XVI.

Deixe-me, pois, o sr. Christiano Ottoni com os meus erros e as minhas illusões. O que sei da nossa patria, depois da publicação do *Manifesto*, não me levaria a modificá-lo. Muita cousa admirou-me, outras affligiram-me ainda mais do que os successos de 15 de novembro.

Nada, porem, tanto me entristeceu como ler escriptos pelo punho de um brasileiro illustre qual o sr. C. Ottoni, os dois trechos seguintes:

« O general vencedor assume todos os poderes; e dispondo elle só da força material, — nosso futuro, nossa vida, nossa segurança — *libertas, decus et anima nostra*, tem por garantia unica

« a illustração, o desinteresse, os bons instinctos, o patriotismo  
 « do Dictador; e a fé que tenho de que essas qualidades não fal-  
 « tarão ao actual Chefe do governo *é o que me anima a escrever*  
 « *com inteira liberdade e isenção de animo* (1). »

.....  
 « *Si para consolidação do novo regimen, garantindo a paz e*  
 « *a unidade nacional, poder prestar algum serviço, fal-o-hei* (2). »

Não; deixe-me o sñr. Christiano Ottoni com os meus erros e as minhas illusões; não posso conformar-me com as doutrinas que S. Ex. proclama e que se resumem n'este outro topico do seu escripto, referente a um discurso ameaçador do ministro da guerra do governo provisorio :

« Não vai nas minhas palavras censura ao ministro da guerra  
 « do governo provisorio. Como quer que podessem n'aquella epo-  
 « cha ser apreciadas as suas palavras, foram ellas precursoras da  
 « revolução que triumphou, e, como se sabe, *o triumpho converte*  
 « *os rebeldes em heroes* (3). »

Abominavel theoria! Não é o triumpho que constitue o heroismo; não o foi, nem será jamais; assim tambem não é a derrota que amesquinha, envergonha ou condemna, mas a justiça e a grandeza da causa, em nome da qual se vence ou se é vencido.

Será hoje o Brazil mais livre, mais forte, mais considerado, terão os meus concidadãos mais segurança, maior tranquillidade e garantias do que sob o regimen decahido? Responda a consciencia nacional. O proprio sñr. Ottoni o faz, dizendo em referencia ao chefe do governo provisorio : — *prolongue-lhe Deus a vida e pode elle tranquillisar o pais* (4).

A sorte de uma nação entregue a um homem e dependente da sua vida!

(1) Pag. 80.

(2) Pag. 136.

(3) O Sr. Ottoni affirma que ouvi este discurso, o que é inexacto.

(4) Pag. 26.

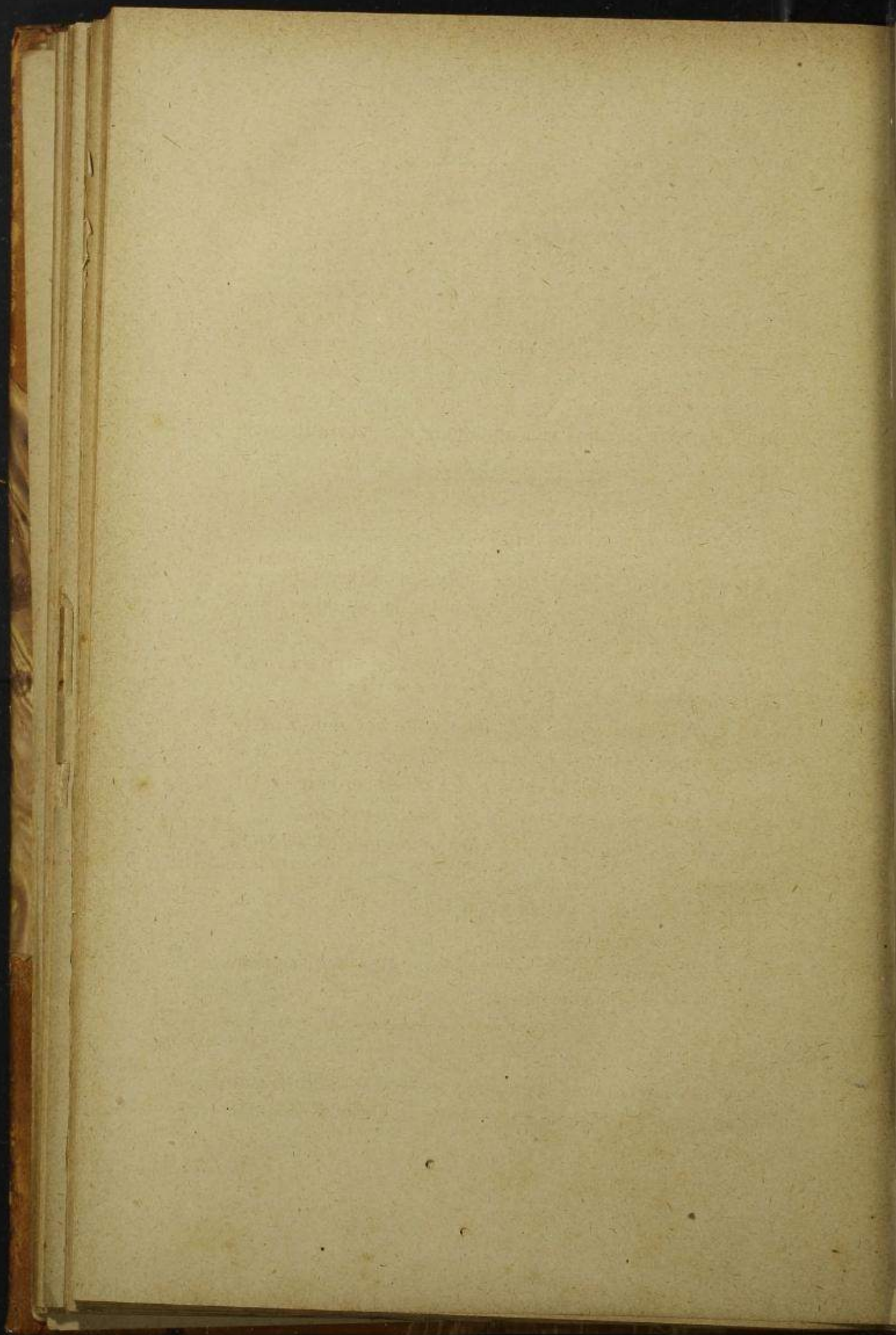
Basta. Quando Turgot, que esperava salvar as instituições por meio de sabias reformas, foi apeiado do poder, em virtude de uma conspiração palaciana, despediu-se do rei, dizendo-lhe : « *desejo que possais acreditar sempre — que eu vi mal as cousas e mostrei-vos perigos chimericos.* »

Terminarei parodiando as palavras do grande ministro: — não só o desejo, mas reputar-me-hei feliz, si os factos vierem convencer-me de que somente me arreceiava de males e perigos imaginarios, quando tentei conjurar a tempestade em que submergiu-se a monarchia constitucional representativa do Brazil!

Paris, 28 de Maio de 1890.

VISCONDE DE OURO PRETO.

---



## ANNEXOS

---

I

DIÁRIO POPULAR DE SÃO PAULO de 18 de novembro de 1889

### **Acontecimento unico.**

Rio de Janeiro 15 de novembro de 1889.

Eu quizera dar a esta data a denominação seguinte :

— 15 de novembro do primeiro anno da republica ; mas não posso infelizmente fazel-o.

O que se fez é um degráo, talvez nem tanto, para o advento da grande éra.

Em todo o caso, o que está feito póde ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juizo, patriotismo e sincero amor á Liberdade.

Como trabalho de saneamento a obra é edificante.

Por ora, a cór do governo é puramente militar, e devêra ser assim.

O facto foi delles, delles só, porque a collaboração do elemento civil foi quasi nulla,

O povo assistio áquillo *bestialisado*, attonito, surprezo *sem conhecer o que significava*.

Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.

Era um phenomeno digno de ver-se. O enthusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espiritos.

Pude ver a sangue frio tudo aquillo.

Mas, voltemos ao facto da acção ou do papel governamental.

Estamos em presença de um esboço, rude, incompleto, completamente amorpho.

Não é tudo, mas é muito.

Bom; não posso ir alem, estou fatigadissimo, e só lhe posso dizer estas quatro palavras que já são historicas.

Acaba de me dizer o Glycerio que esta carta foi escripta, na palestra com elle e com outro nosso correigionario, o Benjamin do Vallongo.

E no meio desse verdadeiro turbilhão que me arrebatá, ha uma dôr que punge e que exige o seu lugar — a necessidade de deixar temporariamente, eu espero, o *Diario Popular*.

Mas o que fazer? O *Diario* que me perdôe, não fui eu, foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.

Adeus,

ARISTIDES LOBO.

Transcripto no *Correio da Manhan* de Lisboa de 13 de Dezembro de 1889.

---



## II

O TEMPO, jornal de Lisboa, publicou no dia 15 de dezembro de 1889 o seguinte edictorial.

## O SR. VISCONDE DE OURO PRETO.

Chegaram a Lisboa, vindos directamente de Teneriffe, o sr. visconde de Ouro Preto (Affonso Celso), chefe do gabinete derrubado pela revolução do Rio de Janeiro, e o sr. Candido d'Oliveira, membro do mesmo ministerio.

A opinião do sr. visconde de Ouro Preto ácerca dos negocios do Brazil affigurou-se-nos da maxima importancia, dada a alta situação occupada no Imperio por aquelle homem de Estado. Assim, procuramol-o no Hotel Atlantico, onde se alojou com sua familia, e, como nos recebesse com a perfeita cortezia de um perfeito estadista, expozemos-lhe o fim da nossa visita.

O sr. Affonso Celso respondeu-nos :

— Não posso prestar declarações algumas ácerca dos acontecimentos do Brazil.

— Todavia...

— Em primeiro lugar, proseguiu o sr. Celso, indo ao encontro da nossa objecção, porque não concordo com o processo jornalístico que se chama — *interview*; em segundo lugar, porque tenciono expôr a minha opinião n'uma carta que tornarei publica pela imprensa.

Iamos louvar as excellencias da *interview*, e contar ao ex-ministro brasileiro as maravilhas d'esse depoimento verbal de que o nosso interterlocutor tanto parecia arreceiar-se, quando elle nos distinguiu cortando-nos a palavra...

— O processo é americano... bem sei... mas elle a não me presto.

Assim como para os effeitos do hypnotismo ha bons *sujets* e e maus *sujets*, assim para os effeitos do *interview* ha maus e bons *sujets*. Sua excellencia é um mau *sujet*. Elle o disse : não se presta.

A despeito d'esta difficuldade, tanto mais insuperavel quanto nos quiz parecer que o sr. visconde de Ouro Preto já tinha sido prevenido contra *interviews* e *interviewers*, permittimo-nos interrogal-o sobre outros pontos inteiramente innocentes.

— V. ex.<sup>a</sup> tenciona publicar a sua carta n'algum jornal portu-

guez, ou pensa recorrer aos grandes órgãos da imprensa estrangeira?

O sr. visconde d'Ouro Preto respondeu-nos sem hesitação :

— Na imprensa portugueza.

Intimamente regosijados por haver obtido de sua ex.<sup>a</sup> tão interessante pormenor, inquirimos :

— E em que jornal portuguez tenciona v. ex.<sup>a</sup> dar a lume a sua carta?

— Não sei.

Já desorientados, apellamos para a palestra familiar e desprezenciosa.

— V. ex.<sup>a</sup> fez por certo uma boa viagem?...

— Persiste em interrogar-me?...

— Se v. ex.<sup>a</sup> permite, eu distingo : Ha duas pessoas no *reporter* — o homem amavel e o observador curioso e... perigoso. N'este momento é o primeiro que está fallando. Fez o sr. visconde uma boa viagem?

O sr. visconde deu-nos a honra de sorrir e replicou :

— Emfim, vejo que não ha remedio senão responder. E em seguida, assumindo junto de nós uma attitude mais conciliadora, referiu-nos benevolmente de como estivera preso, e, logo libertado, de como partira para a Europa. Depois contou-nos de como fôra forçado, em virtude de doença de uma pessoa de sua familia, a aportar a Teneriffe, onde se demorára uns oito dias, e por ultimo de como partira para o continente.

Como estes acontecimentos não interessassem directamente á questão brasileira e não podessem exercer uma influencia immediata na opinião que a Europa está formando dos homens do antigo Brazil, apressámo-nos em nos despedir do sr. visconde de Ouro Preto. Antes, porém, não nos soffreu o animo que não tentássemos justificar a legitima curiosidade d'esta — *helás!* — pobre *reportage*, tão mal vista e mal apreciada. Então, o antigo presidente do Conselho expoz nos francamente que, além de ser contrario ao processo das *interviews*, não desejava vêr alterados os seus pensamentos, no *compte-rendu* de qualquer entrevista que porventura tivesse, como — por exemplo — succedeu com sua alteza o sr. conde d'Eu, accrescentou s. ex.<sup>a</sup>.

— Peço perdão, tornámos nós, mas o *compte-rendu* da entrevista realisada com o sr. conde d'Eu, por um jornalista que teve a honra de lhe ser apresentado por uma carta do sr. conde de Paris, é, na sua parte essencial, perfeitamente exacto.

— Mas sua alteza não auctorisou...

— Peço perdão, mas não costumamos na imprensa livre da Europa pedir auctorição para expender a opinião dos outros,

quando os outros nol-as facultam n'esse intuito. Quando um personagem — politico, scientifico ou litterario, principe ou plebeu — consente em receber a visita de um jornalista que o vae inquirir, tem duas cousas a fazer : ou procede como v. ex.<sup>a</sup>, o que é pouco complicado, ou conversa com intelligencia, tino e precaução, o que é prudente e amavel. Ainda ha um terceiro caso que não previmos, e é que esse personagem não nos receba. E' incomparavelmente menos incommodo para ambas as partes...

Dito isto, retirámos-nos.

O sr. visconde de Ouro Preto é um cavalheiro amabilissimo e, como não ignoram os que conhecem a politica do Brasil, foi um dos estadistas mais influentes do Imperio. Physicamente é um homem dos seus cincoenta annos, alto, ligeiramente trigueiro, suissas e bigode brancos. O seu trato é ao mesmo tempo affavel e nobre as suas maneiras distinctas.

Como dissémos, s. ex.<sup>a</sup> está hospedado com toda a sua familia, que é numerosa, no Hotel Atlantico.

O sr. Candido d'Oliveira está hospedado no Hotel Central.

## III

JORNAL DO COMMERCIO de 14 de Janeiro de 1890.

**O general Visconde de Maracajú ao paiz.**

Aguardava, como disse na *Gazeta de Noticias* de 18 de Dezembro ultimo, a publicação do manifesto do Sr. ex-presidente do gabinete 7 de Junho, para tornar publicos os actos que pratiquei, por occasião dos acontecimentos de 15 de Novembro, e mesmo pronunciar-me sobre as referencias que fizesse elle á minha pessoa. Nesse manifesto ha muitas inexactidões, e sobresahe o intento que tem S. Ex. de desculpar-se, accusando-me de não ter agido no sentido de suffocar o movimento de 15 de Novembro, quando é certo que dei para esse fim todas as providencias que estavam na esphera de minhas attribuições, posto a si chame S. Ex. a autoria de todas ellas. Não acompanharei S. Ex. em todos os pontos de seu manifesto, limitando-me a contestar as inexactidões que me parecem mais graves. Antes, porém, devo declarar que, quanto a attribuir-me S. Ex., ainda que dubiamente, o ter-se propalado a noticia da prisão do Sr. marechal Deodoro, por ter-me fallado em reforma-lo, e, tambem a maneira por que aprecia o que disse eu em relação ao Sr. tenente Felippe Camara, bem como outras offensivas insinuações, penso que só a má fé poderia gerar no espirito de S. Ex. tão injustas suspeitas, não sendo eu a unica pessoa contra quem S. Ex. se tenha assim manifestado.

Relativamente á retirada das forças que se achavam em Matto-Grosso, a que se refere S. Ex., cumpre-me dizer que, havendo o meu antecessor mandado cessar ás mesmas forças vantagens de campanha por ter-se terminado o

conflicto entre as republicas do Paraguay e Bolivia, e tendo S. Ex. proposto a nomeação do Sr. coronel Cunha Mattos para presidente e commandante das armas, não havia mais motivo de alli permanecerem aquellas forças, pelo que propuz a retirada das mesmas, o que foi aceito.

Não me recordo de ter-me S. Ex. recommendado que tratasse de aproveitar em alguma commissão o Sr. marechal de campo Deodoro, o que espontaneamente tinha eu resolvido, não tendo sido elle nomeado, por estar doente e constar-me estar prestes a seguir para Caxambú. Pondera S. Ex. que nunca levei ao conhecimento do governo as queixas do exercito. Erão ellas antigas, e, como eu, S. Ex. devia conhecê-las, pelos jornaes; convindo accrescentar que, por motivos de saude, estive por dois mezes afastado da pasta da guerra, chegando mesmo por esse motivo a solicitar minha demissão, da qual desisti, por causar isso transtorno ao governo, e por estar a se abrir o parlamento, onde devia logo entrar em discussão a fixação de forças de terra e o respectivo orçamento. Accresce que com o fim de evitar que se repetissem aquellas queixas, quando em minha residencia, onde me achava doente, soube em Novembro pelo Sr. ex-ministro da justiça, que então occupava a pasta da guerra, que em conferencia resolveu o gabinete o embarque do 22º de infantaria para o Amazonas, depois de ter ouvido o general barão do Rio Apa, commandante da brigada a que pertencia aquelle corpo, o qual confirmou o bom conceito que fazia eu desse batalhão, dizendo-me « que era elle bom e bem disciplinado », a 5 do mesmo mez dirigi ao Sr. ex-ministro a seguinte carta :

« Exm. amigo Sr. conselheiro Candido de Oliveira. — Rogo a V. Ex. que não expeça ordem, até fallarmos, sobre a mudança de parada do 22 de infantaria para o Amazonas. A respeito ouvi o commandante da brigada. Sou etc. — V. de Maracajú. »

Não me foi, porém, contestada esta carta, entregue no mesmo dia 5, e a 10 embarcava o 22º, entendendo eu que nada mais devia acrescentar a esse respeito por constar-me que S. Ex. marchava de accordo com o Sr. ajudante general, marechal de campo Floriano Peixoto, e ter-me ainda declarado S. Ex. que havia reclamação de um batalhão para aquella provincia e haver sido para esse fim indicado o 22º pelo mesmo Sr. ajudante-general. Se por um lado procurava evitar motivos de desgosto para o exercito, por outro jámais deixaria de attender ás necessidades do serviço publico. Foi assim que, no intuito de impedir uma alteração da ordem publica em Ouro-Preto, imminente, em vista dos alarmadores telegrammas que communicavam um conflicto entre o 9º regimento de cavallaria e a policia, para alli mandei que marchasse a ala de um batalhão de infantaria e um esquadrão do 1º regimento de cavallaria, e ordenei que se recolhesse a esta capital o mencionado 9º regimento. Foi ainda com o fim de manter a disciplina que, tendo o ministerio resolvido, durante a minha enfermidade, a demissão do Sr. coronel Mallet de commandante da escola militar do Ceará, concordei com essa deliberação, tomada por me ter aquelle official dirigido um desrespeitoso telegramma. Vem a pello relatar como procedi a 18 de Maio de 1887, quando o ex-ministro da guerra do gabinete barão de Cotegipe ouviu-me sobre o alvitre com que queria pôr termo á questão militar que naquelle tempo se agitava, pois se propalou que fôra eu chamado para me ser confiado o commando geral das forças, afim de suffocar qualquer pronunciamento militar. Dizendo aquelle ex-ministro que pretendia trancar as notas dos officiaes reprehendidos, se elles o requeressem, e pedindo a esse respeito o meu parecer, opinei affirmando que elles não fariam semelhante requerimento, o que assegurei, tendo em vista o caracter militar. Replicando S. Ex.

« que a questão era então um becco sem sahida, » lembrei a solução de propor o Sr. ajudante-general, daquelle tempo, o trancamento daquellas notas, o que me pareceu ter calado no espirito de S. Ex., pois nella fallou-me repetidas vezes, e, na sessão seguinte do senado, passou uma moção, convidando o governo a fazer o trancamento das notas. Em outro ponto de seu manifesto, diz o Sr. visconde de Ouro Preto « que recebeu muitas cartas anonymas, prevenindo-o de que o exercito queria revoltar se, mas que o tranquillisei. » Dellas, porém, sómente deu-me noticia S. Ex. a 12 de Novembro, dia em que reassumi o exercicio, do qual estava então afastado, não por dias, como refere S. Ex., mas por um mez, e se naquella occasião pronunciei-me de modo a não julgar imminente um movimento militar, baseei-me no que nesse mesmo dia me dissera o Sr. ajudante-general, isto é, que o exercito estava desgostoso com o gabinete, suppondo que elle lhe era infenso, mas que nada havia a receiar, posto corressem diversas noticias desagradaveis, sobre o que estava attento. Lembrei, por isso, nessa mesma occasião, ao Sr. visconde de Ouro Preto a conveniencia de mandar desmentir pelo *Diario Official* e *Tribuna Liberal* os boatos que circulavam e mesmo publicavam alguns jornaes da opposição, taesc omo : dissolução do exercito, o embarque de mais dois batalhões, etc.

Não julgou, porém, isso preciso S. Ex., por saber eu do contrario, por estar a se abrir o parlamento e ter-se resolvido em conferencia augmentar o soldo dos officiaes, como eu não ignorava e seria declarado na falla do throno. Sobre aquelles boatos chamei, portanto, a attenção de S. Ex. e sómente na manhã de 14 receei qualquer movimento, como nesse mesmo dia communiquei ao mesmo Sr. visconde, reportando-me ao que me expoz o Sr. ajudante-general, que mostrou-me uma carta, assignada, di-

rigida a S. Ex., annunciando preparar-se um movimento militar. No dia 12, como depois da conferencia ministerial, onde ligeiramente se tractou das noticias que circulavam, me tivesse dito o Sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque, na occasião em que iam-se retirando os ministros, que lhe constavam cousas desagradaveis sobre um pronunciamento militar, e que não estavam de accôrdo com as informações do Sr. ajudante-general, de novo fui com este entender-me, communicando-me elle que já tinha providenciado e que esperava serenar os animos com a mudança do 9º regimento para a escola militar, e com a partida de alguns officiaes, no dia 17, para o Rio Grande do Sul.

Continúa o Sr. visconde de Ouro-Preto : « no mesmo sentido ainda se pronunciou o v. de Maracajú no dia 14 de Novembro, isto é, que o tranquillisei ». Ha por certo equívoco.

Correndo nesse dia algumas noticias alarmadoras, ia até entender-me com o Sr. ajudante-general, quando recebi do mesmo Sr. visconde um chamado urgente, referindo-me S. Ex. o que eu acabava de saber e fallando de uma carta, assignada, que recebêra e entregára ao Sr. ajudante-general, e alludindo a outros anonymos a que não dava muita importancia.

Disse-lhe nessa entrevista que ia conferenciar com o mesmo Sr. ajudante-general, com os commandantes das duas brigadas, quartel-mestre-general, director do arsenal de guerra e com o intendente de guerra, afim de poder eu então tomar as necessarias providencias, e retirei-me.

Voltando á secretaria, informou-me o Sr. ajudante-general que « estávamos sobre um volcão », pelo que na vespera, á noite, lhe constára e soubera do Sr. chefe de policia (o que surpreendeu-me), mas que esperava evitar qualquer pronunciamento com as providencias que tinha tomado, já alludidas, e outras. Receiando eu, á vista disso,



se desse algum acontecimento na noite de 15, quando estivesse o ministerio em conferencia, ou a 16, por occasião do despacho, entendi-me com os chefes militares, já mencionados, e mandei vir cartuchame para os batalhões e polvora para o arsenal de guerra, no qual deviam ser preparados cartuchos para onze bocas de fogo de Krupp e seis de Whithworth, que alli já se achavam, e dei outras providencias.

Todas estas medidas, porém transpiraram, tanto que de tudo deu noticia *O País* no dia seguinte. Recommendei, ao retirar-me, vigilancia ao Sr. ajudante-general, afim de communicar-me o que fosse occorrendo, e disse-lhe que o Sr. visconde de Ouro-Preto tinha pedido que, como eu estava enfermo, fosse elle á sua residencia, ao anoitecer, dar parte do que se resolvesse na conferencia. Depois, apesar de doente, segui para a casa do meu irmão general barão do Rio Apa, á rua da Lapa, onde ia pernoitar, como avisei ao Sr. ajudante-general e aos meus empregados, e não para Santa Theresa como disse S. Ex.; pois, apesar de ser esta a minha residencia, ficava na cidade todas as vezes que o reclamava o serviço publico; e pretendia no dia immediato entender-me com o Sr. barão do Ladario. Comquanto me houvesse limitado a estas medidas e a outras que adiante menciono, constou-me que se tinha propalado haver eu dito ser a secretaria uma posição estrategica para suffocar o movimento e que fôra alli encontrado um plano de ataque, por mim traçado em papel vegetal, quando no emtanto nada d'isso houve.

Em seu manifesto procura o Sr. visconde de Ouro Preto declinar em mim a responsabilidade dos acontecimentos de 15 de Novembro, dizendo que não providenciei de modo a evital-os, quando no emtanto S. Ex. está convencido do contrario. Tendo sabido pelo meu ajudante de ordens, ás 2 1/2 horas da madrugada, mais tarde portanto do que

S. Ex., que soube ás 11 1/4 da noite de 14, constar no quartel-general achar-se em armas a 2ª brigada, por esperar a todo o momento ser atacada pela guarda negra, haver ordem de embarque para o 2º regimento de artilharia e o 7º de infantaria, e ordem de prisão contra dois chefes militares, não obstante ter passado a noite mal, procurei logo entender-me com S. Ex. na secretaria da policia, e lá não o encontrando, como necessitasse logo providenciar, além das medidas que já tinha tomado, e das quaes já fiz menção, encaminhei-me ás 3 horas da manhã, mais ou menos, para a secretaria da guerra, na qual, depois de orientar-me sobre o que havia, dei diversas ordens, taes como : a marcha do 7º de infantaria, que devia destacar uma companhia para o morro do Castello, a do 1º batalhão de engenheiros, que estava no Campo-Grande, e a do corpo de bombeiros, devendo todos seguir para o campo da Acclamação. Sabendo que o Sr. coronel Pego já tinha recebido do Sr. ajudante-general ordem de ir á fortaleza de Santa Cruz buscar o 4º de artilharia, e trazer da de S. João 400 praças, ordenei que ficasse este contingente guarnecendo o arsenal de guerra e marchasse o mesmo coronel com aquelle batalhão, tomando alli as boccas de fogo a que já me referi, que deviam seguir para o referido quartel, onde não havia uma só. Ordenei tambem ao Sr. coronel Andrade Pinto, que encontrei, ao entrar na secretaria da guerra, mandasse vir immediatamente para o mencionado quartel toda a força de que dispunha, de infantaria e cavallaria, pois d'estas, poucas praças alli havia. Tendo assim providenciado, ia entender-me com os Srs. visconde de Ouro Preto e barão do Ladarío, que estavam no arsenal de marinha, quando recebi do mesmo Sr. visconde um chamado. Ahi chegando communiquei a S. Ex. as providencias que tinha tomado e requisitei de SS. EExs. mais forças, escre-

vendo então o Sr. visconde de Ouro-Preto, para esse fim, ao Sr. ex-presidente do Rio de Janeiro, e de cuja carta foi portador o meu ajudante de ordens.

Diz S. Ex. que em chegando eu ao arsenal de marinha « convidei-o para acompanhar-me até o quartel-general, dizendo que sua presença era necessaria para animar a resistencia, » repetindo ainda em um outro ponto « que lá se foi metter a meu chamado. » Não ha tal, a S. Ex. não disse que a sua presença era necessaria para animar a resistencia; perguntei apenas a S. Ex. se queria acompanhar-me, ao que accedeu, resolvendo depois o contrario a pedido dos Srs. ex-ministros da marinha e da justiça, unicos que alli então se achavam e aos quaes não fiz convite algum, nem nesta occasião, nem em outra qualquer. No entanto tem S. Ex. a coragem de dizer que o attrahi á secretaria da guerra, e que o Sr. barão do Ladario foi ferido na occasião em que attendia ao meu appello, o que é inexacto, e tanto que neste ponto appello para o mesmo Sr. barão. Regressei, pois, só, áquella secretaria, onde espontanea e successivamente ás 6 1/2 horas mais ou menos chegaram o Sr. ex-presidente do conselho e os demais Srs. ex-ministros. Diz o Sr. visconde de Ouro-Preto que notou alli a falta de preparativos para a resistencia, o que admira, pois, quando S. Ex. chegou estavam-se reunindo no pateo dos quartéis do campo da Acclamação o 1º de infantaria, que estava apenas com 40 praças, por estar o batalhão de guarnição, o 7º da mesma arma, com 120, por ter eu mandado uma companhia occupar o morro do Castello, o corpo militar de policia d'esta capital com 450, inclusive 30 de cavallaria, o corpo de imperiaes marinheiros com 156 e duas metralhadoras, o corpo de fuzileiros navaes com 120, o corpo de bombeiros com 240, ao todo 1,126 praças, todas já municiaadas, excepto as do corpo de bombeiros, que no quartel do campo receberam armamento

e municião. Não me recordo de ter dito, quando chegou o corpo de policia desta capital — « agora sim, temos gente sufficiente e estamos bem », como disse S. Ex.. Tendo sabido que unido ao destacamento do 24, que estava na escola militar, estava em movimento o corpo de alumnos da mesma escola, já tinha ordenado ao Sr. ajudante-general mandasse postar no largo da Lapa o 10º de infantaria, afim de obstar que á 2ª brigada se reunisse elle.

Já tinha determinado fossem apresentados ao Sr. commandante do mesmo 10º oito praças de cavallaria de policia, para transmittirem ao Sr. ajudante-general quaesquer noticias, sendo eu informado depois que ao referido corpo de alumnos se tinha incorporado esse batalhão; e avisado de que estava em marcha a 2ª brigada, tinha ordenado ao Sr. brigadeiro Amaral fosse expôr ao Sr. visconde de Ouro Preto, que estava no arsenal de marinha, o que havia, e requisitar mais força ao Sr. barão do Ladario.

Ao Sr. ajudante-general tinha recommendado reiterasse as ordens para que immediatamente para o campo da Aclamação viesse o 1º de artilharia que já devia estar no arsenal de guerra. Como o corpo de policia do Rio de Janeiro, o 1º de engenheiros e o 24º de infantaria, não pôde aquelle batalhão reunir-se ás forças que estavam no pateo dos quarteis do mesmo campo. Como declarára ao Sr. ajudante-general, já tinha nomeado o Sr. brigadeiro Barreto para commandar a brigada provisoria, que seria composta do corpo militar de policia desta capital, imperiaes marinheiros e fuzileiros navaes, ao todo 726 praças, e pretendia dar ao Sr. general barão do Rio Apa a 1ª brigada, que lhe pertencia, reforçada com os outros corpos que eu esperava. Portanto, quando S. Ex. chegou á secretaria da guerra, já tinha eu tomado as necessarias providencias.

Não ponderei a S. Ex. ser de grande alcance a organisação de uma força que, no caso de ser o quartel general

atacado, por sua vez accomettesse os sublevados pela retaguarda, nem foi lembrado o nome do Sr. brigadeiro Amaral, que era quartel-mestre-general, para commandar forea alguma. Aparecendo em frente á secretaria um piquete de cavallaria como explorador da 2ª brigada, ordenei ao mesmo Sr. brigadeiro Barreto, que ia então marchar com a brigada provisoria, o mandasse aprisionar, e seguisse logo a impedir a marcha da 2ª brigada, como presenciáram os Srs. ex-presidente do conselho e demais ex-ministros.

Tardando communicação da brigada provisoria e não sabendo o que estava ella fazendo, entendi-me com o Sñr. ajudante-general, que mandou então o Sr. capitão João da Silva Torres saber o que havia, vindo afinal eu a ser informado que tinha aquella brigada feito alto junto á estação da estrada de ferro, estando em frente com a 2ª o Sr. marechal de campo Deodoro, quando calculara eu estar ainda muito adiante. Não podia, portanto, contar o governo, nem com a brigada provisoria, nem com o 10º de infantaria e apenas dispunha de 400 praças, cuja dedicação ao dito governo era duvidosa. O 7º de infantaria, que devia fazer parte da 1ª brigada, ainda não se tinha encorporado a ella, tendo assim á sua disposição o Sr. general barão do Rio Apa apenas quarenta (40) praças do 1º de infantaria, por estar o batalhão de guarnição, e por ter o 10º marchado para o largo da Lapa. Não tendo chegado o 1º de engenheiros nem o 1º de artilharia com as 16 bocas de fogo, nem o corpo de policia de Nitherohy, nem o 24º de infantaria, que estava na ilha do Bom Jesus, nem o reforço de marinha, frustrados todos os meios empregados para a resistencia, por terem a brigada provisoria e o 10º de infantaria confraternisado com a 2ª brigada e com o corpo de alumnos da Escola Militar, collocou-se o Sr. marechal de campo Deodoro, que estava á frente de dous mil

homens, mais ou menos, diante da secretaria da guerra, com 16 bocas de fogo de Krupp, estendidas em linha de batalha, bem como a infantaria e cavallaria, sabendo eu nessa occasião que fôra ferido o meu collega e amigo Sr. Barão do Ladarío.

A mim não cabe, portanto, a responsabilidade do insuccesso das medidas que tomei, muito a tempo de evitar o desfecho dos acontecimentos de 15 de novembro. Se não puz em pratica os meios, barricadas, etc., de que falla S. Ex. e os quaes não me esqueceria de empregar em occasião opportuna, foi porque, além de ser offensiva a posição do governo, esperando eu até poder ainda fazer marchar a 1ª brigada, reforçada, se precipitaram os acontecimentos de tal modo que não havia mais tempo para tratar-se da defensiva, além de que nem força havia para levantar barricadas, e occupar diversas ruas. Nestas condições reunido o gabinete para deliberar, declarei que julgava sem exito qualquer resistencia exprimindo-se do mesmo modo os Srs. generaes Floriano Peixoto e Barão do Rio Apa, resolvendo então o ministerio pedir demissão, telegraphando o Sr. Visconde de Ouro Preto ao ex-imperador que estava em Petropolis. Nesta occasião offereceu-se o Sr. ajudante-general para ir communicar essa resolução ao Sr. general Deodoro. Ao ser entregue ao Sr. director geral da secretaria o telegramma, que devia ser expedido, ouviram-se vivas no pateo dos quartéis, verificando-se que nelle penetrára o Sr. marechal Deodoro, reunindo-se nesta occasião ás forças que estavam em frente á secretaria as que alli se achavam, excepto o corpo de bombeiros. Logo depois, achando-me no salão da secretaria, vieram dizer-me que estava no gabinete o mesmo S. marechal, pelo que, para alli encaminhei-me, ouvindo parte das queixas que em nome do exercito estava elle expondo aos Srs. ex-presidente do conselho e ex-ministro da justiça, as quaes termi-

nou dirigindo-me em camaradagem algumas palavras. Mais tarde retiráram-se os Srs. ex-ministros, que acompanhei até ao portão da secretaria, tendo-se conservado sempre serenos, não tendo-me constado que houvessem offerecido ao ministerio sahida pelos fundos do edificio. Pela exposição succinta, mas verdadeira, dos factos, que faço, patenteia-se que até á ultima hora cumpri rigorosamente os meus deveres. Foi esta sempre a norma de minha vida onde jámais vacillei no cumprimento de deveres. Ficam, com esta exposição, ainda destruidas completamente as injustas apreciações que de mim fez um Diario desta capital, a proposito do manifesto do Sr. Visconde de Ouro Preto, apontando-me « como de indole irresoluta », e acrescentando « ter contado sempre o gabinete 7 de Junho com minha firme condescendencia em medidas contra o exercito ». De facto, está patente que de minha parte não houve irresolução alguma na maneira porque procedi em face dos acontecimentos de 15 de Novembro.

Era bem clara a linha de conducta que me cumpria seguir, e segui-a sem vacillações, providenciando até onde me foi possível, e como a situação reclamava. Não sómente nessa occasião mas em todos os momentos de minha vida publica assim me tenho portado, não discutindo o que tenha a fazer, não vacillando, e, antes, me havendo sempre com a maior isenção e firmeza.

Onde a firme condescendencia para com o gabinete 7 de Junho? E' grave injustiça semelhante accusação, e a prova o meu procedimento como ministro da guerra desse gabinete, e o não haver jamais cogitado elle em tomar medidas odiosas contra o exercito.

A esse respeito acham-se todos inteirados de que eram falsos completamente os boatos de dissolução do exercito, embarque de mais dois batalhões, etc., ao que tudo já me referi nesta exposição. Só os que me não conhecem,

ou ignoram o modo por que costume desempenhar-me de obrigações a meu cargo, poderão, ainda que sem prova possível, julgar-me por esta fórma. Não tenho por habito jactar-me do que faço, e, se por esta maneira agora me exprimo, é no intuito apenas de acobertar-me contra os injustos conceitos a que me referi.

Tendo exposto com toda a exactidão e franqueza o que se passou na manhã de 15 de Novembro e convencido de haver posto ao serviço da patria e do exercito durante mais de quarenta annos o esforço da minha intelligencia, dedicação e lealdade, tranquillo aguardo o juizo dos meus contemporaneos sobre o modo por que procedi.

Termino, aproveitando o ensejo para declarar que deixei de contestar diversos boatos que corrêram e publicáram alguns jornaes em relação á minha pessoa, por ter no mesmo dia em que ia contesta-los apparecido o decreto que reformou-me por motivos de ordem publica, o que me resguardava contra qualquer injusto conceito, quanto á posição que como ministro da guerra do gabinete 7 de Junho assumi em frente aos acontecimentos que acabo de expôr, em restabelecimento da verdade.

VISCONDE DE MARACAJÚ.

Rio, 12 de Janeiro de 1890.



## IV

GAZETA DE NOTÍCIAS de 23 de março de 1890.

**Ainda os acontecimentos de 15 de Novembro.**

O artigo que, no *Jornal do Commercio* de 16 do corrente, publicou o Sr. V. de O. Preto, replicando a alguns pontos das contestações que oppuz ao seu manifesto obriga-me a pronunciar-me mais uma vez sobre os acontecimentos de 15 de Novembro.

---

Defende-se S. Ex. da accusação que lhe fizera, quando notei em seu manifesto o intuito de desculpar-se « accusando-me de não ter agido no sentido de suffocar o movimento », dizendo que não teve, nem podia ter tal intuito, pela obvia razão de não accusar-lhe a consciencia nenhuma culpa, accrescentando que, se tivesse necessidade de desculpar-se, muito maior seria a minha, porquanto, como ministro e ministro da guerra, era eu o primeiro responsavel pelas medidas a adoptar-se em um conflicto com a força armada notando ainda S. Ex. que, se eu proprio affirmara que o ex-gabinete jamais cogitou de medidas odiosas contra o exercito, e declarava ter tomado em tempo todas as providencias para suffocar o movimento, não podia sentir-se na necessidade de desculpar-se.

Pelo facto de não lhe accusar a consciencia nenhuma culpa, não se segue que S. Ex. estivesse isento de lhe attribuirem qualquer responsabilidade, sendo por isto acreditavel que julgasse conveniente prevenir-se contra isso, como deprehendi de seu manifesto. Por outro lado, se, na qualidade de militar e ministro da guerra, era eu o primeiro responsavel pelas medidas a tomar-se em um con-

flieto com a force armada, S. Ex. era o primeiro responsavel pela situação politica, e portanto, não podia reclamar para si a commoda posição de irresponsavel, se lhe fossem arguidos erros ou desacertos. Direi mais : embora tivesse eu tomado as providencias que indiquei, e não houvesse motivo de queixa do exercito, não podendo S. Ex. por um lado soffrer censura, podia soffrel-a, comtudo, de outra natureza, sentir-se, portanto, na necessidade, de defender-se contra ella.

Foi o que S. Ex. procurou fazer com seu manifesto, atirando sobre mim, como ainda agora o faz, a responsabilidade, como mostrarei, transpirando assim do seu manifesto o intento de desculpar-se.

Não se referindo S. Ex. em seu manifesto ás providencias que eu ordenara, limitando-se tão sómente a apontar as que assegura ter tomado, sendo ellas identicas a algumas das que tinha eu determinado, era natural suppor que S. Ex. havia chamado a si auctoria das mesmas.

Assim é que o Sr. ajudante general, a quem o Sr. visconde diz ter mandado dar algumas ordens, não só a isso não alludiu, quando com elle conferenciei na madrugada de 15, como nem sequer constou-me que S. E. tivesse estado no quartel general. De haver eu tomado aquellas medidas e outras que já referi no artigo que publiquei no *Jornal do Commercio* de 14 de janeiro ultimo, se certificaria S. Ex. se ouvisse ao mesmo Sr. ajudante general, e ao Sr. ex-commandante do corpo de policia desta capital, com quem entendi-me directamente.

---

Um ponto do artigo de S. Ex. carecedor de reparo é aquelle em que parece ter entendido que em minha exposição de 14 de janeiro increpei ao gabinete de não ter tomado em consideração as queixas do exercito, desculpando-me de não o ter feito por achar-me doente.

Allegando n'aquella occasião o achar-me doente e ausente do governo tive por fim unico responder ao topico do manifesto de S. Ex. no qual se queixava de não ter eu jámais levado ao conhecimento do governo aquellas queixas, o que me cumpria fazer.

Eu proprio escrevi : « eram ellas antigas, e como eu S. Ex. devia conhecel-as pelos jornaes, convindo accrescentar que, por motivo de saude, estive afastado da pasta da guerra por espaço de dois mezes. »

Se outras houvesse, portanto, era mais natural ignoral-as eu do que S. Ex. mesmo porque, ao contrario do que se dava commigo, estive sempre á testa dos negocios publicos, podendo, por conseguinte, por intermedio do Sr. ministro interino da guerra, que substituiu-me por aquelle tempo, ou por si directamente, ser conhecedor d'isso.

E a prova de que eu tanto ou menos era sabedor de que existiam queixas, é que limitei-me, e isto espontaneamente, a fazer considerações sobre a mudança de parada do 22º de infantaria, com o fim mesmo de evitar qualquer desgosto; não me cumprindo nada mais fazer depois das ponderosas razões que deu-me para isso o Sr. conselheiro C. de Oliveira.

E se então observei que aquelle batalhão era bom e bem disciplinado, não foi porque julgasse que por castigo o iam remover, o que não é crível, e sim porque n'aquellas condições era preferivel que demorasse aqui na capital.

S. Ex. assim se exprimindo em seu artigo ultimo emprestou-me a idéa de, ainda que de leve e injustamente, culpar, em minha defeza, aos meus collegas de governo, o que se não coaduna com o meu character.

---

De novo insiste o Sr. visconde de Ouro Preto em dizer que o convidei para a secretaria da guerra « para animar

a resistencia », e agora basea-se em uma carta do Sr. ex-ministro da justiça.

Releve-me o Sr. visconde insistir na negativa, ainda que muito me mereça a palavra do meu ex-collega da justiça.

Contestei aquelle ponto do manifesto de S. Ex., e com isso tive em vista principalmente repellir o que podia parecer da parte de S. Ex. um fim injurioso; hoje o faço por amor á verdade, tão sómente, pois, perdeu toda a importancia aquella phrase que me imputa, desde que S. Ex. tirou-lhe o character de offensiva.

Assim tambem protesta o Sr. visconde em seu artigo, contra a intenção que lhe tivessem attribuido ao repetir uma phrase que pronunciei em relação ao Sr. capitão Felippe Camara.

S. Ex. labora ainda, porém, em um engano, qual seja dizer que lhe fallei ao ouvido do que não tinha necessidade.

Affirma o Sr. Visconde agora que advinhava nas minhas expressões que os laços da disciplina estavam rotos.

Não concordará S. Ex. commigo, que assim sendo, seria até imprudente apurar em um momento anormal, o que em quadra regular poderia ser punido, tanto mais quanto aquelle official se dirigira a S. Ex. de uma maneira respeitosa, e fôra provocado por uma interrogativa do Sr. visconde? Podia S. Ex. admirar-se de que n'aquelle momento estivessem rotos os laços de disciplina?

Dizendo ao Sr. visconde que o Sr. capitão Camara era filho do visconde de Pelotas e ajudante de ordens do Sr. ajudante general (o que S. Ex. omittiu), outro não poderia ser meu intento senão significar-lhe que o Sr. capitão Camara, por aquelles motivos — ser filho do visconde de Pelotas que era amigo do governo e ajudante de ordens do Sr. ajudante general — que era um funcionario de con-

fiança — não devia inspirar-me duvidas, e antes merecer-nos confiança, relevando-se-lhe uma falta relativamente pequena ao que se passava, e na qual não havia intento de inculir desanimo ao gabinete.

Foi o que S. Ex. não advinhou nas minhas palavras, e n'ellas tão sómente se continha.

---

No sentido de mostrar que eu proprio no dia 12 tranquillisei-o sobre a possibilidade de dar-se um movimento, o Sr. visconde transcreveu uma parte de minha exposição, na qual dizia que « se n'aquelle dia (12) pronunciei-me de modo a não julgar imminente um movimento militar, baseei-me no que n'esse mesmo dia me disséra o Sr. Ajudante-General. »

Conclue depois S. Ex. — « Assim tres dias antes de serem as instituições politicas do paiz mudadas por alguns corpos rebellados, o Sr. visconde de Maracajú assegurava-me não haver motivo para receiar-se um movimento militar, jurando nas palavras do Sr. Ajudante-General. »

Notarei antes de tudo, que, de ambas as vezes que o Sr. ex-presidente do conselho se tem pronunciado sobre os factos de 13 de novembro, tem deixado obscuro o facto de n'esse mesmo dia (12) ter assumido, ha poucas horas, o meu ministerio, e tel-o feito depois de uma longa ausencia de dois mezes.

Durante esse longo tempo, nem S. Ex. nem qualquer outro collega, nem o Sr. ajudante-general, quem quer que fosse, alludiu-me, sequer, a desgostos do exercito contra o gabinete; como, pois, achar-me mais orientado do que S. Ex.?

Como desconfiar que houvessem motivos de queixa do exercito, quando dos meus camaradas, durante minha molestia, e posteriormente publicamente, recebera tantas provas de estima e de apreço?

Como culpar-me, se ao inverso do que se dera comigo, se achára S. Ex. sempre á frente do gabinete, tendo por isso maiores razões do que eu para não ignorar, e no entanto, horas antes do pronunciamento é que o Sr. ex-presidente do conselho recebeu o primeiró aviso do Sr. chefe de Policia, como ainda agora o repete!

E se acaso outros anteriores recebeu, porque, já não digo antes, mas ainda no dia 12, d'elles não me fallou e apenas referiu-se a cartas anonymas a que não dava muita importancia, como adiante mostrarei, transcrevendo a propria confissão d'isso que fez no seu manifesto?

Mas S. Ex., nas vezes que nos encontrámos em minha residencia, durante minha molestia, em nada me fallou!

Portanto, somente no dia 12, ao reassumir minha pasta, é que poderia ter colhido a primeira noticia, e essa foi-me dada pelo Sr. ajudante-general tal como referi a S. Ex.

Convem acrescentar que no dia 12, embora não julgasse, pelo que ouvira do Sr. ajudante-general — imminente um movimento militar — lembrei a S. Ex. a conveniencia de mandar desmentir pela imprensa os boatos que enlão circulavam com o fim de indispor o exercito com o gabinete, ao que S. Ex. não annuiu, como detalhadamente referi em minha exposição, e o proprio Sr. visconde affirmou, relatando uma entrevista que teve com um redactor do *Jornal do Commercio*.

O Sr. visconde diz que o tranquillisei — jurando nas palavras do Sr. ajudante-general.

Nem é de extranhar que o fizesse, quando elle era uma auctoridade competente para bem informar, pelo facto de, em razão de seu cargo, ver-se sempre em contacto com a guarnição, além de que era um funcionario da confiança do ministerio.

Continua S. Ex. : « n'essa occasião não se referiu S. Ex., como parece dar a entender, a desgostos do exercito con-

tra o gabinete; alludiu, sim, a desgosto de um ou outro official desattendido em suas pretencões, accrescentando, recordo-me bem, como sempre os ha em todos os tempos. »

S. Ex. recorda-se mal.

Na propria phrase que transcreveu de meu artigo, lá está « que o exercito estava desgostoso com o gabinete por suppôr que elle lhe era infenso, e sendo esse desgosto motivado por suppôr-se que eram reaes as noticias que circulavam e desagradaveis; lembrei, por isso, a conveniencia de mandar desmentil-as, o que S. Ex. não julgou preciso, dando-me as rasões que já indiquei em meu artigo.

Para remover esse mal — os desgostos do exercito por acreditar nos boatos mentirosos que corriam, não era necessaria larga conferencia, bastando para isso desmentir os boatos.

Não procede, pois, o dizer S. Ex. « se tivesse alludido a desgostos do exercito, não em ligeira conversa, mas em larga conferencia, d'isso nos teriamos occupado. »

---

Contestando o topico da minha narraçãõ em que, referindo-me ao seu manifesto apontei equivoco em dizer que eu o tranquillisára ainda no dia 14, exprime-se S. Ex. de fôrma a fazer crer que o julguei em equivoco por ter S. Ex. affirmado que eu lhe assegurára, em caso de perigo, contar com a 1ª brigada, ao menos.

São cousas bem diversas.

Em haver dito S. Ex. que o tranquillisára no dia 14 sobre a possibilidade de dar-se o movimento, é que o contestei, como se vê do seguinte topico que S. Ex. pretendeu responder : « Continúa o Sr. visconde de Ouro Preto : no mesmo sentido se pronunciou o Sr. visconde de Maracajú a 14 de novembro em entrevista commigo », isto é, que o tranquillisei. Ha por certo equivoco.

Mostrarei que S. Ex. não podia mesmo refutal-o.

Poderia estar eu confiante no resultado do movimento, e não o estar quanto á possibilidade de realizar-se elle.

O Sr. visconde de Ouro Preto afastando-se do ponto ferido por mim, responde como se eu o tivesse atacado em ponto diverso.

Jámais contestei que houvesse dito contar em qualquer emergencia com a 1ª brigada, isso, porém, não equivale a dizer que duvidara de ser alterada a ordem publica, a menos que S. Ex. não quizesse beber esse alento n'aquella primeira phrase, o que não é rasoavel crer-se.

Por um topico de meu artigo que S. Ex. não reproduziu e precedia immediatamente ao que foi transcripto por S. Ex. e começa por estas palavras : Disse-lhe n'essa entrevista, etc. — verá o leitor : 1º, que não podia eu tranquilisar a S. Ex. ; 2º, que não foi S. Ex. a primeira fonte que deu-me aquellas noticias ; 3º, que não foi d'essa entrevista que recebi inspiração para providenciar.

Eis o topico alludido :

« Correndo n'esse dia (14) algumas noticias alarmadoras ia até entender-me com o Sr. ajudante-general quando recebi do mesmo Sr. visconde um chamado urgente, referindo-me S. Ex. o que eu acabava de saber e fallando de uma carta assignada que recebera e entregara ao Sr. ajudante-general, e alludindo a outros anonymos a que não dava muita importancia, »

Permanece, portanto, illeso o equivoco de S. Ex. que apontei na minha exposição.

No intuito de defender-se do que não argui-lhe, como já expliquei, continúa o Sr. visconde :

« Portanto até o dia 14 de novembro, cerca de meio dia, quando conferenciou commigo, no thesouro, nenhuma providencia acudiu ao Sr. visconde de Maracajú para evitar, ou reprimir qualquer movimento militar, tanto que sor-



prehendeu-se ouvindo logo depois o Sr. ajudante general dizer-lhe: *estamos sobre um vulcão.*»

Não o contesto e não cessarei de repetir o que S. Ex. sempre esquece e muito importa saber, isto é, no dia 14, cerca de meio-dia, completavam-se apenas 48 horas que eu reentrára para o governo, e isso depois de uma ausencia por molestia, durante a qual foi-me aconselhado o mais absoluto repouso.

Durante essas 48 horas tive as seguintes informações: as do Sr. A. General, a 12, dizendo que nada havia a receiar; uma advertencia do Sr. conselheiro L. de Albuquerque a qual ainda motivou ir entender-me de novo com o Sr. A. General que ainda animou-me; e finalmente a que me deu S. Ex. alludindo a cartas anonymas a que não dava muita importancia, como se vê das proprias palavras do seu manifesto: — « Não, confesso, torno a dizel-o, a a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conjuração militar. Atribui sempre os avisos anonymos que me eram dirigidos a algum individuo ou a algum grupo de interessados (aliás concebidos em termos vagos e sem articulação de factos ou nomes), que esperavam arrastar o governo a medidas de precaução que excitassem resentimentos e o prejudicassem, si adversarios eram os avisadores, ou no caso de serem simples ambiciosos, abrissem espaço á satisfação de aspirações que só lograriam vingar, atastados das commissões e cargos que exerciam aquelles officiaes, contra quem por accaso o governo se acautelasse. »

Se até o dia 12 ninguem avisou-me, se essas foram as unicas informações que tive eu d'ahi até cerca de meio dia de 14, e que apesar de frageis eram destruidas pelo que me dizia o Sr. A. General; se outras fontes não me foram abertas; se só momentos antes de ir ter com o Sr. visconde se providenciou, fui informado da gravidade da situa-

ção, por noticias alarmadoras que corriam n'esse dia 14 como recahir-me a censura por não tel-o feito antes, por não ter sido eu prevenido por ninguem até essa hora?

Como posso eu ser responsabilisado pelo que não era de prever, e S. Ex. não?

Pelo exposto vê-se ainda ser natural o surpreender-me ao ouvir o Sr. ajudante-general diser-me « estamos sobre um vulcão, embora accressentasse elle que *esperava serenar os animos com as providencias que já tinha tomado e outras*. Só d'ahi em diante, por esse motivo dei outras providencias, além das que o Sr. ajudante-general me dizia ter tomado e já eram insufficientes, apezar de não ser de todo desanimadora a-phrase do Sr. ajudante-general. Mas entende S. Ex. que se depois de ouvir eu ao Sr. ajudante-general, acreditasse realmente que estavamos sobre um vulcão, não me limitaria ás poucas providencias que tomei.

Estas, porém, eram sufficientes por não se contar com a revolta n'essa madrugada, o que foi surpresa para todos, inclusive para S. Ex. que foi horas antes avisado em sua casa pelo Sr. conselheiro ex-chefe de policia como ainda agora o affirma em seu artigo, e sim para a seguinte noite ou mesmo no dia immediato como declarei em minha exposição. Esse foi o motivo por que guardei para o dia seguinte a conferencia que ia ter com o meu collega da marinha, além de que retirara-me tarde da secretaria.

Diz ainda S. Ex.: *retirando-se tranquillo para casa de seu irmão.*

O facto de retirar-me para alli, onde costumava pernoitar sempre que exigia o interesse publico, mostra que não estava tranquillo, além de que prevenira ao Sr. ajudante general e a diversos meus empregados, do logar em que

ia pernoitar, recommendando que me fosse communicado qualquer acontecimento. Não me cumpria, como entende S. Ex. que devia fazel-o, verificar se o Sr. ajudante general desempenhava o que lhe incumbira. A responsabilidade do elevado cargo que exercia o Sr. <sup>te</sup>tenente general Floriano Peixoto, alliada á confiança que merecia do gabinete, eram garantias seguras de que cumpriria as ordens que lhe dei. Se não fiz a S. Ex. qualquer communicação da entrevista que tive com o mesmo Sr. tenente general, foi por que o Sr. visconde me dissera mesmo, que, attento ao meu estado de saúde lhe mandasse informar pelo Sr. ajudante general do resultado da conferencia que com este tivera; e sómente no dia immediato soube que o Sr. ajudante general não poudo comparecer na residencia de S. Ex. como já referi em minha exposição. Ao facto de haver-me eu limitado áquellas providencias, não é que se deve o insuccesso do ex-gabinete, pois que outras foram dadas a tempo de evital-o, não o conseguindo como mostrarei.

De facto: apezar de, sómente ás 2 1/2 da madrugada, ter recebido a primeira noticia alarmadora, não obstante ter recommendado que me fosse feita qualquer communicação, sahindo n'essa mesma hora providenciei de modo e a tempo de evitar aquelle insuccesso e d'essas providencias fiz sciente a S. Ex. e aos collegas da justiça e marinha, no arsenal de marinha, onde se achavam e cheguei não depois de insistentes chamados como diz o Sr visconde, e sim apenas um que me chegou ás mãos quando para lá já me encaminhava.

Não á fatalidade do destino, como diz afinal S. Ex. e muito menos a haver eu tomado tardiamente as providencias, o que se deprehende do corpo de seu artigo, deve attribuir o quanto se passou na madrugada de 15 de novembro.

S. Ex. não pôde imputar-me falta por não ter adivinhado o que estava longe de prevêr, isto é, que as forças mandadas pelo governo confraternissem com as sublevadas. S. Ex., foi como eu, sorprendido, nada justificando até então uma suspeita. Olhe S. Ex. para a Historia do Paiz em que se acha, e ahí encontrará dous factos de natureza identica ao que se deu entre nós. Um d'elles foi quando a guarda nacional, em Lisboa, sublevando-se, de pôz o gabinete presidido pelo marechal duque da Terceira, o qual nada pode fazer, apezar do seu prestigio politico e principalmente do que gozava como militar; o outro foi quando as tropas, sob o commando do rei D. Fernando, abandonando-o, se uniram ao exercito, muito menos numeroso, do marechal duque de Saldanha, que entrando em Lisboa, depôz tambem o ministerio, sendo nomeado presidente do conselho. Verdade é que as instituições não decahiram então, mas será crível, para quem testemunhou os factos, que fosse isso possivel da minha parte evitar depois de deposto o gabinete presidido por S. Ex.?

Se como militar, ministro da guerra, não podia eu ser responsavel pelos factos que aqui se deram, desde que tudo foi devido á falta de cumprimento das minhas ordens, S. Ex. faria grande injustiça profligando meus actos.

Queixou-se o Sr. visconde de Ouro Preto da imputação de má fé que atirei-lhe em rosto a tantas mil leguas de distancia... Seja dito de passagem que era isso aliás justificado pelo modo porque se exprimira S. Ex. em seu manifesto, não sendo eu o unico que notou no que disse S. Ex. a intenção contra a qual agora protesta. Muito mais doloroso me seria vêr atirada á face a injustiça e a injuria de uma responsabilidade, e isso do estrangeiro, onde não era conhecido, e por um patricio e collega de governo.

Pondere ainda S. Ex. que semelhante accusação chegava, quando em um telegramma passado para Lisboa, se dizia que eu fôra reformado por faltar á patria e ao exercito, a quem tenho servido durante longos annos, com lealdade e patriotismo.

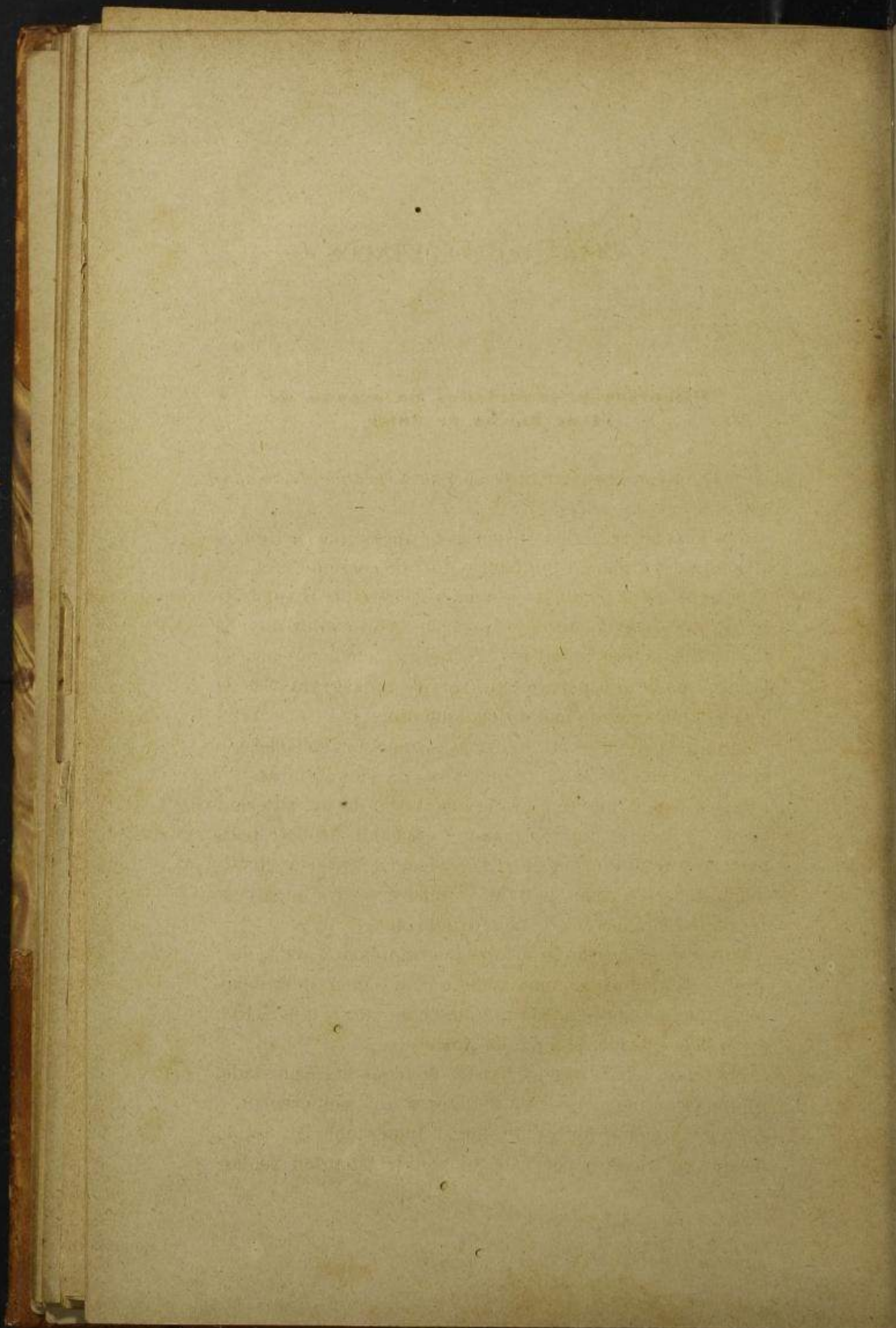
A injustiça cercava-me de todos os lados, e o que mais é, ella me era atirada dentro e fôra do paiz por compatriotas que sabiam o contrario do que affirmavam. Folgo de ver que S. Ex. protesta, dizendo, referindo-se a mim : « Nunca o julguei capaz de um acto de perfidia!! » Eses protesto aproveita mais aos creditos do character de S. Ex. do que a mim mesmo.

Não só o Sr. visconde de Ouro Preto, mas o paiz inteiro faz-me essa justiça.

VISCONDE DE MARACAJU.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1890.

---



## CAMARA DOS DEPUTADOS

### V

#### **Discursos pronunciados na sessão de 11 de Junho de 1889.**

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do conselho*) (*atenção, silencio*) :

SNR PRESIDENTE, tenho a honra de apresentar á camara dos sñrs deputados o ministerio de 7 do corrente mez.

Si nem todos os illustres companheiros que dignaram-se de prestar-me sua coadjuvação, são conhecidos de alguns dos nobres membros d'esta casa, em compensação conhece-os bem o paiz, a cujo serviço consagraram-se de longos annos com o maior devotamento.

Cumpre-me informar a camara como organisou-se o ministerio de 7 de Junho e quaes são os seus intuitos.

Pouco depois das duas horas da tarde do dia anterior, foi-me entregue um telegramma expedido de Petropolis pelo meu honrado amigo o sñr Senador Saraiva, convidando-me, de ordem de S. M. o Imperador, a comparecer no paço d'aquella cidade com urgencia.

Obedeci, embarcando á hora determinada, 4 da tarde. Procurei entender-me em caminho com o meu illustre collega, mas na ponte de Mauá soube com pezar, que S. Ex.<sup>a</sup> viéra pela estrada de ferro do Norte.

Na estação de Petropolis avistei-me com Sua Magestade, que marcou-me as 8 1/2 da noite para uma conferencia.

Ponctualmente apresentei-me ao Imperador, ignorando do que se tractava por não ter podido fallar ao senhor

conselheiro Saraiva, embora como homem politico conjecturasse a tal respeito.

Segundo o prudente exemplo dos meus distinctos predecessores, eu tambem protocolisei o que passou-se entre mim e o chefe do Estado, afim de não proferir uma palavra de mais ou de menos, e peço licença á camara para ler os meus apontamentos.

— O SNR COELHO RODRIGUES : — *Verba volant, scripta manent.*

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do conselho*):  
Sim senhor (lé) :

« Apresentando-me ao augusto chefe do Estado, Sua  
« Magestade dignou se de dizer-me que tendo-se o no-  
« bre senador pela Bahia recusado a organizar minis-  
« terio, resolvêra encarregar-me d'essa missão, desejando  
« porem, antes d'isso ouvir-me sobre a situação do paiz.  
« Agradecendo tão alta prova de confiança respondi ao  
« Imperador : Vossa Magestade terá seguramente notado  
« que em algumas provincias agita-se uma propaganda  
« activa, cujos intuitos são a mudança da forma de go-  
« verno. Essa propaganda é precursora de grandes males,  
« porque tenta expor o paiz aos graves inconvenientes de  
« instituições para que não está preparado, que não se  
« conformam ás suas condições e não podem fazer a sua  
« felicidade (*apoiados geraes*).

« No meu humilde conceito, é mister não desprezar, essa  
« torrente de ideias falsas e imprudentes, cumprindo enfra-  
« quecel-a, inutilisal-a, não deixando que se avolume. Os  
« meios de conseguil-o não são os da violencia ou repressão;  
« consistem simplesmente na demonstração practica de que  
« o actual systema de governo tem elasticidade bastante,  
« para admittir a consagração dos principios mais adianta-  
« dos, satisfazer todos as exigencias da razão publica escla-  
« recida, consolidar a liberdade e realisar a prosperidade e



« grandeza da patria, sem perturbação da paz interna em  
« que temos vivido durante tantos annos (*apoiados geraes*).

« Chegaremos a esse resultado, senhor, emprehendendo  
« com ousadia e firmeza largas reformas na ordem poli-  
« tica, social e economica, inspiradas-na escola democra-  
« tica; reformas que não devem ser adiadas para não se  
« tornarem improficuas. O que hoje bastará, amanhã  
« será talvez pouco.

« Portanto, conclui, a situação do paiz define-se, a meu  
« ver, por uma formula — *necessidade urgente de refor-*  
« *mas liberaes.* »

(*Interrompendo a leitura*). Determinou-me Sua Mage-  
tade que positivasse com precisão quaes as medidas que  
propôr-me-hia a realisar para fazer face á situação.

Retorqui que estavam comprehendidas no programma  
do partido liberal.

— O SENHOR DUARTE DE AZEVEDO: — Agora já não lê.

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do conselho*):  
— Não, repito de cór. Já li estes apontamentos perante o  
senado e V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, que foi meu mestre, bem sabe que sem-  
pre tive boa memoria (*Hilaridade*).

Continuarei a narração (lê). « Retorqui ao Imperador que  
« essas reformas estavam comprehendidas no programma  
« approvedo pelo congresso do partido liberal, ultima-  
« mente reunido n'esta Córte e do qual fora eu um dos  
« iniciadores, programma que tem por ideias capitaes as  
« que passava a enumerar. »

— UM SNR DEPUTADO: E na ordem que devem ser realisa-  
das?

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do con-*  
*selho*): V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. depois verá (*Apartes*).

A execução não depende só de mim, mas tambem dos  
representantes da nação. Ouçam-me V. V. E. E. e se algu-  
mas das ideias que vou expôr-lhes agradar-lhes e quize-

rem coadjuvar-me, não ponho duvida em aceitar tão preciosa collaboração.

Não creio, porem, que m'a concedam; tantos apartes estão mostrando a boa vontade que anima os nobres deputados (*lé*).

« Determinou-me S. Magestade que positivasse com precisão quaes as medidas que propor-me hia a realisar para  
« fazer face á situação.

« Observei que estavam comprehendidas no programma  
« approvado pelo congresso do partido liberal, ultimamente reunido n'esta côrte e do qual fora eu um dos iniciadores, programma que tem como ideias capitaes as  
« que passava a enumerar:

« A largamento do direito de voto, mantido o alistamento  
« vigente e considerando-se como prova da renda legal o  
« facto de saber o cidadão ler e escrever, com as unicas  
« restricções da exigencia do exercicio de qualquer profissão licita e do gozo dos direitos civis e politicos. Ampliação dos districtos eleitoraes. »

— UM SENHOR DEPUTADO: Ali está a restricção. O alistamento pode ser mais restricto do que o actual.

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): Perdão; V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não ouviu ou não me comprehendeu. Si mantenho o actual alistamento e faço nelle incluir novas classes como pode ser mais restricto?! (*continuação a leitura*):

« Plena autonomia dos municipios e provincias. A base  
« inicial d'esta reforma é a eleição dos administradores  
« municipaes e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes de provincia, recahindo sobre lista organizada  
« pelo voto dos cidadãos eleitores.

« Prescrever-se-hão em lei o tempo de serventia d'esses  
« funcionarios, os casos em que possam ser suspensos e  
« demittidos e os da intervenção do poder central, para sal-

« vanguarda dos interesses nacionaes que possam perigar.

« Effectividade das garantias já concedidas por lei ao  
« direito de reunião; liberdade de cultos e seus consecuta-  
« rios, medidas aconselhadas pela necessidade da assimi-  
« lação na familia brazileira dos elementos estranhos, pro-  
« venientes da immigração, que convem facilitar na maior  
« escala;

« Temporariedade do Senado. »

— VOZES : Deve ser a primeira.

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Con-  
selho*) : — Si V. V. E. E. promettem auxiliar-me, contem  
commigo.

— VOZES : Poderia tractar d'isso na presente sessão.

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*) :  
— Repito; não tenho duvida; mas depois das leis de meios.

— O SNR PEDRO LUIZ : — É o começo da republica.

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conse-  
lho*) : — Não; é a inutilisação da republica.

Sob a monarchia constitucional representativa podemos  
obter com maior facilidade e segurança a mais ampla  
liberdade (*Crusam-se numerosos apartes; o sñr presi-  
dente faz soar os tympanos*).

Não se incommode V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, sñr Presidente; esta tempes-  
tade não me assusta. Ao contrario, alegro-me com ella.  
Eu prefiro esta agitação, signal de vida e movimento, ao  
morno silencio, que por tantos dias reinou n'esta casa, que  
devera ser a officina activissima do trabalho nacional!  
(*apoiados, muito bem*). Eu a prefiro, porque é da lucta activa  
dos partidos, é do choque das ideias, que surgirá a gran-  
deza da patria! (*apoiados; muito bem*).

Consintam os nobres deputados que continue (lê): « Re-  
« forma do conselho de Estado, para constituil-o meramente  
« administrativo, tirando-lhe todo o caracter politico.

« Liberdade de ensino e seu aperfeicoamento.

« Maxima redução possível nos direitos de exportação;  
« Lei de terras que facilite a sua aquisição, respeitado  
« o direito dos proprietarios;

« Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de  
« rapida communicação, de accordo com um plano pre-  
« viamente assentado;

« Finalmente, animar e promover a criação de estabele-  
« cimentos de credito, que proporcionem ao commercio e  
« especialmente á lavoura os recursos pecuniarios de que  
« carecem.

« Muito respeitosa, e com toda a franqueza, de-  
« clarei ao imperador que, homem de partido, preso aos  
« seus compromissos e não podendo bem servir-o sem o  
« apoio da maioria dos meus correligionarios, não me era  
« dado aceitar o governo senão para executar este pro-  
« grammata.

« Acrescentei, que não sendo possível iniciar simulta-  
« neamente tantas medidas, e tendo ficado resalvada,  
« por deliberação do congresso, completa liberdade de ac-  
« ção ao membro do partido, que fosse chamado a leval-as  
« a effeito, quanto á preferencia e oportunidade das refor-  
« mas que devessem ser adoptadas, pela minha parte jul-  
« gava imprescindiveis e mais urgentes o alargamento do  
« voto e a autonomia das provincias, concedendo-se ao Mu-  
« nicipio Neutro governo e representação proprios, como  
« reclamavam sua população e riqueza.

« Em prol d'estas providencias, daria todos os meus es-  
« forços, encaminhados tambem, em outra ordem de inte-  
« resses, aos seguintes fins :

« Elaboração d'um codigo civil;  
« Conversão da divida externa;  
« Amortização do papel moeda;  
« Equilibrio da receita publica com a despesa pelo me-  
« nos ordinaria.

« Fundação de estabelecimentos de emissão e credito  
« especialmente para fomentar o augmento da pro-  
« dução.

« Observei mais a Sua Magestade que, não pôdendo  
« esperar a approvação de semelhante politica de uma  
« camara composta em grande maioria de adversarios  
« meus, limitar-me-hia a pedir-lhe os meios de go-  
« verno, contando que as proximas eleições, a que presi-  
« diria a mais completa liberdade para todas as crenças,  
« trar-me-hiam o elementos precisos, que a nação não re-  
« cusará a quem d'est' arte propuzer-se a satisfazer suas  
« mais fundas aspirações.

« Approvando a marcha que assim pretendia seguir no  
« governo, si me fosse confiado, ordenou-me Sua Mages-  
« tade que organisasse o ministerio, recommendando-me  
« que o fizesse em breve tempo, pois a crise por demais se  
« prolongava. »

Cabe-me declarar tambem á camara que, tendo acci-  
tado a missão de que assim era incumbido, S. Magestade  
perguntou-me si havia já pensado nos nomes dos compan-  
heiros que escolheria. Respondi que não cogitára ainda  
d'isso, mas podia de momento indicar os amigos cujo  
concurso accreditava não me seria negado. Declinei 10  
ou 12 e tenho a satisfacção de affirmar, que nenhum  
d'elles foi objecto de impugnação.

Organisei o ministerio com alguns d'esses amigos por  
inspiração propria, depois de ter ouvido varios correli-  
gionarios.

Portanto a organisacão é exclusivamente minha. Con-  
servei plena liberdade de accão até o ultimo momento.

— UM SNR DEPUTADO : O Sñr Ruy Barbosa não está de  
accordo com essa historia.

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conse-  
lho*) : — Si V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> quizer fazer-me o obsequio de expor

as razões em que se funda o Sñr conselheiro Ruy Barbosa para contestar a minha narrativa, muito prazer terei em responder-lhe.

— O MESMO SNR DEPUTADO. — Elle ha-de encarregar-se de o fazer.

— OUTRO SNR DEPUTADO. — Ja começou.

— O Sñr Visconde de Ouro Preto (*presidente do Conselho*): — São ballelas sem fundamento. A organização de 7 de junho é exclusivamente minha; eu a concebi, modifiquei, fiz e refiz, na minha mente, até o momento de apresental-a ao Imperador.

A ultima e definitiva deliberação tomei-a no hotel, em Petropolis, antes de dirigir-me ao paço.

Si carecesse adduzir provas das minhas asserções, eu poderia dal-as, invocando até o testemunho insuspeito de um honrado cavalheiro, alheio aos partidos e ás nossas luctas politicas, mas meu particular amigo de muitos annos, o Sñr conselheiro Pinho, uma das notabilidades do Commercio d'esta cõrte, a quem communiquei o meu pensamento poucos minutos antes de ir dar contas ao chefe de Estado de como desempenhára a missão de que me encarregára.

— O SNR THEODORO MACHADO e OUTROS SNRS DEPUTADOS: V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, não precisa de dar provas; basta-nos a sua palavra.

— O Sñr VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do conselho*): — Seguramente não preciso dar provas do que affirmo para o paiz que me conhece; mas quero dizer tudo á Camara dos Sñrs deputados, porque fallo-lhe com o coração aberto.

Sñr Presidente, tenho revelado como se organisou o ministerio a que presido e quaes os fins a que se propõe; não posso esperar, nem peço a confiança d'esta Augusta Camara, em que é predominante o voto dos meus adversarios. Reclamo apenas os meios de governo, que não me podem

ser recusados, e, em circumstancias identicas, concederam os meus correligionarios a um gabinete conservador.

E' quanto tenho a communicar á Camara dos Sñrs deputados e termino aqui, protestando voltar á tribuna, si fôr necessario. (*Muito bem, muito bem*).

## VI

**2º Discurso.**

Usavam da palavra os deputados Gomes de Castro, Cezario Alvim e João Manoel, o qual terminou o seu discurso exclamando « Viva a Republica! »

— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*), (*Erguendo-se impetuosamente e com energia*): — Viva a Republica, não! (*Applausos prolongados no recinto e nas galerias*).

Não e não; pois é sob a monarchia que temos obtido a liberdade, que outros paizes nos invejam e pudemos mantel'a em amplitude sufficiente, para satisfazer as aspirações do povo mais brioso! (*Continuam os applausos*).

Viva a monarchia! forma de governo que a immensa maioria da nação abraça e a unica que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza! (*Enthusiasticos applausos da Camara e das galerias abafam por momentos a voz do orador*).

Sim! Viva a monarchia brasileira, tão democratica, tão abnegada, tão patriotica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhe oppôr o menor obstaculo, si ella, pelos seus orgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituições! (*Muito bem, muito bem. Grandes demonstrações de adhesão*).

Lavrando assim o meu protesto em nome das minhas convicções, em nome da lei e dos sentimentos da generalidade dos meus compatriotas, contra as palavras com que terminou o seu discurso o orador precedente, e que jamais deveriam ter soado n'este recinto (*apoiados*); eu vou, Sñrs, tomar em consideração os pontos capitaes dos discursos que acabamos de ouvir. Os debates d'esta



natureza devem ser rapidos e incisivos. O momento, como bem ponderou o nobre deputado pelo Maranhão, é grave e solemne; cumpre antes obrar do que falar.

O ministerio, disse-se, compõe-se de aulicos. Mas quem é o aulico? Será o ministro da guerra? S. Ex.<sup>a</sup> já havia ganho todos os seus postos, todas as condecorações que lhe adornam o peito, expondo sua vida em prol da honra e do serviço da patria, nos campos de batalha ou nos pantanos pestillentes das fronteiras septentrionaes do imperio; tinha administrado brilhantemente varias provincias, quando entrou para o paço. E' um dos generaes mais illustres do exercito; não foi o paço que lhe deu merecimento, foi o seu merecimento que para lá o chamou. (*apoiados*).

Será o nobre ministro da marinha? E' a primeira vez que se formula contra S. Ex.<sup>a</sup> semelhante arguição, si é que tal nome merece a pretendida suspeição. Todos aquelles, que já tiveram assento n'esta casa, sabem quaes são os principios politicos do meu illustre collega; quanto aos jovens deputados, procurem nos annaes d'esta camara as ideias do liberalismo mais adiantado e encontral-as-hão firmadas pela iniciativa, pela assignatura ou pelo voto do bravo marinheiro. Mas, o aulico será o nobre ministro do imperio?! S. Ex.<sup>a</sup> é o ex-presidente d'esta camara, quando n'ella predominava o elemento liberal. É o companheiro de ministerio do sñr Conselheiro Saraiva, a quem não se accusará de cortezanismo. É o presidente de varias provincias, em cuja administração deixou vestigios luminosos, é aquelle a quem foram confiados os destimos de Pernambuco em uma epocha difficil, com annuencia da Camara, que mais tarde consagrou-lhe unanimemente moção de louvor. É o professor laureado, o litterato distincto, o homem de Estado, que sobrelevar-se-hia em qualquer paiz do mundo (*apoiados*).

Si a monarchia brasileira tem como cortezãos homens d'esta ordem, é a melhor das monarchias, porque os officiaes da sua casa não são meros medalhões, cobertos de bordados; sim, servidores distinctos do paiz (*apoiados, muito bem*).

Acaso, o aulico será o presidante do conselho? Senhores, eu não careço defender-me a esse respeito (*apoiados*); o paiz conhece-me.

Si resolvi-me a aceitar honras do paço, foi sómente quando aceital-as era motivo para incorrer na censura e odiosidade de certos individuos. Titulos de nobreza já eu os possuia, e os meus foraes estavam registrados em archivos superiores aos de todas as mordomias regias!

Esses archivos são os annaes parlamentares de uma e outra casa electivas, os volumes da legislação do imperio, que encerram fructos do meu trabalho (*muitos apoiados, muito bem, muito bem*), os jornaes que tenho redigido, os livros que tenho publicado. Não são ainda esses os melhores de que me posso ufanar. Porem, sim, a moralidade do meu lar, e a educação que dei a meus filhos, que hão de elevar o nome humilde, que herdei de meus honrados paes! (*Muios apoiados, muito bem, muito bem*).

— O SNR COELHO RODRIGUES: — Mas mudou de nome.

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Mudei; é certo, mas primeiro porque seria um acto de fraqueza rejeitar um titulo, quando me foi novamente offerecido, e tambem porque, graças a Deus transmittia esse nome a um filho, que pode levantá-lo! (*apoiados; muito bem*).

Disse-se ainda, que o ministerio é anti-parlamentar. Mas porque anti-parlamentar?... Por não se compor exclusivamente de membros das duas casas electivas? Effectivamente, é principio aceito do systema representativo que os ministros devem sahir do parlamento.

Esse principio não é absoluto; soffre excepções; applica-se em condições normaes. Supponha-se a hypothese de mudança de politica, quando a opposição conta nas camaras cinco a seis membros. Como, n'este caso, organisar ministerio, só com os cidadãos que a ella pertencam?

Eu, s'nr presidente, não podia contar n'esta casa senão com pequeno numero de correligionarios, e portanto éra do meu interesse não reduzil-o ainda mais, escolhendo de entre elles a maior parte dos meus collegas.

Demais, a Camara está representada no gabinete por dois dos seus dignos membros, numero egual ao dos senadores que d'elle fazem parte, accrescendo que não fiz mais do que outros fizeram antes de mim, chamando para meus companheiros cidadãos extranhos ao parlamento, sem que por isso merecessem qualquer censura.

O General Polydoro, e mais tarde o brigadeiro Manuel de Mello, o brigadeiro Mariano de Mattos, o Visconde de Beau-repaire Rohan e o general Caldwell em 1860, 1861, 1864 e 1870, foram ministros com Caxias, Olinda, Zacharias, Furtado e S. Vicente, todos de illustre memoria, sem que pertencessem a qualquer das casas do parlamento e ninguem condemnou esse facto.

Na penultima ascensão conservadora, Alencar e Antao não eram deputados, nem senadores, e entraram para o gabinete do honrado Visconde de Itaborahy, sem reparo, antes com applauso de muitos dos nobres deputados, que hoje me arguem porque imitei o precedente!

Na penultima situação liberal, o primeiro ministerio contou nada menos de trez distinctos cavalheiros, que não estavam investidos do mandato popular.

Outros factos poderia eu citar, senhor presidente, do nosso e de paizes estrangeiros, onde o systema parlamentar vigora em toda a sua plenitude, para apoiar o meu procedimento. Entre esses, lembrarei que ainda recente-

mente o emerito financeiro Goschen fez parte do gabinete britannico, embora não pertencesse nem á camara dos communs, nem á dos Pares, e toda a Inglaterra viu-o com o maior prazer occupando alto posto na administração do Estado.

O ministerio deixará de ser parlamentar si nas proximas eleições, a que deverão apresentar-se os seus membros, que não são deputados nem senadores, forem derrotados e não se retirarem.

Esta accusação é, portanto, sem importancia e banal.

Viu-se na entrada de dois militares tambem um erro, senão uma ameaça, mas, ao passo que assim se pronunciavam, os nobres deputados incorreram na mais flagrante incoherencia, porque si esses ministros são dignos dos louvores que aliás tão merecidamente SSEE. lhes teceram, claro é que não se prestarão a ser instrumentos de uma politica anti-patriotica, ou de fins inconfessaveis.

Mas, porque estranhar a nomeação de militares?

Pois, então, para a illustrada maioria d'esta casa, ou para os nobres deputados, que se declararam republicanos, motivo é de suspeição pertencer á officialidade do exercito ou da armada? (*apoiados*).

Ha, por ventura, algum privilegio que prohiba escolher ministros de outras classes, que não sejam as dos bachareis em direito, dos doutores em medecina, dos banqueiros, ou dos padres?... (*apoiados*).

Eu tinha de prover as pastas da marinha e da guerra e era natural que para isso me lembrasse antes de um chefe de esquadra ou de um marechal de campo, do que de um sacerdote, embora ardente como o illustre deputado, que acabou de falar (*Riso*).

Por via de regra, os ministros denominados *casacas*, quando, nas pastas militares, querem envolver-se nas especialidades, consultem os entendidos. Ora, si elles são ex-

cellentes auxiliares como órgãos de consulta, melhor será dar-lhes autoridade propria, porque deliberarão por si, sem necessidade dos conselhos de quem saiba do seu officio (*apoiados*).

Sempre foi minha opinião, que devemos ter marinha e exercito modestos, compativeis com os nossos recursos, porem tão perfeitamente organizados quanto seja possivel, e por essa razão confiei as respectivas pastas a dois officiaes generaes, ornamentos das nobres corporações de que são membros (*apoiados*).

E' singular, senhores! Antes da organização do ministerio de 7 de junho, clamavam todos contra a exclusão dos militares dos cargos de ministros de Estado. Chamo-os a prestar serviços n'este alto posto, e sou censurado. Ha sinceridade n'isto?

Já que alludi ao nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, notarei que S. Ex.<sup>a</sup> qualificou os meus collegas, ora de caretas ora de carrancas, dirigindo-lhes outras quejandas amabilidades. Nada mais facil de que retaliar de modo pungente; mas não o farei, não responderei a isso, porque as discussões n'esta casa devem manter-se sempre em termos elevados, mormente quando se travam entre representandes de dois poderes, como são o ministerio e a camara dos Sñrs deputados.

Sñr presidente, foi por vezes invocada a grande e incontestada autoridade do Sñr Saraiva. Pois bem, peço licença par ler a carta de congratulações que S. Ex.<sup>a</sup> dirigiu ao Sñr ministro da marinha e que o meu nobre collega confiou-me ha poucos momentos, autorisando-me a servir-me d'ella.

O Sñr Saraiva diz entre outras coisas : (lê)

« Muito bem fez o Sñr Ouro Preto dando a militares as pastas militares. Estou seguro de que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> fortificará a organização da nossa marinha de guerra, fazendo economias, e por isso deve contar com todo o sincero apoio de quem é de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> admirador e amigo... »

Chamei, repito, militares para o gabinete, porque desejo vêr a marinha e o exercito em condições regulares.

Não ameaco, nem quero ameaçar ninguem; o que pretendo é doutrinar e convencer.

O nobre deputado pelo Rio Grande do Norte disse, que a actual mudança de politica não pode explicar-se decentemente, porque o partido conservador tem grande maioria na camara dos deputados. Mas, em 1865 e 1868 o partido liberal dispunha de avultada maioria na mesma camara e foi apeado do poder.

O nobre deputado então applaudiu-o, porque aproveitava a seus amigos. E' preciso ser coherente quando se quer mostrar tanto rigor, como S. Ex.<sup>a</sup> acaba de revelar.

— UM SNR DEPUTADO : O nobre deputado não fallou em nome da maioria; fallou por conta propria.

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*) : — Sñr presidente, vi com estranheza qualificar-se de um modo inconveniente, altamente injusto e desrespeitoso, o procedimento da corôa nos recentes successos politicos. Acredito mesmo que o regimento da casa não o permittia. (*Apoiados da maioria e principalmente da deputação do Rio de Janeiro*).

O procedimento da corôa foi correctissimo. Si recusou por vezes a demissão pedida pelo ministerio de 10 de março foi porque aguardava que os factos se pronunciassem de modo inequivoco. Logo que a maioria manifestou-se impotente para auxiliar o governo na sua missão, negou-lhe a dissolução da camara, annuindo ao voto quasi unanime do Conselho de Estado, que pôz em relevo os erros do gabinete. E o que fez depois d'isto? Chamou um estadista conservador, o Sñr senador Correia, para organizar novo governo; S. Ex.<sup>a</sup> não o quiz, por motivos pessoaes.

Chamou segundo, o Sñr Visconde do Cruzeiro e S. Ex.<sup>a</sup> declinou tambem; chamou terceiro, o Sñr Visconde de

Vieira da Silva, que, depois de esforços extraordinarios, foi obrigado a confessar que não era possivel formar gabinete viavel, unindo as duas fracções do seu partido.

O Sñr Visconde de Vieira da Silva, como communicou hoje ao Senado, não indicou nenhum outro correligionario seu que pudesse ser mais feliz. A nação não podia ficar sem governo. O Imperador appellou para outro partido; o seu procedimento foi perfeitamente constitucional e nem podia ser outro.

E como refiro-me a esse facto, sñr presidente, direi que é uma razão mais para acreditar que a maioria não me negará meios de governo.

Nós, os liberaes, não armamos ao poder; aceitamol-o no desempenho de um dever civico, como sacrificio em bem do paiz. A cadeira em que me sento é d'espinhos, e, por isso, enganou-se o nobre deputado pelo Maranhão, quando disse que o sentimento dominante em minha alma neste momento é a gratidão.

Creia S. Ex.<sup>a</sup> : o sentimento unico que me domina é o temor pela grande responsabilidade que assumi, não porque falte-me o apoio da maioria dos meus correligionarios, visto que com elles posso contar e estou no mais perfeito accordo. Arreceio-me da propria incapacidade. (*Muitos não apoiados*).

Sñr presidente, allegou-se que a combinacão ministerial foi diversa da que se ajustára e combinára.

*Combinacão ajustada?* Mas com quem? Eu não chamei collaboradores para a missão de que encarreguei-me.

Desempenhei-a por mim só, já o disse e repito!

Ouvi, é verdade, alguns amigos, pedi-lhes conselho; mas reservei-me até a ultima hora o direito de resolver o que julgasse mais conveniente, acerca dos companheiros que devia tomar, para sahir-me bem de tão melindroso passo. Observou-se tambem que a organisação publicada

divergia da que se propalára. O que prova isso, porem, senão que a propalada era inexacta, e que se illudiram os que accreditaram devassar as minhas intencões?... E quando acconteceu já n'este paiz, que os ministerios anticipadamente publicados fossem effectivamente os nomeados?

Pois não ha até quem se entregue ao innocente passatempo de imaginar gabinetes, mais ou menos verosimeis, e de publical-os á sua custa, para ter occasião de dizer « *fui lembrado* »? (Riso).

Pois já não me imputaram até discurso de apresentação e programma?

Portanto, é absolutamente falso que eu levasse a Petropolis um ministerio, como se disse, e voltasse com outro. Voltei do paço com o que levei combinado na minha mente, depois de reflectir e ponderar, depois de modificallo e refazel-o commigo mesmo, em vista das circumstancias e conveniencias, que me iam acudindo ao espirito.

Allegou-se ainda, que não foram previamente consultados os nobre ministros da guerra e da marinha. E' exacto. Mas tambem não o foram os nobre ministros da justiça, do imperio e da agricultura. Eu apenas lhes disse : V. V. E. E. serão ministros commigo. E sabe a camara porque não os consultei previamente? Pela razão obvia de que d'ante mão sabia que nenhum d'elles excusar-se-ia de prestar me sua coadjuvação, como não se excusará, posso affirmal-o com ufania, nenhum dos meus correligionarios de certa ordem, porque, torno a dizel-o, estou com elles na mais perfeita harmonia (*apoiados*).

Accusam-me ainda, senhor presidente, de não ter apresentado ao Imperador um programma de federação das provincias, ao qual conjectura-se ter Sua Magestade annuido, na conferencia com o senhor Saraiva.

Já informei a camara de que ignorava completamente



o que se passou entre o chefe do Estado e o nobre senador pela Bahia, pois que não nos encontramos.

Devo acrescentar, que não ha muitas horas S. Ex.<sup>a</sup> declarou ao Senado, que não fallára a Sua Magestada em federação, d' onde se vê que taes conjecturas não teem fundamento.

Entretanto, dado mesmo que fossem exactas, eu não podia guiar-me por ellas, e ainda menos propôr-me a executar aquillo que o meu partido não approvára. O programma do partido, a que estou ligado, e que comprometti-me a levar a effeito, não é a federação, mas a plena liberdade e autonomia dos municipios e provincias, sem enfraquecimento da união e da integridade do imperio (*apoiados*).

Não me era licito affastar-me d'aquillo, que a maioria dos meus correligionarios aceitára, para preferir um voto em separado, que apenas reuniu poucas adhesões no congresso liberal. Si assim procedesse faltaria a compromissos solemnemente contrahidos.

O nobre deputado pelo Maranhão annunciou uma moção de confiança. Esta moção é uma inutilidade. Ella virá provar um facto, que o ministerio conhece e ninguem contesta, isto é, que não tem maioria n'esta casa. Entretanto eu a acceito.

Para responder, porem, á interpeção de S. Ex.<sup>a</sup> preciso de um esclarecimento, que espero da gentileza dos meus adversarios.

Que preferem S. S. Ex.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> conceder-me : uma simples prerogativa ou um orçamento regular?

— ALGUNS SNRS DEPUTADOS : O governo diga o que quer?

— O SNR. VISCONDE DE OURO PRETO, (*presidente do Conselho*). — O governo não pode ter vontade n'esta casa, onde os seus amigos acham-se em tão insignificante minoria. Aceitará o que lhe quizerem dar. Renovo pois a pergunta : o que me querem conceder?

Esta questão não é indifferente, senão seria. Um dos meus primeiros cuidados foi pedir aos meus collegas, que verificassem o estado de cada uma das verbas dos respectivos orçamentos. Ao entrar n'esta casa, recebi do nobre ministro da guerra a demonstração relativa á sua pasta.

Interessa á camara saber o que ella contem? Algumas verbas estão quasi esgotadas e achamo-nos ainda no principio do sexto mez do exercicio; conseguintemente, hão de faltar recursos antes do seu encerramento.

Em outros ministerios, segundo estou informado, dá-se o mesmo caso ou peor; a consignação para algumas despesas foi já consummada. E indispensavel providenciar a este respeito.

— O SNR COSTA PEREIRA: Eu por mim dou orçamento.

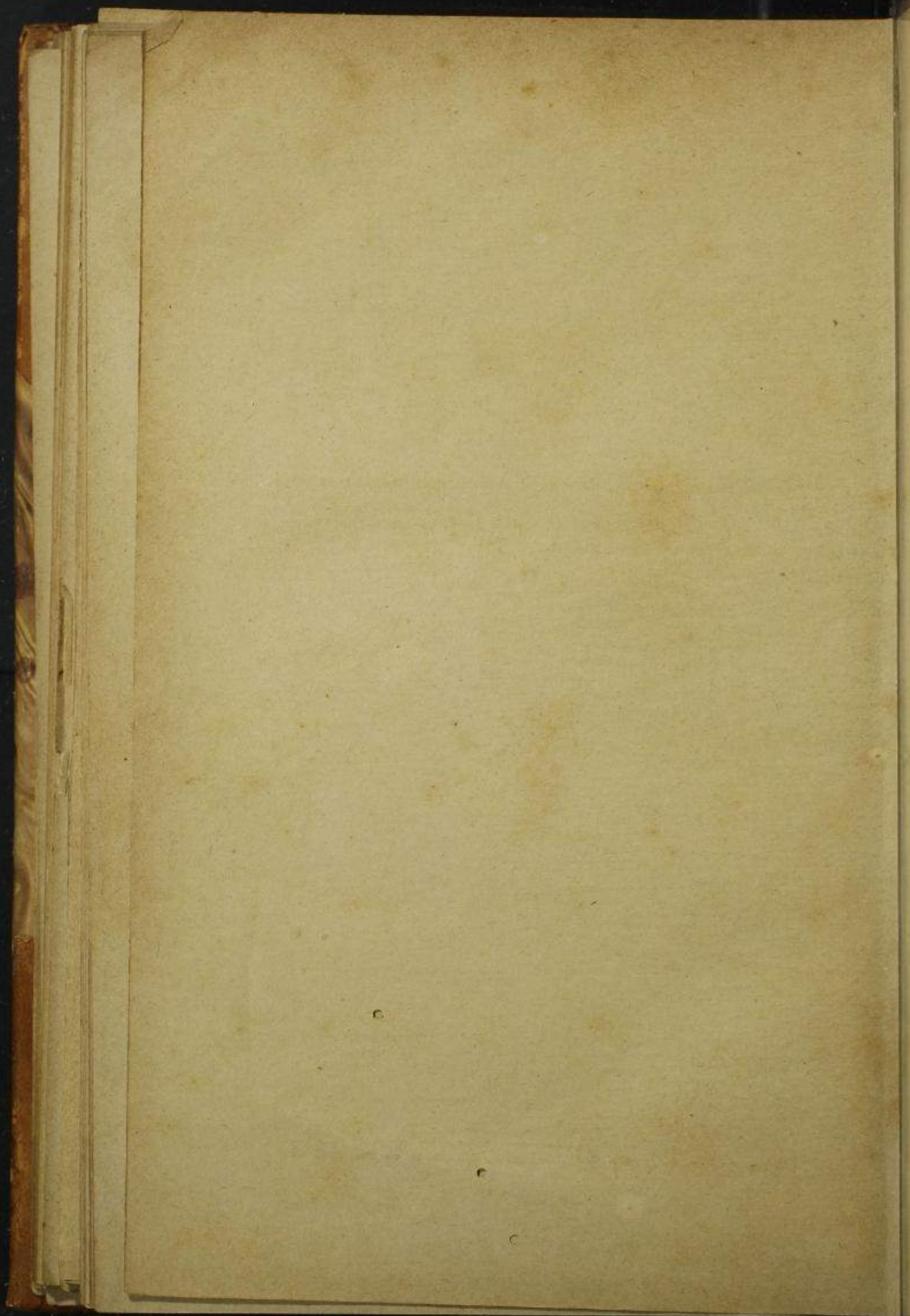
— O SNR VISCONDE DE OURO PRETO, (*presidente do Conselho*): Com V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> sempre dar-me-hei perfeitamente bem; mas V<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não é a maioria.

Aceito a mocão; é intoleravel a situação d'um governo deante de uma maioria hostile. Cumpre decidir o conflicto. Não é mesmo digno da maioria e do governo disputarem entre si mais alguns dias de vida (*muitos apoiados*). Ou o governo, ou a Camara (*apoiados*).

Qual será a solução d'este conflicto, como perguntou-me o nobre deputado, eu não sei dizel-o; mas tão sómente que vou sujeital-o á apreciação do poder competente, o qual resolverá em sua sabedoria. Portanto, não percamos tempo precioso; á obra, senhores, á obra! (*Applausos prolongados, palmas, bravos, muito bem, muito bem*).

## INDICE

	Paginas.
INTRODUCCAO .....	1
Manifesto do visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos.....	31
Resposta ao marechal visconde de Maracajú.....	109
Resposta ao conselheiro Christiano B. Ottoni.....	127
ANNEXOS. Carta do primeiro ministro do interior sobre a attitude do povo na proclamação da Republica.....	181
Artigo do Tempo, Jornal de Lisboa.....	183
Contestação do marechal visconde de Maracajú.....	186
Primeiro discurso proferido pelo visconde de Ouro Preto na sessão da camara dos deputados de 11 de Junho de 1889.....	213
Segundo discurso na mesma sessão.....	222

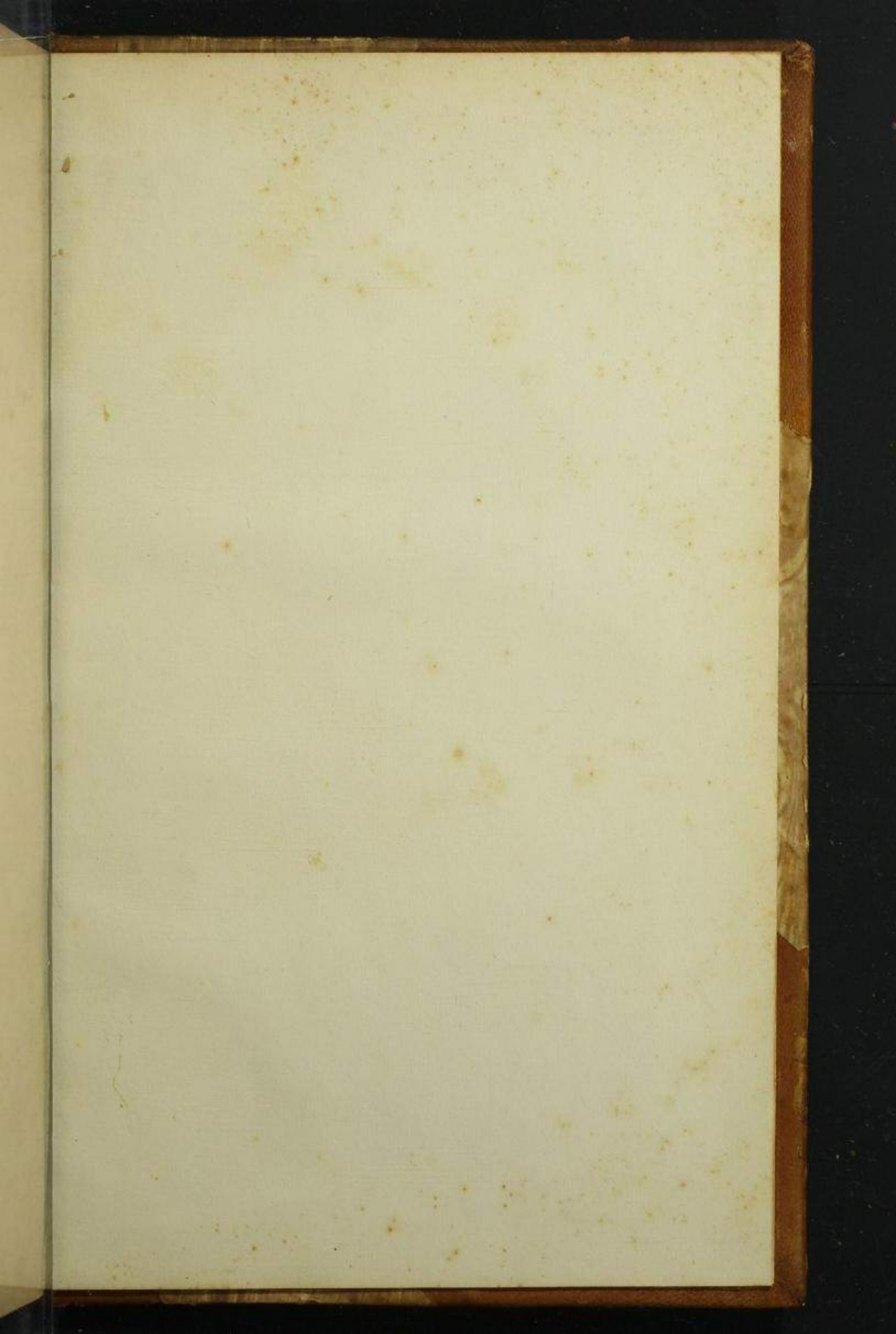


## ERRATA

Pag. 39. Ultima linha da nota onde se lê : *seis dias*, etc. leia-se : *dez dias*, etc.

Pag. 108. Segunda linha da primeira nota, onde se lê : *ultimo documento*, etc. leia-se : *primeiro documento*, etc.

897110



R \$ 24.-

folha 4  
Brasil, Historic.

x/94

p/ Dr. José Hindlin -

S. Paulo



